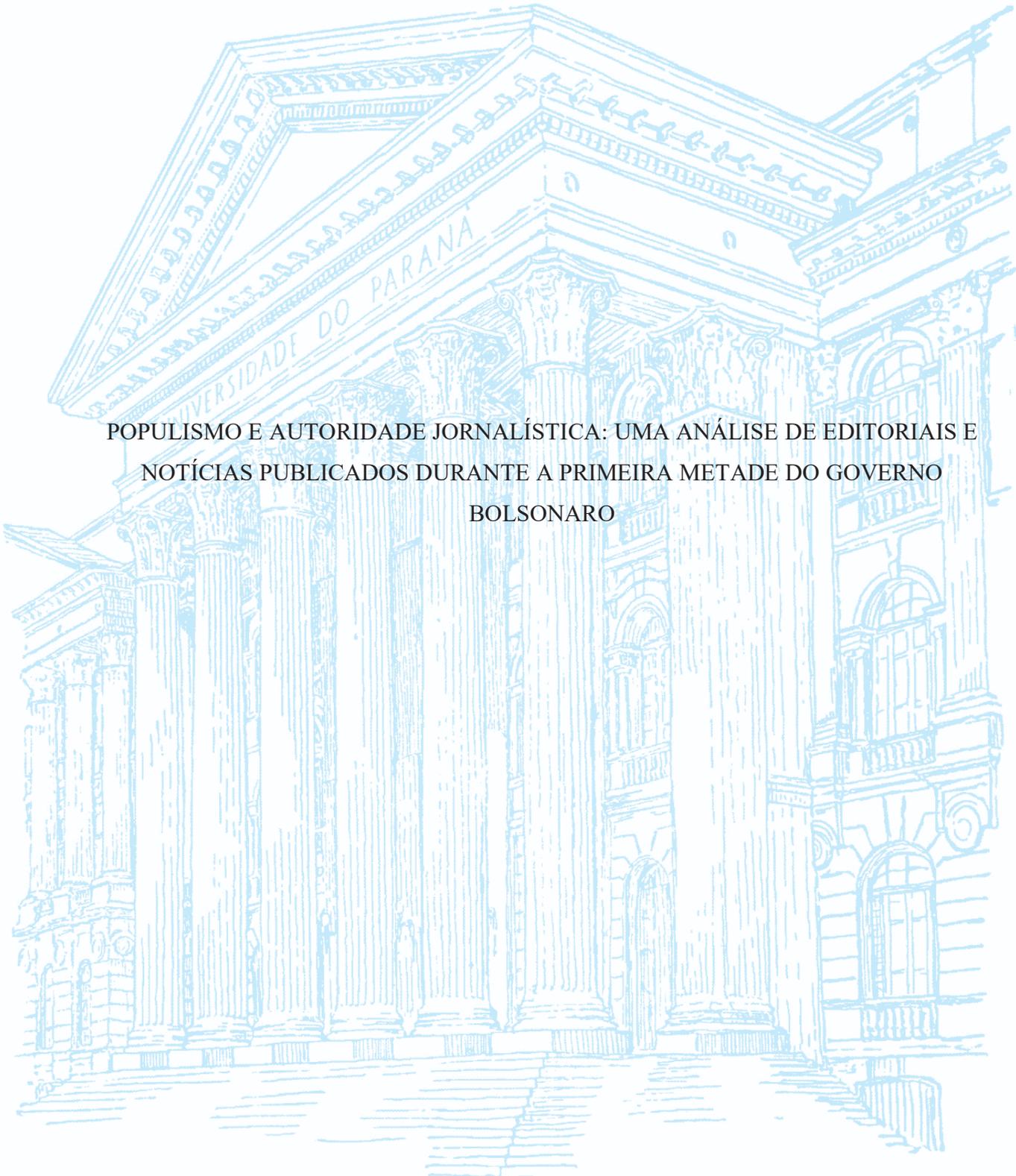


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GIULIA SBARAINI FONTES



POPULISMO E AUTORIDADE JORNALÍSTICA: UMA ANÁLISE DE EDITORIAIS E  
NOTÍCIAS PUBLICADOS DURANTE A PRIMEIRA METADE DO GOVERNO  
BOLSONARO

CURITIBA  
2022

GIULIA SBARAINI FONTES

POPULISMO E AUTORIDADE JORNALÍSTICA: UMA ANÁLISE DE EDITORIAIS E  
NOTÍCIAS PUBLICADOS DURANTE A PRIMEIRA METADE DO GOVERNO  
BOLSONARO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
Ciência Política, Setor de Ciências Humanas,  
Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial  
para obtenção do título de Doutora em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida  
Marques

CURITIBA

2022

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA

Fontes, Giulia Sbaraini

Populismo e autoridade jornalística : uma análise de editoriais e notícias publicados durante a primeira metade do governo Bolsonaro. / Giulia Sbaraini Fontes. – Curitiba, 2022.

1 recurso on-line : PDF.

Doutorado (Tese em Ciência Política) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Paulo Jamil Almeida Marques

1. Jornalismo – Aspectos políticos. 2. Editoriais – Governo – Brasil. 3. Agências de notícias - Brasil. 4. Brasil – Política e governo – 2019-. I. Marques, Francisco Paulo Jamil, 1980-. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. III. Título.



## TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação CIÊNCIA POLÍTICA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **GIULIA SBARAINI FONTES** intitulada: **Populismo e autoridade jornalística: uma análise de editoriais e notícias publicados durante a primeira metade do governo Bolsonaro**, sob orientação do Prof. Dr. FRANCISCO PAULO JAMIL ALMEIDA MARQUES, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutora está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 18 de Abril de 2022.

Assinatura Eletrônica

19/04/2022 13:58:05.0

FRANCISCO PAULO JAMIL ALMEIDA MARQUES

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

19/04/2022 14:03:04.0

RENATO MONSEFF PERISSINOTTO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

19/04/2022 14:36:52.0

AFONSO DE ALBUQUERQUE

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE)

Assinatura Eletrônica

19/04/2022 14:12:04.0

MICHELE GOULART MASSUCHIN

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

19/04/2022 15:24:57.0

CAMILLA QUESADA TAVARES

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO)

## AGRADECIMENTOS

A realização desta tese e a conclusão do doutorado em Ciência Política não teria sido possível sem o apoio de inúmeras pessoas que cruzaram meu caminho nesse período. De início, é fundamental agradecer aos meus pais, Antonio Alberto e Magali, por todo o suporte emocional e estrutural que me forneceram desde a infância. Vocês sempre foram meus maiores incentivadores e meu apoio nos momentos de fragilidade. Pai, obrigada pelas conversas, pelos almoços, pela revisão da tese, pelo carinho. Mãe, obrigada pelos lanches, pelo chimarrão quentinho, pelo incentivo, por fazer tanto por mim. Ser sua filha é um privilégio e serei eternamente grata por tê-los como meus pais. O título de doutora também é de vocês. Deixo, ainda, meu agradecimento ao meu irmão, Héctor, e à minha cunhada, Fernanda.

Agradeço ao professor Jamil Marques pela parceria ao longo desses anos de pós-graduação. Você sempre acreditou no meu potencial e me incentivou a ir mais longe. Tenho profunda admiração por seu trabalho e dedicação. Meu muito obrigada por ter aceitado me orientar, por ter sido compreensivo diante das minhas limitações de tempo e por ter guiado a produção dessa tese com tanto cuidado. Aos colegas do PONTE e da pós – em especial professora Edna Miola, Andressa Kniess, Camila Mont’Alverne, Deivison Santos, Fellipe Herman, Fernanda Cavassana, Gisele Barão e Paulo Ferracioli –, meu agradecimento pelas contribuições, reflexões e desabafos. Andressa e Deivison, muito obrigada pela parceria na codificação do *corpus* da tese. A paciência e dedicação de vocês foi essencial. Agradeço também a Leonardo Nascimento pela disponibilização da ferramenta para a coleta dos textos analisados no trabalho.

No âmbito profissional, devo agradecer aos colegas da *Gazeta do Povo*, que me deram oportunidades mesmo sabendo das minhas limitações por causa do doutorado. Fazer o curso e trabalhar ao mesmo tempo foi, por vezes, exaustivo. Mas tenho certeza de que a experiência na redação contribuiu muito para a minha formação e meu crescimento pessoal.

Aos amigos Ana Carolina Arima, Beatriz Valença, Carlos Coelho, Carolina Werneck, Dayane Saleh, Fabiano Klostermann, João Frey, Nicolas Fassbinder, Rafaela Sindorski e Vivian Faria, meu agradecimento pelos bons momentos, pelas risadas, pelo apoio e pela torcida. Nada teria saído desse cérebro sem os momentos de descanso e diversão que vivi com vocês. Um doutorado também é feito de cerveja e música ruim, afinal.

Por fim, agradeço aos professores do PPGCP pela formação durante o doutorado. Aos professores Afonso de Albuquerque e Michele Massuchin, meu muito obrigada pelas contribuições e pelo incentivo na banca de qualificação, fundamentais para melhorias no trabalho. Agradeço, por fim, aos professores Afonso de Albuquerque, Michele Massuchin, Camilla Tavares e Renato Perissinotto pela disposição em avaliar a tese.

## RESUMO

Partindo do neoinstitucionalismo e de como ele tem sido aplicado ao estudo do Jornalismo, esta tese tem como objetivo compreender de que maneira organizações jornalísticas utilizam o conteúdo que produzem para defender sua legitimidade e autoridade institucionais no decorrer de governos populistas. O trabalho realiza uma Análise de Conteúdo de 823 peças jornalísticas (770 notícias e 53 editoriais) publicadas por três *quality papers* brasileiros – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* – a fim de identificar argumentos de reforço à autoridade jornalística e compreender de que forma tais construções retóricas são apresentadas. As peças analisadas foram publicadas em 2019 e 2020 – isto é, durante a primeira metade do governo de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. Argumenta-se que esse recorte temporal é relevante porque, além de apresentar características populistas, Bolsonaro profere frequentes ataques à imprensa, fomentando um ambiente hostil à prática jornalística. A análise empírica foi realizada por meio de um livro de códigos elaborado especificamente para a investigação. A partir do uso de estatísticas descritivas e de testes de associação entre as variáveis, investigamos três hipóteses, além de responder a duas questões de pesquisa. São elas: **H1** – A defesa da legitimidade institucional do Jornalismo se manifesta por meio da ênfase a atributos normativos da atividade – e.g. imparcialidade, objetividade e isenção – e à sua atuação na manutenção da democracia; **H2** – FSP, OESP e OG apresentam um comportamento institucional no que diz respeito à defesa da autoridade jornalística, ou seja, têm coberturas noticiosas e editoriais semelhantes; **H3** – Quando tratam de ataques à imprensa, os periódicos enfatizam aspectos associados à legitimidade institucional da atividade mesmo que a agressão envolva outras empresas jornalísticas e profissionais vinculados a elas; **QP1** – Textos que tratam de ameaças à liberdade de imprensa têm padrões distintos de defesa de valores institucionais do Jornalismo? Quais?; **QP2** – De que forma editoriais e notícias se relacionam no que diz respeito à defesa da autoridade institucional do Jornalismo? Os resultados indicaram que a defesa da autoridade jornalística ocorre pela menção a características normativas da atividade e de sua importância para a democracia, mas também pela publicação de peças contendo autopropaganda, pela ênfase a atributos pessoais de profissionais da imprensa e por críticas ao que seriam casos de “antijornalismo”. Observou-se, ainda, que a menção a associações entre Jornalismo e democracia está relacionada a textos que tratam de ameaças à liberdade de imprensa, enquanto outras características normativas da atividade estão associadas a peças que discutem assuntos envolvendo as próprias empresas jornalísticas e seu mercado. A análise apontou que, apesar de apresentarem semelhanças, os periódicos sob análise possuem peculiaridades no que diz respeito à defesa da legitimidade institucional do Jornalismo, com destaque para a diferenciação dos editoriais do *Estado*. Argumenta-se que a mobilização de argumentos de autoridade institucional constitui um ativo mercadológico dos jornais, e que, por isso, períodos populistas, com aumento de hostilidade em relação à imprensa, não são necessariamente ruins para as empresas jornalísticas (ao menos do ponto de vista comercial). A tese é relevante por explorar o conceito de autoridade jornalística no contexto brasileiro, desvelando como a defesa institucional do Jornalismo ocorre no conteúdo publicado pela imprensa, e por reforçar a aplicação do neoinstitucionalismo ao estudo das organizações jornalísticas.

Palavras-chave: Instituições; Jornalismo Político; Autoridade Jornalística; Editoriais; Notícias; Jair Bolsonaro.

## ABSTRACT

Considering the new institutional theory and how it has been applied in Journalism studies, this Ph.D. thesis aims to comprehend how do journalistic organizations use the content they produce to defend their institutional legitimacy and authority during populist governments. The research encompasses a Content Analysis of 823 journalistic texts (770 news pieces and 53 editorials), published by three Brazilian quality papers – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, and *O Globo* –, in order to identify arguments related to the reinforcement of journalistic authority and to comprehend how these rhetoric constructions are presented. The pieces analyzed were published in 2019 and 2020, i.e., during the first half of Jair Bolsonaro's government as President of Brazil. We argue that this temporal frame is relevant because, besides featuring populist characteristics, Bolsonaro harasses the press frequently, fostering a hostile environment to Journalism practice. The empirical analysis was performed with a codebook developed specifically for this research. Furthermore, we use descriptive statistics and association tests to investigate three hypothesis, and respond to two Research Questions: **H1** – The defense of Journalism's institutional legitimacy manifests itself by the emphasis on normative characteristics of the activity and its performance for sustaining democracy; **H2** – The three newspapers present an institutional behavior, i.e., they have similar editorial and news coverage; **H3** – When talking about attacks directed at the press, the newspapers emphasize Journalism's institutional aspects even if the aggression involves other companies; **RQ1** – Do texts that talk about threats to the freedom of the press have different patterns of defense of Journalism's institutional values? Which ones?; **RQ 2** – How do news and editorial texts relate regarding the defense of journalistic authority? The results indicate that the defense of journalistic authority occurs by the mention of normative characteristics of the activity, as well as its importance for democracy, but also by pieces of self-propaganda, the emphasis of personal attributes from the journalists, and critics on what would be examples of "anti-Journalism". Furthermore, we observed that the mention of the role played by Journalism on democracy is associated with texts dealing with threats to the freedom of the press, while other normative characteristics are associated with pieces discussing matters that involve the journalistic companies and their market. The analysis also pointed that, even though the newspapers present similarities, there are differences between the organizations with regard to the defense of Journalism's institutional values, especially considering *Estadão's* editorials. We argue that the mobilization of institutional aspects related to Journalism practice constitutes a marketing strategy of the newspapers, and that, for this reason, populist governments (and the increasing hostility towards the press) are not necessarily bad for the journalistic companies – at least through a commercial point of view. The thesis is relevant for exploring the concept of journalistic authority in the Brazilian context, revealing how the institutional defense of Journalism occurs in the content published by the press, and for reinforcing the applicability of the new institutional theory for the study of journalistic organizations.

Keywords: Institutions; Political Journalism; Journalistic Authority; Editorials; News; Jair Bolsonaro.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – MODELO ANALÍTICO DE HANITZSCH E VOS (2017).....	98
FIGURA 2 – EXEMPLO DE PEÇA DE OG QUE CONTINHA NOTÍCIA E OPINIÃO....	157
FIGURA 3 – EXEMPLO DE TEXTO PUBLICADO NA SEÇÃO <i>FOLHA CORRIDA</i> .....	171
FIGURA 4 – TEXTO DE OG COM DEPOIMENTOS DE JORNALISTAS.....	172

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – FUNÇÕES DO JORNALISMO NA VIDA POLÍTICA.....	105
QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS.....	142

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DO <i>CORPUS</i> (N = 823).....	159
GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DE EDITORIAIS E NOTÍCIAS QUE TÊM AMEAÇAS À LIBERDADE DE IMPRENSA COMO TEMA (N = 215).....	168
GRÁFICO 3 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA EDITORIAIS E NOTÍCIAS (N= 823).....	239

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – <i>CORPUS</i> DA PESQUISA POR JORNAL E TIPO DE TEXTO.....	141
TABELA 2 – RESULTADOS DO TESTE DE CONFIABILIDADE.....	156
TABELA 3 – NOTÍCIAS DO <i>CORPUS</i> POR EDITORIA (N = 770).....	161
TABELA 4 – DISCUSSÕES RELACIONADAS AO JORNALISMO SÃO TEMA CENTRAL DA PEÇA ANALISADA? (N = 823).....	163
TABELA 5 – TEMA DAS PEÇAS QUE TÊM TEMA CENTRAL RELACIONADO AO JORNALISMO (N = 707).....	165
TABELA 6 – AS PEÇAS MENCIONAM ATAQUES A EMPRESAS JORNALÍSTICAS OU A PROFISSIONAIS DA IMPRENSA? (N = 823).....	175
TABELA 7 – QUEM É O ALVO DOS ATAQUES MENCIONADOS NO <i>CORPUS</i> (N = 272).....	176
TABELA 8 – AS PEÇAS IDENTIFICAM O(S) AUTOR(ES) DOS ATAQUES À IMPRENSA? (N = 272).....	179
TABELA 9 – QUEM ERAM O(S) AUTOR(ES) DOS ATAQUES IDENTIFICADOS PELAS PEÇAS? (N = 248).....	181
TABELA 10 – PEÇAS QUE MENCIONAM ATAQUES DESQUALIFICAM O AUTOR OU APRESENTAM DADOS QUE REFUTAM A AGRESSÃO? (N = 272).....	184
TABELA 11 – CRUZAMENTO ENTRE A VARIÁVEL AUTOR DE ATAQUE E MENÇÃO A DADOS PARA REFUTAR A AGRESSÃO/DESQUALIFICAÇÃO DO AUTOR – POR TIPO DE TEXTO (N = 248).....	186
TABELA 12 – CRUZAMENTO ENTRE A VARIÁVEL AUTOR DE ATAQUE E MENÇÃO A DADOS PARA REFUTAR A AGRESSÃO/DESQUALIFICAÇÃO DO AUTOR – POR JORNAL (N = 248).....	188
TABELA 13 – PEÇAS QUE MENCIONAM ATAQUES CITAM FONTES QUE CRITICAM O(S) EPISÓDIO(S)? (N = 272).....	189
TABELA 14 – AS PEÇAS MENCIONAM O PAPEL DO JORNALISMO NA DEMOCRACIA? (N = 823).....	191
TABELA 15 – AS PEÇAS MENCIONAM CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS DO JORNALISMO? (N = 823).....	195

TABELA 16 – AS NOTÍCIAS ANALISADAS ENFATIZAM ATRIBUTOS DE UM JORNALISTA? (N = 770).....	198
TABELA 17 – QUANDO HÁ CITAÇÃO AO PAPEL DO JORNALISMO NA DEMOCRACIA, A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS DA ATIVIDADE OU A ATRIBUTOS DE UM JORNALISTA, EM QUE PARTE DO TEXTO ESTÁ A MENÇÃO? (N = 488).....	199
TABELA 18 – RESULTADOS DOS CRUZAMENTOS COM A VARIÁVEL DE MENÇÃO A ASSOCIAÇÕES ENTRE JORNALISMO E DEMOCRACIA.....	202
TABELA 19 – RESULTADOS DOS CRUZAMENTOS COM A VARIÁVEL DE MENÇÃO A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS DO JORNALISMO.....	203
TABELA 20 – CRUZAMENTO ENTRE MENÇÃO A JORNALISMO E DEMOCRACIA E CITAR ATAQUE.....	205
TABELA 21 – CRUZAMENTO ENTRE ALVO DO ATAQUE E MENÇÃO A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS.....	210
TABELA 22 – CRUZAMENTO ENTRE O AUTOR DO ATAQUE MENCIONADO E A PRESENÇA DE REFERÊNCIAS A JORNALISMO E DEMOCRACIA.....	217
TABELA 23 – CRUZAMENTO ENTRE O TEMA DA PEÇA E A PRESENÇA DE ARGUMENTOS RELACIONADOS À AUTORIDADE JORNALÍSTICA.....	226
TABELA 24 – RESULTADOS DOS CRUZAMENTOS ENTRE EDITORIAIS E NOTÍCIAS PARA TODAS AS VARIÁVEIS.....	237

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>O CASO BOLSONARO, OS ESTUDOS SOBRE POPULISMO E A RELAÇÃO DE LÍDERES POPULISTAS COM O JORNALISMO</b> .....	<b>21</b>
2.1	A CONJUNTURA BRASILEIRA: TURBULÊNCIAS DEMOCRÁTICAS E A ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO .....	21
4.1	DEFINIÇÕES DE POPULISMO E SUAS RELAÇÕES COM O CASO BOLSONARO .....	29
4.2	INTERAÇÕES ENTRE AS ORGANIZAÇÕES JORNALÍSTICAS E O FENÔMENO POPULISTA.....	42
4.2.1	A hostilidade de populistas à imprensa e as respostas de organizações jornalísticas .....	46
<b>3</b>	<b>A TEORIA NEOINSTITUCIONALISTA E SUA APLICAÇÃO AO ESTUDO DO JORNALISMO</b> .....	<b>57</b>
3.1	NEOINSTITUCIONALISMO: CORRENTES, CONCEITOS E PERSPECTIVAS.....	57
3.1.1	As vertentes da teoria neoinstitucionalista .....	58
3.1.2	As definições de instituição – e como elas abriram espaço para que o Jornalismo seja visto como uma.....	61
3.1.3	Como as instituições são formadas e reformadas? As respostas dos neoinstitucionalistas ao problema da mudança.....	65
3.2	O JORNALISMO COMO INSTITUIÇÃO: O USO DA TEORIA NEOINSTITUCIONALISTA PARA O ESTUDO DA IMPRENSA .....	74
3.2.1	O que define o caráter institucional do Jornalismo? Perspectivas a partir das obras de Cook e Sparrow .....	78
3.2.2	Além de Cook e Sparrow: reflexões alternativas sobre o Jornalismo como instituição .	86
<b>4</b>	<b>JORNALISMO E LEGITIMIDADE INSTITUCIONAL: A AUTORIDADE JORNALÍSTICA, O CONTEÚDO PUBLICADO E A ATUAÇÃO POLÍTICA DA IMPRENSA</b> .....	<b>93</b>
4.1	O CONCEITO DE AUTORIDADE JORNALÍSTICA E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS PROFISSIONAIS .....	94
4.1.1	Narrativas e a cristalização dos ideais normativos em práticas profissionais .....	98
4.2	NORMAS INSTITUCIONAIS E O CONTEÚDO JORNALÍSTICO .....	104
4.2.1	Relações entre políticos e jornalistas na produção noticiosa.....	110
4.2.2	Editoriais como espaço de independência de organizações jornalísticas.....	117
4.3	AS EMPRESAS JORNALÍSTICAS COMO ATORES POLÍTICOS.....	127
<b>5</b>	<b>METODOLOGIA E HIPÓTESES</b> .....	<b>135</b>
5.1	ESTRATÉGIAS DE COLETA DO <i>CORPUS</i> .....	139

5.2	ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE .....	141
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS.....</b>	<b>159</b>
6.2	DO QUE TRATAM OS TEXTOS DO <i>CORPUS</i> ?.....	163
6.3	COMO ATAQUES À IMPRENSA SÃO ABORDADOS NO <i>CORPUS</i> ?.....	174
6.4	DE QUE FORMA O <i>CORPUS</i> APRESENTA MENÇÕES A ARGUMENTOS DE AUTORIDADE DO JORNALISMO? .....	191
6.5	RELAÇÕES ENTRE ARGUMENTOS DE AUTORIDADE INSTITUCIONAL DO JORNALISMO E MENÇÕES A AMEAÇAS OU ATAQUES .....	201
6.6	DIFERENÇAS ENTRE EDITORIAIS E NOTÍCIAS.....	236
<b>7</b>	<b>DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>241</b>
7.1	HIPÓTESE 1: A DEFESA DA AUTORIDADE JORNALÍSTICA.....	241
7.2	HIPÓTESE 2: COMPARAÇÃO ENTRE OS PERIÓDICOS ANALISADOS .....	245
7.3	HIPÓTESE 3 E QUESTÃO DE PESQUISA 1: DEFESA DA AUTORIDADE JORNALÍSTICA EM TEXTOS QUE TRATAM DE AMEAÇAS À LIBERDADE DE IMPRENSA.....	247
7.4	QUESTÃO DE PESQUISA 2: COMPARAÇÃO ENTRE NOTÍCIAS E EDITORIAIS .....	253
<b>8</b>	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>255</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>260</b>
	<b>APÊNDICE 1 – CRUZAMENTOS DAS VARIÁVEIS DO LIVRO DE CÓDIGOS PARA EDITORIAIS E NOTÍCIAS .....</b>	<b>287</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A área de Ciência Política, especialmente no que diz respeito aos estudos institucionalistas e neoinstitucionalistas (LOWNDES; ROBERTS, 2013), dedicou-se extensivamente a explicar as dinâmicas que envolvem elites políticas, estruturas governamentais e partidos. Há duas décadas, porém, Schudson (2002) já afirmava que as investigações desenvolvidas nesse âmbito negligenciavam, em sua maior parte, o papel do Jornalismo como parte do mundo político. Ainda que tenham ocorrido avanços, nossa percepção é de que organizações jornalísticas ainda são frequentemente tratadas em parte da literatura como um fator acessório, não determinante ou “menor” dentro das pesquisas que investigam o desenrolar dos fenômenos políticos (COOK, 2006); ou, então, são analisadas sob uma perspectiva normativa, em que estariam constantemente falhando em atingir as expectativas dos estudiosos (ZELIZER, 2004). De outro lado, Vos (2019) afirma que pesquisas na área do Jornalismo pouco têm explorado a teoria neoinstitucional, deixando de lado possíveis contribuições advindas dessa perspectiva.

No sentido contrário a essa tendência, a presente tese oferece uma contribuição aos estudos em Ciência Política ao ter como base a literatura que aponta não só para a atuação política de organizações jornalísticas (PAGE, 1996), mas, também, para a cristalização do Jornalismo como uma instituição (COOK, 2006; SPARROW, 2006; RYFE; KEMMELMEIER, 2011; HANITZSCH; VOS, 2016). Argumenta-se que, como ocorre com outras instituições (MARCH; OLSEN, 2006; PETER, 2017), a legitimidade da prática jornalística não está dada, mas, sim, permanece em constante negociação entre profissionais de imprensa, empresas da área e os distintos atores do ambiente político. Em outras palavras, a pesquisa considera que a legitimidade institucional do Jornalismo se traduz na construção e manutenção da autoridade jornalística, conceituada como uma construção discursiva (CARLSON, 2015a; 2017; ZELIZER, 2007) que está em permanente disputa, i.e., que envolve estabelecer os limites da prática da atividade (VOS; THOMAS, 2018a). Defende-se, ademais, que compreender de que forma organizações jornalísticas buscam reforçar sua própria legitimidade institucional é fundamental para aprofundar nosso entendimento acerca da participação desses atores em processos decisórios e outros fenômenos políticos.

Partindo desse ponto de vista, a investigação busca responder à seguinte pergunta de pesquisa: de que maneira organizações jornalísticas utilizam o conteúdo que produzem para defender sua legitimidade institucional – i.e., a autoridade jornalística – durante governos populistas? Levamos em conta estudos que demonstram como lideranças populistas podem

apresentar comportamento hostil à imprensa (e.g. MEEKS, 2019; ROGENHOFER; PANIEVSKY, 2020; TAPSELL, 2021), o que por vezes inclui tentativas de deslegitimar a atuação de empresas jornalísticas e de profissionais vinculados a elas, acusando-os, por exemplo, de disseminar *fake news*. Ou seja, nosso interesse é compreender de que maneira organizações jornalísticas buscam cultivar e manter a legitimidade institucional da atividade em contextos nos quais questionamentos a aspectos normativos do Jornalismo se tornam mais evidentes.

Para isso, a seção empírica do trabalho realiza uma Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; BAUER, 2002; KRIPPENDORFF, 2004) de 823 textos jornalísticos, sendo 770 notícias e 53 editoriais, publicados pelos três principais *quality papers* brasileiros – *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Estado de S. Paulo* (OESP) e *O Globo* (OG) –, em suas versões impressas, durante os anos de 2019 e 2020. O período marca a primeira metade do mandato de Jair Bolsonaro na Presidência da República do Brasil. Além de compreender, de forma geral, como ocorre tal defesa da autoridade jornalística, pretende-se, ademais, verificar de que forma editoriais e notícias se relacionam nesse contexto.

No que diz respeito a esse último aspecto, cabe destacar que o estudo de editoriais é negligenciado na literatura (FIRMSTONE, 2019b), mesmo que esses textos sejam espaços em que os posicionamentos das empresas jornalísticas são defendidos de forma mais aberta (EILDERS, 2000; ESPINOSA, 2002; MOLDOFF, 2008; PFETSCH, 2008; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015; PIMENTEL; MARQUES; SANTOS, 2021). I.e., o *corpus* da pesquisa nos permite explorar como aspectos institucionais do Jornalismo aparecem tanto em peças editoriais quanto em textos noticiosos, o que abre espaço para discutirmos, por exemplo, quais são as peculiaridades dos dois gêneros quando tratamos da defesa da autoridade jornalística; de que forma rituais de produção da notícia, como a citação a fontes, são instrumentalizados em prol de determinados pontos de vista; e que tipos de questionamentos à autoridade jornalística são considerados graves o suficiente para que sejam elaborados posicionamentos institucionais pelas empresas sob análise. Assim, tendo em vista que a manutenção da legitimidade institucional do Jornalismo é, também, uma questão de sobrevivência mercadológica das empresas em questão, a investigação contribui para o campo ao esclarecer de que modo as organizações jornalísticas utilizam o conteúdo que produzem para defender seus próprios interesses – mesmo que, em algumas ocasiões, isso implique o descumprimento dos próprios ideais normativos da atividade.

A respeito da conjuntura brasileira, pano de fundo desta pesquisa, cabe destacar, ainda, que o país tem enfrentado desafios às instituições democráticas, incluindo, no passado recente,

um processo de *impeachment*, a prisão de um ex-presidente, o descrédito em partidos políticos tradicionais e a própria ascensão de Bolsonaro, um representante que flerta com o autoritarismo, que realiza frequentes ataques tanto a empresas jornalísticas quanto a profissionais de imprensa específicos<sup>1</sup> e que tem promovido retrocessos institucionais significativos durante seu mandato (AVRITZER; KERCHÉ; MARONA, 2021). Considera-se, nesse caso, que características populistas (LACLAU, 2005a; MUDDE, 2017; WEYLAND, 2017) presentes no contexto brasileiro (DALY, 2019; LASCO, 2020; MENDONÇA; CAETANO, 2020; WAISBORD, 2020; CASARÕES; FARIAS, 2021) podem tornar argumentos de defesa da autoridade jornalística mais salientes no conteúdo publicado pelos três jornais sob análise, seja porque as empresas desejam defender-se (LISCHKA, 2017) ou porque buscam capitalizar tais situações em mais prestígio e/ou assinaturas. Especificamente a respeito das empresas jornalísticas, é preciso lembrar que, no Brasil, a confiança na imprensa é inferior à conferida pelo público a outras instituições, como a Igreja, o Exército e a polícia (TOFF *et al.*, 2021); e que tais organizações têm enfrentado desafios financeiros, tendo em vista, especialmente, a ascensão das redes sociais digitais (ZELIZER, 2015) e a emergência de um ambiente de comunicação híbrido (CHADWICK, 2017; REESE, 2021). Ademais, autores, a exemplo de Albuquerque (2017), têm apontado a imprensa como participante de um processo de deterioração da democracia no país. Ou seja, o período escolhido para o estudo nos permite avaliar de que forma as empresas jornalísticas buscam construir e/ou manter a legitimidade institucional da atividade em um contexto desafiador tanto do ponto de vista democrático quanto mercadológico.

No que diz respeito à base teórica da pesquisa, portanto, alicerce importante para essa discussão é a literatura da área de Ciência Política que coloca as instituições no centro da explicação de fenômenos políticos, denominada neoinstitucionalismo. Nesse sentido, é preciso destacar que reconhecemos que, ainda que privilegiem a abordagem institucional na compreensão de seus objetos de estudo, os diversos autores do paradigma não se agrupam em um conjunto uniforme. Dentre as várias nuances que permeiam tal perspectiva (PETERS, 1999; LOWNDES; ROBERTS, 2013), Hall e Taylor (1996) classificam três abordagens principais: a sociológica, a de escolha racional e a histórica. Se, de um lado, a vertente sociológica destaca os comportamentos e rituais compartilhados entre os indivíduos (não somente originados em normas formais), de outro, a de escolha racional tende a ver as instituições como constrangimentos e, ao mesmo tempo, instrumentos para que os atores maximizem suas preferências individuais. Por sua vez, o neoinstitucionalismo histórico, de acordo com Hall e

---

<sup>1</sup> Ver <https://rsf.org/pt-br/imprensa-brasileira-verdadeiro-saco-de-pancadas-da-familia-bolsonaro-uma-tendencia-que-se>.

Taylor (1996), caracteriza-se por ser um “meio do caminho”: ao mesmo tempo em que considera a importância de fatores contextuais para os processos institucionais, também dá ênfase aos mecanismos pelos quais os indivíduos formam e executam suas preferências nos ambientes institucionais.

A aplicação da teoria neoinstitucionalista ao estudo das organizações jornalísticas dificilmente poderia ser encaixada em apenas uma dessas três classificações. Cook (2006) e Sparrow (2006) – autores considerados precursores nessa abordagem –, por exemplo, têm posicionamentos distintos em relação aos elementos que caracterizam o Jornalismo como uma instituição. O primeiro dá ênfase aos ideais normativos que envolvem a prática jornalística, ou seja, aos valores internalizados por profissionais da imprensa e às normas de produção. Já o segundo baseia seu argumento em incertezas que permeiam as empresas do ramo, principalmente as de natureza econômica – i.e., Sparrow (2006) afirma que há homogeneidade entre as diferentes organizações em decorrência de questões competitivas ou financeiras. Outros autores têm posicionamentos alternativos, a exemplo de Hanitzsch e Vos (2017). Ancorados na vertente discursiva do neoinstitucionalismo (que destaca o papel das ideias), os autores afirmam que o Jornalismo é uma instituição social, mas não política.

Neste trabalho, reconhecemos as distintas vertentes neoinstitucionalistas e, também, os posicionamentos diversos a respeito de como essas teorias se aplicam ao Jornalismo. Em lugar de buscar enquadrar nosso estudo em uma dessas diferentes perspectivas, no entanto, consideramos mais frutífero, na direção que apontam Lowndes e Roberts (2013), concentrar nossos esforços em compreender como os diferentes conceitos formulados no âmbito do neoinstitucionalismo se aplicam ao estudo do Jornalismo. Por isso, a presente tese se debruça predominantemente sobre teóricos da vertente histórica – que, como afirmam Hall e Taylor (1996), conciliam as outras duas perspectivas –, mas também abre espaço para discussões como as que envolvem o papel das ideias nos processos institucionais e políticos (o neoinstitucionalismo discursivo).

A partir dessa revisão teórica, consideramos, assim, definições de instituições que classificam tais estruturas como conjuntos de normas, formais e informais (HELMKE; LEVITSKY, 2004; TSAI, 2016), que 1) constroem e habilitam a tomada de decisão por parte de atores políticos (NORTH, 1991); 2) são mediadoras de interesses dos diferentes grupos sociais (THELEN; STEINMO, 1992); e 3) atuam como distribuidoras de recursos, i.e., de poder (PIERSON, 2016).

Se levarmos em conta os três critérios acima apresentados, com base nos estudos desenvolvidos pelas teorias neoinstitucionalistas, podemos dizer que as regras de produção

jornalística constroem não só os próprios profissionais de imprensa, mas também os demais atores políticos – na medida em que mesmo representantes democraticamente eleitos precisam seguir, em maior ou menor grau, as regras da imprensa, seja para se informar, obter visibilidade ou buscar a disseminação de enquadramentos que lhes favoreçam (VAN AELST; WALGRAVE, 2017). Além disso, a cobertura jornalística tradicional dá saliência a determinados temas (ENTMAN, 1993) e, ao mesmo tempo, concede autoridade a certos atores para que opinem a respeito de tais assuntos. Em outras palavras, nas sociedades democráticas contemporâneas, as organizações jornalísticas tradicionais têm influência no jogo político ao perpetuar assimetrias de poder (dando visibilidade aos atores que já possuem recursos) ou, em outros casos, ao conceder legitimidade a atores desprivilegiados (SCHUDSON, 2002). Argumenta-se, a partir disso, que a cristalização de ideais normativos em práticas rotinizadas de produção, que se reproduzem entre as diferentes empresas e até mesmo entre distintos sistemas de comunicação (HALLIN; MANCINI, 2004a; 2012), permite afirmar que o Jornalismo é uma instituição (COOK, 2006).

Além de contribuir para solidificar a importância da atividade jornalística para o mundo político, esse entendimento nos permite pensar a respeito das organizações jornalísticas (e de suas relações com os demais atores) a partir da lente neoinstitucionalista. Em outras palavras, a concepção do Jornalismo como uma instituição abre espaço para a aplicação de teorias sobre o surgimento, a manutenção e os processos de mudanças institucionais (PIERSON, 2000; LIEBERMAN, 2002; MAHONEY; THELEN, 2010; LEWIS; STEINMO, 2012; CAPOCCIA, 2015; CONRAN; THELEN, 2016) aos fenômenos relacionados à imprensa, o que inclui reflexões sobre maneiras de construção e manutenção da autoridade jornalística.

Sob essa lente teórica, a análise de editoriais e notícias publicados por FSP, OESP e OG no referido período permitiu-nos explorar as seguintes hipóteses e questões de pesquisa:

*H1 – A defesa da legitimidade institucional do Jornalismo se manifesta por meio da ênfase a atributos normativos da atividade – e.g. imparcialidade, objetividade e isenção – e à sua atuação na manutenção da democracia.*

*H2 – FSP, OESP e OG apresentam um comportamento institucional no que diz respeito à defesa da autoridade jornalística, ou seja, têm coberturas noticiosas e editoriais semelhantes.*

*H3 – Quando tratam de ataques à imprensa, os periódicos enfatizam aspectos associados à legitimidade institucional da atividade mesmo que a agressão envolva outras empresas jornalísticas e profissionais vinculados a elas.*

*QP1– Textos que tratam de ameaças à liberdade de imprensa têm padrões distintos de defesa de valores institucionais do Jornalismo? Quais?*

*QP2 – De que forma editoriais e notícias se relacionam no que diz respeito à defesa da autoridade institucional do Jornalismo?*

Em suma, argumenta-se que, por meio desse desenho de pesquisa, a tese contribui tanto para o campo da Ciência Política quanto dos estudos em Jornalismo. De um lado, a pesquisa fomenta a compreensão sobre mecanismos de construção de legitimidade institucional por organizações jornalísticas, consideradas atores relevantes em processos políticos. De outro, o trabalho avança na aplicação da perspectiva neoinstitucionalista aos estudos em Jornalismo, algo pouco explorado no Brasil. Ademais, a pesquisa contribui para o campo ao propor o estudo de editoriais e, além disso, a comparação entre o conteúdo publicado nessas peças opinativas e em notícias, vertente de investigação acadêmica que tampouco é amplamente explorada no país. Por fim, a investigação dialoga com a literatura internacional ao utilizar o conceito de autoridade jornalística no estudo da imprensa brasileira, contribuindo para a desocidentalização dos estudos em Jornalismo (WAISBORD; MELLADO, 2014).

Conforme descreveremos em pormenor ao longo da tese, os resultados obtidos a partir da análise empírica apontam para formas específicas de defesa da legitimidade institucional do Jornalismo, que incluem mecanismos além da mera menção a aspectos normativos da atividade. Ademais, os dados demonstram que a ênfase às relações entre Jornalismo e democracia está associada, estatisticamente, a textos que tratam de ameaças à liberdade de imprensa. Ou seja, períodos de hostilidade ao Jornalismo, como governos populistas, podem constituir oportunidades de reforço da autoridade da atividade. De outro lado, a citação de características normativas, como objetividade e imparcialidade, está associada a textos que tratam das próprias empresas, o que indica a instrumentalização de tais aspectos com fins comerciais.

O trabalho está dividido em oito capítulos, incluindo esta introdução. No capítulo dois apresentamos a conjuntura brasileira, esmiuçando fatos que culminaram na eleição do presidente Jair Bolsonaro. Também exploramos a literatura a respeito do populismo,

identificando aproximações entre as teorias sobre o fenômeno e o caso de Bolsonaro, além de tratar das relações entre populistas e a imprensa.

Em seguida, no capítulo três, abordamos em mais pormenor os entendimentos de teóricos da área de Ciência Política a respeito das instituições, explorando, ainda, argumentos de autores que aplicaram tais perspectivas ao estudo do Jornalismo. Em outras palavras, no terceiro capítulo tratamos a fundo da base de nosso problema de pesquisa, i.e., a compreensão de que o Jornalismo é uma instituição.

Dessa visão decorre o conceito de autoridade jornalística, que é detalhado no capítulo quatro. A seção também trata da tradução dos ideais normativos da atividade nos conteúdos publicados, explorando, mais especificamente, como as notícias e os editoriais estão relacionados à atuação política do Jornalismo. Ou seja, o capítulo quatro discorre sobre o objeto da pesquisa, a saber, a autoridade institucional do Jornalismo e os conteúdos publicados pela imprensa.

A partir dessa abordagem teórica apresentamos, no capítulo cinco, nossas hipóteses e questões de pesquisa, assim como os procedimentos metodológicos adotados na investigação. Na sequência, no capítulo seis, detalhamos os resultados do estudo aqui empreendido para, no capítulo sete discutir os dados apresentados à luz de nosso desenho de pesquisa. Por fim, no capítulo oito, fazemos a exposição das conclusões da tese.

## 2 O CASO BOLSONARO, OS ESTUDOS SOBRE POPULISMO E A RELAÇÃO DE LÍDERES POPULISTAS COM O JORNALISMO

Conforme descrevemos na introdução, o objetivo desta tese é compreender de que forma as organizações jornalísticas utilizam o conteúdo que publicam para defender sua legitimidade institucional – i.e., a autoridade jornalística – durante governos populistas. Para isso, nos debruçamos sobre textos publicados por três *quality papers* brasileiros durante a primeira metade do mandato de Jair Bolsonaro como presidente do país.

Faz-se necessário, assim, explorar mais detidamente o cenário brasileiro, detalhando a conjuntura que serve como pano de fundo para a análise aqui empreendida. Ademais, é imperioso que abordemos de que forma tal contexto dialoga com a teoria sobre o populismo; e de que maneira líderes com características populistas se relacionam à prática jornalística. Tais reflexões são desenvolvidas nas seções um, dois e três deste capítulo, apresentadas a seguir.

### 2.1 A CONJUNTURA BRASILEIRA: TURBULÊNCIAS DEMOCRÁTICAS E A ELEIÇÃO DE JAIR BOLSONARO

O presidente Jair Bolsonaro (à época, PSL) foi eleito em 28 de outubro de 2018, obtendo 57,8 milhões de votos (55,13%), contra 47 milhões (44,87%) de seu opositor, Fernando Haddad (PT)<sup>2</sup>. A chegada de Bolsonaro ao poder foi considerada como a face brasileira de um contexto de crise da democracia mundo afora (LEVITSKY; ZIBLATT, 2017; CRAVO, 2019; WEIZENMANN, 2019), com potenciais efeitos negativos para as instituições e a política do país (SCHENONI; MAINWARING, 2018).

Após mais da metade do mandato de Bolsonaro, pesquisas já indicam retrocessos democráticos no contexto brasileiro (e.g. ALBUQUERQUE, 2021; AVRITZER; KERCHÉ; MARONA, 2021). Relatório publicado pelo instituto *Varieties of Democracy*<sup>3</sup>, da Universidade de Gotemburgo, na Suécia, aponta o Brasil como uma das nações que mais teve deterioração do regime democrático em 2020, em conjunto com países como Índia e Turquia (ALIZADA *et al.*, 2021). Segundo o documento, esse processo tem seguido padrões similares nos distintos países: governos atacam a imprensa e a sociedade civil, fomentando a polarização ao desrespeitar oponentes e disseminar informações falsas. O objetivo, diz o relatório, é minar as

<sup>2</sup> Ver <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>.

<sup>3</sup> Ver <https://www.v-dem.net/>.

instituições democráticas. O levantamento considera um banco de dados com informações sobre liberdades civis, direitos humanos e outros temas relacionados à democracia nos países analisados.

A eleição de Bolsonaro, porém, não foi o início de uma crise que vem desafiando as instituições democráticas do país. Avritzer (2018) já apontava que, entre 2013 e 2018, produziu-se um “mal-estar” na democracia no Brasil. Ou seja, sob tal perspectiva, Bolsonaro não teria inaugurado uma conjuntura de retrocessos, mas sim seria um produto de vários outros acontecimentos que tiveram efeitos negativos para a política do país. De fato, o período iniciado em 2013 trouxe uma série de turbulências para as instituições brasileiras.

O início dessa inquietude democrática ocorreu em junho de 2013, quando manifestantes saíram às ruas para, inicialmente, protestar contra o valor das tarifas de transporte público em cidades como São Paulo, Florianópolis e Salvador. O movimento cresceu, e acabou englobando outras pautas<sup>4</sup>, incluindo um sentimento antipolítica e contra a corrupção. Nesse momento, segundo Singer (2013, p. 34),

o que havia sido um movimento da nova esquerda passou a ser um arco-íris, em que ficaram juntos desde a extrema-esquerda até a extrema-direita. As manifestações adquirem, a partir daí, um viés oposicionista que não tinham antes, tanto ao governo federal quanto aos governos estaduais e municipais.

Pesquisa de Mendonça (2018, p. 18) aponta que, apesar de serem simpáticos a ideais de participação política, os manifestantes de 2013 possuíam “pouca preocupação com regras e instituições que assegurem a democracia”. Em um dos atos, tal posicionamento ficou explícito: em Brasília, participantes do protesto subiram na cobertura do Congresso Nacional<sup>5</sup>. Mendonça (2018, p. 18) argumenta que “a crítica veemente às instituições vigentes caminha para uma negação da própria institucionalidade da democracia e para um apagamento de suas múltiplas dimensões”. No final daquele mês, como uma tentativa de responder às demandas levantadas nos protestos, a então presidente Dilma Rousseff (PT) anunciou medidas nas áreas de saúde, educação, transporte, responsabilidade fiscal e reforma política<sup>6</sup>. Tais ações, entretanto, não foram suficientes para conter a insatisfação.

<sup>4</sup> Ver <https://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/protestos-pelo-pais-tem-125-milhao-de-pessoas-um-morto-e-confrontos.html>.

<sup>5</sup> Ver <https://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2013/06/manifestantes-ocupam-cobertura-do-congresso-nacional-em-brasilia.html>.

<sup>6</sup> Ver <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/06/dilma-anuncia-cinco-medidas-em-resposta-manifestacoes.html>.

Em meio à intranquilidade das ruas, no ano seguinte foi deflagrada a Operação Lava Jato<sup>7</sup>, uma investigação sobre irregularidades e desvios de verbas públicas em contratos da Petrobras. Segundo Marona e Kerche (2021), a operação foi um marco do que seria uma mudança institucional no combate à corrupção no Brasil, com a atribuição de centralidade ao Ministério Público e ao Poder Judiciário nesse tipo de investigação e o enquadramento de tais casos como episódios de crime organizado. Para os autores, “uma das consequências mais perigosas nesses casos foi uma percepção difusa da política como corrupção, e dos políticos como criminosos. A aproximação entre corrupção e crime organizado atingiu o sistema político de forma difusa, criminalizando a própria atividade política”<sup>8</sup> (MARONA; KERCHE, 2021, p. 30, tradução nossa). Em seus dois primeiros anos, a operação mirou nomes importantes do PT (Partido dos Trabalhadores)<sup>9</sup>, a exemplo do ex-ministro José Dirceu e do ex-tesoureiro da agremiação, João Vaccari Neto.

Ao escândalo de corrupção associado às investigações da Lava Jato se somou uma conjuntura de acirramento ideológico e de retração da economia. Em 2014, Dilma Rousseff (PT) foi reeleita com 51,64% dos votos, contra 48,36% de seu oponente, Aécio Neves (PSDB)<sup>10</sup>. Este seria o quarto mandato seguido de um presidente do PT – antes de Rousseff, Luiz Inácio Lula da Silva governou o país por oito anos, entre 2003 e 2010. A vitória da petista por uma diferença tão pequena motivou questionamentos de Neves a respeito da lisura do processo eleitoral<sup>11</sup>. Auditoria do próprio PSDB, porém, não encontrou indícios de fraude no pleito<sup>12</sup>.

A eleição apertada foi, ainda, um sintoma da perda de adesão do PT junto à sociedade: segundo Ribeiro, Carreirão e Borba (2016), entre os pleitos de 2010 (quando Rousseff foi eleita pela primeira vez) e 2014 (ocasião de sua reeleição), houve queda significativa da preferência do eleitorado pelo partido e, de outro lado, aumento da quantidade de cidadãos refratários à agremiação. Os autores afirmam que o resultado está relacionado às denúncias de corrupção envolvidas na Lava Jato.

<sup>7</sup> Ver <http://www.mpf.mp.br/grandes-casos/lava-jato/entenda-o-caso>.

<sup>8</sup> No original: “One of the most dangerous consequences in these cases is a diffuse perception of politics as corruption and politicians as criminals. The approximation of corruption to organized crime diffusely struck the political system and criminalized political activity itself.”

<sup>9</sup> Ver <https://epoca.oglobo.globo.com/tempo/noticia/2015/03/binvestigacao-da-lava-jatob-chega-ao-coracao-do-pt.html>.

<sup>10</sup> Ver [https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/26/politica/1414362936\\_748118.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/26/politica/1414362936_748118.html).

<sup>11</sup> Ver <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,psdb-de-aecio-neves-pede-auditoria-na-votacao,1585755>.

<sup>12</sup> Ver <https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2015/Novembro/plenario-do-tse-psdb-nao-encontra-fraude-nas-eleicoes-2014>.

No que diz respeito à economia, em 2015 o Produto Interno Bruto brasileiro caiu 3,8%, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) – o pior resultado para o indicador em 25 anos<sup>13</sup>. De outro lado, houve aumento do desemprego<sup>14</sup> e da inflação<sup>15</sup>. Estudo de Veiga, Dutt-Ross e Martins (2019) aponta que a percepção negativa da economia e o entendimento de que a corrupção era um dos três principais problemas do país tiveram impacto sobre a popularidade de Rousseff. No primeiro ano de seu segundo mandato, a presidente viu sua avaliação junto aos cidadãos desidratar: em dezembro de 2015, levantamento do Ibope<sup>16</sup> demonstrava que apenas 9% dos brasileiros consideravam sua gestão ótima ou boa, enquanto 70% julgavam que a administração era ruim ou péssima.

A insatisfação do eleitorado abriu espaço para que o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha acolhesse um pedido de impeachment contra Rousseff<sup>17</sup> em dezembro de 2015, sob a alegação de que haviam sido realizadas pedaladas fiscais<sup>18</sup>. O argumento formal era de que a presidente havia cometido um crime de responsabilidade, já que sua gestão havia atrasado, propositalmente, repasses de recursos a bancos e autarquias. O objetivo seria melhorar as contas do governo de forma artificial. No âmbito político, porém, a decisão foi considerada uma retaliação ao PT, que não havia contribuído para impedir um processo de cassação contra Cunha (o ex-presidente da Câmara seria posteriormente cassado<sup>19</sup> e preso pela Lava Jato<sup>20</sup>).

Os protestos contra o governo de Rousseff (ROCHA, 2019), que ocorriam desde 2015, se avolumaram no ano seguinte<sup>21</sup>. Em maio de 2016, a petista foi afastada do cargo<sup>22</sup>. Em agosto do mesmo ano, o impeachment foi concluído<sup>23</sup>, e seu vice, Michel Temer (MDB), assumiu a Presidência. Os arranjos políticos que envolveram o impedimento da ex-presidente fomentaram

<sup>13</sup> Ver <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2016/03/03/pib-2015.htm>.

<sup>14</sup> Ver <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2016/03/15/taxa-de-desemprego-alcanca-85-em-2015-a-mais-alta-em-tres-anos.ghml>.

<sup>15</sup> Ver [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/08/economia/1452253515\\_364203.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/08/economia/1452253515_364203.html).

<sup>16</sup> Ver <https://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/governo-dilma-tem-aprovacao-de-9-e-reprovacao-de-70-diz-ibope.html>.

<sup>17</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1714133-cunha-deflora-processo-de-impeachment-contradilma.shtml>.

<sup>18</sup> Ver <https://infograficos.estadao.com.br/economia/pedaladas-fiscais/>.

<sup>19</sup> Ver <https://www.camara.leg.br/noticias/497951-camara-cassa-mandato-de-eduardo-cunha/>.

<sup>20</sup> Ver <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2016/10/juiz-federal-sergio-moro-determina-prisao-de-eduardo-cunha.html>.

<sup>21</sup> Ver <https://oglobo.globo.com/politica/protestos-contradilma-reunem-36-milhoes-em-todos-os-estados-18865889>.

<sup>22</sup> Ver <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/05/12/dilma-e-notificada.htm>.

<sup>23</sup> Ver <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/08/senado-aprova-impeachment-dilma-perde-mandato-e-temer-assume.html>.

a tese de que o processo não foi um impeachment, e sim um golpe parlamentar<sup>24</sup>. O próprio ex-presidente Temer referiu-se ao caso como um golpe em entrevista concedida em 2019<sup>25</sup>.

Todos esses acontecimentos embasaram a tese de Avritzer (2018) de que o país estaria passando por um período de retrocesso democrático. O argumento do autor é de que tais momentos constituem um padrão na democracia brasileira. Em outras palavras, Avritzer (2018) defende que o regime democrático no Brasil se caracteriza por um movimento pendular, em que períodos de avanço são intercalados com momentos de retrocesso, a exemplo do iniciado em 2013. Diz o autor:

Trata-se de entender a democracia no Brasil a partir de um processo de construção mais longo, que deve ser pensado a partir das tentativas de instauração de uma ordem democrática no pós-guerra e dos inúmeros elementos/momentos autoritários que sobreviveram à democratização do nosso país entre 1946 e 1985 e que se rearticularam posteriormente. Nesse sentido, a interpretação que proponho é que o país oscila, desde 1946, entre ondas de otimismo democrático e fortes inversões antidemocráticas. (AVRITZER, 2018, p. 277).

Nesse sentido, a eleição de Bolsonaro em 2018 não pode ser compreendida como um fenômeno isolado, mas sim como um produto da conjuntura acima descrita. Além dos acontecimentos mencionados, é forçoso destacar que, em 2018, o ex-presidente Lula foi preso em desdobramentos da Lava Jato<sup>26</sup>, em um processo judicial contestado (e.g. PRONER *et al.*, 2017), o que o impediu de concorrer nas eleições daquele ano. Lula foi solto apenas no final de 2019<sup>27</sup>. O ex-juiz Sérgio Moro, que determinou a prisão do petista e foi peça importante na Lava Jato, posteriormente renunciou a seu cargo para ser ministro do governo Bolsonaro<sup>28</sup>. Moro rompeu com o governo em 2020<sup>29</sup> e, no início de 2021, se declarava como pré-candidato a presidente<sup>30</sup>.

As evidências, portanto, são de que Bolsonaro foi alçado à Presidência aproveitando um contexto de desgaste dos políticos tradicionais, com um forte componente de antipetismo.

<sup>24</sup> Sobre o uso do conceito de golpe, ver Marsteintredet e Malamud (2019).

<sup>25</sup> Ver <https://oglobo.globo.com/politica/eu-jamais-apoiei-ou-fiz-empenho-pelo-golpe-diz-temer-sobre-impeachment-de-dilma-23953119>.

<sup>26</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/lula-e-presno.shtml>.

<sup>27</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/11/ex-presidente-lula-e-solto-apos-580-dias-presno-na-policia-federal-em-curitiba.shtml>.

<sup>28</sup> Ver <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/24/juiz-da-lava-jato-moro-deixou-a-magistratura-para-assumir-ministerio-da-justica-no-governo-bolsonaro-veja-perfil.ghtml>.

<sup>29</sup> Ver <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/04/24/moro-ministro-da-justica-deixa-governo-bolsonaro-motivos.htm>.

<sup>30</sup> Ver <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/sergio-moro-e-pre-candidato-a-presidencia-diz-presidente-nacional-do-podemos/>.

Nesse contexto, para Albuquerque (2021), a guinada iliberal<sup>31</sup> da democracia brasileira está relacionada a dois fatores: os esforços do próprio presidente Jair Bolsonaro em minar as instituições; e uma crise prévia, em que estruturas responsáveis por promover *accountability* – e.g., as próprias empresas jornalísticas, o Ministério Público e o Poder Judiciário – acabaram por enfraquecer as instituições democráticas que deveriam proteger.

Em sintonia com tal diagnóstico, análise conduzida por Fuks, Ribeiro e Borba (2021) considerando dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (Eseb), do Centro de Estudos de Opinião Pública da Universidade de Campinas<sup>32</sup>, e do *Latin Public Opinion Project* (LAPOP) indica que um sentimento mais amplo de aversão aos próprios partidos políticos, no geral, contribuiu para a vitória de Bolsonaro. Outro trabalho, de Amaral (2020) – também desenvolvido com dados do Eseb –, demonstra que o sentimento de antipetismo e o aumento no número de eleitores que se declararam identificados com a direita do espectro político estão entre as variáveis associadas ao voto em Bolsonaro.

De fato, mesmo tendo sido vereador pela cidade do Rio de Janeiro e, depois, deputado federal por sete mandatos consecutivos<sup>33</sup>, Bolsonaro teve nos ataques ao PT e à esquerda parte importante de sua retórica de campanha<sup>34</sup>, o que não o isentou de fazer críticas a outros partidos políticos, como ao chamado Centrão (bloco de agremiações considerados fisiológicas<sup>35</sup>) e ao que ele denominava como “velha política”<sup>36</sup>. Antes das eleições, em entrevista à revista *Veja*, por exemplo, Bolsonaro afirmou que, caso fosse vitorioso, escolheria seus ministros com base “na competência” e não em troca de apoio no Congresso Nacional<sup>37</sup>. I.e., Bolsonaro construiu sua campanha em oposição ao *establishment*, considerado corrupto – grupo que, à época, estaria identificado com o PT e com outros partidos políticos tradicionais.

Nesse contexto, segundo Nicolau (2020, p. 82), “em 2018, ser antipetista significou ser bolsonarista”. O autor também destaca a importância dos evangélicos no sucesso do presidente: em 2018, o então candidato do PSL teve apoio de 70% dos eleitores desse segmento – o maior

---

<sup>31</sup> Democracias iliberais seriam aquelas em que eleições livres são combinadas com o cerceamento de direitos constitucionais e liberdades (ZAKARIA, 1997). Sobre o assunto, ver Smith e Ziegler (2008) e Sajó, Uitz e Holmes (2021).

<sup>32</sup> Ver <https://www.cesop.unicamp.br/por/eseb>.

<sup>33</sup> Ver <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-presidencia/biografia-do-presidente>.

<sup>34</sup> Em setembro de 2018, durante um evento de campanha, Bolsonaro chegou a afirmar que iria “fuzilar a petralhada”. Ver <https://oglobo.globo.com/politica/campanha-confirma-video-em-que-bolsonaro-fala-em-fuzilar-petralhada-do-acre-foi-brincadeira-23033857>.

<sup>35</sup> Ver <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/08/18/o-que-e-o-centrao-que-cada-vez-mais-protagoniza-o-governo-bolsonaro.htm>.

<sup>36</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/05/bolsonaro-agora-adepto-ao-toma-la-da-ca-ja-foi-um-feroz-critico-da-velha-politica-relembre.shtml>.

<sup>37</sup> Ver <https://veja.abril.com.br/politica/em-entrevista-bolsonaro-refuta-apoio-do-centrao-em-caso-de-vitoria/>.

desde 2002. Na mesma linha, Amaral (2020) argumenta que homens e evangélicos apresentaram estatisticamente mais chances de votar em Bolsonaro na comparação com mulheres e católicos, respectivamente.

A referência à religiosidade estava no próprio nome da coligação do então candidato: “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Pesquisa de Ferreira e Fuks (2021) demonstra que o hábito de frequentar cultos religiosos explicou aproximadamente 16% do efeito de ser evangélico sobre votar em Bolsonaro. Tamaki, Mendonça e Ferreira (2021), por sua vez, exploram como, após eleito, Bolsonaro seguiu acionando símbolos relacionados ao Cristianismo, enfraquecendo as barreiras entre religião e política.

Já Rennó (2020) desvela outro fator a ser considerado para que o sucesso eleitoral de Bolsonaro possa ser compreendido: a identificação dos eleitores com pautas conservadoras, como as defendidas pelo presidente. De acordo com o autor, posicionamentos contra o aborto, a favor da diminuição da maioria penal e da pena de morte, contra a descriminalização das drogas e alinhados à ideia de que “bandido bom é bandido morto” estão entre as características que aumentaram a probabilidade de voto em Bolsonaro em 2018. Pesquisa de Setzler (2021), porém, sustenta que avaliações a respeito de minorias (como mulheres e homossexuais) desempenharam um papel menor na tendência de voto em Bolsonaro se comparadas ao sentimento de antipetismo.

Por fim, cabe destacar que, em 2020, o Brasil – assim como o resto do mundo – sofreu os impactos da pandemia de Covid-19 tanto na área de saúde pública quanto na economia. Até fevereiro de 2021, o país registrava 643 mil mortos pela doença. Na área econômica, a pandemia anulou o tímido avanço registrado em 2019<sup>38</sup>: o Brasil teve queda de 3,9% do PIB em 2020, segundo o IBGE<sup>39</sup>, e registrou recorde do número de pessoas desempregadas<sup>40</sup>. Apesar de ter sido melhor do que o anterior, o ano de 2021 seguiu com indicadores ruins na área econômica, com destaque para o aumento da inflação<sup>41</sup>.

A conduta de Bolsonaro durante a pandemia foi alvo de críticas de vários segmentos da sociedade. Isso porque, a exemplo de Donald Trump, ex-presidente dos EUA<sup>42</sup>, o mandatário

---

<sup>38</sup> Ver <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/03/04/pib-do-brasil-cresce-11percent-em-2019.ghtml>.

<sup>39</sup> Ver <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/12/02/pib-de-2020-foi-revisado-para-queda-de-39percent-mostra-ibge.ghtml>.

<sup>40</sup> Ver <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/02/26/desemprego---pnad-continua---dezembro-2020.htm>.

<sup>41</sup> Ver <https://www.nexojournal.com.br/extra/2022/01/11/Infla%C3%A7%C3%A3o-fecha-2021-com-alta-de-1006-a-maior-desde-2015>.

<sup>42</sup> Ver <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-10-06/trump-se-entrega-ao-negacionismo-da-covid-19-na-reta-final-da-campanha.html>.

brasileiro amplificou teorias negacionistas, minimizando a gravidade da doença<sup>43</sup> e propagando tratamentos sem eficácia contra a Covid-19<sup>44</sup> (RICARD; MEDEIROS, 2020). Nesse contexto, a revista científica *The Lancet* publicou, em maio de 2020, um editorial em que afirmava que a maior ameaça para o combate à pandemia no Brasil era o próprio presidente<sup>45</sup>. A omissão do governo no enfrentamento da doença e suspeitas de irregularidades na compra de vacinas foram alvos de investigação em uma CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito) no Congresso. O relatório final da CPI pediu indiciamentos de pessoas e empresas, além de atribuir crimes ao presidente, sugerindo sua responsabilização<sup>46</sup>. O prosseguimento do processo depende da Procuradoria-Geral da República e do Ministério Público.

No que diz respeito aos efeitos da pandemia sobre a democracia, análise de Avritzer e Rennó (2021), realizada a partir de dados do *survey* A Cara da Democracia<sup>47</sup>, mostra que houve impacto sobre a avaliação do Congresso: o nível de desconfiança em relação à instituição caiu nove pontos percentuais (de 76% em 2018 para 65% em 2020). Segundo os autores, a melhoria na imagem do Parlamento se relaciona, justamente, às ações de deputados e senadores na pandemia, já que tais representantes assumiram o protagonismo na resposta à conjuntura adversa em face da omissão do Executivo<sup>48</sup>. Também houve redução no percentual de cidadãos que apoiam uma possível intervenção militar no país. De acordo com Avritzer e Rennó (2021, p. 10, tradução nossa),

Os dados indicam uma desconfiança estrutural nas instituições democráticas, além de uma insatisfação com a democracia. Apesar disso, a pandemia, em conjunto com a reação de Bolsonaro à crise e sua posição sobre a democracia, pode ter tido um efeito inesperado de atenuar atitudes radicais e autoritárias junto ao público, estimulando formas específicas de suporte ao sistema<sup>49</sup>.

Tendo apresentado, em linhas gerais, a conjuntura que serve como pano de fundo ao objeto desta pesquisa, cabe perguntar: de que forma teorias sobre o populismo ajudam a

<sup>43</sup> Ver <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>.

<sup>44</sup> Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57166743>.

<sup>45</sup> Ver [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)31095-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)31095-3/fulltext).

<sup>46</sup> Ver <https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/26/cpi-da-covid-aprova-relatorio-atribui-nove-crimes-a-bolsonaro-e-pede-80-indiciamentos.ghtml>.

<sup>47</sup> Ver <https://www.institutodademocracia.org/a-cara-da-democracia>.

<sup>48</sup> Foi o Congresso, por exemplo, que atuou para aumentar o valor do auxílio oferecido pelo governo a famílias vulneráveis durante a pandemia. Ver <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/26/bolsonaro-aumenta-valor-apos-fala-de-maia-e-propoe-r-600-a-trabalhadores.htm>.

<sup>49</sup> No original: “The data indicate a structural mistrust in democratic institutions and dissatisfaction with democracy. However, the pandemic, together with Bolsonaro’s reaction to it and his position on democracy, may have had the unexpected effect of attenuating radical authoritarian attitudes in the public and spurring on specific forms of support for the system.”

compreender a performance política do presidente Jair Bolsonaro? As relações entre o conceito de populismo e o caso em discussão são exploradas na seção a seguir.

#### 4.1 DEFINIÇÕES DE POPULISMO E SUAS RELAÇÕES COM O CASO BOLSONARO

Casos de populismo já foram registrados em diversos países da América Latina, em diferentes períodos históricos (DE LA TORRE, 2010; 2013a; BARR, 2017; LARA, 2019). No século XX, a história do fenômeno é dividida em três fases: o protopopulismo, ocorrido entre 1900 e 1920; o populismo clássico, entre 1940 e 1960; e o neopopulismo, dos anos 1990 (CONNIFF, 2003). No Brasil, presidentes como Getúlio Vargas (TRIAS, 1978) e Fernando Collor de Mello (PANIZZA, 2000) são apontados pela literatura como exemplos de populistas. Analisando os discursos de presidentes brasileiros entre 1985 e 2019, Ricci, Izumi e Moreira (2021) identificam, além de Collor de Mello, mais dois mandatários com retórica populista na história recente: Luiz Inácio Lula da Silva e Jair Bolsonaro. Outros autores também têm afirmado que Bolsonaro é um representante populista (DALY, 2019; LASCO, 2020; WAISBORD, 2020; CASARÕES; FARIAS, 2021; HUNTER; VEGA, 2021).

O conceito de populismo, porém, não é consensual na literatura (PANIZZA, 2005; MUDDE, 2004; 2017; FREI; KALTWASSER, 2008; MOFFITT; TORMEY, 2014; MUDDE; KALTWASSER, 2017). Segundo Kaltwasser *et al.* (2017), os estudos a respeito do tema são fragmentados, frequentemente focados em casos específicos, i.e., analisam movimentos, partidos ou líderes de um determinado país. Nesse contexto, Urbinati (2019) afirma que as pesquisas sobre o fenômeno populista podem ser divididas em dois grandes grupos. O primeiro, ligado a estudos comparativos e históricos (MAHONEY; THELEN, 2015), se debruça predominantemente sobre as condições sociais que possibilitam o florescimento do populismo. Nesse caso, pesquisadores buscam analisar, por exemplo, de que maneira o populismo se consolida como um estilo de fazer política, associado a construções retóricas específicas, e as estratégias empregadas por líderes populistas em determinadas circunstâncias.

Já o segundo grupo de estudos está atrelado à teoria política, e busca compreender o fenômeno em si, incluindo suas características e sua natureza, além de suas relações com a democracia. Especificamente no que diz respeito às conexões entre o populismo e a democracia, também há entendimentos distintos: alguns autores consideram que o fenômeno pode ser classificado como uma patologia da democracia representativa (TAGGART, 2002), enquanto

outros apontam que se trata de uma parte da política e do próprio regime democrático (CANOVAN, 1999; LACLAU, 2005a; MOUFFE, 2005).

De Vreese *et al.* (2018, p. 2, tradução nossa) explicitam diferentes efeitos, positivos e negativos, que podem advir do fenômeno populista:

O populismo pode aumentar a representação e dar voz a grupos de cidadãos que não se sentem ouvidos pela elite política. Ele também pode aumentar a atenção a questões que não estão contempladas pelas organizações jornalísticas *mainstream* e mobilizar grupos de pessoas que se sentem à margem do sistema político. O populismo pode melhorar a responsividade do sistema político ao fazer com que atores e partidos se alinhem mais às “vontades do povo”. (...) Dito isso, o populismo também pode desafiar e ter consequências negativas para a democracia liberal (MUDDE; KALTWASSER, 2017). O populismo pode restringir os direitos de minorias e usar um mandato eleitoral para erodir instituições independentes que são consideradas basilares da democracia liberal, como Cortes e a imprensa livre.<sup>50</sup>

Apesar das contestações que envolvem o conceito, Panizza (2005) afirma que as diferentes abordagens a respeito do fenômeno têm em comum a identificação de um processo de divisão da sociedade, do qual o “povo” emerge como um ator político soberano que se opõe ao *establishment*. É por isso que o populismo pode estar associado a movimentos, líderes ou partidos de diferentes espectros ideológicos: “O populismo é, então, um modo de identificação à disposição de qualquer ator político que opera em um campo discursivo no qual a noção de soberania do povo, e de conflito entre os poderosos e os não-poderosos, são elementos centrais do imaginário político”<sup>51</sup> (PANIZZA, 2005, p. 4, tradução nossa).

O autor argumenta, ainda, que fenômenos populistas se desenvolvem em contextos nos quais as instituições falham em regular e estabelecer uma ordem social estável, i.e., quando há inquietação entre os distintos atores e apelos pela redefinição de barreiras políticas e sociais. De acordo com Panizza (2005), o populismo também diz respeito a um “acordar” de determinados grupos sociais à política, processo no qual cidadãos antes não representados – de determinadas origens étnicas, de classe, regionais etc. – passam a ser reconhecidos como atores políticos. Nesse contexto, os líderes populistas transformam o que seriam “símbolos de

---

<sup>50</sup> No original: “Populism might increase representation and give a voice to groups of citizens that do not feel heard by the current political elite. Populism might broaden the attention for issues that are not in the mainstream news. Populism might mobilize groups of people that have felt on the fringe of the political system. Populism might improve the responsiveness of the political system by making actors and parties align their policies more with the ‘wishes of the people.’ (...) That said, populism might also challenge or have outright negative consequences for liberal democracy (Mudde and Kaltwasser 2017). Populism might curb minority rights. Populism can use an electoral mandate to erode independent institutions that are considered corner stones of liberal democracies like the courts or the free media.”

<sup>51</sup> No original: “Populism is thus a mode of identification available to any political actor operating in a discursive field in which the notion of the sovereignty of the people and its inevitable corollary, the conflict between the powerful and the powerless, are core elements of its political imaginary.”

inferioridade” em “manifestações da dignidade do povo”. Ademais, o desenvolvimento de tais fenômenos pode estar relacionado não apenas à falta de representatividade ou à ineficiência das instituições, como também ao descrédito nessas estruturas, a exemplo de partidos políticos.

Diz o autor: “Ao levantar questões estranhas a respeito das formas modernas de democracia, e frequentemente ao representar a face feia do povo, o populismo não é nem a maior manifestação da democracia nem sua inimiga, mas um espelho no qual a democracia pode contemplar a si mesma”<sup>52</sup> (PANIZZA, 2005, p. 30, tradução nossa). Como descrito na seção anterior, a conjuntura brasileira anterior à eleição de Bolsonaro corresponde aos pré-requisitos descritos por Panizza (2005), especialmente no que diz respeito ao descrédito com relação a partidos políticos.

### **A ideia de “povo”, segundo Laclau**

As reflexões do autor demonstram, ademais, que um aspecto central no estudo do fenômeno populista é o conceito de “povo”. Com relação a essa definição, Laclau (2005a; 2005b) desenvolveu um entendimento específico, considerado clássico nas pesquisas a respeito do populismo.

Segundo ele, o fenômeno populista está relacionado a contextos em que demandas populares não são atendidas e tendem a se unificar, tornando-se equivalentes e fazendo com que as singularidades dos atores sociais sejam deixadas em segundo plano. Assim, para ele, “uma situação em que coexistem uma pluralidade de demandas não satisfeitas e uma crescente inabilidade das instituições em absorvê-las cria as condições para uma ruptura populista”<sup>53</sup> (LACLAU, 2005a, p. 37, tradução nossa).

Laclau (2005a) afirma que esse processo de uniformização de demandas insatisfeitas cria uma subjetividade popular, ou seja, uma identificação que divide a sociedade entre os poderosos e os oprimidos. E, segundo ele, não há populismo sem essa divisão, já que é necessária a criação de um inimigo, seja ele qual for – as elites, o *establishment*, o antigo regime etc. Do outro lado, do “povo”, é forjada uma equivalência, na medida em que diferenças entre os grupos sociais são apagadas em prol da homogeneização de um conjunto de pessoas consideradas “virtuosas”, sempre em antagonismo ao “resto”. Por isso, a ideia de “povo”, na

---

<sup>52</sup> No original: “By raising awkward questions about modern forms of democracy, and often representing the ugly face of the people, populism is neither the highest form of democracy nor its enemy, but a mirror in which democracy can contemplate itself, warts and all, and find out what it is about and what it is lacking.”

<sup>53</sup> No original: “A situation in which a plurality of unsatisfied demands and an increasing inability of the institutional system to absorb them differentially co-exist, creates the conditions leading to a populist rupture.”

concepção do autor, é um significante “vazio”, que pode ser preenchido com qualquer tipo de discurso ou ator, desde partidos políticos a movimentos revolucionários.

A chamada “pobreza” dos símbolos populistas é a condição para a sua eficácia política: já que sua função é tornar equivalente e homogênea uma realidade altamente heterogênea, eles só podem fazê-lo reduzindo ao mínimo as particularidades em seu conteúdo. No limite, esse processo chega em um ponto no qual essa homogeneização é carregada somente por um puro nome: o nome do líder.<sup>54</sup> (LACLAU, 2005a, p. 40, tradução nossa).

Na concepção de Laclau (2005a), portanto, o conceito de populismo é definido especificamente por esse modo de articulação de ideias, independentemente do contexto em que isso é feito – o que dá origem a “variedades” do fenômeno (NORRIS, 2020). “O populismo não define a política dessas organizações, mas sim a forma com que elas articulam seus temas – quaisquer sejam eles”<sup>55</sup> (LACLAU, 2005a, p. 44, tradução nossa).

Assim, conclui o autor, o que pesquisadores devem questionar é *até que ponto* um movimento, partido ou líder é populista, isto é, em que medida essa lógica de equivalência e homogeneidade está presente em seus discursos. Isso implica que nenhum movimento político será completamente livre de características populistas, já que a própria política envolve a criação de fronteiras e identidades sociais. Mas, quanto mais houver uma separação entre as diferentes alternativas políticas (i.e., polarização), maior deve ser o grau de populismo em determinado contexto.

Conforme abordamos anteriormente, o presidente Jair Bolsonaro, desde a campanha, buscou se opor ao que denominava “velha política” (mesmo que tenha sido deputado por várias legislaturas). Além disso, muito antes do pleito, em 2015, Bolsonaro já afirmava ser “o que o povo quer”<sup>56</sup>. Depois de eleito, o presidente continuou acionando essa ideia em várias ocasiões. Em 2021, por exemplo, ele fez um post no Twitter<sup>57</sup> afirmando que o “poder moderador é o povo brasileiro”. A postagem ocorreu no dia 7 de setembro (quando é celebrada a

<sup>54</sup> No original: “The so-called ‘poverty’ of the populist symbols is the condition of their political efficacy - as their function is to bring to equivalential homogeneity a highly heterogeneous reality, they can only do so on the basis of reducing to a minimum their particularistic content. At the limit, this process reaches a point where the homogenising function is carried out by a pure name: the name of the leader.”

<sup>55</sup> No original: “Populism’ does not define the actual politics of these organisations, but is a way of articulating their themes – whatever those themes may be.”

<sup>56</sup> Ver <https://twitter.com/flaviobolsonaro/status/617876153915842560>.

<sup>57</sup> Ver <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1435390903435284481>.

Independência do Brasil), ocasião em que manifestantes saíram às ruas, com o apoio do presidente<sup>58</sup>, pedindo uma intervenção militar no país<sup>59</sup>.

### O populismo como ideologia

Mudde (2004; 2017) também utiliza a ideia de “povo”, mas argumenta que o fenômeno populista pode ser definido como uma ideologia. Sua principal característica seria precisamente a separação da sociedade em dois grupos considerados homogêneos e antagônicos: as elites, que seriam corruptas, e o “povo”, considerado “puro”. Nesse contexto, a política é concebida como uma expressão da “vontade geral” do “povo”.

Segundo Mudde (2017), porém, o populismo é diferente de outras ideologias, já que não possui o mesmo nível de refinamento intelectual ou consistência, i.e., se ancora em um conjunto restrito de conceitos políticos. Nas palavras de Mudde (2017), trata-se de uma ideologia *thin-centered* (STANLEY, 2008). Nesse sentido, mesmo que outras ideologias se caracterizem pelo estabelecimento de divisões na sociedade – e.g. o socialismo, por meio do conceito de classe; e o nacionalismo, pela ideia de nação – o populismo se diferencia por respaldar tal divisão em um aspecto moral.

Mesmo dentro de sua própria nação os populistas veem uma oposição fundamental entre “o povo” e “a elite”. E, embora eles tenham interesses socioeconômicos distintos, essa oposição não ocorre por causa da classe, um conceito que o populismo julga secundário, mas sim por causa da moralidade. A essência do povo é a sua pureza, no sentido de que ele é “autêntico”, enquanto as elites são corruptas, porque elas não são autênticas. Pureza e autenticidade não são definidas (essencialmente) em termos étnicos ou raciais, mas sim morais. Elas são sobre “fazer o que é certo”, o que significa o que é certo para todo o povo. Isso é possível porque o populismo considera que “o povo” é uma categoria homogênea.<sup>60</sup> (MUDDE, 2017, p. 49, tradução nossa).

O que determina a “pureza” do “povo” depende de fatores contextuais, segundo Mudde (2017). Em outras palavras, a oposição considerada base da ideologia populista contém ampla flexibilidade, e pode ser adaptada por atores políticos de acordo com a cultura e o contexto em

<sup>58</sup> Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58479785>.

<sup>59</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/08/bolsonaristas-invertem-narrativa-e-tentam-dar-verniz-democratico-a-ato-com-raiz-golpista-no-dia-7.shtml>.

<sup>60</sup> No original: “Even within their own nation populists see a fundamental opposition between “the people” and “the elite.” And while they may have different socio-economic interests, this is not because of class, a concept that populism deems at best secondary, but because of morality. The essence of the people is their purity, in the sense that they are “authentic,” while the elite are corrupt, because they are not authentic. Purity and authenticity are not defined in (essentially) ethnic or racial terms, but in moral terms. It is about “doing the right thing,” which means doing what is right for all the people. This is possible, because populism considers “the people” to be a homogeneous category.”

que se encontram. Ou seja, o que determina quais são as pessoas ou comportamentos “puros” em uma sociedade não será o mesmo conjunto de atributos nos EUA, em países da Europa e da América Latina, dadas as diferenças conjunturais e históricas. Ademais, tais características básicas da ideologia populista podem ser combinadas com as de outras ideologias, dando origem, por exemplo, ao populismo nacionalista (DE CLEEN, 2017; BONIKOWSKI *et al.*, 2018; BRUBAKER, 2019) ou socialista (OLSON, 2017).

Uma amostra de como tais definições são flexíveis diz respeito à forma como a ideia de “povo” é utilizada por líderes em distintos contextos políticos. Segundo Mudde (2004), o conceito de “povo” não é real, já que envolve a construção de um nicho da população por meio de um imaginário comum. Por isso, o uso desse termo varia não apenas entre as distintas culturas, mas, também, de acordo com o líder que o utiliza. Apesar disso, um traço comum dos populistas é a proposta de emancipar o “povo” – ou seja, eles se apresentam como legítimos representantes desse conjunto de pessoas e dizem advogar por seus interesses.

Ainda segundo Mudde (2004), para que ocorra o desenvolvimento de fenômenos populistas, é necessário que existam “circunstâncias especiais”, que frequentemente incluem a combinação entre um ressentimento político persistente, a percepção de que há uma ameaça ao que seria o modo de vida do “povo” (seus hábitos e prescrições morais, por exemplo) e a presença de um líder que seja atraente o suficiente para congregar tais insatisfações. No que diz respeito ao líder do movimento populista, o autor destaca que ele não precisa ser, necessariamente, um “verdadeiro *outsider*”, i.e., alguém que não tenha qualquer envolvimento prévio com a política. É possível, por exemplo, que um líder se apresente como um legítimo representante dos interesses do “povo” mesmo tendo ocupado cargos eletivos (como no caso de Bolsonaro), afirmando que não fazia parte das elites ainda que esteja, de alguma forma, conectado a elas. Por isso, a ideologia populista pode ser utilizada tanto por opositores como políticos do *mainstream*, que estejam, ou não, dentro do governo.

Uma das formas de aproximar o caso de Bolsonaro às reflexões desenvolvidas por Mudde (2004) relaciona-se aos aspectos morais presentes no discurso do presidente. Bolsonaro caracteriza-se como um político conservador, que ataca minorias como mulheres, homossexuais e negros. Ainda como deputado, ele já afirmou que “não estupraria” uma colega, a parlamentar Maria do Rosário (PT-RS), porque ela “não merecia”<sup>61</sup>. Bolsonaro também declarou ser “incapaz de amar um filho homossexual”<sup>62</sup> e, em visita a um quilombo, disse que

---

<sup>61</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/12/1559815-para-rebater-deputada-bolsonaro-diz-que-nao-a-estupraria.shtml>.

<sup>62</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/veja-11-frases-polemicas-de-bolsonaro.shtml>.

“o afrodescendente mais leve de lá pesava sete arrobas”<sup>63</sup>. Tais declarações condizem com uma sociedade desigual<sup>64</sup>, com altos índices de violência contra mulheres<sup>65</sup>, pessoas LGBTQIA+<sup>66</sup> e negros<sup>67</sup>.

Durante as eleições, ademais, conteúdos falsos disseminados pela internet associavam o candidato do PT a políticas que seriam imorais – e.g. a distribuição de mamadeiras eróticas a crianças que frequentavam a rede pública<sup>68</sup>. Ressalte-se, por fim, que o governo Bolsonaro criou um ministério associando temas de direitos humanos à defesa da família “tradicional”<sup>69</sup> (i.e., formada por casais heterossexuais e com filhos), o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. A pasta é comandada por Damares Alves, pastora que já tinha uma trajetória como militante antiaborto<sup>70</sup>.

## O populismo como estratégia política

Outros autores também desenvolveram entendimentos próprios a respeito do fenômeno populista. Weyland (2017), por exemplo, critica abordagens focadas em aspectos ideológicos ou discursivos, afirmando que tais concepções acabam por alargar demais a abrangência do fenômeno, i.e., dificultam a delimitação do que seria, ou não, um caso de populismo. O autor propõe uma outra definição, em que considera o populismo como uma estratégia política baseada em uma liderança personalista. Essa liderança teria como principal característica a busca pelo poder sem o intermédio de instituições, ou seja, com base em mecanismos de interação direta com sua massa de seguidores (geralmente desorganizados).

Weyland (2017) concorda que a ideia de “povo” promove uma homogeneização de grupos muito diversos e amorfos, fazendo com que a mobilização de apoiadores ocorra pela figura do líder, que encarnaria a “vontade” desse conjunto de cidadãos. Segundo o autor, porém, a ideia de “povo” seria parte das estratégias e métodos que determinados líderes utilizam para

<sup>63</sup> Ver <https://veja.abril.com.br/brasil/bolsonaro-e-acusado-de-racismo-por-frase-em-palestra-na-hebraica/>.

<sup>64</sup> Ver <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2021/04/25/Desigualdade-de-g%C3%AAnero-e-ra%C3%A7a-o-perfil-da-pobreza-na-crise>.

<sup>65</sup> Ver <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/06/07/1-em-cada-4-mulheres-foi-vitima-de-algum-tipo-de-violencia-na-pandemia-no-brasil-diz-datafolha.ghtml>.

<sup>66</sup> Ver <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2021/07/15/lgbtfobia-cresce-20-no-brasil-numero-ainda-e-subnotificado-diz-advogada.htm>.

<sup>67</sup> Ver <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/31/negros-tem-mais-do-que-o-dobro-de-chance-de-serem-assassinados-no-brasil-diz-atlas-grupo-representa-77percent-das-vitimas-de-homicidio.ghtml>.

<sup>68</sup> Ver <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/mamadeiras-eroticas-nao-foram-distribuidas-em-creches-pelo-pt/>.

<sup>69</sup> Ver <https://exame.com/brasil/numero-de-ministros-e-ministras-esta-equilibrado-diz-bolsonaro/>.

<sup>70</sup> Ver [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/06/politica/1544130330\\_946126.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/06/politica/1544130330_946126.html).

conquistar e permanecer em cargos de poder. “O populismo é notório por suas idas e vindas, motivadas por esforços oportunistas de líderes personalistas para concentrar poder e permanecer no cargo. A força motora do populismo é política, não ideológica”<sup>71</sup> (WEYLAND, 2017, p. 80, tradução nossa).

Além da ideia de “povo”, outro elemento crucial na estratégia política populista, segundo Weyland (2017), é a mobilização constante de seguidores contra determinados inimigos. Já que o contato entre o líder e seus apoiadores ocorre de forma desinstitucionalizada, políticos populistas precisam cultivar essa conexão continuamente. Segundo o autor, isso se dá pelo estabelecimento de “missões” atribuídas ao líder, frequentemente relacionadas ao combate de inimigos que ameaçariam a vontade popular. Por isso, “uma retórica antielite é um instrumento político importante para líderes populistas, já que eles estão na constante busca por inimigos; a ausência desses desafios esvazia sua liderança e coloca seu apoio em risco”<sup>72</sup> (WEYLAND, 2017, p. 85, tradução nossa). A principal diferença dessa concepção para as abordagens ideológicas e discursivas, segundo o autor, é o fato de que a criação de inimigos e a homogeneização de grupos sociais, por meio do conceito de “povo”, não seria um processo originado na própria sociedade (*bottom-up*), mas sim um instrumento usado pelos líderes populistas (i.e., *top-down*). Ou seja, uma condição necessária para o florescimento do populismo é a existência de um elevado grau de personalismo.

Urbinati (2019) também dá ênfase ao caráter estratégico do fenômeno populista ao afirmar que, quando líderes populistas chegam ao poder, eles se instalam no governo não como ocupantes temporários, mas sim como os “vencedores certos”, que têm a missão de trazer de volta ao foco os interesses dos “esquecidos”. Para manter a conexão com os apoiadores mesmo após a vitória em processos eleitorais, assim, políticos populistas buscam manter um contato direto com seus seguidores, sem intermediários; e procuram “demonizar” a oposição, classificando-a como ilegítima.

Bolsonaro também se enquadra nessas definições, já que parte de sua estratégia de comunicação envolve sua caracterização como um messias (TAMAKI; MENDONÇA; FERREIRA, 2021). Seus apoiadores mais aguerridos atribuíram-lhe a alcunha de “mito”<sup>73</sup>, o que explicita o grau de personalismo de sua liderança. Além disso, outro aspecto apontado por

<sup>71</sup> No original: “Populism is notorious for its twists and turns, driven by the opportunistic efforts of personalistic leaders to concentrate power and stay in office. The driving force behind populism is political, not ideological.”

<sup>72</sup> No original: “Anti- elite rhetoric is therefore an important political instrument of populist leaders, who are constantly on the look-out for enemies; the absence of challenges deflates their leadership and risks eroding their following.”

<sup>73</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/10/bolsonaro-e-chamado-de-genocida-e-mito-em-caminhada-em-roma.shtml>.

Urbinati (2019), a busca constante por inimigos, se manifesta no caso bolsonarista. Isso porque seu governo faz uso intensivo das redes sociais digitais não apenas para divulgar atos de governo ou construir a imagem pública do presidente, mas também para atacar oponentes e as próprias instituições democráticas. O grupo que cuida dos perfis do próprio Bolsonaro e de seus familiares nas redes sociais – três de seus filhos ocupam cargos eletivos: Carlos Bolsonaro é vereador pelo Rio de Janeiro; Eduardo Bolsonaro é deputado federal por São Paulo; e Flávio Bolsonaro é senador pelo Rio de Janeiro – é conhecido como “gabinete do ódio”<sup>74</sup> justamente por disseminar ofensas e desinformação.

Com relação a ataques feitos contra instituições, inquérito instaurado no Supremo Tribunal Federal (STF) para apurar a disseminação de ameaças e *fake news* sobre a Corte e seus ministros incluiu o próprio presidente por causa de alegações, feitas por Bolsonaro, de fraudes nas urnas eletrônicas<sup>75</sup>. Além de questionar a integridade das eleições, o presidente também enviou ao Senado um pedido de impeachment de um dos ministros do STF, Alexandre de Moraes; e afirmou que não iria obedecer a determinações da Corte<sup>76</sup>. Depois, voltou atrás<sup>77</sup>. I.e., no processo de eleger um inimigo contra o qual lutar – e, assim, mobilizar seus apoiadores –, Bolsonaro atua para enfraquecer instituições democráticas, questionando até mesmo o sistema de votação que lhe elegeu não apenas como presidente, mas também como deputado por tantas legislaturas.

Ainda sobre a definição de populismo como uma estratégia política, é frutífero mencionar que, apesar de ter proferido ataques, durante a campanha eleitoral, contra os partidos tradicionais e o chamado “Centrão”, Bolsonaro acabou aliando-se a esses grupos políticos no decorrer de seu mandato. A mudança de discurso foi tamanha que o presidente afirmou, em 2021, que era do próprio “Centrão”<sup>78</sup>.

### **Aspectos culturais e a performance de líderes populistas**

Já Ostiguy (2017) propõe uma abordagem sociocultural ao fenômeno, enfatizando a performance de líderes populistas, ou seja, sua forma de expressão. Segundo ele, esse

<sup>74</sup> Ver <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/01/18/bolsonaro-resgata-gabinete-do-odio-para-reagir-a-criticas-e-cerco-nas-redes.htm> e <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/06/08/gabinete-do-odio-bolsonaro.htm>.

<sup>75</sup> Ver <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58095228>.

<sup>76</sup> Ver <https://g1.globo.com/politica/blog/geron-camarotti/post/2021/08/23/ataques-de-bolsonaro-ao-stf-e-pedido-de-impeachment-de-moraes-criam-unidade-inedita-entre-ministros-da-corte.ghtml>.

<sup>77</sup> Ver <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/declaracao-divulgada-por-jair-bolsonaro-foi-redigida-por-michel-temer/>.

<sup>78</sup> Ver <https://oglobo.globo.com/politica/eu-sou-do-centrao-diz-bolsonaro-em-aceno-ao-pp-25121396>.

entendimento pode se relacionar tanto à perspectiva ideacional quanto à que define o populismo como uma estratégia política, na medida em que tal forma de expressão pode ser considerada um produto desses dois aspectos (ideologia e estratégia). Assim, para o autor, o populismo é uma forma de apropriação da ideia de “outro” para fins políticos e de mobilização. Da mesma forma que Laclau (2005a; 2005b) afirma com relação ao conceito de “povo”, Ostiguy (2017) defende que tal ideia de “outro” varia de acordo com o contexto, mas que pode ser reconhecida na medida em que provoca vergonha ou embaraço para grupos considerados “politicamente corretos, adequados ou bem-educados”. Os líderes populistas, de forma antagônica, afirmam que esse “outro” representa grupos excluídos ou “a maioria silenciosa”, i.e., que esse comportamento estaria relacionado ao que é de fato autêntico em uma nação.

O que esses políticos [populistas] representam estaria “debaixo do tapete” e é trazido à luz de uma forma barulhenta, até mesmo feia (ou então “exótica”), mas “orgulhosa” – o que, para muitos, é também irritante. Enquanto muitos prefeririam que eles não existissem, os populistas insistem de uma forma “inapropriada” e barulhenta em se fazer presentes na esfera pública. Nesse sentido, o populismo é “performativo”<sup>79</sup>. (OSTIGUY, 2017, p. 107, tradução nossa).

Tal comportamento, considerado “vulgar”, segundo Ostiguy (2017), seria, na versão dos populistas, uma forma de transgredir a maneira tida como adequada de se fazer política, de se comportar publicamente ou mesmo de se expressar na esfera pública. Em outras palavras, o fenômeno classifica a política considerada “tradicional”, e toda a liturgia e forma de expressão que decorre dela (nomeada por Ostiguy (2017) como o eixo “superior” da cultura e da política), como algo associado a uma “nefasta minoria”. Tal grupo social seria responsável por marginalizar o “povo” ou os “outros” – esses, sim, os verdadeiros representantes da nação. Ao apresentar comportamentos considerados inapropriados pelo *status quo* (isto é, “inferiores”, na classificação do autor), assim, líderes populistas afirmam estar resgatando o protagonismo desses grupos, que teriam sido historicamente marginalizados ou negligenciados pelas elites. Dessa forma, o que é considerado inadequado pelos grupos minoritários seria, na argumentação dos populistas, uma forma de expressão popular e espontânea.

O autor salienta que a divisão entre o que seriam os eixos “superior” e “inferior” de manifestação cultural e política não está associada a níveis de riqueza, i.e., a parte “inferior” não se relaciona a pessoas pobres ou de classes sociais menos abastadas. É por isso que políticos

---

<sup>79</sup> No original: “What these politicians represent is allegedly fetched from ‘under the rug’ and brought to the political fore in a loud, perhaps ugly (or at best, oddly ‘exotic’) but ‘proud’ way—and to many, in a rather annoying way as well. While many would prefer to be without them, the populists insist quite ‘inappropriately’ and loudly on making themselves present in the public sphere.<sup>2</sup> In that sense, populism is “performative.”

como o italiano Silvio Berlusconi e o norte-americano Donald Trump, que ostentam grandes fortunas, estão identificados com a parte “inferior” do esquema analítico.

Na proposta de Ostiguy (2017), por conseguinte, o populismo inevitavelmente está relacionado a algum grau de “escândalo”, seja em relação às políticas públicas implementadas, à abordagem de adversários, ao comportamento público ou às posições defendidas. Assim, as diferenças, segundo o autor, se apresentam também na forma de fazer política: enquanto o eixo “superior” apresenta modelos de autoridade institucionalizados, formais, legalistas e impessoais, o “inferior” (no qual se situa o populismo) abriga líderes personalistas, que na maioria das vezes são homens, promovendo uma forma menos mediada de interação com os cidadãos. Ostiguy (2017) defende que essa forma de encarar o fenômeno populista traz vantagens porque, na medida em que se constitui uma escala com os extremos inferior e superior, é possível identificar graus de populismo. Ou seja, os casos concretos poderiam ser localizados como mais ou menos populistas, e não necessariamente como integralmente populistas ou não.

Voltando-nos ao caso Bolsonaro à luz do que aponta Ostiguy (2017), é possível identificar, na performance do presidente, elementos que se relacionam ao eixo “inferior” cunhado pelo autor. Analisando publicações na conta de Bolsonaro no Instagram<sup>80</sup> antes e depois das eleições, estudo de Mendonça e Caetano (2020) descreve posts nos quais o político aparece, por exemplo, sendo carregado por uma multidão e vestindo verde e amarelo, i.e., as cores da nação. O presidente também foi retratado comendo pão com leite condensado durante o café da manhã, o que seria uma demonstração de proximidade com “o povo” ou de simplicidade<sup>81</sup>.

A imagem de que, mesmo ocupando a Presidência, Bolsonaro segue sendo uma pessoa “comum” aparece, também, em outras publicações. Em uma delas, o mandatário participa de uma reunião ministerial usando a camisa do clube de futebol Palmeiras. Exemplos do tipo seguem acontecendo: em viagem para participar da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2021, Bolsonaro foi fotografado, por um dos ministros do governo, comendo um pedaço de pizza nas ruas de Nova Iorque<sup>82</sup>.

---

<sup>80</sup> Ver <https://www.instagram.com/jairmessiasbolsonaro/>.

<sup>81</sup> Ver <https://oglobo.globo.com/politica/o-pao-bolsonaro-com-leite-condensado-ganha-adeptos-no-rio-23216196>.

<sup>82</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/09/bolsonaro-evita-exigencia-de-vacina-em-restaurantes-ao-comer-pizza-na-rua-em-nova-york.shtml>.

## O populismo como uma estratégia de comunicação

Há, por fim, autores que abordam o fenômeno sob uma perspectiva comunicacional. Jagers e Walgrave (2007, p. 322, tradução nossa) definem o populismo como um “estilo de comunicação política usado por atores políticos que se referem à ideia de povo”<sup>83</sup>. Por conseguinte, o fenômeno seria uma forma de enquadrar a realidade que, além de *apelar para a identificação* com o “povo”, afirma *falar pelo próprio* “povo”. Segundo Jagers e Walgrave (2007), os atores que se utilizam do estilo de comunicação populista podem ser políticos, partidos, líderes de movimentos, grupos de interesse e até mesmo jornalistas. Não haveria, nessa concepção, uma associação direta entre populismo e autoritarismo, por exemplo, ou com qualquer espectro ideológico. “O populismo é simplesmente uma estratégia para mobilizar apoio, uma técnica de comunicação padrão para atingir o eleitorado”<sup>84</sup> (JAGERS; WALGRAVE, 2007, p. 323, tradução nossa).

A partir do entendimento de que o populismo constitui, essencialmente, uma estratégia política e uma espécie de enquadramento discursivo, Waisbord (2019) também defende que o fenômeno deve ser compreendido sob uma ótica comunicacional. Segundo o autor,

o populismo é uma estratégia de comunicação que articula atores políticos e define a política como um âmbito de interesses irreconciliáveis entre dois atores. Essa retórica é o traço que define o populismo, independentemente de outros fatores – ideologia, tipo de liderança, políticas públicas e por aí vai.<sup>85</sup> (WAISBORD, 2019, p. 223, tradução nossa).

Nesse sentido, a retórica populista teria algumas características próprias e marcadas: ser antissistema, agonística (i.e. constituída por uma oposição entre “o povo” e “as elites”, produzindo um inevitável conflito) e transgressora (ou seja, que desobedece a normas de civilidade e decoro). Na mesma linha, Norris e Inglehart (2019) enfatizam o aspecto retórico do populismo na definição que enunciam. Segundo os autores, o fenômeno diz respeito a um estilo de comunicação que sustenta que a única autoridade, em uma democracia, se origina diretamente do povo; e que os detentores do poder político são corruptos e autointeressados, traindo a confiança dos cidadãos.

---

<sup>83</sup> No original: “A political communication style of political actors that refers to the people.”

<sup>84</sup> No original: “Populism is simply a strategy to mobilise support, it is a standard communication technique to reach out to the constituency.”

<sup>85</sup> No original: “Populism is a communicative strategy that articulates political actors and defines politics as a matter of irreconcilable interests between two actors. Such rhetoric is a defining trait of populism, regardless of other factors – ideology, type of leadership, policies, and so on.”

De Vreese *et al.* (2018), por sua vez, propõem uma abordagem que teria duas chaves analíticas para que o fenômeno populista seja compreendido. De um lado estaria o populismo como conteúdo, i.e., um eixo de análise relacionado aos aspectos centrais do que constituiria uma ideologia populista, conforme já exploramos anteriormente. De outro estaria o estilo de comunicação populista, ou seja, a forma como esses elementos são transmitidos por tais líderes. “Dessa forma, o foco recai sobre a contribuição única oferecida por processos comunicativos à ‘construção’ de ideias populistas, e no estilo de comunicação que vem junto com esses processos”<sup>86</sup> (DE VRESSE *et al.*, 2018, p. 3, tradução nossa).

É sob esse ponto de vista que pesquisadores têm explorado os mecanismos singulares utilizados por populistas na comunicação com seus liderados. Estudos contemporâneos têm investigado, por exemplo, de que maneira redes sociais digitais, a exemplo do Twitter, são utilizadas por líderes considerados populistas para atingir o eleitorado (BRACCIALE; MARTELLA, 2017; WAISBORD; AMADO, 2017; GERBAUDO, 2018; JACOBS; SPIERINGS, 2018; POSTILL, 2018; ZÚÑIGA; MICHALSKA; RÖMMELE, 2020).

Nesse contexto, cabe destacar que a campanha de Jair Bolsonaro à Presidência teve características particulares também no âmbito da comunicação. A coligação pela qual ele disputou o cargo teve apenas oito segundos de tempo de propaganda no Horário Eleitoral Gratuito do primeiro turno<sup>87</sup>. Diante disso, o então candidato fez um uso expressivo das redes sociais (ITUASSU *et al.*, 2019), o que se intensificou após um atentado<sup>88</sup>, quando Bolsonaro deixou de participar de eventos presenciais ou debates televisivos. A título de exemplo, ainda em 2018, reportagem publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo* mostrou que empresas que apoiavam o presidente compraram disparos em massa de mensagens pelo WhatsApp contra o PT<sup>89</sup> (SANTINI *et al.*, 2021). Tal uso exaustivo das redes sociais permaneceu mesmo depois da posse, com o presidente fazendo postagens nestas plataformas e realizando *lives* semanais na internet<sup>90</sup>.

A intenção desta tese não é, necessariamente, esgotar todas as definições de populismo ou o debate acadêmico que cerca o fenômeno. A partir dos elementos aqui apresentados, porém, é possível dizer que a literatura tem apontado como características fundamentais de líderes

<sup>86</sup> No original: “Hence, the focus is on the unique contribution of communication processes to “construct” populist ideas, and at the communicative styles that systematically co-occur with it.”

<sup>87</sup> Ver <https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2018/resolucao-no-23-590-de-28-de-agosto-de-2018>.

<sup>88</sup> Ver <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2018/09/06/ato-de-campanha-de-bolsonaro-em-juiz-de-fora-e-interrompido-apos-tumulto.ghtml>.

<sup>89</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contr-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>.

<sup>90</sup> Ver <https://www.youtube.com/channel/UC8hGUtfEgvvnp6IaHSAg1OQ>.

populistas 1) o acionamento da ideia de “povo” e 2) a construção de uma oposição desta ideia em relação ao que seriam as “elites”.

Nesse contexto, qual seria a participação das organizações jornalísticas na ascensão e permanência de líderes considerados populistas? De que forma tais líderes se relacionam com a imprensa? Este debate é tema da última seção deste capítulo, desenvolvida a seguir.

## 4.2 INTERAÇÕES ENTRE AS ORGANIZAÇÕES JORNALÍSTICAS E O FENÔMENO POPULISTA

A popularização da internet proporcionou novas oportunidades de interação entre políticos e eleitores (ENGESSER; FAWZI; LARSSON, 2017; HALLER, 2020), mas não tornou líderes populistas independentes de organizações jornalísticas tradicionais (KRÄMER, 2018a). I.e., mesmo que se utilizem redes sociais digitais para um contato direto com seus seguidores, políticos populistas ainda assim precisam da visibilidade provida pela imprensa *mainstream*. Nesse sentido, Manucci (2017) explica que estudos contemporâneos a respeito de casos de populismo vão além da análise de como líderes desse tipo instrumentalizam plataformas de comunicação para chegar a seu público, e têm se debruçado, também, sobre de que maneira as lógicas de produção das organizações jornalísticas podem promover políticos ou a própria agenda populista. Segundo o autor, “considera-se que os discursos populistas se encaixam na lógica dos *media* ao prover conteúdo controverso e que tem valor-notícia, o que fomenta a visibilidade de políticos que usam discursos populistas na comparação com políticos tradicionais”<sup>91</sup> (MANUCCI, 2017, p. 592, tradução nossa).

Mazzoleni (2008) também afirma que os populistas tendem a ter mais facilidade em entrar na agenda jornalística, na medida em que, independentemente de sua ideologia, geralmente são líderes carismáticos que possuem experiência em exposição midiática. Além de suas características pessoais, populistas usualmente defendem posicionamentos com alto grau de controvérsia, o que também acaba atraindo a atenção de jornalistas.

Analisando o caso de populistas europeus, Mazzoleni (2008) argumenta, ainda, que líderes e movimentos se apoiam com frequência em uma certa “cumplicidade” das organizações jornalísticas para disseminar seus pontos de vista e ganhar visibilidade. Segundo ele, em muitos casos a cobertura acabou por legitimar questões, palavras-chave e estilos de comunicação

---

<sup>91</sup> No original: “Indeed, populist discourses are considered to fit the media-logic by providing controversial and newsworthy content, thus incrementing the visibility of politicians articulating populist discourses vis-à-vis mainstream politicians.”

típicos de líderes populistas europeus. “Em outras palavras, os *media*, *intencionalmente ou não*, podem servir como uma poderosa ferramenta de mobilização para causas populistas”<sup>92</sup> (MAZZOLENI, 2008, p. 50, tradução nossa, grifo nosso).

O autor deixa claro que não atribui o fomento do populismo integralmente a essa espécie de cumplicidade desempenhada pelas organizações jornalísticas, mas, sim, a um conjunto de fatores políticos e midiáticos. Ou seja, a atenção dada à agenda e aos próprios líderes desses movimentos se combina a outros elementos, a exemplo do descrédito em instituições e de um sentimento antipolítico. Em outras palavras, segundo Mazzoleni (2008), a cobertura jornalística e seus enquadramentos não necessariamente criam as condições para o florescimento de tais fenômenos, mas ajudam a fomentá-las ao dar visibilidade e disseminar determinadas agendas, i.e., atuam como variáveis intervenientes.

À natural facilidade que líderes populistas teriam em adentrar na cobertura noticiosa – por suas personalidades excêntricas, seus discursos emocionais e suas agendas controversas – se somam interesses comerciais das próprias empresas jornalísticas. A busca por audiência criaria o que Mazzoleni (2008) chama de “populismo midiático”, i.e., uma forma de produção noticiosa que envolve uma espécie de popularização dos conteúdos publicados. Com isso, haveria uma coincidência entre os propósitos comerciais das organizações jornalísticas e as agendas ou personalidades de líderes populistas.

É por isso que os pesquisadores se referem a uma “convergência de objetivos” entre os *media* e os populistas. Eles precisam um do outro. As organizações jornalísticas devem cobrir os fatos sensacionalistas produzidos por políticos altamente controversos, frequentemente excêntricos (e, em alguns casos, “queridinhos da mídia”), enquanto os líderes populistas precisam usar os *media* para melhorar a efetividade de suas mensagens e construir o maior apoio público possível.<sup>93</sup> (MAZZOLENI, 2008, p. 64, tradução nossa).

Nesse sentido, Krämer (2014) define o “populismo midiático” como a utilização de atributos retóricos e ideológicos do fenômeno populista por organizações jornalísticas. Isso inclui, por exemplo, a hostilidade em relação a instituições da democracia representativa, o apelo a enquadramentos morais junto ao público e o uso de atributos personalistas na cobertura. Segundo o autor, esse tipo de comportamento tende a ser mais comum em tabloides, i.e., os

<sup>92</sup> No original: “In other words, the media, intentionally or not, may serve as powerful mobilization tools for populist causes.”

<sup>93</sup> No original: “This is why researchers refer to a ‘convergence of goals’ between the media and populists. They need each other. The media must cover the sensational stories provided by contentious, often flamboyant (and in some cases ‘media darling’) figures while populist leaders must use the media to enhance the effectiveness of their messages and build the widest possible public support.”

*quality papers* e seu público seriam “mais comprometidos com as instituições”<sup>94</sup> (KRÄMER, 2014, p. 50, tradução nossa). Krämer (2014) também afirma que a existência do “populismo midiático” pode estar associada a questões comerciais. Apesar disso, o autor enfatiza que é preciso considerar que o fenômeno pode ser apenas uma expressão distinta do alinhamento entre organizações jornalísticas e determinados interesses políticos (i.e., uma forma de paralelismo político<sup>95</sup>). Assim, de acordo com ele, mesmo que uma empresa jornalística com inclinações populistas tenda a conversar com uma audiência mais ampla, ou seja, que busque demonstrar sua proximidade com “o povo”, esse movimento não será, necessariamente, orientado para a obtenção de lucros.

Wettstein *et al.* (2018), por sua vez, sustentam que o “populismo midiático” pode ser entendido como o uso e a disseminação de certos elementos das ideias e do estilo de populistas por organizações jornalísticas, o que pode ocorrer de forma direta e proposital ou indireta e acidental. Segundo os autores, na maior parte das democracias ocidentais os jornalistas não têm a intenção de disseminar a agenda populista, mas acabam oferecendo oportunidades para que líderes desse tipo disseminem suas ideias, conferindo-lhes legitimidade e fomentando sentimentos antielitistas. De outro lado, profissionais da imprensa também podem desafiar essa lógica ao desenvolver enquadramentos negativos a tais líderes e questões, ou mesmo minimizar sua exposição na cobertura.

Partindo desse ponto de vista, Wettstein *et al.* (2018) afirmam que os jornalistas podem desempenhar três funções principais quando tratamos da interação entre organizações jornalísticas e o populismo: 1) de *gatekeepers*, permitindo ou não que esses líderes e suas ideias recebam saliência na cobertura noticiosa; 2) de interpretação, ao avaliar a agenda populista como positiva ou negativa; e 3) de iniciadores, originando mensagens populistas e se engajando na cobertura desses movimentos. Segundo a pesquisa dos autores, a função dos jornalistas como iniciadores ocorre principalmente por meio de tabloides, já que esse tipo de periódico tem a tendência de se colocar como “representante do povo” e de se posicionar de forma refratária a elites e ao *establishment*.

Nesse contexto, tratando do caso do ex-presidente dos EUA, Donald Trump, a partir das normas de produção jornalística, Parks (2020) afirma que a imprensa coloca a saliência que fatos envolvendo o presidente teriam no ideal jornalístico acima de outros compromissos institucionais, como a proteção da democracia. Segundo o autor, na conjuntura norte-americana, isso levou parte da cobertura a normalizar declarações e atos de Trump que não

<sup>94</sup> No original: “Quality media (and their users) seem to be more committed to the existing institutions.”

<sup>95</sup> Exploramos em mais pormenor o conceito de paralelismo político no capítulo quatro.

poderiam ser considerados aceitáveis. “A mitologia presidencial oprime os jornalistas com uma obrigação disciplinadora tão forte que os profissionais raramente resistiram ou deslegitimaram alguns atos do presidente – mesmo aqueles que ameaçam normas e instituições democráticas, incluindo a própria imprensa”<sup>96</sup> (PARKS, 2020, p. 6, tradução nossa).

A respeito do caso brasileiro, investigação feita por Guazina, Leite e Santos (2021) mostra como notícias publicadas pelos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* enquanto Jair Bolsonaro ainda era deputado normalizaram falas homofóbicas, misóginas e racistas do então parlamentar. Os autores mencionam, por exemplo, como

quando o político classificava relacionamentos homoafetivos de ‘doença’ ou acusava professores de defender a chamada ‘ideologia de gênero’ nas escolas, os jornais não forneceram interpretações que demonstrassem o falseamento dessas questões nem ofereceram posicionamentos divergentes por meio de fontes qualificadas. (GUAZINA; LEITE; SANTOS, 2021, p. 55).

Tratando especificamente do período eleitoral de 2018, Araújo e Prior (2021) identificaram que, mesmo afirmando que Bolsonaro constituía uma ameaça à democracia, jornais brasileiros argumentaram, em seus editoriais, que o pleito demonstrou a força do regime democrático no país. Segundo os autores, a normalização da candidatura de Bolsonaro estava relacionada à defesa de uma política econômica mais liberal (PIMENTEL; MARQUES, 2021a), o que estava na plataforma de campanha de Bolsonaro.

Outra pesquisa, de Fontes e Marques (2022), demonstra como, no primeiro ano da gestão de Bolsonaro, tweets das contas dos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* mencionando o presidente tenderam a gerar mais engajamento (likes, retweets e respostas) junto aos usuários. O argumento dos autores é de que isso pode indicar que as empresas jornalísticas buscam capitalizar controvérsias do presidente em audiência e assinaturas.

No entanto, a normalização de agendas populistas por parte da imprensa e a possível reprodução da lógica do populismo para fins comerciais não implicam que líderes desse tipo possuam uma relação que seja sempre harmônica com as empresas jornalísticas. Krämer (2018a) afirma que populistas podem fomentar uma percepção hostil de tais organizações junto à sociedade, incluindo-as no que seria a elite a ser derrotada. É por isso que, segundo o autor, a perspectiva populista pode tanto atribuir aos jornalistas um papel de representatividade das

---

<sup>96</sup> No original: “Presidential mythology so overwhelms journalists with disciplinary obligation that they have rarely resisted, denormalized, or delegitimized certain presidential activity – even activity that threatens democratic norms and institutions including the press itself.”

demandas populares como inclui-los no *establishment*, afirmando que os periódicos e os próprios profissionais da imprensa estão a serviço dos “poderosos”.

Esse populismo antimídia utiliza o esquema elite versus povo. Ele enxerga um “sistema” não no sentido funcionalista, mas de uma rede ou um aparato hierárquico e ideológico que está integrado à elite dominante. Os *media* seriam apenas uma parte desse grupo dominante e do sistema. A elite ideológica é, então, acusada de corromper as formas consideradas tradicionais e naturais de sociabilidade, como o casamento heterossexual, o núcleo familiar, a nação, a classe trabalhadora etc.<sup>97</sup> (KRÄMER, 2018a, p. 11, tradução nossa).

No que diz respeito aos populistas com retórica antimídia, pesquisadores têm analisado as estratégias utilizadas por eles com o intuito de deslegitimar organizações jornalísticas e seus profissionais, além das respostas dessas empresas a tais ataques. Exploramos alguns desses trabalhos a seguir.

#### 4.2.1 A hostilidade de populistas à imprensa e as respostas de organizações jornalísticas

Casos de populismo registrados pelo mundo mostram que os questionamentos à atuação das organizações jornalísticas não são exclusivos de determinado espectro político. I.e., populistas de esquerda e direita entram em confronto com jornalistas e empresas do ramo, ainda que de maneiras distintas. A forma como esse conflito se materializa, porém, varia, incluindo desde ataques verbais até ameaças à integridade física de jornalistas, prisões e até mudanças regulatórias que atingem o financiamento de empresas do ramo, dificultando a prática jornalística.

Tratando do caso da América Latina, Avila e Kitzberger (2020) descrevem como Rafael Correa (DE LA TORRE, 2013b; PONS; HALLIN, 2021), presidente do Equador entre 2007 e 2017, utilizava um programa de rádio e TV, chamado *Enlace Ciudadano*, para acusar jornalistas de propagar desinformação e servir à oposição. Os autores mencionam, ainda, confrontos entre a ex-presidente da Argentina, Cristina Kirchner (2007-2015) (RODRÍGUEZ, 2014), e o grupo *Clarín*, o que incluiu mudanças regulatórias no mercado midiático por parte do governo; e as restrições à atuação de empresas jornalísticas privadas durante o governo de Hugo Chávez (2002-2013), considerado um populista (ELLNER, 2003; ARENAS, 2010).

---

<sup>97</sup> No original: “Anti-media populism uses the schema of elite versus the people. It then sees a “system” not in the sense of functionalism but in the sense of a networked or hierarchical and ideologically integrated ruling elite and apparatus. The media are only a part of this overall ruling group and system. Elite ideology is then said to corrupt traditional and seemingly natural forms of sociability and solidarity, such as heterosexual marriage, the nuclear family, the nation, the hard-working classes, etc.”

Ainda sobre o caso venezuelano, estudo de Solis e Sagarzazu (2019) demonstra que os ataques verbais do ex-presidente Chávez à imprensa em seu programa *Aló Presidente* (FRAJMAN, 2014) aumentavam em momentos de crise do governo, como durante os protestos e o golpe de estado frustrado ocorridos em 2002 (MEUCCI, 2008). Análise de Mazzaro (2021), que também considera o período de Chávez à frente da Venezuela, aponta que a retórica anti-imprensa de políticos tem impacto sobre a segurança de jornalistas. Segundo a autora, o discurso contra a prática jornalística acaba por legitimar condutas violentas de grupos não-estatais, sinalizando que agressões não sofrerão punição.

Com relação a políticos populistas que se posicionam à direita no espectro ideológico – como é o caso de Bolsonaro –, Krämer (2018b) afirma que, geralmente, tais líderes atacam a imprensa questionando a veracidade do conteúdo jornalístico, além da separação de fatos e opiniões e a imparcialidade das notícias. Há, ainda, a tendência dessas lideranças de colocar em dúvida a atenção conferida por empresas jornalísticas ao que consideram como malfeitos das elites políticas.

Nesse contexto, estudo de Tapsell (2021) com donos e executivos de empresas de comunicação nas Filipinas, por exemplo, mostra como o presidente Rodrigo Duterte ataca as companhias com palavras de baixo calão, acusando-as de “publicar lixo” e de estar “apenas atrás de dinheiro” em períodos eleitorais. Enquanto algumas empresas possuem a simpatia do presidente, por realizarem uma cobertura favorável ao governo, as que publicam conteúdo crítico à administração sofrem com a mobilização de perfis em redes sociais, que atacam suas páginas e ameaçam os profissionais. Segundo o autor, o país já havia enfrentado períodos com ameaças à liberdade de imprensa, mas o regime de Duterte impôs novas restrições à atividade jornalística.

As ameaças são feitas diretamente aos profissionais da imprensa para criar um clima de perigo real, mas agora são abertamente realizadas contra a elite midiática, não apenas contra as instituições. Membros da elite midiática recebem ameaças em suas contas pessoais nas redes sociais, em seus telefones particulares e contas de e-mail. As ameaças são feitas à sua segurança pessoal, e não apenas às companhias para as quais essas pessoas trabalham.<sup>98</sup> (TAPSELL, 2021, p. 13, tradução nossa).

Tapsell (2021) destaca, ainda, que o governo de Duterte tem empreendido uma política de “guerra às drogas” que inclui execuções sem acusações formais nem prisões<sup>99</sup>. Assim, o

<sup>98</sup> No original: “The threats are made directly against media practitioners to create a climate of real danger, but are now overtly against media elite individuals, not only against media institutions. Media elites also receive threats in their personal social media accounts, on their personal phones, and their email accounts. The threats are made to their personal safety; these are not only threats to the corporations they work for.”

<sup>99</sup> Ver [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/03/eps/1499089617\\_332439.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/07/03/eps/1499089617_332439.html).

temor das elites das organizações jornalísticas não envolve apenas perder seus negócios como, também, sofrer violência física. Como efeito desses ataques, afirma o autor, outras empresas jornalísticas acabam por baixar o tom das críticas ao regime de Duterte, buscando evitar sanções.

Rogenhofer e Panievsky (2020), por sua vez, mencionam ataques à imprensa feitos na Turquia, na Índia e em Israel por populistas de extrema-direita. No primeiro caso, sob o governo de Recep Tayyip Erdoğan, jornalistas foram presos acusados de terrorismo. O presidente também fomentou uma política de asfixia das empresas jornalísticas críticas à sua administração, proibindo, por exemplo, sua participação em licitações do governo. Na Índia, o primeiro-ministro Narendra Modi classifica organizações jornalísticas como “corruptas” ou “vendidas”. Ademais, o governo tem atuado para restringir o mercado de comunicação e prender jornalistas. Em Israel, por fim, Benjamin Netanyahu, que foi primeiro-ministro por mais de uma década, associava a prática jornalística às elites, classificando empresas do ramo como “inimigas do povo”. Outra forma de intimidação utilizada incluía a realização de processos judiciais contra profissionais de imprensa. “Em resumo, Erdoğan, Modi e Netanyahu compartilham uma relação altamente antagônica com a imprensa crítica e independente, cuja atuação é vista como uma restrição à relação direta, sem escrutínio público, dos mandatários com o ‘povo’”<sup>100</sup> (ROGENHOFER; PANIEVSKY, 2020, p. 13, tradução nossa).

Na Hungria, Serdült (2020) relata que jornalistas foram impedidos de fazer questionamentos ao primeiro-ministro Viktor Orbán durante coletivas de imprensa, situação que se tornou mais frequente com a pandemia de Covid-19 pela atribuição de mais poderes ao Executivo. Ademais, o Parlamento aprovou uma lei para combater a *fake news* prevendo a prisão de pessoas acusadas de disseminar desinformação. A regra, porém, não especifica o que, exatamente, deve ser considerado *fake news* – o que abre espaço para que jornalistas críticos ao governo sejam presos acusados de publicar mentiras. Na emissora de TV estatal, um programa dedicado a expor casos de desinformação classifica como tal matérias produzidas por organizações jornalísticas independentes, sem que as empresas ou os repórteres possam se manifestar.

Outro caso que tem chamado a atenção de pesquisadores é o de Donald Trump. Durante seu mandato como presidente dos EUA, Trump chegou a afirmar, por exemplo, que a

---

<sup>100</sup> No original: “In short, Erdoğan, Modi and Netanyahu share a highly antagonistic relationship with independent and critical news media, which they view as restricting their unmediated and unscrutinized relationship with the ‘people’.”

imprensa era “inimiga do povo norte-americano”<sup>101</sup>. Nesse contexto, pesquisa de Meeks (2019) identificou comportamentos distintos do mandatário antes e depois da eleição, i.e., os ataques se tornaram mais frequentes depois que Trump assumiu o cargo. Segundo a autora, isso ocorreu porque, durante o período eleitoral, o principal alvo de Trump era sua opositora, Hillary Clinton; e porque o político republicano não poderia prescindir da atenção das organizações jornalísticas tradicionais durante a disputa. Meeks (2019) afirma, nesse sentido, que a estratégia de Trump incluía o uso de uma campanha híbrida (WELLS *et al.*, 2016; ZHANG *et al.*, 2017), que compreendia a penetração na cobertura noticiosa (LAWRENCE; BOYDSTUN, 2016) e, ao mesmo tempo, a mobilização de apoiadores por meio de plataformas digitais, a exemplo do Twitter.

Depois da eleição, segundo Meeks (2019), o comportamento de Trump incorporou enquadramentos para desacreditar empresas jornalísticas tradicionais e, simultaneamente, promover organizações identificadas como conservadoras, ou seja, alinhadas ao seu ponto de vista. No que diz respeito aos ataques, a autora identificou que Trump fez questionamentos à credibilidade da imprensa (classificando-a como não confiável, *fake*, corrupta ou desonesta, por exemplo); ao seu desempenho comercial (afirmando que determinada emissora ou jornal possuía baixos índices de audiência ou dificuldades financeiras); e promoveu ataques a profissionais em específico, questionando o caráter e a integridade de jornalistas.

Com relação aos efeitos desse tipo de comportamento sobre a audiência, Mourão *et al.* (2018) demonstram que, entre eleitores norte-americanos que se identificam como conservadores, há registro de uma atitude mais negativa em direção às organizações jornalísticas tradicionais. A pesquisa desenvolvida pelos autores sugere, ainda, que a influência da retórica do Trump nesse posicionamento é maior do que o impacto do partido Republicano, já identificado na literatura. Em outras palavras, os achados da pesquisa de Mourão *et al.* (2018) demonstraram que aqueles eleitores que apoiam o ex-presidente não só tendem a consumir mais conteúdo produzido por empresas jornalísticas identificadas como conservadoras como, também, são mais inclinados a desconfiar das organizações tradicionais.

---

<sup>101</sup> Ver <https://www.nytimes.com/2017/02/17/business/trump-calls-the-news-media-the-enemy-of-the-people.html>. A conta do ex-presidente no Twitter foi suspensa, por isso não é possível ter acesso ao post original. Sobre a suspensão, ver [https://blog.twitter.com/en\\_us/topics/company/2020/suspension](https://blog.twitter.com/en_us/topics/company/2020/suspension).

## Respostas de organizações jornalísticas e profissionais de imprensa

Pesquisadores também buscaram identificar de que forma as organizações jornalísticas se posicionaram em relação aos ataques. No caso norte-americano, Koliska, Chadha e Burns (2020), por exemplo, analisaram 242 peças jornalísticas, publicadas entre 2015 (quando Trump declarou sua candidatura) e 2017 (um ano após a sua eleição), que incluíam alguma referência a um dos ataques do ex-presidente – mesmo que esse não fosse o principal assunto do texto. De acordo com os autores, a análise do material apontou que uma estratégia discursiva comum entre os jornalistas envolve atrelar suas práticas ao que denominam como a “rotina” da produção noticiosa, ou seja, afirmar que os comportamentos criticados por Trump são, na realidade, normais no exercício do Jornalismo profissional. O mesmo recurso discursivo foi identificado por Koliska *et al.* (2020) em materiais que continham o posicionamento dos chefes de redação de empresas como o *The New York Times* e o *Washington Post*. O argumento, portanto, é de que a reclamação do então presidente é infundada, considerando que os jornalistas e as empresas estariam, apenas, cumprindo seu papel ou “fazendo seu trabalho”. Alguns casos, inclusive, deram ênfase ao papel do Jornalismo profissional na democracia, associando as organizações jornalísticas ao fortalecimento do regime.

Outro recurso utilizado pelas organizações jornalísticas para responder aos ataques, de acordo com a pesquisa, consistiu em contextualizar as ações dos repórteres ou das empresas considerando os ideais normativos envolvidos na atividade. Em um dos exemplos, a jornalista Christiane Amanpour, âncora da rede de televisão *CNN*, afirmou que o papel da imprensa é reportar “objetivamente” o que acontece na realidade. O jornalista Jim Acosta, também da rede *CNN*, salientou que a imprensa “não é o partido de oposição. Nós estamos, apenas, tentando obter a verdade”<sup>102</sup> (FLOOD, 2017 *apud* KOLISKA *et al.*, 2020, p. 9, tradução nossa).

Nem todas as estratégias, porém, envolviam, apenas, a remissão aos ideais normativos que permeiam o Jornalismo. Koliska *et al.* (2020) também identificaram situações em que jornalistas defendiam sua atuação e, ao mesmo tempo, atacavam a imagem e o discurso do ex-presidente – com questionamentos, inclusive, à sua integridade e personalidade. Em um dos exemplos citados pelos pesquisadores, a apresentadora Mika Brzezinski, do canal *MSNBC*, classificou Trump como um homem com um ego “frágil, impetuoso e infantil”<sup>103</sup> (MALLON, 2017 *apud* KOLISKA *et al.*, 2020, p. 10, tradução nossa), que demonstra tais características principalmente ao ser confrontado por mulheres.

<sup>102</sup> No original: “We are not the opposition party. We are just trying to get at the truth.”

<sup>103</sup> No original: “He appears to have a fragile, impetuous, childlike ego.”

Mais um tipo de resposta aos ataques de Trump identificado no trabalho de Koliska *et al.* (2020) envolve o que os pesquisadores denominaram *call to action*, i.e., o estímulo para que outros jornalistas e empresas de comunicação continuem fazendo “bom Jornalismo”. Segundo os autores, essa postura inclui o incentivo para que repórteres confrontassem o então presidente com perguntas difíceis, com o intuito de manter o governo *accountable*.

Em alguns casos, porém, os autores identificaram a tendência de minimizar os ataques, já que houve profissionais que classificaram as tentativas de deslegitimação como ações que teriam impacto limitado sobre o Jornalismo. Nesses exemplos, aparece um certo ar de desprezo, como na afirmação de Sopan Deb, jornalista do *The New York Times*: “A instituição Jornalismo não muda porque o senhor Trump tornou-se presidente (...). Os *media* não precisam da afeição do senhor Trump, e os jornalistas continuarão fazendo o seu trabalho”<sup>104</sup> (MITCHELL, 2017 *apud* Koliska *et al.*, 2020, p. 11, tradução nossa). A premissa, nesse caso, é de que as organizações jornalísticas permanecem, enquanto Trump não seria presidente para sempre. Por isso, seus ataques não seriam tão relevantes assim.

A partir da identificação dessas respostas, tanto por parte de jornalistas como de empresas do ramo, Koliska *et al.* (2020) afirmam que o objetivo final da imprensa e dos jornalistas individualmente é proteger os principais valores institucionais da profissão e, ao mesmo tempo, fomentar a confiança da audiência na cobertura jornalística.

À medida que os jornalistas enfatizam suas habilidades profissionais, seus valores e seu papel na sociedade democrática, eles buscam fortalecer o mito institucional e, com isso, a percepção da instituição jornalística como uma fonte de informação confiável, com autoridade e *expertise*. (...) Argumentamos que o mito institucional – que é um processo mediado e discursivo – opera por meio de três níveis, ao enfatizar a necessidade do Jornalismo para o funcionamento da democracia (confiança sistêmica); reforçar a *expertise* e independência do Jornalismo (confiança institucional); e o profissionalismo de jornalistas individualmente (confiança individual).<sup>105</sup> (KOLISKA *et al.* 2020, p. 13, tradução nossa).

Em outro estudo, Lischka (2017) se debruçou sobre textos publicados pelo jornal *The New York Times* nos primeiros 70 dias de governo de Trump. As peças, tanto opinativas quanto informativas, tratavam das acusações do ex-presidente contra a imprensa. Os dados da pesquisa

<sup>104</sup> No original: “[T]he institution of journalism does not change because Mr. Trump became president (...). The media does not need Mr. Trump’s affection and journalists will continue to do their jobs.”

<sup>105</sup> No original: “As journalists emphasize professional skills, values and their role within a democratic society they aim to strengthen the institutional myth and thus the perception of the journalistic institution as an authoritative, expert and trustworthy source of information. (...) We suggest that the institutional myth – which is a mediated and discursive process – operates across these three levels by highlighting the need of journalism for the functioning of democracy (system trust), stressing the expertise and independence of journalism (institutional trust), and the professionalism of individual journalists (trust in persona).”

apontam que a argumentação moral é o principal artifício utilizado pelo periódico para se defender dos ataques de Trump, tanto na seção opinativa quanto noticiosa. Esse tipo de raciocínio envolve a mobilização de ideais normativos do Jornalismo, assim como identificado por Koliska *et al.* (2020). Nesses casos, o jornal argumenta que, ao atacar a imprensa, o então presidente estava, na realidade, colocando em risco a própria democracia, considerando o papel desempenhado pelo Jornalismo para a manutenção do regime.

A pesquisa de Lischka (2017), ademais, identificou a utilização de outros argumentos pelo jornal *The New York Times* em resposta aos ataques proferidos por Trump. Principalmente nos textos opinativos, a publicação se utilizou do que a autora denomina argumentos sarcásticos, destinados a deslegitimar o próprio mandatário e não especificamente as acusações feitas por ele à imprensa. Nesse caso, o enquadramento é de que Trump é incapaz de ser um bom presidente – e que, por isso, suas afirmações não merecem crédito.

O periódico também mobilizou fontes consideradas prestigiadas – como acadêmicos, outros jornalistas, políticos e o próprio público – para falar contra os ataques do ex-presidente e, ao mesmo tempo, reforçar o papel da imprensa como quarto poder. Além disso, a publicação enquadrando alguns ataques de Trump como irracionais, ao confrontar as afirmações do mandatário com dados oficiais que o contradiziam. Um dos exemplos é o uso do termo *Trumpworld* (o mundo de Trump, em tradução livre), que indica a existência de uma realidade distinta, habitada somente pelo então presidente, que não segue as mesmas normas do Jornalismo (essas, sim, racionais e factualmente corretas). O fato de os jornalistas estarem em um mundo distinto do de Trump, em muitos casos, é considerado como uma “medalha de honra” pelos profissionais e pelas empresas a que estão vinculados. Nesse caso, um insulto do ex-presidente é colocado em equivalência a um elogio. De acordo com Lischka (2017), essas duas últimas estratégias predominaram nos textos noticiosos.

A autora destaca, por fim, que os posicionamentos do jornal em relação aos ataques de Trump (seja na seção opinativa ou informativa) são predominantemente relacionados à legitimidade do Jornalismo como um todo, e não à própria empresa. Nesse sentido, segundo Lischka (2017), o jornal sustenta a importância da atividade para a manutenção da democracia, salientando o compromisso do Jornalismo com a sociedade. Trata-se, portanto, de uma defesa institucional, e não de um posicionamento meramente empresarial (que defenderia somente o próprio jornal e os profissionais vinculados a ele).

Artigos publicados por Panievsky (2021a; 2021b) a partir de entrevistas com jornalistas israelenses que foram atacados por Benjamin Netanyahu, por sua vez, mostram que, em resposta a críticas contra a atividade jornalística, os profissionais buscaram reforçar a prática

de ideais normativos da profissão, como a objetividade. De acordo com a autora, porém, esse esforço acabou fazendo com que os jornalistas tivessem um comportamento “ingênuo”, já que apenas reproduziam as ofensas direcionadas a colegas ou empresas jornalísticas. Diz Panievsky (2021b, p. 2148, tradução nossa, grifo da autora): “A aderência dos jornalistas israelenses *ao que eles acreditam que sua audiência irá interpretar como objetividade* aparentemente limita sua autonomia profissional quando é necessário cobrir o populismo antimídia”<sup>106</sup>.

Por isso, Panievksy (2021b) defende que o a retórica anti-imprensa do populismo deve ser compreendida como uma espécie de censura, na medida em que manipula normas da atividade contra os próprios jornalistas. Em outras palavras, o argumento é de que os profissionais se veem em um dilema: cobrir objetivamente ataques de populistas significa ir contra seus próprios interesses, mas abordar o assunto de forma enviesada é uma maneira de confirmar os questionamentos à autoridade jornalística que municiam as críticas.

### **O caso brasileiro: a relação entre Bolsonaro e a imprensa**

A retórica de hostilidade com relação a empresas jornalísticas e profissionais da área também está presente no caso de Jair Bolsonaro. Relatório produzido pela Anistia Internacional a propósito dos 1.000 dias de governo incluiu os ataques à imprensa como uma entre 32 violações de direitos humanos cometidas pela gestão do mandatário<sup>107</sup>. Também em 2021, a organização Repórteres Sem Fronteiras inseriu o presidente Jair Bolsonaro na lista de chefes de estado considerados como “predadores da liberdade de imprensa”<sup>108</sup>. Ademais, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) tem registrado um aumento no número de ataques proferidos à imprensa durante o governo Bolsonaro: em 2019, foram 208 casos de violência<sup>109</sup>; em 2020, o número subiu para 428<sup>110</sup>; e, em 2021, para 430<sup>111</sup>. Nos três anos, Bolsonaro é mencionado entre os atores que mais desferiram agressões.

Alguns estudos e casos nos permitem identificar padrões nas agressões proferidas por Bolsonaro e seus apoiadores contra organizações jornalísticas e seus profissionais. Tratando do processo eleitoral de 2018, Ramos e Saad (2020) descrevem três tipos principais de violência

<sup>106</sup> No original: “Israeli journalists’ adherence to what they believe their audience would interpret as objectivity appears to limit their professional autonomy when they are required to cover anti-media populism.”

<sup>107</sup> Ver <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2021/09/1000-dias-sem-direitos-As-viola%C3%A7%C3%B5es-do-governo-Bolsonaro.pdf>.

<sup>108</sup> Ver <https://rsf.org/pt/predator/jair-bolsonaro>.

<sup>109</sup> Ver [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio\\_fenaj\\_2019.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/01/relatorio_fenaj_2019.pdf).

<sup>110</sup> Ver [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio\\_fenaj\\_2020.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf).

<sup>111</sup> Ver <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/01/FENAJ-Relat%C3%B3rio-da-Viol%C3%Aancia-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-de-Imprensa-2021-v2.pdf>.

digital que ocorreram nesse período: uma espécie de linchamento virtual dos profissionais de imprensa, com intimidação e constrangimentos; a realização de ameaças explícitas de morte envolvendo não só os próprios jornalistas, como também as suas famílias; e ataques aos telefones pessoais dos repórteres, incluindo o envio massivo de mensagens via WhatsApp ou ligações incessantes.

Um dos exemplos utilizados pelos autores é o da jornalista Patrícia Campos Mello, da *Folha de S. Paulo*, autora da já mencionada reportagem a respeito do uso de disparos em massa via WhatsApp durante as eleições. Mello chegou a receber 200 mil mensagens em seu celular pessoal com xingamentos e ameaças a ela e a seu filho – volume tão grande que indica para o uso de ferramentas automatizadas, ou seja, robôs. Nesse sentido, levantamento feito pela organização Repórteres Sem Fronteiras e pelo Instituto Tecnologia e Sociedade aponta que 20% das hashtags postadas com ataques à imprensa entre março e junho de 2021 “foram publicados por contas com alta probabilidade de comportamento automatizado”, com maior engajamento associado a grupos que apoiam Bolsonaro<sup>112</sup>.

A Ramos e Saad (2020), Mello apontou outra característica dos ataques: a misoginia. Um colega homem que assinou uma das reportagens sobre os disparos de WhatsApp junto com a jornalista, por exemplo, não sofreu agressões. Ela descreveu, ainda, ofensas associadas a atributos físicos: “Eles atacam as mulheres sempre de três maneiras: aparência (‘gordas’, ‘feias’ etc.); agressões relativas ao gênero, chamando as mulheres de ‘vadias’; e ofensas à sua família. (...) O alvo preferencial é sempre a mulher, não o homem” (RAMOS; SAAD, 2020, p. 17). Esse tipo de agressão parte não apenas dos apoiadores de Bolsonaro ou de contas automatizadas: o próprio presidente foi condenado, em março de 2021, a indenizar Mello por ter proferido uma ofensa com conotação sexual contra ela<sup>113</sup>. I.e., agressões verbais de cunho misógino estão incluídas no *modus operandi* de ataques à imprensa praticados por Bolsonaro e seus simpatizantes.

O uso de uma retórica hostil à imprensa se manifesta, ainda, de outras formas. Segundo a Repórteres Sem Fronteiras, a “marca registrada” de Bolsonaro é “insultar, estigmatizar e humilhar jornalistas muito críticos”<sup>114</sup> – o que, depois, é amplificado por sua base de apoiadores, inclusive nas redes sociais. A entidade afirma que os alvos preferidos das agressões são profissionais mulheres, analistas políticos e o *Grupo Globo*. E.g., bolsonaristas e o próprio

<sup>112</sup> Ver <https://rsf.org/pt/noticia/ataques-ao-jornalismo-se-alastram-nas-redes-rsf-e-its-registraram-meio-milhao-de-tweets-contendo>.

<sup>113</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/justica-condena-bolsonaro-a-indenizar-reporter-da-folha-por-danos-morais.shtml>.

<sup>114</sup> Ver <https://rsf.org/pt/predator/jair-bolsonaro>.

mandatário costumavam hostilizar repórteres em entrevistas concedidas em frente ao Palácio do Alvorada, residência oficial do Presidente da República em Brasília. Por causa das agressões, empresas jornalísticas decidiram não enviar mais representantes ao local<sup>115</sup>. Em uma das ocasiões, o presidente ameaçou um repórter do jornal *O Globo* com agressões físicas, afirmando que tinha vontade de “encher a boca” do profissional “de porrada”<sup>116</sup>.

Outra tática envolve desacreditizar empresas jornalísticas e profissionais da imprensa, afirmando, por exemplo, que eles disseminam *fake news* (VISCARDI, 2020). Ou seja, há agressões que miram aspectos normativos do Jornalismo, acusando as organizações de parcialidade ou simplesmente de publicarem mentiras, i.e., de não seguirem os processos adequados de produção da notícia, como a realização da devida apuração e checagem de fatos. Por exemplo, o próprio presidente compartilhou um vídeo com informações falsas a respeito de uma repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*<sup>117</sup>. No material, a jornalista supostamente afirmava ter o objetivo de “arruinar” Bolsonaro e seus filhos – o que violaria o ideal normativo de imparcialidade.

Há, ainda, ocasiões em que empresas jornalísticas e seus profissionais são impedidos de participar de determinadas coberturas<sup>118</sup>, além de casos de agressão física, que geralmente são realizadas por apoiadores sem que haja coerção de autoridades<sup>119</sup>. Por fim, registra-se o uso de atos oficiais com o objetivo de minar a viabilidade econômica de empresas jornalísticas. E.g., o presidente já ameaçou não renovar a concessão da *TV Globo*<sup>120</sup>. Bolsonaro também determinou que órgãos do governo deixassem de assinar o jornal *Folha de S. Paulo*<sup>121</sup> e editou uma Medida Provisória que desobrigava empresas a publicarem seus balanços em jornais impressos, o que teria importantes consequências para as receitas de tais organizações<sup>122</sup>.

No que diz respeito às respostas de organizações do campo jornalístico a tais ataques, ainda não foram realizados estudos acerca de posicionamentos das próprias empresas (ao menos

<sup>115</sup> Ver <https://abraji.org.br/noticias/veiculos-de-imprensa-suspendem-cobertura-presidencial-na-porta-do-alvorada>.

<sup>116</sup> Ver <https://oglobo.globo.com/brasil/ameaca-de-agressao-de-bolsonaro-reporter-do-globo-repercute-na-imprensa-internacional-1-24603106>.

<sup>117</sup> Ver <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-usa-declaracao-falsa-para-atacar-imprensa,70002750456>.

<sup>118</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/planalto-exclui-folha-de-cobertura-de-jantar-entre-trump-e-bolsonaro.shtml>.

<sup>119</sup> Ver <https://www.poder360.com.br/governo/equipe-de-afiliada-da-globo-na-bahia-e-agredida-durante-visita-de-bolsonaro/>.

<sup>120</sup> Ver <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-chama-globo-de-lixo-e-ameaca-nao-renovar-concessao-em-2022/>.

<sup>121</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/10/bolsonaro-determina-cancelamento-de-assinaturas-da-folha-no-governo-federal.shtml>.

<sup>122</sup> Ver <https://valor.globo.com/politica/noticia/2019/08/06/bolsonaro-edita-mp-que-desobriga-balancos-em-jornais-e-ataca-imprensa.ghtml>.

não que tenha chegado a nosso conhecimento). Sobre manifestações de entidades representativas, pesquisa de Silva e Marques (2021) analisou notas oficiais emitidas pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji); pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI); pela Associação Nacional de Jornais (ANJ) e pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), em 2019 e 2020, a respeito de críticas feitas por Bolsonaro à imprensa. A investigação indica que, à exceção da ANJ, as organizações privilegiaram argumentos relacionados à liberdade de expressão e de imprensa, além de construções retóricas tratando do regime democrático. Já a ANJ tratou com mais frequência de riscos, provocados pelos ataques, à prestação de contas e à vigilância do governo e dos detentores do poder político. Segundo os autores, ainda que existam diferenças entre as organizações (incluindo com relação à frequência da publicação de posicionamentos), “as entidades que representam mais diretamente os jornalistas têm aproveitado as divergências para ressignificar a atividade que desempenham. Ou seja, buscam confirmar sua importância ideológica por meio do discurso sobre a própria atividade em momentos críticos” (SILVA; MARQUES, 2021, p. 87).

Tendo contextualizado o ponto de partida do estudo realizado nesta tese – i.e., a conjuntura brasileira e o governo Bolsonaro, assim como suas relações com o conceito de populismo –, o trabalho apresenta, nas próximas páginas, seu embasamento teórico. No capítulo a seguir abordamos em pormenor a teoria neoinstitucionalista, que serve como alicerce para reflexões sobre a construção da autoridade jornalística.

### 3 A TEORIA NEOINSTITUCIONALISTA E SUA APLICAÇÃO AO ESTUDO DO JORNALISMO

Para compreender a aplicação da perspectiva neoinstitucionalista ao estudo do Jornalismo é preciso entender, primeiro, em que estágio está o debate a respeito do que são, afinal, instituições. Por isso, a primeira parte do capítulo aborda, resumidamente, as principais correntes e os conceitos que vêm sendo desenvolvidos no âmbito do neoinstitucionalismo, fazendo vinculações dessas ideias a investigações na área de Comunicação Política. Na sequência, exploramos mais detidamente os trabalhos seminais que discutem o caráter institucional do Jornalismo.

#### 3.1 NEOINSTITUCIONALISMO: CORRENTES, CONCEITOS E PERSPECTIVAS

O neoinstitucionalismo (LECOURS, 2011) foi inaugurado a partir do trabalho de March e Olsen (1984) após um período de declínio das explicações de viés institucional nas Ciências Sociais. A abordagem caracteriza-se pela atribuição de centralidade às instituições no processo político, trazendo o Estado de volta a uma posição de protagonismo na compreensão de fenômenos sociais. À época, esse movimento teórico consistiu em uma reação ao que foi considerado, na visão desses teóricos neoinstitucionalistas, como um esgotamento do modelo comportamentalista e de escolha racional<sup>123</sup> (PETERS, 1999; SCHNEIBERG; CLEMENS, 2006).

A ideia de que as instituições, como estruturas, importam para explicar o comportamento político já estava presente no institucionalismo original (ou antigo, desenvolvido a partir de meados do século XX). Nesse caso, a premissa era de que as instituições determinavam o comportamento – visão mais extrema que, posteriormente, foi alvo de críticas dos comportamentalistas (PETERS, 1999). Lowndes e Roberts (2013) destacam que os neoinstitucionalistas, por outro lado, não desconsideram a interação entre indivíduos e instituições, nem entre as próprias estruturas, e compreendem que existe um processo de mútua influência: na medida em que dão forma a relações sociais e políticas, as instituições também são moldadas pelos atores políticos e pela interação com outras estruturas.

---

<sup>123</sup> Para mais detalhes sobre as críticas dos neoinstitucionalistas ao comportamentalismo e à tradição de escolha racional, ver Immergut (1998).

Os estudos dos institucionalistas antigos, além disso, apresentavam um profundo viés normativo, i.e., preocupavam-se com o que seriam “boas instituições”; e tinham foco legalista, ou seja, debruçavam-se principalmente sobre instituições formais, como constituições e estruturas estatais (LOWNDES; ROBERTS, 2013). Em contrapartida, os neoinstitucionalistas buscam compreender tanto dinâmicas relacionadas a estruturas formais, associadas ao Estado e às leis, quanto ligadas às instituições informais (e.g. HELMKE; LEVITSKY, 2006), que não necessariamente ocorrem por canais oficiais – o que abre espaço para que as organizações jornalísticas sejam estudadas, em conjunto, sob uma perspectiva institucional.

### 3.1.1 As vertentes da teoria neoinstitucionalista

Apesar de se caracterizarem pelo foco na “importância das estruturas na explicação do comportamento político”<sup>124</sup> (PETERS, 1999, p. 144, tradução nossa), os estudos neoinstitucionalistas não constituem um conjunto homogêneo: teóricos vinculados ao paradigma apresentam entendimentos distintos a respeito de como as instituições interferem no processo político, ou seja, qual é a proporção entre constrangimento institucional e autonomia dos indivíduos no que diz respeito à tomada de decisão e à vivência do mundo político.

Por conseguinte, há também mais de uma classificação das diferentes vertentes neoinstitucionalistas. A mais difundida, sintetizada por Hall e Taylor (1996), divide os estudos em três perspectivas: a de escolha racional, a histórica e a sociológica. Em um dos extremos, a vertente de escolha racional, originária dos estudos na área de Economia, conceitua as instituições como sendo as “regras do jogo” (NORTH, 1991), isto é, como as normas que impõem limites aos atores na concretização da ação política. Nesse sentido, as instituições seriam, concretamente, constrangimentos à maximização de preferências individuais – já que, na perspectiva da escolha racional, os atores agem de modo a otimizar seus ganhos e minimizar custos (LOWNDES; ROBERTS, 2013).

Em outro extremo, o neoinstitucionalismo de vertente sociológica tem uma definição mais ampla das instituições, baseada na cultura (RAYNER, 2015). Assim, estão incluídos no conceito não somente as regras formais que regem as relações entre os atores, mas também sistemas simbólicos, cognitivos e morais que promovem certos enquadramentos da realidade, servindo como condutores ou guias da ação individual em sociedade (HALL; TAYLOR, 1996).

---

<sup>124</sup> No original: “The approaches to institutional analysis all focus attention on the importance of structure in explaining political behavior.”

Por fim, o neoinstitucionalismo histórico, na classificação de Hall e Taylor (1996), pode ser posicionado entre as duas vertentes anteriores, na medida em que dialoga tanto com a perspectiva de escolha racional quanto com a originada na Sociologia. A principal característica desta abordagem é o interesse nas instituições do ponto de vista macro, considerando sua inserção no fluxo histórico e a relação entre as diferentes instituições. Sanders (2006, p. 42, tradução nossa) explica que essa vertente tem seu interesse concentrado na “construção, manutenção e adaptação das instituições”<sup>125</sup> ao longo do tempo.

Mais recentemente, no início do século XXI, Schmidt (2006; 2010; 2015) sugeriu a existência de uma quarta variante do neoinstitucionalismo (RAYNER, 2015), focada nas ideias: o neoinstitucionalismo discursivo, também chamado de construtivista ou ideacional. De acordo com a autora (2010, p. 3, tradução nossa), essa nova vertente funcionaria como um “guarda-chuva conceitual”, que abarcaria “os trabalhos em Ciência Política que levam em conta o conteúdo substantivo das ideias e os processos interativos pelos quais as ideias são transmitidas e trocadas por meio do discurso”<sup>126</sup>. Schmidt (2010) explica que, nesse caso, ideias sobre “o que é e o que deve ser” determinada realidade são consideradas, pelos estudos, em diversos níveis – de políticas públicas até ideias programáticas, paradigmas e conceitos filosóficos mais profundos.

Além disso, Schmidt (2010) aponta que os estudos inseridos nessa nova vertente, defendida por ela, compreendem a representação das ideias por meio do discurso, incluindo enquadramentos, narrativas, mitos, memórias coletivas etc. Segundo a autora, a perspectiva discursiva “considera o Estado em termos de ideias e discursos que os atores utilizam para explicar, deliberar e/ou legitimar a ação política em contextos institucionais, de acordo com a sua ‘lógica de comunicação’”<sup>127</sup> (SCHMIDT, 2010, p. 99, tradução nossa).

No entanto, visto que os neoinstitucionalistas históricos não desconsideram, em seus trabalhos, a importância das ideias e do discurso, a própria autora admite que a linha que separa as duas abordagens é permeável. A questão central que distinguiria as duas vertentes seria, na realidade, qual dos dois conceitos é considerado o principal nos desenhos de pesquisa de ambas as perspectivas. De um lado, os pesquisadores com mais afinidade à vertente histórica tendem a colocar as instituições acima das ideias, no sentido de que tais estruturas determinariam quais

<sup>125</sup> No original: “What is mainly of interest is the construction, maintenance, and adaptations of institutions.”

<sup>126</sup> No original: “Discursive institutionalism is an umbrella concept for the vast range of works in political science that take account of the substantive content of ideas and the interactive processes by which ideas are conveyed and exchanged through discourse.”

<sup>127</sup> No original: “Considers the state in terms of the ideas and discourse that actors use to explain, deliberate, and/or legitimize political action in institutional context according to the ‘logic of communication.’”

são as concepções “aceitáveis” a respeito de uma determinada questão. Já aqueles com tendência discursiva fazem a relação inversa, considerando que as ideias, na verdade, constituem e moldam as próprias instituições (SCHMIDT, 2006). Em resumo, o dissenso ocorre em relação a qual das duas construções teóricas é a mais abrangente e determinante nos processos políticos.

Mesmo assim, Blyth, Helgadóttir e Kring (2016) sustentam que a ruptura entre as duas perspectivas nunca foi total, já que as pesquisas realizadas com base na visão histórica permaneciam, eventualmente, fazendo referência à importância das ideias para as explicações dos fenômenos políticos. Argumento semelhante aparece no trabalho de Sanders (2006), que destaca o papel das ideias nas análises realizadas pela vertente histórica; e de Fioretos, Falletti e Sheingate (2016), que apontam que o foco dos neoinstitucionalistas históricos no papel das ideias os contrapõe a desenhos de pesquisa mais materialistas, na medida em que considerar a influência das ideias na formação da preferência dos atores políticos permitiu a conexão entre os aspectos estruturantes das instituições e suas características cognitivas.

O argumento de que tanto ideias quanto instituições são igualmente importantes aparece, ainda, no trabalho de Lieberman (2002). Na visão do autor, os dois conceitos não precisam ser utilizados de forma concorrente, isto é, formulados de modo que um seja sempre determinante em relação ao outro. Ele defende, assim, uma perspectiva analítica que considere tanto instituições quanto ideias como elementos explicativos das dinâmicas políticas.

Autores como Lowndes e Roberts (2013), ademais, defendem que o campo neoinstitucionalista atingiu uma fase de amadurecimento teórico em que está ocorrendo a convergência e a consolidação das diferentes vertentes, na medida em que conceitos centrais estariam se tornando mais próximos entre os distintos autores. Segundo eles, com isso, estaria ocorrendo a construção de um “cenário compartilhado” no que diz respeito ao funcionamento de instituições políticas, o qual consistiria nas seguintes concepções: “Elas [as instituições] moldam o comportamento dos atores por meios informais e formais; apresentam dinamismo e estabilidade; distribuem poder e são inevitavelmente contestadas; tomam formas confusas e diferenciadas; e são constituídas em conjunto com os atores políticos que influenciam”<sup>128</sup> (LOWNDES; ROBERTS, 2013, p. 45, tradução nossa). March e Olsen (2006) e Hall (2010)

---

<sup>128</sup> No original: “They shape actors’ behavior through informal as well as formal means; they exhibit dynamism as well as stability; they distribute power and are inevitably contested; they take a messy and differentiated form; and are mutually constitutive with the political actors whom they influence, and by whom they are influenced.”

também identificam semelhanças entre as perspectivas, defendendo que elas não são excludentes – e que podem ser utilizadas em conjunto para a interpretação de sistemas políticos.

Como explicaremos no tópico seguinte, os estudos a respeito do Jornalismo consolidam a tendência de convergência das diferentes abordagens, na medida em que autores utilizam aspectos das perspectivas sociológica (e.g. COOK, 2005), histórica (e.g. RYFE; KEMMELMEIER, 2011; VOS, 2013), de escolha racional (e.g. SPARROW, 2006) e discursiva (e.g. VOS; THOMAS, 2018a; 2018b; VOS, 2019) para endereçar questões relacionadas às organizações jornalísticas.

### 3.1.2 As definições de instituição – e como elas abriram espaço para que o Jornalismo seja visto como uma

Mesmo com a tendência para uma maior aproximação entre as diferentes abordagens, no entanto, ainda persistem definições diversas a respeito do que seriam, de fato, instituições – um problema de imprecisão conceitual identificado desde o final do século passado pelos teóricos da área (e.g. IMMERGUT, 1998). Se há alguma convergência no sentido de que tais estruturas são caracterizadas pela estabilidade de normas ao longo do tempo (LEVITSKY; MURILLO, 2009), questões como qual é a definição objetiva do que são instituições – e, conseqüentemente, que tipo de regras se encaixam, ou não, no conceito –, por outro lado, ainda são fontes de divergências nos estudos da área.

Tratando de tal imprecisão conceitual, Blondel (2006) afirma que, ao contrário do que ocorre na Sociologia e na Economia, a literatura na área de Ciência Política não parece ter o refinamento do conceito de instituições como uma de suas preocupações centrais. “É como se o significado deste conceito fosse evidente, e como se devêssemos reconhecer uma instituição, imediatamente, ao ver uma”<sup>129</sup> (BLONDEL, 2006, p. 717, tradução nossa). Segundo ele, contudo, uma definição conceitual do que é uma instituição não pode ser aplicada de maneira uniforme em todas as Ciências Sociais – sob o risco de que, ao se tornar muito abrangente, o conceito acabe perdendo seu significado<sup>130</sup>.

A partir disso, Blondel (2006) aponta que, no âmbito da Ciência Política, uma definição do que são instituições deve ser formulada considerando a capacidade de tais

<sup>129</sup> No original: “It was as if the meaning of that concept was self-evident and we should immediately recognize an institution when we saw one.”

<sup>130</sup> Lowndes (2010) tem preocupação semelhante ao tratar de um possível “alargamento excessivo” do conceito de instituição.

estruturas de possibilitar a tomada de decisões autoritárias e, além disso, de desenvolver práticas (procedimentos e normas) que sejam consideradas, por aqueles que a constituem, como sustentáculos da própria existência da instituição em questão.

### **Definições com ênfase no caráter estruturante das instituições**

Nesse sentido, formulações mais diretas sobre o que pode ser considerado ou não uma instituição podem ser encontradas em trabalhos como o de Thelen e Steinmo (1992), cuja definição foi reforçada em artigo mais recente (STEINMO, 2016, p. 1, tradução nossa). A ideia central, nesse caso, é de que as instituições “estruturam a política”, ao promover “incentivos e constrangimentos”<sup>131</sup>. Os dois autores defendem que as instituições

não são só mais uma variável, e o argumento institucionalista é mais do que somente “as instituições também importam”. Ao moldar não só as estratégias dos atores (como na teoria da escolha racional), mas seus objetivos também, e ao mediar suas relações de cooperação e conflito, instituições estruturam situações políticas e deixam suas próprias marcas nos resultados políticos.<sup>132</sup> (THELEN; STEINMO, 1992, p. 9, tradução nossa).

Destaca-se, na definição de Thelen e Steinmo (1992) o caráter de mediação das instituições – papel que é frequentemente atribuído ao Jornalismo nas sociedades democráticas (BENSON, 2006; EVELAND JR., 2002; MCNAIR, 2009; HANITZSCH; VOS, 2016; THESEN, 2017).

Peters (1999) e March e Olsen (1984; 2006) também dão ênfase o caráter estruturante das instituições. O primeiro destaca que essa influência deve transcender indivíduos, e envolver grupos “em algum tipo de interação padronizada, que pode ser prevista a partir das relações específicas entre os atores”<sup>133</sup> (PETERS, 1999, p. 18, tradução nossa). Ao mesmo tempo, a premissa é de que as instituições constroem o comportamento também no nível individual, conforme explicam March e Olsen (2006, p. 3, tradução nossa). Segundo eles, instituições são

<sup>131</sup> No original: “Institutions, we argued, structured politics. (...) Institutions are important because they structure strategic incentives and constraints.”

<sup>132</sup> No original: “Institutions are not just another variable, and the institutionalist claim is more than just that ‘institutions matter too.’ By shaping not just actors’ strategies (as in rational choice), but their goals as well, and by mediating their relations of cooperation and conflict, institutions structure political situations and leave their own imprint on political outcomes.”

<sup>133</sup> No original: “Some sort of patterned interactions that are predictable based upon specified relationships among the actors.”

coleções de regras e práticas organizadas relativamente persistentes, inseridas em estruturas de significado e recursos que são relativamente invariáveis em relação aos indivíduos e relativamente resilientes às preferências e expectativas dos indivíduos e a mudanças em circunstâncias externas<sup>134</sup>.

Tais definições permitem que análises com viés institucional se debrucem não somente sobre estruturas estatais ou formais, como fazia o antigo institucionalismo, mas também sobre instituições informais.

### **A inclusão de instituições informais**

Outros autores se dedicaram a definir, mais precisamente, o que são instituições formais e informais. Helmke e Levitsky (2004, p. 727, tradução nossa) enunciam uma diferenciação entre ambas: segundo eles, as instituições informais são “regras compartilhadas socialmente, geralmente não escritas, que são criadas, comunicadas e impostas fora de canais de sanção oficiais”<sup>135</sup>. Por outro lado, segundo os autores, as regras formais caracterizam-se, justamente, pela criação, comunicação e imposição via mecanismos oficiais – que não são, necessariamente, estatais, podendo incluir regras que disciplinam o comportamento em organizações, partidos políticos ou grupos de interesse.

Os autores salientam, ainda, que instituições informais não devem ser confundidas com instituições fracas (LEVITSKY; MURILLO, 2009) – aquelas cujas regras existem formalmente, mas que, na prática, não são implementadas ou respeitadas. Para diferenciar instituições de meros padrões de comportamento, ademais, os autores sustentam que um elemento essencial é a aplicação de sanções aos atores pela violação daquelas normas, sejam elas retaliações formais ou de cunho social.

Já Tsai (2016) propõe uma definição mais ampla de instituições informais, que permite que sejam incluídas no conceito aquelas estruturas que são criadas, comunicadas e impostas com a participação de atores estatais sem que haja a formalização de tais normas em canais oficiais. Na definição enunciada por ela, instituições informais são “valores, normas, regras e práticas compartilhados socialmente e que não são oficialmente prescritos”<sup>136</sup> (TSAI, 2016, p. 11, tradução nossa).

<sup>134</sup> No original: “Relatively enduring collection of rules and organized practices, embedded in structures of meaning and resources that are relatively invariant in the face of turnover of individuals and relatively resilient to the idiosyncratic preferences and expectations of individuals and changing external circumstances.”

<sup>135</sup> No original: “Socially shared rules, usually unwritten, that are created, communicated, and enforced outside of officially sanctioned channels.”

<sup>136</sup> No original: “Socially shared values, norms, rules, and practices that are not officially proscribed.”

Essas definições se relacionam à prática jornalística na medida em que profissionais vinculados à atividade estão submetidos a normas que não são circunscritas a empresas em específico, mas sim ao Jornalismo como um todo (GANS, 1979; TUCHMAN, 1983; ALBUQUERQUE, 2006; SCHULTZ, 2007; HIMELBOIM; LIMOR, 2010; HANITZSCH, 2011; ASP, 2014; HARCUP; O’NEILL, 2017; MARQUES; MONT’ALVERNE, 2019). Desvios a essas regras, inclusive, podem ocasionar severas punições (HINDMAN, 2005; CARLSON, 2014; BLACH-ØRSTEN; HARTLEY; WITTCHEN, 2018).

### **Instituições como estruturas de distribuição de poder**

Outro estudioso da vertente histórica, Pierson (2000; 2004; 2015; 2016) argumenta, em uma crítica ao paradigma pluralista, que a atuação das instituições como estruturantes no mundo político ocorre por meio de sua função como distribuidoras de poder em uma sociedade e como perpetuadoras de assimetrias, no processo denominado *path dependence* (MAHONEY; THELEN, 2010; CONRAN; THELEN, 2016; MAHONEY *et al.*, 2016). O principal argumento do autor é de que as relações de poder podem ser comparadas a um iceberg, na medida em que a maior parte das assimetrias entre os atores fica submersa, isto é, invisível. Em outras palavras, Pierson (2016) afirma que a disputa aberta por poder é apenas a primeira (e a menos importante) das manifestações das desigualdades entre os agentes em uma sociedade. Na visão do autor, há outras camadas dessas disputas, menos visíveis, que ocorrem sem conflitos abertos – seja porque os atores desfavorecidos consideram custoso externar seus descontentamentos ou, ainda, porque não chegam nem mesmo a identificar que estão em desvantagem.

Nesse último caso, Pierson (2016) aborda, mais especificamente, as ocasiões em que ocorre a promoção de visões específicas entre os indivíduos, de modo a fomentar determinadas crenças e percepções entre eles. Cria-se, nesse caso, o que as teorias Marxianas denominam de “falsa consciência”. Assim, “o que parece um consenso, na superfície, pode refletir desigualdades de influência mais profundas”<sup>137</sup> (PIERSON, 2016, p. 5, tradução nossa). Por conta desses mecanismos, na argumentação de Pierson (2016), em ambientes nos quais há maior assimetria de poder, menor é a tendência de que as contestações aconteçam publicamente – já que, nesse tipo de configuração, os atores desfavorecidos enfrentam constrangimentos para uma disputa aberta com os mais poderosos. O fato de essas assimetrias não estarem visíveis, entretanto, não implica que elas não existam ou que não possam ser estudadas.

---

<sup>137</sup> No original: “What looks like consensus on the surface may reflect underlying inequalities of influence.”

Para que seja possível identificar e compreender – de forma sistematizada e com rigor científico – como tais relações se desenrolam por meio das instituições, Pierson (2016) recomenda que dois elementos principais sejam considerados em pesquisas que se debruçam sobre esse tipo de objeto: o modo como tais processos se desenrolam ao longo do tempo e a forma como os arranjos institucionais podem sedimentar os interesses de alguns atores políticos em específico, deixando outros em desvantagem.

Aplicando a definição de Pierson (2016) ao Jornalismo, é possível inferir que, ao promover agendas (MCCOMBS, 1997; 2018) defendidas por alguns atores em detrimento de outros (CRAFT; WANTA, 2004; MCCOMBS; REYNOLDS, 2009; BIROLI; MANTOVANI, 2010; MANTOVANI, 2014; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2016; HARDER; SEVENANS; VAN AELST, 2017), seja em peças opinativas ou noticiosas, as organizações jornalísticas podem interferir nas dinâmicas de distribuição de poder na sociedade (VAN DIJK, 1995; ENTMAN, 2007; GUTSCHE JR., 2015).

Em resumo, as definições expostas dão ênfase ao caráter estruturante das instituições, na medida em que esses conjuntos formais ou informais de normas 1) constroem e, ao mesmo tempo, habilitam a tomada de decisão e a atuação de agentes políticos – moldando seus objetivos e expectativas; 2) atuam como mediadores entre os interesses dos distintos segmentos da sociedade; e 3) distribuem recursos, isto é, dão forma a relações (e à desigualdade) de poder entre os atores.

### 3.1.3 Como as instituições são formadas e reformadas? As respostas dos neoinstitucionalistas ao problema da mudança

As definições do que são instituições, apesar de suas variações entre os diferentes autores e vertentes, têm em comum a saliência à característica de estabilidade de tais estruturas na sociedade. O primeiro elemento que nos vem à mente quando falamos de instituições, afinal, é a sua capacidade de permanecer ao longo do tempo, isto é, de resistir às mudanças sociais e políticas que acontecem no decorrer dos anos.

A propósito deste aspecto do conceito, Conran e Thelen (2016) apontam que a “zona de conforto” dos estudos neoinstitucionalistas mobiliza as instituições como variáveis independentes ou intervenientes, que ajudam a explicar determinado resultado político. Em estudos comparativos entre países submetidos aos mesmos tipos de choques externos (como crises econômicas), por exemplo, as instituições “exerceriam sua força causal ao refratar

problemas comuns de formas distintas”<sup>138</sup> (CONRAN; THELEN, 2016, p. 2, tradução nossa). Elas seriam, portanto, estruturas que se posicionariam entre variáveis macroestruturais (classe, globalização e opinião pública, por exemplo), oferecendo a chave explicativa para os estudos comparativos.

### **Equilíbrio pontual: a explicação clássica para a gênese de instituições**

Nesse contexto, duas ideias são fundamentais para compreender como os neoinstitucionalistas conceituam a formação e a perpetuação de instituições. O primeiro deles é o de *critical juncture*<sup>139</sup>. Explicam Mahoney *et al.* (2016, p. 5, tradução nossa):

*critical junctures* são períodos relativamente breves durante os quais (a) a variedade de resultados que podem ocorrer no futuro se expande brevemente e dramaticamente; e (b) os eventos ocorridos rapidamente fecham futuras possibilidades e iniciam processos que levam a resultados futuros específicos<sup>140</sup>.

A análise desse tipo de momento histórico, segundo os teóricos da área, permite que o pesquisador acesse o processo de tomada de decisão por atores detentores de poder político, cujo resultado foi determinante para a estruturação e permanência de arranjos institucionais específicos. Capoccia (2016) argumenta que, em períodos classificados como *critical junctures*, os atores políticos se veem, brevemente, sob menos constrangimentos institucionais, o que lhes possibilita uma maior flexibilidade na tomada de decisão e na ação política. Isto é, nesses momentos, os agentes possuem um leque maior de opções disponíveis do que teriam em tempos “normais”, já que o *status quo* institucional encontra-se em xeque.

Conforme salienta Capoccia (2016), no entanto, isso não significa que os neoinstitucionalistas históricos considerem que, durante as *critical junctures*, os atores estejam completamente livres e que tenham um rol de opções infinito para a tomada de decisão. Há, sim, maior liberdade, na medida em que as restrições institucionais estão soltas ou flexíveis, mas a “cartela de opções” para a ação política disponível aos agentes é limitada por condições anteriores. A partir disso, o autor resume o argumento explicativo relacionado às *critical junctures* da seguinte forma:

<sup>138</sup> No original: “The default orientation for institutionalists is thus to think of institutions as exercising causal force by refracting common problems in different ways.”

<sup>139</sup> Para saber mais sobre a origem do conceito de *critical juncture*, ver Berins Collier e Collier (1991).

<sup>140</sup> No original: “Critical junctures are relatively brief episodes during which: (a) the range of possible outcomes that might take place in the future briefly but dramatically expands; and (b) events occur that quickly close off future possibilities and set into motion processes that track specific future outcomes.”

Um evento ou uma série de eventos, tipicamente exógenos à instituição em análise, levam a uma fase de *incerteza política* na qual diferentes opções para mudanças institucionais radicais são viáveis; condições antecedentes definem o leque de alternativas institucionais disponíveis para os tomadores de decisão, mas não determinam a alternativa escolhida; uma das opções é selecionada; e essa escolha gera um legado institucional de longa duração.<sup>141</sup> (CAPOCCIA, 2015, p. 151, tradução nossa, grifo nosso).

Ainda de acordo com o autor, quanto mais longa é uma *critical juncture*, menos numerosas vão se tornando as opções para a tomada de decisão, na medida em que os constrangimentos institucionais ou estruturais voltam a ganhar força e a limitar a atuação dos agentes políticos. Por isso, dois fatores são apontados como indicadores do quão crítica é uma *critical juncture*: a probabilidade de que as decisões tomadas nesse período resultem em arranjos institucionais resilientes e observáveis; e a duração desses períodos em relação ao seu legado (CAPOCCIA; KELEMEN, 2007). Capoccia (2015) faz, ainda, duas ressalvas: momentos históricos desse tipo nem sempre resultam em novos arranjos institucionais ou em resultados esperados pelos atores políticos envolvidos, isto é, os agentes podem perder a oportunidade ou, então, obter desfechos distintos daqueles que desejavam.

Um exemplo de desenho de pesquisa relacionado a *critical junctures* é o estudo comparativo. Autores dessa perspectiva teórica frequentemente analisam o resultado de choques externos em diferentes contextos, observando quais foram as decisões tomadas pelos atores em situações relativamente semelhantes.

Essas contribuições são lembranças poderosas para aqueles que empregam o conceito de *critical juncture* em estudos comparativos entre países, para que esses pesquisadores não assumam facilmente que as condições prévias dos casos em análise são similares. Os casos podem ser significativamente diferentes antes de uma *critical juncture*, e essas condições iniciais distintas podem ter consequências importantes para a dinâmica política que produz o resultado institucional do período crítico em questão.<sup>142</sup> (CAPOCCIA, 2016, p. 6, tradução nossa).

Esse conceito já foi utilizado em estudos sobre o Jornalismo por autores como Ryfe e Kimmelmeier (2011), que empregaram a ideia de *critical juncture* para explicar o nascimento do que se consolidou como o Jornalismo moderno nos EUA, mais precisamente entre os anos

<sup>141</sup> No original: “An event or a series of events, typically exogenous to the institution of interest, lead to a phase of political uncertainty in which different options for radical institutional change are viable; antecedent conditions define the range of institutional alternatives available to decision makers but do not determine the alternative chosen; one of these options is selected; and its selection generates a long-lasting institutional legacy.”

<sup>142</sup> No original: “These contributions are powerful reminders for those who employ the critical juncture framework in cross-country analyses to not assume too easily that the background conditions of their cases are similar. Cases may differ in significant ways prior to a critical juncture, and these different initial conditions may have important consequences for the political dynamics that produce the institutional outcome of the critical juncture.”

de 1876 e 1916. O argumento dos autores é de que, mesmo com pressões econômicas e tecnológicas ocorrendo (principalmente nas décadas de 1870 e 1880), as práticas das empresas jornalísticas em relação ao uso de fontes para a produção de notícias permaneceram relativamente iguais, se transformando, de fato, só quando houve o colapso do sistema partidário que sustentava essas organizações à época. Outros estudos, como o de Zappettini e Krzyżanowski (2019) e o de Lamuedra, Martín e Broullón-Lozano (2019), buscam compreender qual foi o papel das empresas jornalísticas em momentos de crise institucional, ou seja, como o Jornalismo interferiu em *critical junctures* relacionadas a outras instituições.

A segunda ideia considerada fundamental em análises neoinstitucionalistas é a de *path dependence*. Se os chamados momentos críticos são classificados como essenciais para dar início ao legado institucional registrado posteriormente, é por meio deste segundo conceito que os teóricos da área explicam a perpetuação de tais arranjos institucionais, isto é, sua capacidade de persistir ao longo do tempo mesmo diante de mudanças contextuais e das preferências dos atores.

Mahoney *et al.* (2016, p. 11, tradução nossa) explicam que a ideia central do conceito de *path dependence* prevê que “cada passo em uma direção específica faz com que seja mais provável que aquela unidade continue a seguir a mesma direção. Ao longo do tempo, fica cada vez mais difícil de reverter o curso”<sup>143</sup>. Na medida em que as decisões iniciais tomadas são fundamentais para que aquele caminho em específico seja seguido por atores e instituições, portanto, as opções feitas nos períodos críticos são consideradas essenciais para o desenrolar dos eventos subsequentes.

Pierson (2015), por sua vez, relaciona o fenômeno de *path dependence* ao desenvolvimento de estruturas de poder em uma sociedade. De acordo com ele, as assimetrias de poder se cristalizam ao longo do tempo – e, à medida que se desenvolvem, crescem como mecanismos invisíveis, que não se traduzem em conflitos abertos entre os distintos atores políticos (a parte submersa do iceberg, na metáfora construída pelo autor). O argumento de Pierson (2015) está baseado na ideia de “vitórias políticas”, definidas por ele como “momentos de contestação aberta em que uma ou outra facção consegue uma vantagem substancial”<sup>144</sup> (PIERSON, 2015, p. 133, tradução nossa) em relação aos seus adversários.

---

<sup>143</sup> No original: “Each step in a particular direction makes it more likely that a unit will continue to follow that same direction. Over time, it becomes harder and harder to reverse course.”

<sup>144</sup> No original: “Moments of open contestation in which one faction or another achieves some substantial advantage.”

Ainda de acordo com o autor, o fenômeno de *path dependence* inclui, entre outros mecanismos, o acesso da facção vitoriosa a ferramentas de propagação ideológica, relacionados à dimensão mais profunda das relações de poder. Nesse caso, ao chefiarem novas ordens institucionais ou tomarem as rédeas de instituições que antes estavam nas mãos de grupos rivais, os atores passam a ter maior controle e/ou visibilidade em arenas do debate público, “incluindo escolas, *os media* e organizações religiosas”<sup>145</sup> (PIERSON, 2015, p. 137, tradução nossa, grifo nosso). Isso fortalece ainda mais os processos de aumento de custos e diminuição da disposição de opositores em se mobilizar contra a ordem dominante. Nesse caso, Pierson (2015) se refere à “espiral do silêncio”, ideia cunhada por Noelle-Neumann (1974) que explica como, à medida que determinado ponto de vista é marginalizado no debate público, a motivação para que os atores se manifestem de forma contrária à perspectiva dominante diminui. A vitória de determinado grupo em uma *critical juncture*, sendo assim, daria à facção política bem-sucedida a possibilidade de disseminar uma visão hegemônica a respeito de determinados temas ou situações, marginalizando as concepções divergentes – o que fortaleceria ainda mais a perspectiva inicialmente vitoriosa.

Em uma publicação anterior, Pierson (2000) propõe, ainda, um modelo que relaciona o fenômeno de *path dependence* e as dinâmicas de *increasing returns*<sup>146</sup>, conceituadas por teóricos da Economia. Dois elementos centrais justificam essa conexão. O primeiro é de que, à medida que o tempo passa, a mudança de rumos em relação a determinada estrutura institucional tende a ficar cada vez mais custosa. Além disso, a ideia de *increasing returns* tem como ponto chave questões relacionadas à sequência dos acontecimentos e ao momento em que eles ocorrem. Assim, nesses processos, os resultados não envolvem somente “o que acontece, mas também quando os fatos ocorrem”<sup>147</sup> (PIERSON, 2000, p. 251, tradução nossa).

Em seu estudo a respeito do nascimento do Jornalismo moderno nos EUA, Ryfe e Kimmelmeier (2011) explicam que, no período anterior à *critical juncture*, as empresas jornalísticas encontravam respostas à incerteza financeira no apoio de partidos políticos. Com isso, segundo eles, ocorreu a institucionalização de práticas jornalísticas partidárias, em um típico processo de *path dependence*. Isso porque, à medida que o tempo passava, tais práticas

<sup>145</sup> No original: “Including schools, the media, and religious organizations.”

<sup>146</sup> O modelo de *increasing returns* não é consenso entre os neoinstitucionalistas. Para Mahoney *et al.* (2016), por exemplo, os fenômenos de *path dependence* podem ocorrer mesmo sem a existência de *feedbacks* positivos. Nesses casos, inclusive, é possível que haja retrocessos situacionais, isto é, processos de reversão de decisões já tomadas anteriormente. Para os autores, assim, a principal característica do fenômeno de *path dependence* é a ligação causal (e temporal) entre os diferentes processos históricos, mesmo que não haja o reforço do caminho tomado inicialmente.

<sup>147</sup> No original: “What happens but also of when it happens.”

eram reforçadas por elementos como o crescente conhecimento dos repórteres a respeito da produção de notícias no ambiente partidário; a interação cada vez mais facilitada entre jornalistas e membros dos partidos políticos; a identificação dos profissionais com esse modelo de produção jornalística; e a diminuição dos custos de produção, já que as empresas jornalísticas e os próprios funcionários se tornavam *experts* tanto nos processos produtivos quanto na interação com os atores políticos. A mudança desse padrão institucional só ocorreu mediante um choque externo – a *critical juncture* –, em que houve o colapso do próprio sistema partidário.

Em resumo, nesse modelo, a mudança institucional ocorreria, predominantemente, por meio de novas *critical junctures*, isto é, de choques externos que desgastassem os mecanismos de *path dependence*, que geram a continuidade. Assim, esse tipo de formulação caracteriza as instituições por seu elemento de estabilidade, desenhando grandes períodos de equilíbrio pontuados por momentos de choque e mudanças profundas – arranjo conceitual denominado *punctuated equilibrium* (CONRAN; THELEN, 2016).

### **A plasticidade das instituições: reflexões sobre mudanças endógenas**

Apesar de tradicional nos estudos baseados no paradigma neoinstitucionalista, esse raciocínio criou um problema para os teóricos da área. Isso porque, nesse modelo, a força explicativa das instituições recai, precisamente, sobre a sua estabilidade, isto é, na sua característica de “não-plasticidade” (CONRAN; THELEN, 2016). Se as instituições são caracterizadas por longos períodos de estabilidade, pontuados por momentos de intensa incerteza – em que choques externos provocam mudanças —, como explicar as alterações em estruturas institucionais que ocorrem de forma gradual? E mais: como teorizar a atuação de fatores endógenos, isto é, internos às instituições, nesses processos de mudança?

Hall (2016) explica que esse tipo de questionamento gerou uma “segunda onda” de estudos dentro do paradigma do neoinstitucionalismo histórico, que se debruça de forma mais sistemática sobre mudanças graduais e endógenas. De acordo com Fioretos *et al.* (2016), esses esforços expandiram as ferramentas analíticas dos teóricos da área, e estimularam os pesquisadores a identificar os pontos de conexão entre as diferentes instituições que compõem a ordem política.

Conran e Thelen (2016), por sua vez, apontam que a chave para o entendimento de mudanças institucionais está em compreender tais estruturas não só como legados de processos históricos, mas, também, como objetos de constante contestação. Na medida em que organizam

a distribuição de poder entre os distintos atores políticos e grupos sociais (PIERSON, 2015; 2016), as diferentes instituições não necessariamente constituem um conjunto coeso, que se encaixa perfeitamente ou se complementa. Dessa forma, ordens políticas concorrentes podem conviver em arranjos institucionais contemporâneos, o que provoca tensões e espaços que oportunizam a ação de agentes interessados pela mudança.

A ideia de que as instituições se consolidam como estruturas de distribuição do poder político também é útil para a conceituação de mudanças institucionais se considerarmos que, conforme descrito por Pierson (2015), os momentos de incerteza geram vencedores políticos que se beneficiam dos recursos e do prestígio inerentes às instituições. Mas, assim como há vencedores, há, também, os perdedores – e eles não desaparecem quando uma nova ordem institucional, que lhes desagrade, é efetivamente implementada. Conran e Thelen (2016) apontam que, mesmo que participem do aparente equilíbrio que constitui o ambiente institucional, esses atores seguem buscando renegociar e reinterpretar regras e expectativas. Por meio dessas estratégias, inclusive, eles podem promover processos que originam mudanças institucionais lentas e graduais.

Segundo Mahoney e Thelen (2010), as oportunidades para a atuação destes atores estão inseridas nas próprias instituições. Ambos denominam essas aberturas como *gaps*, relacionados à distância entre as regras, formais ou informais, e sua interpretação ou implementação. A partir dessas oportunidades, argumentam os autores, podem ocorrer mudanças graduais e lentas, com consequências tão significativas sobre o comportamento dos indivíduos e os resultados políticos quanto as mudanças originadas por grandes choques ou processos abruptos.

Devido à existência desses *gaps*, os fenômenos de *path dependence*, de acordo com Mahoney e Thelen (2010), não podem ser considerados automáticos. Isto é, os arranjos institucionais não são, intrinsecamente, fontes de sua própria perpetuação ou reforço. Ao contrário: as próprias instituições, por serem mecanismos de alocação de recursos e poder, incluem dinâmicas que envolvem a formação de coalizões entre os distintos atores políticos para a sua manutenção. Por isso, a reprodução dos arranjos institucionais não envolveria, somente, a acumulação de poder (nos moldes descritos por Pierson (2000)), mas, também, a contínua mobilização de recursos para que a estrutura permaneça favorecendo aqueles agentes em detrimento de outros. Assim, o ambiente institucional, segundo os autores, é palco para constantes disputas ao redor dos sentidos, da aplicação e da própria implementação das regras institucionais. Dizem Mahoney e Thelen (2010, p. 11, tradução nossa): “Coalizões são formadas não somente por representantes de instituições alternativas, mas também por movimentos que

buscam interpretações específicas ou ambíguas de regras contestadas no âmbito de determinada instituição”<sup>148</sup>.

As disputas pelos sentidos envolvidos nos arranjos institucionais, além disso, não podem ser imediatamente associadas a falhas no desenho institucional. Os autores salientam que, por mais precisas que sejam, as regras nunca serão suficientemente detalhadas para abarcar todas as possíveis situações que ocorrem no mundo real. Ademais, os atores responsáveis pelo desenho institucional não são capazes de antecipar todas as contestações ou situações em que as normas serão implementadas. Por fim, dizem Mahoney e Thelen (2010)<sup>149</sup>, as instituições também são baseadas em premissas que não são necessariamente explícitas, ou seja, elas envolvem, ainda, entendimentos compartilhados e implícitos entre os diferentes atores sociais. O desafio reside no fato de que esses entendimentos podem mudar ao longo do tempo, de maneiras não previstas pelo desenho institucional formulado.

Lewis e Steinmo (2012), por sua vez, propõem que esse tipo de fenômeno seja analisado sob o ponto de vista da teoria evolucionista. O argumento deles é de que a ideia de evolução não é exclusiva da Biologia: mesmo que de modo distinto, outras áreas também podem aplicá-la, incluindo a que se debruça sobre as instituições.

Essa perspectiva se opõe fundamentalmente à que prevê mudanças institucionais apenas em períodos pontuais, intercaladas por períodos de equilíbrio. Isso porque, conforme explicam Lewis e Steinmo (2012), o ponto de partida de sistemas em evolução é de que eles *nunca* estão em equilíbrio, já que mudanças sempre estão em curso. Ou seja, mesmo que as transformações sejam difíceis de identificar, por ocorrerem de forma lenta, isso não implica que estaria ocorrendo um equilíbrio verdadeiro. Os autores defendem, com isso, que sistemas sociais classificados como equilibrados pressupõem a existência de uma uniformidade de preferências entre os diferentes grupos sociais – o que, segundo eles, não é corroborado por estudos empíricos.

A aplicação da teoria evolucionista às instituições, ainda de acordo com Lewis e Steinmo (2012), dá peso importante ao papel dos atores políticos no processo de institucionalização e de mudança. Com isso, os processos de evolução ocorreriam entre as instituições da seguinte maneira:

---

<sup>148</sup> No original: “Coalitions form not only as representatives of alternative institutions but also as movements seeking particular interpretations of the ambiguous or contested rules of a given institution.”

<sup>149</sup> Os autores produzem uma tipologia para as mudanças institucionais graduais, que inclui quatro categorias: *displacement*; *layering*; *drift*; e *conversion*. No trabalho de Mahoney e Thelen (2010), ademais, consta uma outra tipologia, que conceitua as relações dos diferentes atores políticos com os arranjos institucionais. Para mais informações, ver, também, Hacker, Pierson e Thelen (2015).

Seres humanos desenvolveram uma avançada capacidade de gerar novas normas (variação); eles estrategicamente escolhem entre diferentes esquemas institucionais (seleção); e eles frequentemente implementam de forma imperfeita, copiam ou repetem comportamentos de sucesso (replicação).<sup>150</sup> (LEWIS; STEINMO, 2012, p. 323, tradução nossa).

Apesar de darem peso ao papel dos atores na evolução das instituições – já que salientam seu comportamento com vistas a maximizar suas preferências por meio do desenho e da perpetuação dessas estruturas –, os autores destacam que nem sempre os resultados dos processos políticos ocorrem da maneira como esperavam ou planejaram os agentes políticos. Aspectos contextuais ou ambientais – i.e., o modo como os arranjos institucionais se inserem na rede de instituições e como outros grupos sociais reagem àquelas normas – interferem no processo de seleção e replicação dessas estruturas.

Todos esses esforços, portanto, caminham no sentido de inserir, na dinâmica de estabilidade das instituições, os processos de mudança. Mahoney e Thelen (2010) destacam que, com a conceituação de transformações endógenas, a perspectiva é de que mudança e estabilidade estão “intrinsecamente ligadas”, ou que são os dois lados de uma mesma moeda (CONRAN; THELEN, 2016). “Aqueles que se beneficiam dos arranjos existentes podem ter uma preferência objetiva pela continuidade, mas assegurá-la requer uma constante mobilização de apoio político, assim como, frequentemente, esforços para resolver ambiguidades institucionais a seu favor”<sup>151</sup> (MAHONEY; THELEN, 2010, p. 8, tradução nossa).

Mahoney *et al.* (2016) acrescentam, inclusive, que os processos de *increasing returns* que ocorrem após momentos críticos – e que caracterizariam os modelos clássicos de equilíbrio – podem ser vistos como mudanças graduais. Isso porque, após os períodos críticos, etapas intermediárias, que se desenrolam lentamente, contribuem, mesmo que aos poucos, para que um resultado político específico seja alcançado. “Então, mesmo que um processo de *path dependence* comece com uma mudança repentina, ele pode se tornar um processo lento de mudanças graduais”<sup>152</sup> (MAHONEY *et al.*, 2016, p. 12, tradução nossa).

Isso não significa, entretanto, que os avanços teóricos em direção a uma compreensão mais abrangente dos processos de mudança institucional tenham ocorrido sem custos. Hall

<sup>150</sup> No original: “Humans have displayed an advanced capacity to generate new rules (variation); they strategically choose between different institutional schemas (selection); and they often imperfectly implement, copy, or repeat successful behaviors (replication).”

<sup>151</sup> No original: “Those who benefit from existing arrangements may have an objective preference for continuity but ensuring such continuity requires the ongoing mobilization of political support as well as, often, active efforts to resolve institutional ambiguities in their favor.”

<sup>152</sup> No original: “Thus, while a path-dependent process begins with a sudden change, it can then become a slow-moving process of incremental shifts.”

(2016) aponta como uma das consequências dessas novas concepções o chamado paradoxo da plasticidade. Isso porque, quanto mais se dedicam a explicar os processos pelos quais as instituições são alteradas, mais os pesquisadores colocam à prova o poder das instituições em moldar a política.

De qualquer maneira, mesmo que ainda estejam em desenvolvimento, as novas conceituações a respeito de mudanças institucionais não estão completamente afastadas do modelo inicial, de equilíbrio pontual. Em seu estudo a respeito da consolidação do Jornalismo moderno nos EUA, por exemplo, Ryfe e Kimmelmeier (2011) associam os conceitos de *critical juncture*, *path dependence* e de mudanças institucionais graduais. Isso porque, segundo os autores, o modelo de Jornalismo comercial, que persiste até hoje, conviveu com o modelo partidário durante algum tempo – até que um choque externo fizesse com que a associação entre empresas jornalísticas e partidos colapsasse.

Outros estudos da área do Jornalismo também utilizam conceitos de mudança institucional, seja para compreender contextos específicos (e.g. PAN, 2000; HUGHES, 2003) ou para explorar as alterações promovidas na prática jornalística a partir do surgimento de novas tecnologias e plataformas (e.g. LOWREY, 2011; LISCHKA, 2019; RUSSELL, 2019; MEESE; HURCOMBE, 2020).

### 3.2 O JORNALISMO COMO INSTITUIÇÃO: O USO DA TEORIA NEOINSTITUCIONALISTA PARA O ESTUDO DA IMPRENSA

Além dos estudos mencionados na sessão anterior, parte da literatura neoinstitucionalista já abre espaço para a reflexão a respeito do papel de organizações jornalísticas em processos políticos.

Blyth (2007), por exemplo, dá ênfase a processos de persuasão em momentos de incerteza econômica – nos quais, segundo ele, os agentes políticos podem estar confusos em relação aos seus próprios interesses e objetivos, isto é, podem não ter claro quais são as preferências que pretendem maximizar por meio da ação política. O processo de definir ou enquadrar a crise, dessa forma, não envolve somente a explicação do que deu errado, ou seja, dos motivos que levaram ao resultado ruim, mas também reflexões sobre qual é o melhor caminho a ser tomado para que a situação de dificuldade seja superada. É necessário, portanto, que os agentes convençam uns aos outros a respeito de qual é a solução mais adequada para o momento de incerteza pelo qual estão passando. Blyth (2007, p. 774, tradução nossa) sintetiza seu argumento ao afirmar que “as estruturas não vêm com um manual de instruções e, como

consequência, os agentes não decodificam de uma só maneira o mundo material que os cerca, nem agem uniformemente”<sup>153</sup>.

Lieberman (2002, p. 709, tradução nossa) também trata da ideia de persuasão, afirmando que o contexto institucional e histórico “define a alocação e o exercício do poder político”<sup>154</sup>, criando ou fechando oportunidades para que determinadas ideias floresçam ou não. Assim, segundo ele, 1) a legitimidade de determinada ideia entre os atores; 2) a posição institucional desses agentes; e 3) o momento político adequado são os elementos que ajudam a explicar por que, em certos períodos históricos, algumas ideias se tornaram proeminentes em um determinado ambiente político:

A hora de uma ideia chega não simplesmente porque aquela ideia é convincente em si mesma, mas porque circunstâncias políticas oportunas a favorecem. Nesses momentos, quando uma ideia política se torna expressiva e persuasiva entre atores cuja posição institucional lhes dá motivação e oportunidade para transformá-la em políticas públicas – é quando podemos dizer que uma ideia encontrou o seu tempo.<sup>155</sup> (LIEBERMAN, 2002, p. 709, tradução nossa).

Outros estudos abordam de forma mais direta o papel do que os autores denominam “mídia” como um agente intermediário nas disputas discursivas e de poder entre os distintos atores políticos. Hall (1992), por exemplo, menciona o aparecimento de artigos de opinião defendendo o viés monetarista na política econômica britânica, além do aumento da cobertura noticiosa a respeito de tais ideias, no período em que estava em curso a substituição do Keynesianismo. De acordo com o autor, o crescimento da atenção midiática às ideias monetaristas provocou uma pressão sobre o governo em prol da mudança de curso na política econômica.

Nesse mesmo trabalho, Hall (1992) classifica o que chama de “mídia” como uma instituição, dizendo que essas organizações são

canais cruciais de transmissão entre o estado e a sociedade, que geralmente são negligenciados por aqueles que focam em canais tradicionais de intermediação de interesses. No entanto, como a mídia se prende a determinados assuntos na busca de uma abordagem, ela age mais como lente de aumento do que como espelho da opinião popular. A ferocidade com que os jornalistas econômicos assumiram a perspectiva

---

<sup>153</sup> No original: “Structures do not come with an instruction sheet, and as a consequence, agents do not monotonically decode the material world around them and act uniformly.”

<sup>154</sup> No original: “Define the allocation and exercise of political power.”

<sup>155</sup> No original: “An idea's time arrives not simply because the idea is compelling on its own terms, but because opportune political circumstances favor it. At those moments when a political idea finds persuasive expression among actors whose institutional position gives them both the motive and the opportunity to translate it into policy – then, and only then, can we say that an idea has found a time.”

monetarista durante a década de 1970 foi central para a popularização dessas ideias na Grã-Bretanha.<sup>156</sup> (HALL, 1992, p. 105, tradução nossa).

Ao tratar da conexão entre as relações de poder e as instituições, Pierson (2015) também menciona a “mídia” como um dos canais que podem servir à perpetuação das desigualdades entre os distintos atores sociais. Como Hall (1992) admite, entretanto, a tendência dos estudos neoinstitucionalistas é concentrar-se em outros tipos de instituição, a exemplo dos partidos políticos ou de estruturas ligadas a governos. Tal negligência em relação a essas instituições se traduz na imprecisão do termo “mídia” (LIMA, 2004; MARQUES; MIOLO, 2018), ao menos na forma como ele é utilizado nestes estudos neoinstitucionalistas. Pierson (2015), por exemplo, não explica a que tipo de “mídia” se refere ao tratar da disseminação de estruturas de poder. O autor, ademais, dá a entender que considera tais “mídias” como instrumentos dos atores detentores de poder político, ou seja, como meros disseminadores de ideias e opiniões que já circulam entre atores políticos – estes, de fato, relevantes no ambiente institucional.

Hall (1992), por sua vez, cita exemplos de jornais impressos em sua análise sobre o Keynesianismo e o monetarismo – mas, ainda assim, não dedica espaço, em seu estudo, a uma discussão mais pormenorizada a respeito do mercado de empresas jornalísticas ou dos interesses que as envolviam, à época. Assim, mesmo que classifique a “mídia” como uma instituição, Hall (1992) camufla os posicionamentos dos próprios jornais e os coloca como meros reprodutores de visões de outros atores políticos (ainda que exista um processo de seleção de tais ideias pelas empresas de comunicação) ao compará-los a “lentes de aumento” ou “canais de transmissão”.

Quando trata dos estudos que classificam o Jornalismo como uma instituição política, Schudson (2002) enfatiza esta lacuna nas pesquisas realizadas no âmbito da Ciência Política. De acordo com o autor, a tendência da área é de não dedicar uma atenção detalhada ao Jornalismo, ao contrário do que faz com instituições como legislaturas e partidos. “O Jornalismo é uma parte da vida política que a Ciência Política, em sua maior parte, tem negligenciado”<sup>157</sup> (SCHUDSON, 2002, p. 249, tradução nossa).

Ao analisar a literatura da área de Ciências Sociais que se debruça sobre o processo de produção da notícia, Schudson (2002) aponta para a existência de três perspectivas, que

---

<sup>156</sup> No original: “As an institution, the media are a critical transmission belt between the state and society that is sometimes neglected by those who focus on the traditional channels of interest intermediation. However, because the media fasten onto particular issues in search of an angle, they act more as a magnifying glass than as a mirror for popular opinion. The ferocity with which economic journalists took up monetarist issues during the 1970s was central to their popularization in Britain.”

<sup>157</sup> No original: “Journalism is a constituent of political life that political science for the most part has neglected.”

eventualmente podem se sobrepor, ou seja, que não são excludentes. A primeira delas, de acordo com o autor, se conecta à área de Economia Política e da macrosociologia ao relacionar o produto jornalístico aos processos econômicos que envolvem as empresas jornalísticas e, também, à própria situação econômica da sociedade em que tais organizações estão inseridas. Já a segunda perspectiva tem raízes mais profundas na Sociologia, e tem foco nos constrangimentos organizacionais que caracterizam o trabalho dos jornalistas, ou seja, nas rotinas produtivas que estão associadas ao exercício do Jornalismo como uma ocupação. Por fim, a abordagem cultural enfatiza as tradições e os sistemas simbólicos que constroem o exercício do Jornalismo acima das restrições econômicas ou organizacionais envolvidas na atividade.

As três abordagens reconhecem (ou deveriam reconhecer) que as notícias são uma forma de cultura. Trata-se de um gênero, ou de um conjunto de gêneros, estruturado para a produção de sentidos públicos. Mas isso não significa que as notícias flutuam em um éter simbólico. Elas são um produto material, e existem dimensões políticas, econômicas, culturais e sociais para a compreensão de sua produção, distribuição e apropriação pelas audiências.<sup>158</sup> (SCHUDSON, 2002, p. 251, tradução nossa).

Dois trabalhos pioneiros na caracterização do Jornalismo como uma instituição política são exemplos das distintas abordagens identificadas por Schudson (2002). Timothy Cook, a partir da obra *Governing With the News*; e Bartholomew Sparrow, com *Uncertain Guardians: The News Media as a Political Institution* (ambos publicados no final dos anos 1990), inauguraram a aplicação da teoria neoinstitucionalista à análise do Jornalismo – caminho que, posteriormente, outros autores da área (incluindo fora dos EUA e dos países da Europa Ocidental) também tomaram (e.g. LOWREY; ERZIKOVA, 2010; ALLERN; BLACH-ØRSTEN, 2011; DAN, 2011; LOWREY, 2011; BANNERMAN; HAGGART, 2015). De acordo com Ryfe (2006a, p. 136, tradução nossa), ao associar a teoria neoinstitucionalista ao estudo do Jornalismo, Cook e Sparrow “capturaram a essência do que pesquisadores aprenderam sobre o Jornalismo”<sup>159</sup> em três décadas de estudos.

Ryfe (2006a) elenca cinco princípios comuns entre as perspectivas neoinstitucionalistas aplicadas ao estudo do Jornalismo, a saber: 1) as instituições são estruturas intermediárias dos impactos que relacionam variáveis macro e micro; 2) elas se desenvolvem em um padrão marcado pelo fenômeno de *path dependence*; 3) a sequência e o *timing* dos fatos

<sup>158</sup> No original: “All three of these approaches recognize (or, at any rate, should recognize) that news is a form of culture. It is a structured genre or set of genres of public meaning-making. But this is not to suggest that it floats in a symbolic ether. It is a material product and there are political, economic, social, and cultural dimensions to understanding its production, distribution, and appropriation by audiences.”

<sup>159</sup> No original: “They have captured the essence of what scholars have learned about the news media.”

são cruciais para o desenrolar dos processos políticos; 4) instituições têm uma história, isto é, passam por processos de elaboração, desintegração e reforma; e, 5) na ausência de um choque, as ordens institucionais tendem a se reproduzir (*punctuated equilibrium*). Completa o autor:

Cook e Sparrow aplicam esse estilo neoinstitucionalista de pensar à produção das notícias. Na visão deles, as rotinas e práticas que definem o Jornalismo – equilíbrio, isenção, objetividade, o estilo da pirâmide invertida etc. – são, na verdade, instituições. Em outras palavras, elas são premissas e comportamentos que se tornaram profundamente embutidos no campo do Jornalismo. Cook e Sparrow nos encorajam a ver as rotinas noticiosas como mediadores cruciais de forças macro no comportamento dos jornalistas como indivíduos.<sup>160</sup> (RYFE, 2006a, p. 138, tradução nossa).

Apesar de concordarem que o Jornalismo é uma instituição, os autores que defendem essa perspectiva não necessariamente convergem em relação aos motivos que justificam esse posicionamento (RYFE, 2006a). Lowrey (2018, p. 127, tradução nossa) afirma que, na tentativa de conciliar a autonomia dos indivíduos e aspectos estruturantes, a conceituação do Jornalismo como instituição tem sido realizada de múltiplas formas: “1. Como um empreendimento organizacional com práticas rotinizadas, sujeito a um ambiente com fatores e forças variáveis; e 2. Como um campo coletivo intermediário, moldado por fatores e forças externas, mas, também, pelo seu próprio espaço, autônomo e legítimo, e guiado pela sua própria lógica”<sup>161</sup>.

Tais diferenças apareceram logo no início da aplicação dessa vertente teórica à Comunicação Política, nos trabalhos de Cook e Sparrow, e se desdobraram em variadas concepções ao longo do tempo. A seguir abordamos esse debate em mais pormenor.

### 3.2.1 O que define o caráter institucional do Jornalismo? Perspectivas a partir das obras de Cook e Sparrow

Um dos precursores da aplicação da teoria neoinstitucionalista à análise do Jornalismo, Cook (2005) defende que as organizações jornalísticas – apesar das diferenças que permeiam

<sup>160</sup> No original: “Cook and Sparrow apply this new institutionalist style of thinking to the production of news. On their view, the routines and practices that define journalism – balance, detachment, objectivity, the inverted pyramid style of writing, etc. – are, in fact, institutions. In other words, they are taken-for-granted assumptions and behaviors that have become deeply embedded within the trans-organizational field of journalism. Cook and Sparrow encourage us to see news regimes as crucial mediators of macro-level forces on the behavior of individual journalists.”

<sup>161</sup> No original: “1. As an organizationally bound enterprise with routinized practices, subject to an environment of varying factors and forces; and 2. as a meso-level collective field, shaped by external factors and forces but shaped too within its own bounded and somewhat autonomous and legitimated space, and guided by its own negotiated logic.”

empresas de rádio, televisão e jornais impressos, por exemplo – se organizam a partir de práticas similares. Isto é, mesmo que exista alguma diversidade, as possibilidades de variação entre as diferentes empresas e os distintos meios de comunicação são constrangidas por práticas que caracterizam o próprio Jornalismo como atividade. Nesse sentido, Cook (2005, p. 64, tradução nossa) defende que “as organizações jornalísticas, a despeito das diferentes tecnologias, prazos e audiências, são estruturadas de forma similar em suas dinâmicas internas, na forma como interagem com fontes, nos formatos que utilizam e nos conteúdos que produzem”<sup>162</sup>.

Dessa forma, para defender que o Jornalismo é uma instituição, Cook (2005) ancora seu argumento na vertente sociológica, que se debruça predominantemente sobre práticas rotinizadas e informais que se caracterizam não só como constrangimentos, mas também como padrões sociais de comportamento reconhecidos e valorizados em si mesmos. Nesse sentido, as estruturas que constituem as instituições seriam caracterizadas não só por regras formais, mas também por “modos de fazer” que são considerados naturais em si mesmos, se perpetuando no tempo e no espaço. Tais procedimentos, aponta Cook (2005), são reconhecidos não somente dentro das instituições, mas também fora delas, isto é, por outros atores políticos.

Resumindo seu argumento, o autor aponta que “ninguém sabe o que são as notícias, além do fato de que elas devem ser precisas, frescas, tempestivas, inesperadas, interessantes e importantes”<sup>163</sup> (COOK, 2005, p. 72, tradução nossa). Em outras palavras, Cook (2005) enfatiza que jornalistas, por mais experientes que sejam, têm dificuldade em enunciar, de forma clara, o que é uma notícia. Estudos anteriores da vertente sociológica, como o de Tuchman (1983), já demonstram como as rotinas da produção noticiosa são transmitidas por meio de constrangimentos e sanções, i.e., como “focas” se adaptam às normas da redação observando seus colegas, ganhando recompensas (como o destaque a um texto noticioso) ou punições (a exemplo do corte ou de alterações em uma matéria).

As normas da produção noticiosa, assim, são maneiras pelas quais os jornalistas podem dar algum grau de previsibilidade ao exercício de uma atividade que, em sua essência, é caracterizada pelo imponderável. Isso não significa, porém, que as rotinas de produção noticiosa tornem o conteúdo imune a interferências dos próprios jornalistas ou das empresas jornalísticas, de forma mais ampla. Em outras palavras, como explica Cook (2005), a existência dessas normas não significa que os jornalistas não façam escolhas ao confeccionar uma peça

---

<sup>162</sup> No original: “The news media, despite different technologies, deadlines, and audiences, are structured similarly in their internal organizations, the way they interact with sources, the formats they use, and in the content they provide.”

<sup>163</sup> No original: “Nobody knows what news is-beyond that it should be accurate, fresh, timely, and unexpected, and both interesting and important.”

noticiosa. Esse processo de tomada de decisão, segundo o autor, fica implícito, principalmente porque os jornalistas não se dedicam a especular como a cobertura *poderia ter sido*, a não ser por meio da comparação de sua própria produção com a da concorrência.

Essas escolhas são, geralmente, escondidas não somente das audiências, mas também dos próprios repórteres. No fim das contas, ao estruturar a matéria que será publicada, os jornalistas aderem ao que Tuchman denominou como o “ritual estratégico” da objetividade: valorizando a posição de especialistas, apresentando os dois lados da história, provendo evidências que sustentem os fatos e, geralmente, escondendo a atuação do próprio repórter.<sup>164</sup> (COOK, 2005, p. 73, tradução nossa).

O argumento do autor, dessa forma, é de que tais rituais de produção da notícia são padronizados a ponto de fazer com que mesmo empresas com características diversas – bases tecnológicas, audiências e periodicidade diferentes, por exemplo – apresentem certa homogeneidade no conteúdo que publicam. Tal característica, segundo Cook (2005), é o que permite afirmar que o Jornalismo é uma instituição.

Outro fenômeno que reforça o caráter institucional da atividade, de acordo com o autor, é o fato de que a competição entre as diferentes empresas jornalísticas não necessariamente resulta em uma diversidade de conteúdo. Isso porque haveria um consenso em torno de “evitar riscos” – i.e., publicar uma notícia exclusiva ou um “furo” é um diferencial, mas deixar de publicar o que todas as outras empresas estão publicando é inaceitável. Segundo ele, esse fenômeno aponta como há um consenso entre jornalistas e as diferentes organizações jornalísticas a respeito do que deve ser considerado notícia e, mais do que isso, acerca de como o material noticioso deve ser produzido.

Além de afirmar que o Jornalismo deve ser considerado uma instituição, a partir da vertente sociológica do neoinstitucionalismo, Cook (2005) defende, ademais, que jornalistas são atores políticos, ou seja, que o Jornalismo não só constitui uma instituição *social*, mas, também, uma instituição *política*.

Isso não significa que os repórteres (...) conscientemente perseguem agendas ideológicas ou partidárias específicas. Ao contrário, o complicado de acessar o papel político dos jornalistas é o fato de que sua influência política pode surgir não apesar de, mas por conta de sua aderência às normas de objetividade, de sua deferência à autoridade e aos fatos, e de uma postura que os distancia das consequências políticas e sociais da cobertura que produzem.<sup>165</sup> (COOK, 2005, p. 85, tradução nossa).

<sup>164</sup> No original: “After all, in assembling the final story, journalists scrupulously adhere to what Tuchman termed the ‘strategic ritual’ of objectivity: deferring to expertise, presenting both sides of the story, providing intuitively persuasive supporting evidence, and generally obscuring the reporter's own hand.”

<sup>165</sup> No original: “This does not mean that reporters (...) are consciously pursuing particular partisan or ideological agendas. On the contrary, what is so complicated about assessing the political role of newsmen is that their political influence may emerge not in spite of, but because of, their principled adherence to norms of

O argumento do autor, portanto, é de que, justamente por meio dos rituais de objetividade que permeiam a produção da notícia, os jornalistas acabam por exercer um papel político no ambiente institucional. Um dos exemplos, segundo Cook (2005), é o reforço do poder político por meio do privilégio a fontes oficiais na construção da agenda (MCCOMBS, 2005) e dos enquadramentos (ENTMAN, 1993; DE VREESE, 2005) do conteúdo noticioso. O autor destaca, no entanto, que os repórteres não são completamente dependentes das fontes oficiais. Segundo Cook (2005), a relação entre jornalistas e representantes políticos é de interdependência: assim como os profissionais dependem dos políticos para obter fatos noticiosos, os próprios políticos desenvolvem uma relação de dependência com os jornalistas, seja para que os assuntos que lhes são caros ganhem visibilidade ou para que seus próprios enquadramentos sejam reproduzidos no conteúdo noticioso.

Nesse sentido, Cook (2005) afirma que os profissionais da imprensa também atuam politicamente ao exercer influência sobre quais atores são considerados autoridade em determinado tema perante a opinião pública. Em outras palavras, ao enquadrar e dar sentido ao mundo político por meio da produção de notícias, os jornalistas auxiliam na distribuição de poder ou na manutenção das assimetrias que já existem entre os distintos atores políticos (PIERSON, 2015). “Os jornalistas podem criar importância e certificar autoridade tanto quanto refleti-la ao decidir quem deve falar sobre quais assuntos em determinadas circunstâncias”<sup>166</sup> (COOK, 2005, p. 87, tradução nossa).

Na perspectiva do autor, dessa forma, o processo de produção da notícia é inerentemente enviesado, justamente por conta do paradigma da objetividade. Em outros termos, o argumento é de que as normas que regem a atividade jornalística contêm, em si mesmas, mecanismos de seleção que dão ênfase a determinadas questões e atores em detrimento de outros. Dessa forma, ao dar voz a agentes específicos ou saliência a alguns assuntos, os repórteres estão, automaticamente, deixando outros atores e temas de fora da cobertura jornalística. Nesse processo de seleção, portanto, os profissionais estão, também, excluindo determinados pontos de vista, o que contribui para reforçar estruturas de poder já presentes na sociedade, ou então para originar outras. Na prática, o papel político do Jornalismo está “camuflado”, precisamente, nas normas que buscam torná-lo isento e objetivo. O fato de as

---

objectivity, deference to factuality and authority, and a let-the-chips-fall-where-they-may distance from the political and social consequences of their coverage.”

<sup>166</sup> No original: “Journalists can create importance and certify authority as much as reflect it, in deciding who should speak on what subjects under what circumstances.”

notícias terem que ser, simultaneamente, importantes e interessantes, ademais, torna estreito o espaço para que opiniões não-oficiais penetrem na cobertura.

A partir dessas características, Cook (2005) defende que o Jornalismo se assemelha, do ponto de vista institucional, a partidos políticos e grupos de interesse. O argumento, nesse caso, é de que esses três tipos de instituição estão, simultaneamente, dentro e fora do governo. No caso das empresas de comunicação, obviamente, elas encontram-se fora do governo simplesmente por não serem estruturas oficiais ou públicas, mas sim entidades privadas que não têm a obrigatoriedade de seguir princípios como os de *accountability* e transparência. Por outro lado, Cook (2005) enfatiza que a atuação dos jornalistas se desenvolve em um intenso processo de negociação com os atores políticos, que envolve responsabilidades compartilhadas. Assim como os agentes públicos não podem simplesmente ditar como será a cobertura, os jornalistas, por sua vez, não podem prescindir da produção de informações advinda de governos e da própria política.

Nesse sentido, mesmo que sejam entidades privadas, as empresas noticiosas são “profundamente moldadas pela censura oficial, por subsídios, proteção e por reconhecimento legal. Mais ou menos o mesmo vale para os partidos políticos e os grupos de interesse”<sup>167</sup> (COOK, 2005, p. 109, tradução nossa). A principal diferença entre o Jornalismo, de um lado, e partidos políticos e grupos de interesse, de outro, na visão do autor, é o fato de que os últimos são formados e mantidos para perseguir objetivos coletivos específicos, isto é, são abertamente voltados a perseguir determinadas intenções políticas. Já para o Jornalismo, seu poder e impacto estão implícitos, e não ficam completamente claros nem mesmo para os profissionais da área.

### **A ênfase em aspectos mercadológicos: a perspectiva de Sparrow**

Sparrow (1999; 2006), por sua vez, também defende o status do Jornalismo como uma instituição, porém tende a ancorar sua visão em uma mistura das vertentes do neoinstitucionalismo sociológico e de escolha racional. Isso porque o autor descreve três fontes de incerteza para o exercício do Jornalismo profissional: as econômicas, as profissionais e as informacionais. De acordo com o autor, a resposta das empresas de comunicação a tal ambiente inseguro é a normalização de suas práticas, de modo que a atividade possa sobreviver e se diferenciar na relação com as demais instituições. É essa normalização que confere ao Jornalismo seu caráter institucional.

---

<sup>167</sup> No original: “They are deeply shaped by official sponsorship, subsidies, protection, and legal recognition. Much the same is true for political parties and interest groups.”

No que diz respeito às incertezas econômicas, o autor aponta que o principal produto jornalístico, a notícia, é uma *commodity* perecível. Além de se deteriorar rapidamente, a notícia precisa, ainda, ser atrativa à audiência, isto é, ganhar a atenção do público em um ambiente com várias outras opções – não só de informação, mas também de entretenimento.

Já a incerteza profissional está ligada à necessidade de executivos, *publishers*, produtores e editores de manter sua credibilidade junto ao público. Esse desafio se torna ainda mais complexo na medida em que a confiança nas empresas de comunicação vem declinando (COOK; GRONKE, 2001.; TOFF *et al.*, 2020) em sociedades democráticas, mesmo na comparação com outras instituições que não gozam de grande credibilidade junto aos cidadãos, a exemplo do Legislativo.

Por fim, as incertezas informacionais se relacionam à necessidade dos jornalistas de obter informações atualizadas e interessantes, as quais, geralmente, são difíceis de serem acessadas. De acordo com Sparrow (2006), essa característica justifica a dependência dos jornalistas em relação a fontes oficiais, como membros do Executivo ou do Legislativo, que podem fornecer informações exclusivas ou “quentes” a respeito dos assuntos considerados de interesse público.

A partir disso, o argumento de Sparrow (2006) é de que as empresas jornalísticas criam um conjunto de regras, isto é, de padrões de comportamento, que permitem que elas resolvam tais incertezas. Outros dois fatores são apontados pelo autor como justificativas para que o Jornalismo seja considerado uma instituição. Primeiro, o fato de que as empresas de comunicação acabam por ditar as “regras do jogo” para os demais atores políticos, influenciando, por exemplo, campanhas, processos legislativos, políticas públicas e a própria opinião pública. “As ações dos *media* guiam e canalizam – ou ‘estruturam’ – as ações de atores políticos nos três Poderes formais do governo, na administração pública e nos vários componentes dos processos políticos”<sup>168</sup> (SPARROW, 2006, p. 150, tradução nossa).

Em segundo lugar, o autor acrescenta que o Jornalismo é uma instituição social e cultural, já que fornece, por meio de palavras, imagens e sons, os enquadramentos que permitem à audiência dar sentido à realidade que a envolve. Nesse sentido, as empresas de comunicação teriam um papel determinante como formadoras de identidades nacionais e de imagens específicas entre seus espectadores, leitores ou ouvintes. Para Sparrow (2006, p. 155, tradução nossa), dessa forma, o Jornalismo é

---

<sup>168</sup> No original: “The actions of the media thereby guide and channel – “structure” – the actions of political actors in the three formal branches of government, public administration, and the various components of the political process.”

uma instituição no sentido de ser um ator político e governamental crucial, uma instituição no sentido de ser um agregado ordenado de normas e regras informais e compartilhadas que guiam a coleta das notícias, e uma instituição no sentido de que são empresas mais ou menos da mesma indústria e com as mesmas preocupações econômicas, profissionais e informais, que promovem uma forma distinta de cultura política<sup>169</sup>.

Uma das consequências da construção teórica proposta por Sparrow (2006) é a ênfase na homogeneidade que caracterizaria a produção noticiosa. O argumento do autor é que o processo de institucionalização do Jornalismo vem resultando, também, em uma crescente similaridade entre os conteúdos produzidos pelas diferentes empresas de comunicação. Seria, em resumo, um mecanismo que resultaria na crescente diferenciação do Jornalismo das demais instituições do sistema político, com a consequência de haver, por outro lado, cada vez menos diversidade interna, i.e., entre os produtos do Jornalismo profissional.

### **As diferenças entre as visões de Cook e Sparrow**

A partir dessas explicações, fica claro, portanto, que a noção de Sparrow (2006) a respeito do caráter institucional do Jornalismo se relaciona, predominantemente, às incertezas econômicas que constroem a atuação das empresas do ramo. De outro lado, Cook (2005) dá mais ênfase ao papel de outras instituições políticas como intervenientes no processo de produção da notícia e, ademais, ao caráter compartilhado das estruturas normativas relacionadas à profissão. Apesar de enfrentarem preocupações econômicas, nessa segunda visão, o principal desafio dos jornalistas seria a manutenção de sua legitimidade em meio à relação com agentes políticos e com a cultura na qual as empresas jornalísticas estão inseridas. Dessa forma, para Cook (2005), a obediência de repórteres às normas de produção noticiosa estaria mais relacionada à tentativa de se “fazer o que é certo” do que à intenção de maximização de ganhos, típica da vertente de escolha racional.

Em trabalho mais recente, Cook (2006) destaca tais discordâncias em relação à proposta de Sparrow (2006), enfatizando sua perspectiva de que as rotinas de produção noticiosa não são, necessariamente, eficientes do ponto de vista econômico. O argumento do autor, nesse sentido, é de que rotinas produtivas orientadas a questões mercadológicas levariam à diferenciação do produto jornalístico em busca de nichos do público, e não à homogeneidade

---

<sup>169</sup> No original: “An institution in the sense of being a crucial political and governmental actor, an institution in the sense of being an ordered aggregate of shared norms and informal rules that guide news collection, and an institution in the sense of firms in more or less the same industry and with the same economic, professional, and informational concerns that inculcate a distinctive form of political culture.”

do conteúdo que é verificada nos diferentes sistemas midiáticos (HALLIN; MANCINI, 2004a, 2012). De acordo com Cook (2006), assim, as rotinas produtivas estariam relacionadas à formulação de um produto que possa ser “defensável”, ou seja, legítimo junto à audiência. “A similaridade emerge a partir de várias condições: prazos apertados, alta incerteza a respeito do que é importante e interessante o suficiente para ser notícia, e o desejo de limitar interferências externas usando as normas profissionais como argumento”<sup>170</sup> (COOK, 2006, p. 162, tradução nossa).

O autor defende, ainda, cautela no uso do argumento da homogeneidade. Isso porque, nas palavras dele, produtos “semelhantes não são idênticos”<sup>171</sup> (COOK, 2006, p. 163, tradução nossa). Em outros termos, mesmo que haja consenso a respeito de quais são os assuntos que devem integrar a agenda noticiosa, não necessariamente ocorre o mesmo com relação aos enquadramentos (ENTMAN, 1993) praticados pelas empresas jornalísticas. A cobertura, dessa maneira, pode se debruçar sobre fatos idênticos, porém oferecer perspectivas distintas a respeito daqueles mesmos acontecimentos. Ainda na visão de Cook (2006), os estudos que utilizam a perspectiva neoinstitucionalista na análise do Jornalismo devem levar em conta a interação entre as organizações e os demais atores políticos, isto é, não devem tratá-lo de maneira isolada em relação aos outros ambientes nos quais os processos políticos se desenrolam.

Não podemos focar, somente ou prioritariamente, nos *media* como um ator sozinho ou separado. As abordagens institucionais, é claro, sugerem uma homogeneidade impressionante, levando em conta os critérios utilizados para identificar uma instituição. (...) Ao mesmo tempo, temos que reconhecer que os elementos em comum no noticiário não significam que ele é idêntico. Compreender a variedade de fontes, temas e pontos de vista – e os limites dessa variedade – é vital para testar a abordagem institucional das notícias.<sup>172</sup> (COOK, 2006, p. 168, tradução nossa).

As reflexões de Cook (2006), assim, apontam que a aplicação do neoinstitucionalismo ao estudo do Jornalismo enfrenta, em certo sentido, dilemas semelhantes àqueles identificados pelos teóricos da área em relação aos processos de mudança institucional. Assim como reconhecer que as instituições não são estruturas imutáveis ao longo do tempo pode ser um movimento perigoso – já que, se levado ao limite, pode atingir o coração do conceito (a

<sup>170</sup> No original: “The similarity emerges under several conditions: tight deadlines, high uncertainty about what is important and interesting enough to be called news, and the desire to limit outside interference by laying claim to professional norms.”

<sup>171</sup> No original: “Similar is not identical.”

<sup>172</sup> No original: “We cannot focus solely or even primarily on the media as ‘a single, separate actor.’ Institutional approaches, of course, suggest impressive commonality, given the three central criteria I applied for identifying an institution. (...) At the same time, we need to recognize that common elements of different news do not mean that they are identical. Understanding the range of sources, issues, and points of view – and the limits of that range – is vital in testing the institutional approach to the news.”

estabilidade) e enfraquecer o próprio argumento de que as instituições são determinantes no funcionamento do mundo político –, admitir que existe variabilidade no conteúdo noticioso pode, em certa medida, prejudicar o entendimento de que o Jornalismo é uma instituição. Afinal, se a principal característica que sustenta essa visão é relacionada à implementação de rotinas de produção e de concepções do que é notícia, as quais originam produtos semelhantes mesmo entre empresas jornalísticas distintas, afirmar que nem toda a cobertura noticiosa é homogênea pode ser um posicionamento interpretado como um questionamento à própria noção de que o Jornalismo é uma instituição. Em resumo, para conceber a atividade jornalística sob a lente do neoinstitucionalismo, é preciso admitir que existe algum grau de homogeneidade, mas abrir espaço, também, para a possibilidade de variações entre os diferentes sistemas midiáticos e as distintas empresas de comunicação, por exemplo.

### 3.2.2 Além de Cook e Sparrow: reflexões alternativas sobre o Jornalismo como instituição

A partir dessas questões, Ryfe (2006b) propõe uma nova perspectiva a respeito das normas que regem a produção noticiosa, de modo a explicar, teoricamente, tanto a homogeneidade quanto as possíveis variações que ocorrem no noticiário. O argumento do autor é de que, apesar de ocorrer por meio de um conjunto de normas compartilhadas pelas diferentes empresas jornalísticas, o processo de produção da notícia confere um significativo grau de autonomia aos repórteres. Assim, os jornalistas podem escolher, por exemplo, quais regras aplicar, e quando colocá-las em prática.

Nesse caso, o mesmo dilema aparece, já que, ao mesmo tempo em que são consideradas normas consistentes – a ponto de fazer com que o Jornalismo seja considerado uma instituição –, tais regras possibilitam, simultaneamente, um alto grau de variabilidade, i.e., um espaço significativo para que os agentes façam escolhas dentro da estrutura institucional.

Para responder a esse conflito, Ryfe (2006b), em primeiro lugar, se dedica a produzir uma definição mais clara do que são regras. O autor cita, inicialmente, a definição ligada ao neoinstitucionalismo de escolha racional, que tende a considerar normas como “regras do jogo” que constroem os indivíduos em seus esforços por maximizar suas preferências individuais (NORTH, 1991). Na visão de Ryfe (2006b), porém, tal conceituação é incompleta, já que pressupõe a existência de preferências entre os indivíduos *a priori*, isto é, independentemente do próprio conjunto de regras sob análise. O argumento do autor, ao contrário, é de que as próprias preferências individuais são construídas e ligadas às normas. Trata-se, nesse sentido, de uma visão mais associada ao neoinstitucionalismo de vertente sociológica, que propõe o

conceito de “lógica de apropriação” (MARCH; OLSEN, 1984) para a compreensão do modo como os indivíduos se relacionam com as instituições. Assim, ao se deparar com uma situação em que precisam fazer escolhas, os indivíduos tenderiam a pensar em quais são suas obrigações sociais, isto é, como é socialmente apropriado agir naquele determinado contexto, e não necessariamente a fazer um cálculo racional, analisando alternativas e pesando consequências, custos ou benefícios. O argumento do autor, portanto, é de que a influência das normas institucionais está mais associada a aspectos normativos e ontológicos – ou seja, ao que *é certo* fazer, ou a *como é apropriado agir* em determinadas situações – do que à racionalidade – i.e., aos cálculos de prós e contras para a maximização de preferências individuais.

A partir dessa definição de regras, Ryfe (2006b, p. 205, tradução nossa) afirma que as normas jornalísticas são “hipóteses normativas ou expectativas sobre comportamentos legítimos e apropriados – qual é o papel do jornalista, quais são as suas obrigações, quais valores e compromissos são adequados – no contexto da produção de notícias”<sup>173</sup>. O autor propõe, ainda, a divisão de tais normas em duas dimensões: a constitutiva e a regulativa. Segundo ele, “as regras constitutivas definem o que conta como notícia; as regras regulativas dizem aos jornalistas como produzi-las”<sup>174</sup> (RYFE, 2006b, p. 204, tradução nossa). As duas dimensões, de acordo com o pesquisador, constituem um regime de regras não escritas que opera sobre o processo de produção do conteúdo noticioso.

É a partir dessa divisão teórica que Ryfe (2006b) consegue conciliar a homogeneidade e a variação das notícias sem minar seu status institucional. De acordo com ele, as regras regulativas não estão necessariamente nos jornalistas, mas fazem parte da própria prática que ocorre nas redações. É por isso, argumenta Ryfe (2006b), que os repórteres apresentam tamanha dificuldade em enunciar, de forma clara, quais são as normas que regem seu trabalho: tais regras são tão abstratas que, ao serem questionados, os jornalistas tendem a dizer que “simplesmente sabem” o que devem fazer.

O autor afirma, ainda, que as regras regulativas podem ser consideradas como pretextos ou justificativas para manter a legitimidade da atividade jornalística diante dos pares, da audiência e dos demais atores políticos. Em outras palavras, é nessa norma que os profissionais da notícia se ancoram quando a forma como produzem o conteúdo é colocada em dúvida. Tal mecanismo permite, por exemplo, que repórteres consagrados ou ligados a

---

<sup>173</sup> No original: “We might define a journalistic rule as a normative assumption or expectation about appropriate or legitimate modes of behavior – what a journalist’s role is, what her or his obligations are, what values and commitments are appropriate – in the context of news production.”

<sup>174</sup> No original: “Where constitutive rules define what counts as news, regulative rules tell journalists how to produce this preexisting object.”

empresas jornalísticas com ampla reputação possam, em algumas ocasiões, simplesmente prescindir dos comportamentos tradicionais da produção da notícia. Outros jornalistas, com menos experiência ou reputação, não têm o mesmo privilégio, i.e., precisam se amparar em tais normas para garantir sua legitimidade junto aos pares e ao restante da sociedade. “A posição que os jornalistas ocupam em um regime de produção de notícias define sua capacidade de justificar suas ações”<sup>175</sup> (RYFE, 2006b, p. 210, tradução nossa) – e, conseqüentemente, se relaciona ao grau de obediência do profissional às regras regulativas da produção noticiosa.

A consequência dessa construção teórica, de acordo com Ryfe (2006b, p. 210, tradução nossa), é que

o significado das regras regulativas é estabelecido na relação entre as pessoas. Isso explica a variabilidade das regras da produção noticiosa – por exemplo, o fato de que dois repórteres podem aplicar regras diferentes à mesma ação, ou que a mesma regra pode ser utilizada para explicar duas ações aparentemente contraditórias, e mesmo assim que as duas interpretações podem ser entendidas no contexto como “corretas”.<sup>176</sup>

As regras constitutivas, por sua vez, são responsáveis por definir o que é, ou não, Jornalismo – mas, ao mesmo tempo, abrem espaço para divergências ao não especificar qual deve ser o conteúdo do produto noticioso. A definição do que é legítimo, portanto, ocorre, mais uma vez, por meio do estabelecimento de um consenso entre os pares.

Em outras palavras, o argumento de Ryfe (2006b) é de que as normas que disciplinam a produção noticiosa são alvo de uma constante negociação entre os próprios jornalistas, o que dá margem para que interpretações completamente opostas dos fatos ou mesmo das regras de produção noticiosa possam conviver sem que o regime normativo seja colocado em dúvida. Ao mesmo tempo, os próprios jornalistas estão em uma constante busca por legitimidade (LIPARI, 1996; MELTZER, 2009; LARSON, 2015; USHER, 2017; VOS; THOMAS, 2018a; 2018b), tanto junto aos pares quanto junto à sociedade, o que os faz recorrer a padrões similares de normas para justificar suas ações durante o processo de produção da notícia. Mudar o entendimento dessas normas, nesse sentido, seria permitido somente àqueles com prestígio suficiente para fazê-lo.

---

<sup>175</sup> No original: “The position journalists inhabit within a news regime defines their capacity to justify their actions.”

<sup>176</sup> No original: “the meaning of regulative rules is established in a relationship between people. This explains the variability of news rules—the fact, for instance, that two reporters can apply different rules to the same action, or that the same rule can be used to explain two seemingly contradictory actions, and yet both interpretations can be understood in their context as ‘correct.’”

### **Jornalismo como instituição e campo: como os dois conceitos podem se relacionar**

Ao buscar endereçar o dilema que envolve a homogeneidade (ou a diversidade) do conteúdo jornalístico, Ryfe (2006b) se ancora, portanto, em uma visão sociológica da atividade, que envolve as rotinas organizacionais e as relações entre os próprios profissionais e o mundo que os cerca. O autor dialoga, ademais, com a teoria de Pierre Bourdieu (2005) – sociólogo que, ao propor o conceito de “campo”, argumenta que tais ambientes não são homogêneos, ou seja, que determinados atores possuem mais ou menos capital do que os pares dentro daquela determinada estrutura. De acordo com Bourdieu (2005, p. 30, tradução nossa), “um campo é um campo de forças no qual agentes ocupam posições que estatisticamente determinam as posições que eles tomam em relação ao campo, sendo essas decisões voltadas a conservar ou transformar a estrutura de relações de força que constituem aquele campo”<sup>177</sup>.

Conforme explica Benson (2006), na teoria proposta por Bourdieu, a posição dos distintos atores no campo se relaciona à posse – ou não – de capital, o qual pode ser econômico (bens materiais ou dinheiro) ou, então, cultural (instrução, conhecimento, habilidades, *expertise*). No caso do campo jornalístico, o capital econômico se relaciona, por exemplo, à renda obtida com a venda de publicidade ou aos índices de audiência e circulação conquistados por determinada empresa. O capital cultural, por outro lado, pode vir por meio do reconhecimento em prêmios e outras formas de prestígio.

Ao aplicar o conceito ao Jornalismo, Bourdieu (2005) afirma que o campo se caracteriza por um alto grau de heteronomia, isto é, pela relativa dependência em relação aos demais campos. Mesmo que essa autonomia seja fraca, entretanto, o autor reafirma que não é possível entender o que ocorre no campo jornalístico a partir do mundo exterior. Em outras palavras, mesmo que veja o campo do Jornalismo como relativamente frágil – quando considerada a sua autonomia em relação aos demais campos –, Bourdieu (2005), ainda assim, o classifica como um campo próprio e separado dos demais. Na visão do autor, assim como o campo das Ciências Sociais e o campo político, o Jornalismo também reivindica legitimidade perante os demais agentes para impor sua visão do mundo à sociedade. Trata-se, nesse caso, de uma disputa discursiva, ou narrativa, em relação à própria interpretação dos fatos sociais.

A propósito das relações entre o conceito de campo e a aplicação da teoria neoinstitucionalista ao estudo do Jornalismo, Benson (2006) defende que, apesar de não serem

---

<sup>177</sup> No original: “A field is a field of forces within which the agents occupy positions that statistically determine the positions they take with respect to the field, these position-takings being aimed either at conserving or transforming the structure of relations of forces that is constitutive of the field”.

idênticas, o diálogo entre as duas abordagens não só é possível, como seria frutífero para os estudos na área de Comunicação Política. O autor aponta, por exemplo, que as duas teorias consideram que tanto campos, de um lado, quanto instituições, de outro, se caracterizam pela relativa autonomia em relação a pressões externas e por algum grau de homogeneidade interna.

Conceituado como campo e como instituição, além disso, o Jornalismo é considerado em sua relação com a distribuição de poder. Se na teoria neoinstitucionalista as organizações jornalísticas são vistas, em conjunto, como uma das instituições intermediárias que atuam na distribuição de poder entre as distintas estruturas que constituem o mundo político, na teoria dos campos o Jornalismo é considerado uma parte do campo do poder, na medida em que tende a se relacionar, predominantemente, com agentes que detêm quantidade significativa de capital (econômico ou cultural). A perspectiva que considera o Jornalismo como um campo, portanto, também reconhece no exercício da atividade a tendência de reforço das assimetrias de poder entre os diferentes atores.

Ainda de acordo com Benson (2006), o ponto forte do uso do conceito de “campo” é, precisamente, a possibilidade de conciliação entre a presença de homogeneidade e heterogeneidade entre as distintas organizações jornalísticas. Por outro lado, porém, a teoria neoinstitucionalista, segundo ele, tem a qualidade de endereçar um dos principais problemas do conceito de campo, a saber, a dificuldade em lidar com os constrangimentos externos, tanto políticos quanto econômicos, que permeiam o exercício do Jornalismo.

Por isso, o autor sugere uma integração entre as duas abordagens, que posicione o Jornalismo como um intermediário entre o estado, o poder econômico (mercado) e o poder cívico.

Se os neoinstitucionalistas, apropriadamente, trazem o Estado de volta à cena, Bourdieu presta um serviço ao insistir que os jornalistas – *como um conjunto corporativo, não como indivíduos* – também desempenham um papel semiautônomo ao dar forma às notícias. (...) O desafio, então, é manter esse importante aspecto do modelo de Bourdieu – de uma forma específica de poder, que é do Jornalismo – e, ao mesmo tempo, enfatizar que o Estado e o mercado ajudam a habilitar e constranger esse poder autônomo.<sup>178</sup> (BENSON, 2006, p. 196, tradução nossa, grifo nosso).

Tanto as reflexões desenvolvidas no âmbito do neoinstitucionalismo quanto aquelas ancoradas no conceito de campo cunhado por Bourdieu, portanto, enfatizam, em maior ou

---

<sup>178</sup> No original: “If new institutionalists appropriately bring the state back in, Bourdieu performs a service by insisting that journalists – as a corporate body, not as individuals – also play a semi-autonomous role in shaping the news. (...) The challenge then is to keep this important aspect of Bourdieu’s model – that of a specific journalistic form of power – while emphasizing that the state as well as the market help to enable as well as constrain such autonomous power.”

menor grau, a característica de homogeneidade de conteúdo apresentada pelas diferentes empresas jornalísticas. Lawrence (2006), por exemplo, utiliza tanto o conceito de instituição quanto o de campo ao argumentar que o Jornalismo constitui um dos *players* do ambiente no qual o “jogo das notícias” ocorre. Segundo ela, as empresas jornalísticas só podem ser plenamente compreendidas como parte de uma instituição na relação com os demais *players*, que também interferem no processo de produção da notícia.

Lawrence (2006), dessa forma, salienta que as notícias não são somente um produto econômico (ou uma *commodity*) mas, também, profissional, político e cultural, que não está submetido, apenas, aos entendimentos ou preferências dos próprios jornalistas. Outros atores e grupos sociais participam do processo e negociam, junto aos repórteres, o produto que será oferecido à audiência. Diz a autora (LAWRENCE, 2006, p. 226, tradução nossa): “Os *media* são independentes e distintos o suficiente para serem concebidos como uma ‘instituição’, mas, paradoxalmente, estão tão embutidos em vários campos de poder que sua independência é altamente constrangida”<sup>179</sup>.

Lawrence (2006) enfatiza, da mesma maneira que parte dos neoinstitucionalistas, o papel das organizações jornalísticas em mediar disputas políticas e por poder ao selecionar, por exemplo, quem são as vozes legítimas a se pronunciar sobre determinados assuntos ou, ainda, quais são os temas que merecem atenção no debate público. De acordo com a autora, entretanto, as perspectivas mais vinculadas à Sociologia tendem a se debruçar principalmente sobre as dinâmicas internas das organizações durante o processo de produção de conteúdo (e.g. BREED, 1955; TUCHMAN, 1983), deixando em segundo plano a análise do próprio produto noticioso. Para Lawrence (2006, p. 228, tradução nossa), porém, “conceituações elegantes sobre campos organizacionais não importam muito se não pudermos associá-las ao que as organizações jornalísticas de fato produzem”<sup>180</sup>.

Em resumo, neste capítulo exploramos um importante componente do embasamento teórico desta tese, o neoinstitucionalismo, e como essa perspectiva é aplicada nos estudos sobre o Jornalismo. Mas de que maneira as organizações jornalísticas atuam para manter sua legitimidade junto à sociedade, i.e., para manter o caráter institucional do Jornalismo? Como os produtos jornalísticos, mais especificamente as notícias e os editoriais, traduzem essas

---

<sup>179</sup> No original: “The media are independent and distinct enough to be thought of as an ‘institution’ yet, paradoxically, so embedded in various fields of power that their independence is highly constrained.”

<sup>180</sup> No original: “Elegant conceptualizations of inter-organizational fields don’t matter much if we cannot link them to what news organizations actually produce.”

normas institucionais? E de que modo as empresas jornalísticas utilizam o conteúdo que publicam para defender objetivos próprios? Essas questões são o tema do capítulo a seguir.

#### 4 JORNALISMO E LEGITIMIDADE INSTITUCIONAL: A AUTORIDADE JORNALÍSTICA, O CONTEÚDO PUBLICADO E A ATUAÇÃO POLÍTICA DA IMPRENSA

Conforme desenvolvemos no capítulo anterior, as concepções contemporâneas a respeito das instituições buscam conciliar o caráter de estabilidade e permanência dessas estruturas com a sua plasticidade. Assim, o entendimento é de que as instituições não são fixas ou inquestionáveis: ao contrário, passam por um constante processo de negociação de sua legitimidade (MARCH; OLSEN, 2006; PETER, 2017), especialmente em sua relação com as demais instituições e atores do ambiente político.

Neste capítulo, exploramos a literatura que toca essas questões em sua aplicação ao Jornalismo. De que maneira as organizações jornalísticas constroem e buscam manter a legitimidade institucional da atividade junto ao público e a outros atores? Argumenta-se que, como as demais instituições, o Jornalismo não tem seu prestígio garantido junto à sociedade. Conforme demonstramos no capítulo dois, inclusive, conjunturas caracterizadas pela ascensão de políticos populistas, como a analisada na seção empírica desta tese, podem constituir períodos em que questionamentos acerca de tal legitimidade se tornam mais agudos, ou seja, em que as práticas jornalísticas e a própria existência das empresas do ramo são colocadas em xeque.

Nesse sentido, considerando que o Jornalismo constitui uma instituição, interessa-nos compreender de que forma as empresas jornalísticas instrumentalizam o conteúdo que produzem para defender sua legitimidade em sociedades democráticas. Nossa perspectiva é de que tal legitimidade pode ser traduzida no conceito de autoridade jornalística, que exploramos no início deste capítulo. Conforme afirma Tong (2017, p. 2, tradução nossa, grifo nosso), “a legitimidade do Jornalismo torna aceitável para o público que o Jornalismo *tem a autoridade cultural para coletar, produzir e disseminar informação com credibilidade, definindo a realidade*”<sup>181</sup>. Carlson (2015b, p. 13, tradução nossa) também associa a ideia de autoridade à legitimidade jornalística ao afirmar que “a *autoridade epistêmica das notícias como um conhecimento legítimo* é resultado de uma negociação entre atores, que se dá por meio do discurso metajornalístico”<sup>182</sup>.

---

<sup>181</sup> No original: “Journalistic legitimacy makes it acceptable to the public that journalism has the cultural authority in collecting, producing, and disseminating credible information, and in defining reality.”

<sup>182</sup> No original: “The epistemic authority of news as legitimate knowledge is the outcome of a negotiation among actors taking place through metajournalistic discourse.”

A partir dessa perspectiva teórica, também abordamos neste capítulo as peculiaridades dos dois tipos de texto jornalístico analisados na presente tese, i.e., notícias e editoriais. Por fim, tendo em vista que defendemos que o Jornalismo é uma instituição *política* (MCCHESEY; PICKARD, 2017), exploramos estudos que debatem de que forma organizações jornalísticas se consolidam como atores políticos.

#### 4.1 O CONCEITO DE AUTORIDADE JORNALÍSTICA E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS PROFISSIONAIS

Considerar que o Jornalismo é uma instituição implica compreender quais são os mecanismos que permitem (ou desafiam) a perpetuação da atividade e de sua legitimidade diante do público e dos demais atores políticos. A tese apresentada busca, precisamente, compreender de que forma tal defesa ocorre no caso brasileiro, analisando, especificamente, a conjuntura de hostilidade à imprensa fomentada pelo presidente Jair Bolsonaro.

Neste contexto, é necessário esclarecer o que entendemos por autoridade jornalística. Zelizer (1990a, p. 439, tradução nossa) a define como “a habilidade dos jornalistas em autorizar a si mesmos como porta-vozes das histórias que contam”<sup>183</sup>. De acordo com a autora, a construção de tal autoridade ocorre, principalmente, por mecanismos narrativos: de forma estratégica e sistemática, os jornalistas se posicionam como os legítimos detentores do direito de relatar eventos da realidade, escolhendo, por exemplo, como e o que contam (ou não). Ainda segundo Zelizer (1990a), essas narrativas são cristalizadas em uma memória coletiva, que é acionada para que os limites dessa autoridade sejam compreendidos ao longo do tempo e em diferentes ambientes. Trata-se, por tanto, de uma construção de legitimidade por meio da retórica.

A autora prossegue explicando que, “enquanto todos os grupos profissionais são constituídos por conjuntos formais de conhecimento, parte significativa da autoridade jornalística reside não no que os profissionais sabem, mas, sim, no que fazem com o que sabem”<sup>184</sup> (ZELIZER, 1990b, p. 367, tradução nossa). Ainda de acordo com ela, parte da estratégia de legitimação da atividade jornalística passa pela construção de uma imagem onipresente e onisciente dos jornalistas, i.e., eles seriam os únicos capazes de testemunhar fatos

---

<sup>183</sup> No original: “The ability of journalists to authorize themselves as spokespeople for the stories they told.”

<sup>184</sup> No original: “While all professional groups are constituted by formalized bodies of knowledge, much of journalists' professional authority lies not in what they know but in what they do with their knowledge.”

– vendo o que cidadãos comuns não são capazes de identificar (o “faro para a notícia”) – e, depois, de relatá-los de forma adequada e confiável ao restante da sociedade.

Esse processo de reforço da autoridade jornalística ocorreria mesmo em casos nos quais os jornalistas falharam, ou seja, quando não foram testemunhas dos eventos que posteriormente relataram. Zelizer (1990a;1990b) cita como exemplo o assassinato de John Kennedy em 1963 – ocasião em que, segundo ela, as práticas jornalísticas foram colocadas em xeque. A autora explica que, como não estavam presentes quando Kennedy foi morto, repórteres e empresas de comunicação se utilizaram de artifícios que “camuflaram o fracasso” e, ao mesmo tempo, mantiveram o status do Jornalismo como o espaço legítimo para que o fato fosse relatado. Um destes mecanismos foi a personalização do conteúdo, ou seja, a apresentação de depoimentos com o ponto de vista dos próprios jornalistas a respeito do assassinato (mesmo que eles não estivessem *in loco*). Ocorreu, nesse caso, uma construção narrativa, que incluiu repórteres em uma situação que, na prática, eles não haviam testemunhado.

Carlson (2015a), por sua vez, constrói sua definição de autoridade jornalística salientando que a atividade não detém ferramentas formais de imposição: outras instituições, especialmente as estatais, têm a possibilidade de infligir ou manter sua legitimidade através de mecanismos coercitivos; o Jornalismo, não. Dessa forma, de acordo com o autor, a atividade deve ser entendida como um campo discursivo que está continuamente construindo significados a respeito de si mesmo: “O termo ‘discurso metajornalístico’ descreve esse campo discursivo, que pode ser definido como as expressões públicas de avaliação de textos noticiosos, das práticas de produção da notícia e das condições de recepção”<sup>185</sup> (CARLSON, 2015a, p. 2, tradução nossa). Ou seja, é o discurso metajornalístico que estabelece as barreiras da atuação da imprensa e provê julgamentos a respeito da legitimidade da atividade.

Nesse sentido, a delimitação e o reforço da autoridade jornalística envolvem não só enfatizar quais são as características normativas do Jornalismo, mas, também, delimitar o que *não pode* ser considerado como tal. A propósito do estabelecimento desses limites, Carlson (2012, p. 485, tradução nossa) afirma, em trabalho anterior, que “a autoridade jornalística deriva da aderência a um conjunto de normas compartilhadas, repetidamente articuladas em torno da neutralidade, do compromisso com os fatos e com o equilíbrio entre diferentes visões”<sup>186</sup>.

---

<sup>185</sup> No original: “The term ‘metajournalistic discourse’ provides a descriptor of this discursive field, which can be defined as public expressions evaluating news texts, the practices that produce them, or the conditions of their reception.”

<sup>186</sup> No original: “Authority stems from adherence to a well-developed body of shared journalistic norms repeatedly articulated around a neutral point-of-view, commitment to factuality, and a balance of competing views.”

Em mais um texto a respeito do assunto, Carlson (2020, p. 234, tradução nossa) sintetiza o fenômeno da seguinte forma: “As convenções de produção da notícia – por exemplo, o uso do *lead* – não são, simplesmente, maneiras de apresentar informações, mas sim marcas epistêmicas da autoridade cultivada ao longo do tempo”<sup>187</sup>. Justamente esse caráter de “cultivo” faz com que a autoridade jornalística não seja algo estático: atores de dentro e fora das redações (fontes, audiência, legisladores etc.) agem na constante construção e manutenção (ou deterioração) dessa autoridade. Carlson (2017) diz, ainda, que esse processo é contextual, ou seja, varia de acordo com as circunstâncias e com a cultura na qual a atividade está inserida.

Entender que o Jornalismo é variável (...) desestabiliza a noção de que a atividade é estática ou uma forma de cultura universal. Para enfrentar as mudanças que vêm com o tempo e as peculiaridades dos distintos ambientes, o discurso metajornalístico provê uma perspectiva que conecta diferentes atores, seus lugares de fala e a audiência a quem se dirigem, além dos assuntos sobre os quais eles tratam. Depois de conectar essas premissas, por meio desse mapeamento discursivo, o próximo passo é teorizar sobre como declarações públicas a respeito do Jornalismo moldam as formas pelas quais a atividade é compreendida, executada e consumida<sup>188</sup>. (CARLSON, 2015a, p. 10, tradução nossa).

Relacionando o conceito de autoridade jornalística aos estudos do neoinstitucionalismo discursivo, Vos e Thomas (2018a) também enfatizam o caráter de negociação que envolve a legitimidade do Jornalismo junto à sociedade. Segundo eles, a autoridade jornalística é um espaço de disputas discursivas permanentes, já que existe “uma constante contestação a respeito da natureza e do escopo desta autoridade entre aqueles que querem mantê-la e os que desejam reformá-la, deslocá-la, desafiá-la ou mesmo erodi-la”<sup>189</sup> (VOS; THOMAS, 2018a, p.1, tradução nossa).

Os autores desenvolvem seu argumento afirmando que o discurso é essencial para a manutenção, ou a mudança, de características institucionais do Jornalismo e de sua própria autoridade, na medida em que tais aspectos são construídos por meio de enquadramentos e referências comuns a respeito do que é o Jornalismo e de como ele deve ser praticado. Assim, práticas consideradas adequadas ganham, por meio do discurso, uma aura de legitimidade e

<sup>187</sup> No original: “News conventions – for example, the news lead – are not just modes of conveying information, but markers of epistemic authority honed over time”.

<sup>188</sup> No original: “To summarize the argument so far: Understanding journalism to be variable, contextually embedded, and social destabilizes notions of journalism as a static or universalized cultural form. To account for changes over time and differences across spaces, metajournalistic discourse provides a perspective that links together competing actors, the sites where they speak and the audience they speak to, and the topics they speak about. After connecting these premises about journalism with this mapping of the discursive terrain, the next step is to theorize how public utterances about journalism shape ways in which journalism is understood, executed, and consumed.”

<sup>189</sup> No original: “There is ongoing contestation about the nature and scope of that authority between those who want to maintain it and those would seek to reform, displace, challenge, or erode it.”

virtude, que as eleva ao status de normas. Essas normas, por sua vez, são consideradas parte do repertório que dá coesão à atividade, e que pode ser mobilizado quando o próprio Jornalismo, de forma ampla, empresas ou profissionais específicos são questionados. Nesse sentido, reafirmar como o Jornalismo deve ser praticado, i.e., quais comportamentos podem ser considerados legítimos, envolve, ainda, punir e isolar práticas classificadas como desvios a tais prescrições.

O discurso metajornalístico, de forma ampla, pode ser definido como qualquer discurso a respeito do Jornalismo. Sejam elas complexas ou banais, afirmações sobre o Jornalismo refletem suposições a respeito do que o Jornalismo é (e não é), como ele deve ser praticado (e como não deve ser praticado), e quem está dentro de seus limites (ou não).<sup>190</sup> (VOS; THOMAS, 2018b, p. 2, tradução nossa).

Vos e Thomas (2018a) dizem, ainda, que parte da estratégia discursiva para manter a autoridade jornalística envolve, ademais, enfatizar o papel do Jornalismo como árbitro da verdade em sociedades democráticas. Mesmo em relação a isso, porém, diferentes concepções podem ser utilizadas, na medida em que existem distintos entendimentos a respeito do próprio regime democrático (STRÖMBÄCK, 2005). Concluem os autores: “No fundo, o Jornalismo é um sistema de crenças, e esse sistema de crenças encontra sua expressão por meio do discurso metajornalístico, que polícia a instituição para preservar sua autoridade e é ativado em momentos de tensão institucional”<sup>191</sup> (VOS; THOMAS, 2018a, p. 2, tradução nossa).

A partir de tais reflexões, observa-se que o objeto empírico desta tese – i.e., notícias e editoriais publicados por *quality papers* brasileiros – constituem um espaço para articulação do discurso metajornalístico. Ou seja, analisando tais peças jornalísticas é possível identificar construções retóricas utilizadas para delimitar as fronteiras da atividade e, ao mesmo tempo, reforçar sua legitimidade institucional diante de questionamentos externos. Mas como os ideais normativos que permeiam a atividade jornalística se manifestam por meio do discurso? É o que exploramos a seguir.

---

<sup>190</sup> No original: “Metajournalistic discourse, broadly defined, refers to any discourse about journalism. Whether complex or banal, statements about journalism reflect embedded assumptions about what journalism is (and what it is not), how it ought to be practiced (and how it ought not), and who belongs within its boundaries (and who does not).”

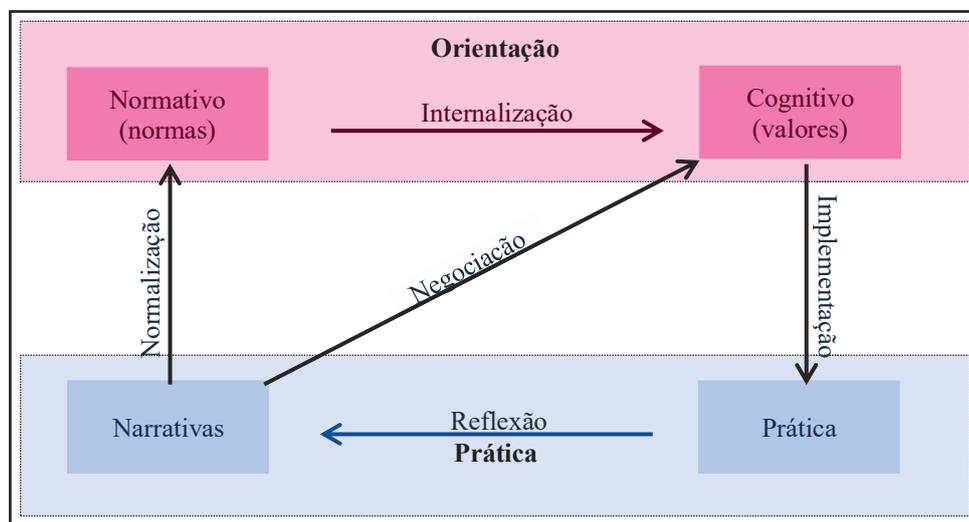
<sup>191</sup> No original: “Journalism is, at bottom, a belief system and this belief system finds expression through metajournalistic discourse that polices the institution to safeguard its authority and is activated in times of institutional strain.”

#### 4.1.1 Narrativas e a cristalização dos ideais normativos em práticas profissionais

Ainda com relação à autoridade jornalística, Hanitzsch e Vos (2017) oferecem uma perspectiva teórica a respeito das diferentes formas pelas quais os ideais normativos do Jornalismo se consolidam na prática, tanto no mundo político quanto no mundo social. De acordo com os autores, isso ocorre por meio de construções discursivas, conceituadas como funções jornalísticas. Ainda segundo eles, são essas construções que articulam e viabilizam a identidade do Jornalismo como uma instituição social. Tais funções estipulam o que pode ser considerado apropriado ou aceitável dentro da atuação jornalística. “Uma perspectiva discursiva não trata essa lógica como dada, mas como uma estrutura dinâmica de significados que é alvo de (re)criação, (re)interpretação, apropriação e contestação”<sup>192</sup> (HANITZSCH; VOS, 2017, p. 6, tradução nossa).

Como são construções em constante negociação, as funções desempenhadas pelo Jornalismo, de acordo com os autores, estão submetidas a quatro dimensões analíticas distintas, agrupadas em dois grandes conjuntos: o de orientação e o da prática (Figura 1).

FIGURA 1 – MODELO ANALÍTICO DE HANITZSCH E VOS (2017)



FONTE: Adaptado de Hanitzsch e Vos (2017, p. 9, tradução nossa).

O primeiro conjunto, o de orientação, diz respeito aos valores, atitudes e crenças compartilhados pelos profissionais com relação ao papel do Jornalismo na sociedade. Estão nesse grupo tanto as funções normativas – ou seja, aquelas que correspondem ao ideal do que

<sup>192</sup> No original: “A discursive perspective does not treat this logic as a given but as a dynamic structure of meaning that is subject to discursive (re)creation, (re)interpretation, appropriation, and contestation.”

o Jornalismo deve ser ou praticar – quanto as cognitivas – relacionadas aos mapas que guiam a ação concreta dos indivíduos, a partir dos ideais do campo normativo. Em outras palavras, as duas dimensões constituem o que os jornalistas deveriam fazer e o que eles querem fazer, respectivamente.

De acordo com Hanitzsch e Vos (2017, p. 10, tradução nossa), a dimensão normativa consolida elementos essenciais no contrato firmado entre os jornalistas e o público: “A sociedade dá ao Jornalismo a autoridade de nos entregar o mundo; em troca, espera-se que os jornalistas atendam às necessidades comunicativas da audiência”<sup>193</sup>. Os autores enfatizam, ainda, que os ideais normativos relacionados à atividade jornalística tendem a se relacionar às contribuições que ela pode oferecer à democracia. Hanitzsch e Vos (2017) afirmam, assim, que a expectativa é de que as organizações jornalísticas sejam não só fonte de informações ou guias para o público, mas, também, que viabilizem a participação política e exerçam um papel de vigilância ou *watchdog* (MÁRQUEZ-RAMÍREZ *et al.*, 2019; NAI, 2019), promovendo, com isso, a *accountability* das estruturas governamentais (WAISBORD, 2000; NORRIS, 2014; FERRACIOLI; KNISS; MARQUES, 2022).

O aspecto cognitivo, por sua vez, se relaciona às crenças individuais dos jornalistas e aos valores compartilhados por eles (O’SULLIVAN; HEINONEN, 2008; HANITZSCH *et al.*, 2011; MAIA, 2018; REGINATO, 2018) como resultado de seu processo de socialização na prática da atividade. Assim, se os ideais normativos são, de certa forma, impostos aos profissionais, as características cognitivas se relacionam com mais proximidade aos jornalistas como indivíduos, abarcando, por exemplo, ambições e objetivos pessoais. Isso não implica, porém, que tais aspirações surjam isoladamente, isto é, que sejam meras preferências individuais, descoladas de aspectos institucionais, que os jornalistas buscam concretizar ou maximizar. Na prática, esses desejos e expectativas estão relacionados, mesmo que de forma subconsciente, à dimensão normativa, na medida em que ocorre uma internalização dos ideais por parte dos profissionais.

O segundo conjunto, o da prática, se relaciona à dimensão comportamental dos papéis jornalísticos, ou seja, ao que de fato ocorre a partir dos ideais normativos e dos aspectos cognitivos. Nesse sentido, as dimensões inseridas neste segundo grupo constituem, conforme explicam Hanitzsch e Vos (2017), a materialização das dimensões anteriores, incluindo os papéis que de fato são desempenhados pelos jornalistas – isto é, o conteúdo que é produzido e distribuído à audiência – e aqueles que são narrados pelos profissionais – ou seja, o que os

---

<sup>193</sup> No original: “Society grants journalism the authority to deliver us the world; in return, journalists are expected to cater to the communicative needs of their audiences.”

jornalistas dizem que fazem. Nesta última camada, portanto, estão relacionadas as percepções subjetivas dos profissionais, frutos dos processos de reflexão desenvolvidos por eles a respeito de sua atividade e do conteúdo que produzem. De acordo com Hanitzsch e Vos (2017), essa distinção é importante considerando que aquilo que os profissionais de fato executam não corresponde, necessariamente, à visão que eles possuem de seu próprio trabalho.

O modelo dos autores prevê, ainda, que a dimensão narrativa da prática jornalística – isto é, o que os jornalistas dizem que fazem – passe por um processo de normalização. Essa dinâmica implica que a prática jornalística (ou aquilo que os profissionais pensam que executam) seja traduzida em normas, i.e., que seja integrada à dimensão normativa. Para que isso ocorra, de acordo com Hanitzsch e Vos (2017), há tanto processos de consolidação quanto de contestação, que passam pela legitimação e deslegitimação do discurso relacionado à prática jornalística. Assim, normas já estabelecidas podem ser reforçadas, o que implica a preservação de determinadas culturas jornalísticas já constituídas. Por outro lado, podem ocorrer casos em que a prática se contrapõe ou desafia a dimensão normativa hegemônica.

Outro processo descrito pelos autores envolve as relações entre as dimensões narrativa (o que os jornalistas dizem fazer) e cognitiva (os valores desses profissionais). Nesse caso, ocorre o que Hanitzsch e Vos (2017, p. 14, tradução nossa) denominam negociação: “A forma como os jornalistas percebem e enquadram discursivamente a sua própria prática tem consequências para os papéis cognitivos que eles abraçam”<sup>194</sup>. Ainda segundo os pesquisadores, tal negociação se dá de três formas distintas. A primeira delas, a assimilação, envolve a inclusão dos jornalistas como membros de um grupo social, seja ele a própria redação ou uma cultura jornalística (ALBUQUERQUE, 2000; DEUZE, 2002; HANITZSCH, 2007; HANITZSCH *et al.*, 2011; HANUSCH; HANITZSCH, 2017; HARLOW, 2019) de forma mais ampla. Há, dessa forma, um compartilhamento de valores a respeito do que é (ou o que é preciso para) ser um bom jornalista.

O segundo mecanismo é o de apropriação. Nesse caso, ocorreria uma espécie de confronto entre as expectativas abraçadas pelos jornalistas e a realidade do cotidiano da profissão. Quando jovens, por exemplo, repórteres podem aderir amplamente ao ideal normativo de que o Jornalismo se constitui como um *watchdog* na relação com o poder político. Mas, na prática, os profissionais podem perceber que as dinâmicas da redação e das próprias empresas jornalísticas, no geral, não permitem que esse papel seja plenamente exercido. Para

---

<sup>194</sup> No original: “The way journalists perceive and discursively frame their own practice has consequences for the cognitive roles they embrace.”

resolver esse descompasso, os profissionais podem ajustar seus valores cognitivos ao que observam no cotidiano.

Por fim, ainda de acordo com Hanitzsch e Vos (2017), a relação entre as dimensões narrativa e cognitiva pode resultar no abandono da profissão. Isso porque, na medida em que as expectativas dos profissionais (ou seja, os valores cognitivos desenvolvidos a partir da internalização dos ideais normativos) são confrontadas com a realidade, os jornalistas podem concluir que não há como realizar suas aspirações e decidir, com isso, que o melhor a fazer é deixar o Jornalismo.

O modelo analítico proposto por Hanitzsch e Vos (2017), portanto, nos permite observar as dinâmicas envolvidas entre os ideais normativos do Jornalismo, de um lado, e o que de fato é praticado pelos profissionais, de outro, passando pelos processos de internalização e de percepção da atividade por parte dos próprios jornalistas. Trata-se, por conseguinte, de um esquema que viabiliza a reflexão a respeito de como os aspectos institucionais que envolvem a atividade jornalística – i.e., o conjunto de normas e valores que permeiam o Jornalismo – se materializam, tanto no conteúdo publicado pelas organizações quanto nos discursos produzidos pelos profissionais a respeito de seu trabalho.

Na seção empírica dessa tese, nos debruçamos precisamente sobre a dimensão narrativa, já que analisamos as construções discursivas a respeito da atividade jornalística que estão explicitadas em editoriais e notícias. Não estaremos, portanto, avaliando o que os jornalistas de fato fazem – e.g., se são imparciais ou objetivos –, mas sim observando de que forma empresas jornalísticas e seus profissionais tratam de sua atividade por meio do conteúdo publicado. A seguir, para conhecimento, exploramos brevemente estudos que trataram desse assunto a partir de uma outra metodologia, a saber, a realização de entrevistas com jornalistas.

### **Pesquisas empíricas: exemplos de como os ideais normativos aparecem na perspectiva dos jornalistas**

Artemas, Vos e Duffy (2016) apresentam um exemplo dessas dinâmicas ao explorarem, com um estudo empírico, as construções discursivas envolvidas em um dos ideais normativos que permeiam a atividade jornalística: a separação entre a produção editorial, de um lado, e o setor comercial, de outro (BUCCI, 2000). O padrão, nesse caso, envolveria a total independência do conteúdo jornalístico publicado em relação à venda de publicidade pela empresa jornalística. Ou seja, na configuração ideal, os interesses dos anunciantes não interferem na produção das notícias, já que existiria uma espécie de “muro” invisível separando

as duas partes das organizações (CODDINGTON, 2015). Em algumas empresas, conforme descrevem Artemas *et al.* (2016), a separação é, inclusive, física, com as equipes envolvidas na produção jornalística e na venda de anúncios trabalhando em ambientes distintos.

Os jornalistas se referem a uma muralha da China, separando Igreja e Estado, como uma forma de legitimar o Jornalismo como uma profissão, e não como, meramente, um negócio autointeressado. Assim, a retórica dos jornalistas sobre o campo constrói uma imagem pública de valores profissionais estáveis, e um meio para a socialização dos profissionais, tanto jornalistas quanto integrantes da área de publicidade.<sup>195</sup> (ARTEMAS *et al.*, 2016, p. 5, tradução nossa).

Para compreender como os profissionais constroem esse ideal normativo retoricamente, os autores realizaram entrevistas em profundidade com 18 funcionários de jornais dos EUA que trabalham tanto na produção noticiosa quanto no setor de publicidade. Nas conversas com os pesquisadores, os entrevistados apresentaram variações do ideal normativo de separação entre a produção editorial e a área de publicidade. Os profissionais mencionaram, por exemplo, “buracos” no muro que separa as duas atividades; ou, ainda, a existência de uma linha que, nos últimos tempos, vem se tornando cada vez mais borrada<sup>196</sup>. Um dos entrevistados afirmou, inclusive, que “quando as receitas estão boas, o muro se mantém em pé”<sup>197</sup> (ARTEMAS *et al.*, 2016, p. 7, tradução nossa) – dando a entender, portanto, que dificuldades econômicas das empresas jornalísticas interferem no grau de independência da produção noticiosa.

Em resumo, de um lado, os autores destacam que todos os entrevistados mencionaram a ideia da separação entre as duas atividades. Ao mesmo tempo, porém, os participantes da pesquisa incluíram metáforas que relativizaram a intensidade dessa cisão, condicionando o grau de independência de um setor em relação ao outro às condições financeiras da empresa jornalística – usando, por exemplo, a metáfora da linha, que é mais permeável do que um muro. Um dos editores entrevistados afirmou o seguinte: “Nós não vendemos notícias, não fazemos notícias especialmente em resposta a um anúncio ou à promessa de um anúncio, mas isso não significa que nós não perseguimos objetivos de interesse mútuo [das empresas jornalísticas e

---

<sup>195</sup> No original: “Journalists refer to a Chinese wall or a wall separating church and state as ways to legitimize journalism as a profession, rather than merely as a self-interested business. Thus, journalists’ rhetoric about the field of journalism constructs both a public face of stable professional values and a means of socialization for newspaper workers, presumably for both journalists and advertising executives.”

<sup>196</sup> O uso de publicidade nativa, isto é, de conteúdo comercial que se assemelha a notícias, constitui uma das formas de relativização dessa separação. Sobre o assunto, ver Carlson (2015b) e Ferrer-Conill *et al.* (2020).

<sup>197</sup> No original: “While revenues are good, the wall stays up.”

dos anunciantes]”<sup>198</sup> (ARTEMAS *et al.*, 2016, p. 9, tradução nossa). Outro entrevistado afirmou que, diante dos desafios econômicos enfrentados pelas organizações jornalísticas, os profissionais das duas áreas se viram forçados a colaborar.

Tudo isso não implica, porém, que os ideais normativos estejam sendo deixados de lado pelos profissionais.

Eles seguram firme em suas crenças. Esses sentimentos reforçam o posicionamento monástico dos jornalistas em não se engajar completamente às realidades profanas – dos negócios –, que existem no mundo real. Apesar de invocarem um “chamado divino” do Jornalismo, esses mesmos editores estão mobilizando um vocabulário distinto, que consegue preservar esse sentido de chamado e, ao mesmo tempo, lidar com as novas exigências [do mercado].<sup>199</sup> (ARTEMAS *et al.*, 2016, p. 13, tradução nossa).

Na prática, argumentam os autores, essas construções discursivas são formas pelas quais os profissionais adaptam as regras de produção jornalística ao seu trabalho cotidiano, buscando conciliar tais normas aos constrangimentos que enfrentam no dia a dia. Portanto, o trabalho de Artemas *et al.* (2016) nos ajuda a compreender como ocorre a articulação entre os ideais normativos do Jornalismo e a prática da atividade, conforme o modelo proposto Hanitzsch e Vos (2017), detalhando a operacionalização das dimensões normativa, cognitiva e narrativa entre os profissionais.

Mais um exemplo de como a dimensão normativa interfere na percepção que os jornalistas constroem de sua própria atividade é oferecido por Vliegthart e Skovsgaard (2017). A pesquisa dos autores revela como os próprios jornalistas tendem a minimizar o impacto do conteúdo que produzem – ao contrário de outros atores, como agentes políticos, que consideram a influência da “mídia” como algo presente e, mais do que isso, significativo.

De acordo com Vliegthart e Skovsgaard (2017), uma das explicações para essa diferença de percepção está, justamente, na compreensão a respeito de qual é a função desempenhada pelo Jornalismo na sociedade. Nesse sentido, o ideal normativo de qual deve ser este papel acaba servindo como uma referência para os próprios profissionais. Em outras palavras, se os valores coletivos atrelados à atividade incluem a noção de que é dever do jornalista fiscalizar os detentores do poder político – no papel de *watchdog* –, os profissionais tendem, por conseguinte, a não considerar que sua influência nos processos políticos ou sobre

---

<sup>198</sup> No original: “We don’t sell stories, we don’t do stories specifically in response to an advertisement or to a promise of advertising, but that doesn’t mean that we don’t pursue things of mutual interest.”

<sup>199</sup> No original: “They hold fast to their beliefs. Such sentiments reinforce the monastic-like removal of journalists from full engagement with the secular – business – realities of worldly existence. But despite the invocation of a higher calling for journalism, these same editors are invoking a different vocabulary that can preserve the sense of a higher calling while dealing with new exigencies.”

os próprios atores que detêm poder é “muito significativa”. Afinal, eles só estariam “fazendo o seu trabalho” ou “o que é certo”.

Para os atores políticos, por outro lado, a perspectiva de que os jornalistas deveriam exercer sua atividade com certa passividade – i.e., apenas reproduzindo os enquadramentos e opiniões dos detentores de poder – faz com que uma atuação mais adversária (ERIKSSON, 2011; BULL, 2012; ERIKSSON; ÖSTMAN, 2013; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2018) ou assertiva das empresas jornalísticas seja considerada como uma influência “muito grande”. Ademais, o ideal de objetividade pode constranger os jornalistas a admitir que exercem algum tipo de influência sobre o mundo político – e, por isso, os profissionais tenderiam, segundo Vliegthart e Skovsgaard (2017), a minimizar ou até mesmo negar que tenham algum tipo de poder. A percepção de quão importante é o impacto do Jornalismo no mundo político, assim, teria uma importante dimensão subjetiva, que está relacionada ao ideal normativo no qual os atores estão envolvidos e, além disso, na posição que eles ocupam em seu respectivo campo de atuação.

## 4.2 NORMAS INSTITUCIONAIS E O CONTEÚDO JORNALÍSTICO

Os trabalhos citados no final do tópico anterior buscam, por meio de entrevistas, compreender como os próprios jornalistas articulam as dimensões que constroem discursivamente o caráter institucional do Jornalismo, conforme descrito por Hanitzsch e Vos (2017). Em outra pesquisa, de 2016, os dois autores desenvolvem uma tipologia a respeito de quais seriam as funções jornalísticas na prática. Ou seja, Hanitzsch e Vos (2016; 2017) não só se dedicaram a formular um modelo analítico que explique as dinâmicas internas do Jornalismo, mas, também, buscaram compreender quais são as funções desempenhadas pela atividade na sociedade – isto é, como ocorre a sua atuação institucional no ambiente político e social.

Podemos dizer, portanto, que o modelo analítico desenvolvido pelos autores, apresentado anteriormente, concentra-se nos processos que culminam na materialização dos valores institucionais em comportamentos rotinizados e nos conteúdos publicados. Já essa outra tipologia tem caráter externo, pois reflete sobre as funções que o Jornalismo desempenha para a sociedade e os sistemas democráticos. Nesse sentido, a proposta está relacionada diretamente ao conjunto prático apresentado no modelo anterior, em especial à dimensão associada à materialização dos ideais normativos e cognitivos (e não às narrativas).

Apesar de a presente tese não se debruçar sobre essa dimensão – i.e., não analisamos a cobertura jornalística a respeito de determinado acontecimento político –, consideramos tal discussão relevante na medida em que o desencaixe entre o discurso metajornalístico (i.e., os ideais normativos que dão sustentação ao caráter institucional do Jornalismo) e o conteúdo efetivamente publicado podem gerar repercussões sobre a confiança e a legitimidade institucionais. Em outras palavras, argumenta-se que o contraste entre as alegações de empresas jornalísticas e de profissionais da imprensa de que a cobertura é isenta, objetiva e imparcial e a percepção da audiência de que há um viés, por exemplo, pode minar a credibilidade do Jornalismo junto ao público. Por isso, é relevante ter no horizonte quais são as possíveis formas de atuação jornalística quando consideramos o conteúdo publicado.

De fato, o modelo desenvolvido por Hanitzsch e Vos (2016) (Quadro 1) identifica funções exercidas pelo Jornalismo que destoam dos ideais normativos que envolvem a atividade, a exemplo da atuação adversária ou como porta-voz. O modelo compreende 18 funções, as quais podem ser agrupadas em seis conjuntos principais: informativo-instrutivo (*informational-instructive*); analítico-deliberativo (*analytical-deliberative*); crítico-vigilante (*critical-monitorial*); militante-radical (*advocative-radical*); desenvolvimentista-educacional (*developmental-educative*); e colaborativo-facilitador (*collaborative-facilitative*). O argumento dos autores é de que tais funções são amplas, podendo ser aplicadas para além dos países Ocidentais<sup>200</sup>.

QUADRO 1 – FUNÇÕES DO JORNALISMO NA VIDA POLÍTICA

(continua)

Conjunto	Função	Atuação do Jornalismo
Informativo-instrutivo ( <i>informational-instructive</i> )	Disseminador ( <i>disseminator</i> )	Distribuidor de informações
	Curador ( <i>curator</i> )	Organizador de informações
	Narrador ( <i>storyteller</i> )	Explicação e contextualização dos fatos
Analítico-deliberativo ( <i>analytical-deliberative</i> )	Analista ( <i>analyst</i> )	Emissor de opinião/avaliação dos fatos
	Provedor de acesso ( <i>access provider</i> )	Viabilizador do espaço para deliberação pública
	Mobilizador ( <i>mobilizer</i> )	Com foco no engajamento da audiência
Crítico-vigilante ( <i>critical-monitorial</i> )	Monitor ( <i>monitor</i> )	Observador da conduta de outros agentes
	Detetive ( <i>detective</i> )	Apuração e investigação (Jornalismo investigativo)

<sup>200</sup> No geral, quando fala no mundo Ocidental, a literatura da área de Comunicação Política se refere aos países europeus e aos EUA. Sobre o assunto, ver Waisbord e Mellado (2014).

QUADRO 1 – FUNÇÕES DO JORNALISMO NA VIDA POLÍTICA

(conclusão)

Conjunto	Função	Atuação do Jornalismo
Crítico-vigilante ( <i>critical-monitorial</i> )	<i>Watchdog</i>	Escrutínio de líderes políticos e empresariais
Militante-radical ( <i>advocative-radical</i> )	<i>Adversária (adversary)</i>	É “a voz do povo”
	<i>Militante (advocate)</i>	Defesa/espaço para grupos específicos
	<i>Missionária (missionary)</i>	Promoção de ideias/valores particulares
Desenvolvimentista-educacional ( <i>developmental-educative</i> )	<i>Agente de mudança (change agent)</i>	Como motor de mudanças políticas e sociais
	<i>Educador (educator)</i>	Se assemelha à de um professor
	<i>Mediador (mediator)</i>	Intermediário entre grupos em conflito
Colaborativo-facilitador ( <i>collaborative-facilitative</i> )	<i>Facilitador (facillitator)</i>	Ajuda o governo na implementação de políticas públicas
	<i>Colaborador (collaborator)</i>	Parte do aparelho estatal
	<i>Porta-voz (mouthpiece)</i>	Promoção da legitimidade governamental

FONTE: Adaptado de Hanitzsch e Vos (2016, p. 8, tradução nossa).

No primeiro conjunto, o informativo-instrutivo, se inserem a atuação do Jornalismo como disseminador (*disseminator*), isto é, como distribuidor de informações; como curador (*curator*), ou seja, como organizador da profusão de informações à disposição da audiência (principalmente com o advento das redes sociais digitais); e como narrador (*storyteller*), que coloca os fatos em perspectiva e oferece o contexto necessário para que os acontecimentos possam ser compreendidos de forma mais ampla.

Já a dimensão analítico-deliberativa inclui as funções de analista (*analyst*) – que, ao contrário da função de narrador, tem mais ênfase na opinião e em relatos considerados mais subjetivos; de provedor de acesso (*access provider*), que dá à audiência o ambiente para a expressão de posicionamentos, i.e., habilita o espaço para a deliberação pública (MARQUES; MIOLA, 2010; MAIA, 2012; FERRACIOLI; RIZZOTTO, 2018); e de mobilizador (*mobilizer*), que envolve a ênfase na busca pelo engajamento da audiência nas discussões públicas/políticas.

O terceiro conjunto, o crítico-vigilante, por sua vez, é definido como Hanitzsch e Vos (2016) como aquele que congrega os ideais normativos relacionados à atuação jornalística. Estão incluídas nessa dimensão as funções de monitor (*monitor*), que caracteriza os jornalistas como observadores da conduta política, ou seja, envolve uma postura mais passiva diante dos agentes políticos; a de detetive (*detective*), tipicamente associada ao Jornalismo investigativo, que inclui estratégias de apuração e investigação na fiscalização do poder político; e a função

de *watchdog*, ainda mais ativa e assertiva do que a função do detetive, já que abrange o constante escrutínio de líderes, tanto políticos quanto empresariais.

A dimensão denominada militante-radical, por sua vez, inclui, em suas funções, uma atuação mais “engajada” dos jornalistas, isto é, tem como premissa a noção de que os próprios profissionais são participantes do mundo político, e não apenas observadores. Estão incluídas nessa dimensão as funções adversária (*adversary*), que envolve a postura dos jornalistas como “a voz do povo” (e.g. ALBUQUERQUE, 2011) – o que inclui a hostilidade em relação aos agentes políticos e governamentais; militante (*advocate*), quando jornalistas se colocam como porta-vozes de grupos específicos de indivíduos, que frequentemente estão socialmente em desvantagem; e missionária (*missionary*), em que há a promoção de ideais, valores e ideologias por meio de campanhas ligadas a motivações pessoais, e não a grupos específicos.

Na sequência, a dimensão desenvolvimentista-educacional também se consolida como “profundamente intervencionista”, conforme destacam Hanitzsch e Vos (2016). Nesse caso, a atuação jornalística ocorre com o objetivo de promover mudanças sociais, por meio das funções de agente de mudança (*change agent*), relacionado principalmente a sociedades em desenvolvimento; de educador (*educator*), em que os jornalistas se assemelham a professores, que buscam fomentar o conhecimento do público a respeito de determinado problema; e de mediador (*mediator*), que se relaciona, principalmente, à atuação do Jornalismo como uma ponte ou um intermediário entre os diferentes grupos sociais, eventualmente em conflito.

Por fim, a dimensão da atividade jornalística como colaborativa-facilitadora, ao contrário do conjunto militante-radical, posiciona os profissionais como parceiros do governo, dando apoio aos esforços da administração na implementação de políticas públicas que promovam o desenvolvimento econômico e social. De acordo com os autores, os jornalistas envolvidos nesse tipo de atuação tendem a exercer autocensura com frequência, e são engajados por acordos ou até mesmo pela coerção. Outras três funções estão envolvidas nessa dimensão: a de facilitador (*facilitator*), em que os profissionais consideram ser sua responsabilidade ajudar o governo em seus esforços para a promoção do desenvolvimento; a de colaborador (*collaborator*), que vai mais além, e inclui os próprios jornalistas como parte do aparelho estatal (em uma abordagem propagandística); e a de porta-voz (*mouthpiece*), em que os jornalistas acabam por ser canais para a disseminação de informação oficial e, com isso, ajudam na promoção da legitimidade governamental.

Todas essas dimensões, e as funções nelas inseridas, dizem respeito aos papéis exercidos pelo Jornalismo na vida política. Nesse sentido, interessa-nos, em nossa análise empírica, identificar de que forma tais funções práticas aparecem no discurso metajornalístico,

seja para reforçar o conjunto de ideais normativos da profissão (que caracterizam sua legitimidade institucional) ou para refutar o que não poderia ser considerado Jornalismo “de verdade” (e.g. ser militante, colaborador ou porta-voz).

Hanitzsch e Vos (2016), porém, vão além, e definem, ainda, funções exercidas pelo Jornalismo na vida cotidiana dos cidadãos. Tais funções envolvem relações de emoção, consumo e identidade, experienciadas pelos indivíduos em seu dia a dia por meio da interação com os produtos jornalísticos. É justamente por conta da existência dessas funções, que não estão diretamente relacionadas à política, que Hanitzsch e Vos (2017, p. 5, tradução nossa) defendem, com base na literatura do neoinstitucionalismo discursivo, que, apesar de se constituir como uma instituição social, o Jornalismo não é, necessariamente, uma instituição política. Nesse sentido, os autores afirmam que

não são todos, possivelmente nem mesmo a maioria, os jornalistas que estão cobrindo assuntos políticos, mas sim temas relacionados a cultura, esportes, estilo de vida, celebridades ou outras áreas. Em segundo lugar, a perspectiva institucional não reconhece completamente o grau de diversidade das funções jornalísticas nas diferentes organizações noticiosas e sociedades. Terceiro, a abordagem diz pouco sobre como as instituições são constituídas.<sup>201</sup>

A perspectiva adotada nesta pesquisa, por outro lado, é de que o Jornalismo se constitui não somente como uma instituição, mas também como uma instituição política, no mesmo sentido defendido por Cook (2005; 2006). Sabe-se que a cobertura jornalística envolve muitos outros aspectos que não os diretamente associados à política. Entretanto, neste trabalho, considera-se uma visão na qual outras áreas de cobertura também têm, em maior ou menor nível, aspectos relacionados à política. A título de exemplo, a cobertura das áreas de cultura e de estilo de vida (ligadas a questões como religião, aborto, orientação sexual, incentivo à cultura etc.) vem se mostrando, cada vez mais, vinculada a discussões políticas que não só reverberam no debate público como interferem em disputas eleitorais (e.g. BOHN, 2004; MACHADO, 2012; MANTOVANI, 2014; SANTOS, 2016; MARIANO; GERARDI, 2019) e na implementação de políticas públicas – conforme descrevemos no capítulo dois, quando tratamos do caso Bolsonaro. Assim, o argumento é de que, mesmo que não sejam prioritariamente políticos, esses setores da atividade jornalística também envolvem processos institucionais e, além disso, dimensões que estão relacionadas à política.

---

<sup>201</sup> No original: “Not all, perhaps not even the majority, of journalists are covering political affairs but culture, sports, lifestyle, celebrities, and other beats. Second, the institutional framework does not fully recognize the degree of diversity of journalistic roles across news organizations and societies. Third, the approach says fairly little about how institutions are constituted.”

Reconhecemos, entretanto, que os modos pelos quais os cidadãos (i.e., que não são jornalistas nem políticos) se relacionam ao Jornalismo não são idênticos – e, talvez, nem mesmo comparáveis – à forma como a interação ocorre envolvendo políticos. Nesse sentido, Schudson (2002) esclarece que é preciso considerar dimensões distintas de “influência midiática”, levando em conta, para isso, o público que está em questão. Segundo o autor, para os cidadãos “comuns”, o Jornalismo é um importante produtor e mensageiro de significados e símbolos (as funções de Hanitzsch e Vos (2016) associadas ao dia a dia), mas não se consolida como um ator central em suas atividades cotidianas. Candidatos, políticos e outros agentes governamentais, por outro lado, vivem em

um mundo especial onde as mensagens midiáticas são centrais, ao invés de acidentais, para seu trabalho cotidiano. Para cientistas políticos ou encanadores, sociólogos ou balconistas, é difícil imaginar o que é a vida para pessoas cujo trabalho é rotineiramente tema das notícias – pessoas para as quais a imprensa é a principal *proxy* disponível para acessar o apoio do público e que serve como moeda de reputação política. Para os políticos, a cobertura noticiosa pode ser uma recompensa direta ou uma punição pelo seu comportamento. Para o resto da humanidade, porém, as notícias não oferecem nem recompensas nem punições, nem elogios nem críticas, nem licenças nem restrições.<sup>202</sup> (SCHUDSON, 2002, p. 265, tradução nossa).

Walgrave *et al.* (2017) também destacam que os políticos não são cidadãos “comuns” – e que, por isso, têm padrões distintos de interação com o Jornalismo. De acordo com os autores, esses agentes têm à sua disposição várias fontes de conhecimento – entre elas seus funcionários, as agências governamentais e as estatísticas oficiais. Nesse contexto, as informações disponibilizadas na cobertura jornalística podem, inclusive, ser consideradas incompletas ou episódicas em comparação com as demais fontes disponíveis para esses atores políticos.

Considerando, assim, o caráter negociado da autoridade jornalística (CARLSON, 2017; VOS; THOMAS, 2018a), e que a relação entre o Jornalismo e as instituições/atores políticos tem aspectos peculiares, de que maneira estes agentes atuam para consolidar – ou minar – a legitimidade das organizações jornalísticas? No capítulo dois tratamos brevemente do assunto, considerando o caso de líderes populistas. Mas, conforme já afirmamos com base em teorias sobre o tema, um político pode apresentar apenas traços de populismo – ou seja, o

---

<sup>202</sup>No original: “Candidates, politicians, and other government officials live in a special world where media messages are central, rather than incidental, to their workaday activity. For political scientists or plumbers, sociologists or sales clerks, it is difficult to imagine what life is like for people whose work is routinely a subject of the news – people for whom good press is the best available proxy for public support and serves as the currency of political reputation. For politicians, news coverage can be direct reward or punishment for their behavior. For the rest of humanity, however, the news offers neither paychecks nor cudgels, neither praise nor criticism, neither license nor confinement.”

conceito pode ser visto como uma escala, e não como uma classificação binária. Por isso, no tópico a seguir, exploramos a relação entre políticos e jornalistas considerando a literatura que trata, de forma mais ampla, das dinâmicas de produção das notícias, que são um dos focos de nossa seção empírica.

#### 4.2.1 Relações entre políticos e jornalistas na produção noticiosa

Conforme exploramos no início deste capítulo, a autoridade jornalística (i.e., a legitimidade institucional do Jornalismo) está relacionada a ideais normativos sobre como deve ser a atuação de organizações e profissionais do ramo e a um processo de negociação entre jornalistas, outros atores políticos e o público (MARKEN, 2007; CARLSON, 2015a; VOS; THOMAS, 2018a). Em outras palavras, compreender de que forma ocorrem as interações entre políticos e jornalistas na produção noticiosa é importante para que possamos entender de que modo ocorrem a construção e a manutenção da legitimidade institucional do Jornalismo.

No que se refere às relações entre jornalistas e atores políticos, Van Dalen (2019) afirma que tais dinâmicas envolvem certo grau de mútuo reconhecimento da legitimidade de ambas as partes. O argumento do autor é de que, se não houver alguma aceitação recíproca, a relação entre o Jornalismo e as demais instituições políticas se tornaria impraticável. Em outras palavras, Van Dalen (2019) defende que a interação entre os profissionais do campo jornalístico e os atores políticos envolve que ambos saibam as “regras do jogo”. De um lado, caberia aos representantes públicos compreender que parte do ideal normativo do Jornalismo inclui a fiscalização de governantes ou de ocupantes de cargos eletivos – o que implica, frequentemente, uma postura adversária ou de *watchdog*, que se materializa, por exemplo, em perguntas incômodas ou contestações. Por outro lado, diz o autor, os jornalistas deveriam compreender as dinâmicas e a liturgia que envolvem o mundo político.

Van Dalen (2019) admite, porém, que transformações no ambiente midiático – com a ascensão de redes sociais digitais e de organizações partidárias que utilizam a mesma gramática de empresas jornalísticas tradicionais<sup>203</sup>, por exemplo – e em outras esferas da sociedade vêm colocando essa relação de mútuo reconhecimento em xeque. Por isso, o autor afirma que a interação entre jornalistas e políticos se caracteriza, na atualidade, por uma negociação contínua por legitimidade.

---

<sup>203</sup> No Brasil, abundam exemplos tanto no espectro da esquerda quanto da direita. Ver, por exemplo, os sites Brasil Sem Medo (<https://brasilsemmedo.com/>), Terça Livre (<https://tercalivre.com.br/>), Diário do Centro do Mundo (<https://www.diariodocentrodomundo.com.br/>) e Brasil 247 (<https://www.brasil247.com/>).

Essa perspectiva reconhece que as instituições não são inerentemente legítimas, mas que sua autoridade é objeto de debate e contestação. A legitimidade precisa, continuamente, ser restabelecida. Jornalistas tradicionais e *outsiders*, da mesma forma que outros atores sociais, incluindo os políticos, participam da negociação da legitimidade da imprensa tradicional.<sup>204</sup> (VAN DALEN, 2019, p. 7, tradução nossa).

O fato de a legitimidade do Jornalismo tradicional ser negociada entre diversos atores, incluindo aqueles que não são jornalistas, implica que esses distintos agentes tomem posições também diferentes nesse processo. Van Dalen (2019) aponta que, enquanto profissionais da notícia atuam para fortalecer as barreiras que separam o Jornalismo profissional das demais formas de produção de conteúdo, políticos considerados *outsiders* agem no sentido contrário. Ao promover ataques à imprensa, conforme os que exploramos no capítulo dois, esses atores buscam desafiar a autoridade jornalística e, ao mesmo tempo, apropriar-se desse capital. Na típica retórica populista, que divide a sociedade entre “nós” e “eles” (CANOVAN, 1999; MUDDE, 2017), os próprios líderes políticos estariam ao lado do “povo”, enquanto as empresas jornalísticas tradicionais – acompanhadas de outras instituições, como os partidos políticos – estariam contra o bem comum. Essa retórica, conforme exploramos no início da tese, pode sofrer alterações a depender do contexto, com o uso de argumentos específicos daquele ambiente político.

### **Como os atores políticos se utilizam (e se beneficiam) do Jornalismo?**

Nem sempre, no entanto, a relação entre jornalistas e políticos é de hostilidade ou de constante tensão. No caso populista, como já exploramos, pode haver uma relação de benefício mútuo entre empresas jornalísticas e líderes políticos. Em um sentido mais amplo, Van Aelst e Walgrave (2017) centram suas atenções nos próprios atores políticos, e não nas organizações jornalísticas, para formular uma tipologia que esclareça como estes agentes utilizam o Jornalismo em benefício próprio. I.e., a configuração institucional da atividade também pode ser de interesse dos demais atores políticos.

Os autores argumentam que existe uma dupla função da atividade para políticos: a de informação e a de arena. De modo amplo, a função informativa se relaciona ao fato de que o Jornalismo é, também para os atores políticos, uma importante fonte de dados a respeito do próprio mundo político e, além disso, da opinião pública. Já a função de arena, por sua vez, se

---

<sup>204</sup> No original: “This perspective recognizes that institutions are not inherently legitimate, rather that their authoritative basis is subject to debate and contestation. Legitimacy needs to be continuously reestablished. Mainstream and outsider journalists as well as other societal actors including politicians take part in the negotiation over the legitimacy of mainstream media.”

relaciona ao papel das empresas de comunicação na estruturação de um espaço para o debate público.

Dentro dessas duas diferentes funções, Van Aelst e Walgrave (2017) distinguem, ainda, subfunções. No caso da dimensão informacional, os autores argumentam que há um aspecto passivo, que inclui o mero aprendizado envolvido no consumo de produtos noticiosos. Essa subfunção, dessa maneira, diz respeito apenas à obtenção de informações, por parte dos políticos, a respeito dos fatos envolvendo colegas ou o governo, além de anseios da sociedade e, possivelmente, de seus próprios eleitores. Em uma segunda subfunção da dimensão informativa, porém, a relação entre a elite política e o Jornalismo ganha contornos mais assertivos envolvendo os agentes públicos. Isso porque, nesse caso, a obtenção de informações pelos políticos, por meio das organizações jornalísticas, não se limita ao aprendizado, mas oferece a “janela de oportunidade” para que tais agentes escolham a melhor hora para se engajar em uma ação política – ou mesmo para que decidam empreender ações que, antes da exposição à cobertura, não estavam planejadas.

Sevenans (2017) analisa, com mais pormenor, os processos que envolvem a obtenção de informações pelos atores políticos por meio do Jornalismo. De acordo com a autora, existem quatro maneiras, identificadas pela literatura de Comunicação Política, que envolvem o aprendizado por meio do consumo do produto noticioso. A primeira delas diz respeito a casos em que organizações jornalísticas revelam informações antes desconhecidas pelos atores políticos. O aprendizado por meio do Jornalismo, porém, vai além desse mecanismo mais óbvio. A cobertura pode, também, amplificar determinados temas, o que pode servir como um guia para que os agentes políticos identifiquem a importância de determinados fatos e, mais do que isso, se eles devem ser priorizados em sua atuação política ou não. Em terceiro lugar, Sevenans (2017) aponta que os enquadramentos dados por jornalistas à informação “bruta” podem afetar o julgamento a respeito de uma possível tomada de decisão em relação àquele tema. Por fim, os atores políticos podem simplesmente não aprender nada com a cobertura noticiosa – porque já conheciam aqueles fatos – mas, mesmo assim, responder a ela.

A decisão de tomar ou não alguma atitude em relação a um tema que ganhou saliência na agenda noticiosa, ainda de acordo com Sevenans (2017), pode ser motivada por objetivos distintos. Os políticos podem reagir à cobertura, por exemplo, porque desejam ter algum impacto nas políticas públicas que serão adotadas em relação àquele questão. Esses agentes podem, ainda, tomar atitudes por interpretar que aquele assunto é de interesse de seus eleitores – e que, por isso, como representante, é seu dever agir de alguma maneira. Nesse sentido, a cobertura jornalística serviria como um “termômetro” para a opinião pública. Por fim, as

informações trazidas nas notícias podem fazer com que os agentes políticos entendam ser necessário empreender algum tipo de atuação, seja para enfrentar a competição de partidos ou adversários ou, ainda, para tomar a iniciativa e atacar oponentes.

Combinções diferentes de processos de aprendizado e de motivações levam a diferentes instâncias de uso ativo dos *media* pelos atores políticos. Como consequência, os *media* podem desempenhar funções distintas no trabalho cotidiano dos políticos. Eles podem ser a condição necessária para a tomada de iniciativa – isto é, o político não tomaria uma atitude em relação àquele problema se os *media* não tivessem abordado o tema em primeiro lugar. Os *media* também podem criar uma circunstância favorável para que a iniciativa seja tomada, reforçando ou acelerando os planos de ação daquele político. Ou podem, na verdade, não interferir em nada, mesmo que aparentemente o político tenha respondido diretamente à cobertura noticiosa.<sup>205</sup> (SEVENANS, 2017, p. 111, tradução nossa).

Outra motivação para que os atores políticos tomem alguma iniciativa, conforme aponta a autora, pode ser, simplesmente, ganhar visibilidade na cobertura noticiosa. Esse objetivo nos leva à segunda função descrita por Van Aelst e Walgrave (2017), a do Jornalismo como arena. Essa dimensão, por sua vez, tem outras duas subfunções. A primeira delas envolve a atuação deliberada dos políticos com vistas a ter acesso à cobertura, ou seja, à fabricação de fatos políticos para ganhar a atenção dos jornalistas ou uma cobertura positiva por parte das empresas de comunicação. Na segunda subfunção, os agentes políticos podem buscar influenciar a cobertura noticiosa não no âmbito pessoal – i.e., para promover sua própria imagem –, mas sim no que diz respeito a assuntos que lhes são caros. Assim, essa subfunção envolve a tentativa de inserir, na agenda noticiosa, determinados temas ou discussões, e/ou enquadramentos específicos a respeito desses temas. Os autores explicam que, nesse sentido, a cobertura noticiosa pode ser comparada a outras arenas, como a parlamentar. Isso porque, mesmo que não haja garantias de penetração na cobertura, os agentes políticos sabem as “regras do jogo” – isto é, quais são os valores que regem a produção da notícia, ou o que deve chamar a atenção dos jornalistas –, e podem atuar para, “jogando” com essas regras, promover a cobertura sobre si mesmos ou sobre assuntos/enquadramentos que lhes interessam.

Essa perspectiva, de acordo com Van Aelst e Walgrave (2017, p. 5, tradução nossa),

---

<sup>205</sup> No original: “Different combinations of learning and motivational processes underlie different instances of active media use by political actors. As a consequence, the media may play different roles in politicians’ daily work. They may be the necessary condition for a political initiative – that is, the politician would not take the initiative upon the issue, if the media did not cover the issue in the first place. They may create a favorable circumstance for the initiative to be taken, reinforcing or accelerating politicians’ plans for action. Or, they may actually not matter at all; even if it seems as if the politician responds directly to the news coverage.”

trata os *media* como um recurso que pode ser utilizado pelos políticos em sua luta pelo poder com outros políticos. Por exemplo, ao acessar os *media*, antecipar a atenção midiática ou retoricamente utilizar a cobertura, os políticos podem melhorar sua posição no processo político. Dessa maneira, uma perspectiva funcionalista examina se, e como, os *media* afetam o balanço de poder entre os políticos, o que provavelmente é a principal questão com a qual os cientistas políticos lidam – a saber, quem ganha o que, quando e como.<sup>206</sup>

Mesmo que esses recursos estejam disponíveis para os atores políticos, porém, não são todos que os utilizam da mesma maneira. Em outras palavras, alguns políticos podem ser mais dependentes das funções informacional e de arena do Jornalismo do que outros. Walgrave *et al.* (2017) argumentam que três fatores são determinantes no grau de (in)dependência dos atores políticos em relação ao Jornalismo: seu nível de *expertise*; a disponibilidade de fontes alternativas de informações; e a sua motivação para ir além dos fatos que são oferecidos pelo noticiário. Segundo os autores, essas três variáveis tendem a estar intimamente ligadas. Isso porque os agentes políticos que são especialistas em determinados temas tendem, por conseguinte, a possuir mais fontes de informações a respeito desses assuntos e, também, a apresentar motivação para ir além na busca pela compreensão daquele fenômeno, por meio de informações que não estão necessariamente no noticiário.

A influência desses fatores no grau de dependência dos atores políticos em relação ao Jornalismo é comprovada em um estudo empírico, realizado com agentes políticos da Bélgica, do Canadá e de Israel (WALGRAVE *et al.*, 2017). Os achados da pesquisa, porém, apontaram para um padrão distinto do que era esperado pelos autores. De início, os pesquisadores acreditavam que haveria pouca dependência dos atores políticos em relação ao noticiário, pelos fatores acima citados. Isto é, no desenho proposto por eles, os políticos seriam mais independentes do que cidadãos comuns quando o assunto é a orientação por meio da cobertura noticiosa. Os resultados apontaram, no entanto, que mais da metade das notícias publicadas pelas empresas jornalísticas utilizadas no estudo não eram conhecidas pelos políticos antes da cobertura. Ou seja, na maioria dos casos, mesmo que estejam diretamente envolvidos no mundo político, nem mesmo esses agentes estavam a par dos fatos que foram apresentados no noticiário. De acordo com Walgrave *et al.* (2017, p. 142, tradução nossa), assim, ao contrário

---

<sup>206</sup> No original: “It treats the media as a resource that can be used by politicians in the struggle over political power with other politicians. For instance, by attaining media access, anticipating media attention, or rhetorically using media coverage, politicians can improve their position in the political process. In this way, a functional perspective examines whether and how media affect the balance of power among politicians, which probably is the main question political scientists deal with— namely who gets what, when and how.”

do esperado, “os políticos, aparentemente, ficam sabendo da maior parte das notícias primeiro pelas empresas jornalísticas, da mesma forma que os cidadãos comuns”<sup>207</sup>.

A partir de seus achados, os autores concluem que a maioria dos políticos tende a ser dependente (e não independente) do Jornalismo, da mesma maneira que os cidadãos comuns. Esse panorama geral sofreria variações, segundo o estudo, de acordo com a especialização dos agentes políticos e com o fato de eles serem, ou não, membros do partido governista ou do próprio Poder Executivo (o que lhes dá, nesse caso, fontes de informação alternativas). Os políticos de oposição, assim, tenderiam a ser mais dependentes das informações divulgadas na cobertura jornalística, pela falta de acesso a outras fontes dos mesmos dados. Essa discrepância, porém, pode ser compensada pelo aumento da *expertise* em relação a determinados assuntos.

A ideia de que existem funções desempenhadas pelo Jornalismo para os atores políticos reforça a tese, apresentada no capítulo dois, de que populistas não podem, necessariamente, prescindir das relações com organizações jornalísticas. Ou seja, mesmo que essa interação seja de hostilidade, como no caso do presidente Jair Bolsonaro, as organizações jornalísticas podem desempenhar papéis importantes para tais líderes.

### **As negociações para a produção da notícia**

De outro lado, dizer que políticos podem se beneficiar da cobertura noticiosa não significa que os jornalistas e as empresas do ramo estejam à mercê das vontades desses atores, ou que sejam instrumentalizados por eles, de forma passiva, para que atinjam seus objetivos.

Ao explorar as normas de produção da notícia, Mont’Alverne e Marques (2019) explicam que, por meio de regras padronizadas que dão previsibilidade ao trabalho diário de jornalistas, os profissionais e empresas da área reivindicam 1) a autoridade para a produção do conteúdo noticioso (o que contribui para sua independência em relação aos demais atores políticos); e 2) que o conteúdo noticioso é um produto neutro, objetivo e isento – diferentemente das seções opinativas, em que é permitido que o jornalista ou a própria empresa de comunicação deixem claros os seus posicionamentos. Além de cristalizarem o caráter institucional do Jornalismo (COOK, 2005; 2006), assim, as regras de produção também fazem parte do ideal normativo envolvido na prática jornalística.

Conforme explicam Hanitzsch e Vos (2017), porém, não há uma transferência automática entre tais padrões normativos e o conteúdo que é efetivamente publicado pelas

---

<sup>207</sup> No original: “It appears that, much like ordinary citizens, politicians read or hear most stories first via the news media.”

empresas jornalísticas. Nesse sentido, assim como a autoridade jornalística, o produto noticioso também é alvo de contestações e negociações entre repórteres e os demais atores políticos.

Tratando, precisamente, do caráter negociado da produção jornalística em sua sessão informativa, Cook (2006) afirma que, ao mesmo tempo em que influencia as relações políticas, o Jornalismo também é um produto de tais estruturas. Trata-se, dessa forma, de uma relação de mútua influência e interdependência. De um lado, os jornalistas dependem dos políticos e das fontes oficiais para ter acesso a informações que têm valor noticioso, ou mesmo para a produção de fatos que sejam noticiáveis. De outro, os agentes políticos tendem a se adaptar à lógica da imprensa (MAZZOLENI; SCHULZ, 1999; STRÖMBÄCK, 2008; ESSER; STRÖMBÄCK, 2014; MEYEN; THIEROFF; STRENGER, 2014; BLUMLER; ESSER, 2018) em busca de visibilidade e de uma cobertura que saliente enquadramentos que lhes favoreçam. Essa perspectiva reforça a noção de que a legitimidade institucional do Jornalismo é construída continuamente, de forma negociada – o que aponta para um possível uso dos conteúdos jornalísticos como forma de reforço de tal autoridade pelas organizações do ramo.

Desenvolvendo uma argumentação semelhante, Bourdieu (2005), quando trata da interação entre o que classifica como os diferentes campos sociais, defende que as relações interpessoais são, na realidade, mais do que apenas contatos individuais. O autor nos oferece um exemplo: quando um historiador concede uma entrevista a um programa de televisão, a interação não ocorre, somente, entre aquele pesquisador e o jornalista. Isso porque ambos estão inseridos no campo das Ciências Sociais e no campo jornalístico, respectivamente, além de ocupar posições específicas nesses campos, a depender do capital (econômico e cultural) que possuem. Em última análise, de acordo com Bourdieu (2005), a entrevista se desenvolve, na realidade, como uma forma de relação entre os dois campos nos quais ambos estão inseridos. O mesmo ocorreria, portanto, na interação entre jornalistas e agentes públicos ou políticos.

A interdependência entre repórteres, empresas jornalísticas e os demais agentes políticos pode ser identificada na própria cobertura. Schudson (2002) aponta, inclusive, que a predominância de fontes oficiais no conteúdo noticioso é frequentemente alvo de críticas, na medida em que esse tipo de comportamento seria um entrave à ideia normativa de que, em uma democracia, o Jornalismo seria benéfico ao dar voz à pluralidade de posicionamentos existentes na sociedade. Assim, ao privilegiar a escuta e dar visibilidade a pessoas que ocupam cargos governamentais ou eletivos, as organizações jornalísticas estariam, na verdade, contribuindo para a manutenção das assimetrias de poder já existentes na sociedade, ao invés de atuar como palco para o debate público e para a diversidade de ideias (BROWN *et al.*, 1987; BERKOWITZ, 2009; HUMPRECHT; ESSER, 2017; SPEER, 2017; JORIS *et al.*, 2020).

Schudson (2002) argumenta, porém, que a predominância das fontes oficiais no conteúdo noticioso pode ser interpretada de um modo que reconcilie as práticas da produção da notícia ao papel exercido pelo Jornalismo em sociedades democráticas. Segundo ele, esse modelo de cobertura pode ser útil para que o cidadão avalie o próprio desempenho dos atores políticos no exercício de cargos eletivos. A ideia, nesse sentido, é de que a exigência normativa de que os assuntos sejam debatidos no conteúdo jornalístico antes mesmo da implementação de políticas públicas pode ser irreal, tendo em vista as limitações práticas do trabalho jornalístico e das próprias empresas do ramo. Por outro lado, quando concede visibilidade aos agentes políticos que detêm poder de decisão, o Jornalismo exerceria um papel democrático ao permitir que os cidadãos conheçam o modo como seus representantes agem e, a partir disso, avaliem seu desempenho.

Em resumo, as pesquisas apresentadas aqui a respeito das relações entre políticos, jornalistas e as organizações para as quais eles trabalham demonstram que o cenário envolve nuances, processos de negociação e complexidades. Em outras palavras, é preciso levar tais características em conta quando tratamos do caso em análise na presente tese, considerando que, assim como em outros contextos, ocorre uma relação de mútua dependência entre Bolsonaro e as organizações jornalísticas brasileiras. Ou seja, assim como as investigações mencionadas demonstram nos casos de outros políticos, o presidente não pode simplesmente ignorar a imprensa ou prescindir da visibilidade concedida por ela. De sua parte, as organizações jornalísticas também não são completamente independentes em seus processos de produção noticiosa, na medida em que dependem do governo, por exemplo, para a obtenção de informações.

Na seção a seguir tratamos do outro tipo de texto analisado neste trabalho, os editoriais jornalísticos.

#### 4.2.2 Editoriais como espaço de independência de organizações jornalísticas

Se na produção noticiosa há uma constante negociação entre jornalistas e os demais atores políticos, a publicação de editoriais se distingue por outorgar maior liberdade à imprensa (PFETSCH, 2008). Moldoff (2008) explica que os editoriais expressam, oficialmente, as opiniões da organização jornalística como uma empresa. Segundo o autor, “ao contrário da neutralidade e da objetividade que caracterizam os textos escritos por jornalistas, os editoriais

são subjetivos e podem ter como objetivo a persuasão”<sup>208</sup> (MOLDOFF, 2008, p. 199, tradução nossa). Ragraio (2020, p. 2, tradução nossa) afirma que “os editoriais proporcionam a visão mais clara para o posicionamento político da imprensa”<sup>209</sup>, assim como Eilders (2000), que defende que essas peças jornalísticas podem ser consideradas a forma legítima de expressão da opinião política dessas organizações. Nesse sentido, segundo Pimentel, Marques e Santos (2021), os editoriais são espaços em que os periódicos constroem sua identidade diante do público, seja a audiência constituída por cidadãos, políticos, movimentos sociais ou mesmo as demais empresas jornalísticas. Pfetsch (2008) diz que, por meio dos editoriais, as distintas empresas de comunicação estabelecem um perfil ideológico que as diferencia de seus concorrentes e tem ressonância em determinada parcela do público.

Firmstone (2019b) explica como os editoriais tiveram papel importante na construção da autoridade jornalística nos anos 1920, quando a imprensa buscava se dissociar de organizações partidárias que, até então, financiavam as empresas do ramo. Segundo a autora, esse tipo de texto surgiu como uma consequência da separação entre notícia e opinião, que passou a ser central nessa nova configuração da atividade. Nos editoriais, argumenta Firmstone (2019b), os jornais tinham a possibilidade de mostrar independentes em relação aos governantes – o que era importante naquele momento, já que a imprensa buscava, justamente, uma atuação distinta da partidária, que vigorava anteriormente. “A separação física de notícias e textos opinativos editoriais também serviu para posicionar a seção informativa como independente dos interesses dos proprietários dos jornais”<sup>210</sup> (FIRMSTONE, 2019b, p. 1, tradução nossa).

O caráter institucional das peças editoriais se apresenta na autoria dos textos: como manifestam a opinião da empresa jornalística, as peças não são assinadas por nenhum profissional em específico, mesmo que exista um corpo de jornalistas responsáveis por escrevê-las (ALVES FILHO, 2006; FIRMSTONE, 2019a). Na visão de Espinosa (2002), os editoriais são a carta de apresentação de um periódico. Assim, para ela, o editorial “é o gênero jornalístico que manifesta o ponto de vista da empresa sobre um determinado tema de especial relevância para a atualidade, através de sua interpretação e valoração. É a opinião mais autorizada que um

---

<sup>208</sup> No original: “As opposed to the neutrality and objectivity that characterize articles written by journalists, editorials are subjective and may attempt to be persuasive.”

<sup>209</sup> No original: “Editorials provide the clearest window to the news media’s political stance.”

<sup>210</sup> No original: “The physical segregation of news reporting from editorial opinion also served to position reporting as independent from the capitalist interests of newspaper owners.”

periódico dá a respeito da interpretação de uma notícia”<sup>211</sup> (ESPINOSA, 2002, p. 231, tradução nossa).

Mont’Alverne e Marques (2015), por sua vez, enfatizam que os editoriais são espaços em que as empresas jornalísticas podem “fazer política”, seja pressionando o poder público de alguma forma ou, ainda, levantando debates sobre assuntos que, a princípio, não estão sendo foco do debate público. Assim, “é no texto editorial que o jornal – de forma explícita – sai de uma condição de imparcialidade (reivindicada na seção de notícias) e assume ter posições acerca dos mais diversos temas de concernência pública” (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015, p. 127). Segundo Firmstone (2019a, p. 5, tradução nossa), os editoriais são utilizados pelos jornais para “intervir na política e influenciar a opinião pública”<sup>212</sup>.

Na mesma linha, Rugar (2007) afirma que os editoriais constituem a voz dos periódicos jornalísticos no debate público. “O papel dos editoriais é idiossincrático: enquanto as notícias informam, os editoriais avaliam; quando as notícias explicam o que houve, o editorial nos diz por que e como aquele fato pode afetar as nossas vidas”<sup>213</sup> (RUPAR, 2007, p. 599, tradução nossa). A conceituação da autora a respeito das peças editoriais aponta para a construção de uma narrativa que se relaciona à autoridade jornalística e à legitimidade da atividade junto ao público. Segundo Rugar (2007, p. 595, tradução nossa), a elaboração dos textos editoriais ocorre em torno do que seria “o melhor para todos” (o bem comum), o que envolve “a interpretação daquele jornal a respeito da realidade e sua autoridade para mapear essa realidade para os leitores”<sup>214</sup>.

A autora também enfatiza que o editorial não é *a única* expressão da opinião de um periódico, já que o posicionamento de uma empresa jornalística já estaria implícito nas rotinas de produção noticiosa (na seleção de assuntos a serem tratados nas notícias, nas fontes ouvidas, nos enquadramentos etc.). Por isso, Rugar (2007) defende que os editoriais são a manifestação *mais aberta* dessa opinião. Pfetsch (2008) diz, ademais, que a diferenciação entre o que seria um conteúdo objetivo (as notícias) e outro subjetivo (os textos opinativos e, por conseguinte, os editoriais), é marcante na tradição de jornalismo norte-americana. Em muitos países europeus, a imprensa segue com características partidárias. Importante mencionar que as

<sup>211</sup> No original: “Es el género periodístico que manifiesta el punto de vista del medio sobre un determinado tema de especial relevancia para la actualidad a través de su interpretación y valoración. Es la opinión más autorizada que da el periódico sobre la interpretación de la noticia.”

<sup>212</sup> No original: “Newspapers use the distinctive format of an editorial to intervene into politics and to influence public opinion.”

<sup>213</sup> No original: “The editorial’s role is idiosyncratic: while news informs, editorials assess; where the news explains what has happened, the editorial tells us why and how it could affect our lives”

<sup>214</sup> No original: “The position of ‘the best for all’ underlines both the newspaper’s interpretation of reality and its authority to map that reality for its readers.”

empresas de comunicação brasileiras se inspiraram no modelo norte-americano, ainda que as práticas adotadas nos EUA tenham sido adaptadas à cultura jornalística e à realidade do país (ALBUQUERQUE, 2005; BIROLI, 2007).

A partir dessas definições, é possível afirmar que os editoriais constituem espaços em que a defesa institucional do Jornalismo pode se manifestar de forma mais clara. Em outras palavras, por meio dessas peças opinativas, os periódicos podem manifestar-se em prol da legitimidade institucional da atividade sem recorrer às normas de produção da notícia, como a citação de fontes, por exemplo. Ademais, considerando o papel desse tipo de peça na formação da identidade dos periódicos, os editoriais também têm um papel importante de diferenciação para as empresas jornalísticas. Trata-se, portanto, de uma dupla função: ao mesmo tempo em que podem ser espaços para uma expressão mais aguerrida de defesa institucional, os editoriais também podem servir como um mecanismo de delimitação de nichos mercadológicos para as empresas jornalísticas.

### **A rotina de produção de editoriais**

Além de possuírem função e configuração distintas das notícias, os editoriais também se distinguem da seção informativa no que diz respeito a seu processo de produção. Eilders (1999) explica que, no caso das peças editoriais, a influência dos demais atores políticos na cobertura não é a mesma verificada na seção informativa. Em outras palavras, se o processo de produção da notícia caracteriza-se por uma relação de interdependência entre jornalistas e políticos (WAHL-JORGENSEN, 2014), a publicação de editoriais, por sua vez, ocorre de forma relativamente independente pelas empresas jornalísticas. Ou seja, “os editorialistas têm a chance de dar um passo atrás e olhar a política de forma mais abrangente”<sup>215</sup> (EILDERS, 1999, p. 303, tradução nossa). Por isso, essas peças podem nos ajudar a compreender de que forma ocorre a defesa da legitimidade institucional do Jornalismo sem interferências diretas de outros atores políticos.

Analisando o processo de produção de editoriais na imprensa britânica a respeito de questões relacionadas à União Europeia, Firmstone (2008) identificou quatro motivações que levam a empresa jornalística a se posicionar em relação a um assunto: 1) a saliência daquele tema na cobertura noticiosa (*topicality*); 2) seu nível de importância editorial, considerando a organização em questão e seus valores; 3) o impacto da questão sobre os leitores e o Reino

---

<sup>215</sup> No original: “Editorial writers have the chance to step back and cast a more comprehensive or general look at politics.”

Unido, nesse caso específico; e 4) a proeminência do tema no ambiente midiático, isto é, a atenção dada por concorrentes, em suas páginas editoriais, àquele assunto. Em relação ao primeiro aspecto, a *topicality*, Firmstone (2008) enfatiza que possíveis fatos a serem abordados em editoriais passam por um duplo filtro, já que um tema pode ser considerado digno se ser noticiado, mas não necessariamente será, também, concebido como relevante para que a empresa jornalística se posicione.

Esses fatores, de acordo com a autora, constituem o que ela chama de “critérios de editorialidade”, que seriam simétricos ao que os valores-notícia são para a seção informativa. Firmstone (2008, p. 225, tradução nossa) enfatiza, entretanto, que “os ‘critérios de editorialidade’ não são universais, porque eles dependem de uma dinâmica determinada por circunstâncias específicas de cada jornal”<sup>216</sup>. No caso examinado por ela, empresas jornalísticas com posicionamentos semelhantes em relação a questões associadas à União Europeia tenderam a apresentar similaridades também em seu processo de decisão envolvendo a produção de editoriais.

Ainda a respeito do processo de produção dessas peças, Marques e Mont’Alverne (2019) propõem uma tipologia para o que seriam tais “critérios de editorialidade”. Os autores dividem esses elementos em dois grupos: os fatores, que se relacionam aos aspectos que definem um editorial, de maneira mais ampla; e os valores, que são como guias para a produção propriamente dita.

Entre os treze valores editoriais listados pelos autores estão ao menos três elementos que podem ser relacionados a esta tese. O primeiro deles é a saliência dada pelos jornais a assuntos relacionados a figuras que ocupam posições de poder, como presidentes ou primeiros-ministros. Segundo Marques e Mont’Alverne (2019), assim como esses atores têm um valor em si mesmos para a produção da notícia, por conta do cargo do qual estão investidos, eles também acabam tendo atenção especial de editorialistas. Ou seja, no caso sob investigação, pode ocorrer uma atenção maior dos jornais a casos envolvendo o presidente Bolsonaro e as organizações jornalísticas.

Ainda de acordo com os autores, outro aspecto que torna um tema relevante para a produção editorial é a presença de conflito, porém não da mesma maneira que na produção noticiosa. Isso porque não basta que exista, apenas, divergências entre dois personagens: é necessário que aquele embate se relacione a um panorama mais amplo, que não se esgote naquele episódio específico. Em outras palavras, “um valor essencial que um fato deve

---

<sup>216</sup> No original: “Thus, editorial values are not universal because they depend on a dynamic set of newspaper-specific circumstances.”

preencher para que seja discutido em editoriais é a existência de uma controvérsia”<sup>217</sup> (MARQUES; MONT’ALVERNE, 2019, p. 9, tradução nossa). Interessa-nos identificar, por exemplo, que tipos de ataques proferidos por Bolsonaro ao Jornalismo são considerados graves a ponto de haver um posicionamento institucional dos periódicos sob análise.

Por fim, um terceiro valor editorial listado pelos autores diz respeito à relação entre as empresas jornalísticas e determinados agentes ou instituições. Segundo Marques e Mont’Alverne (2019), há episódios em que as organizações jornalísticas podem nutrir antipatias por determinado ator político, o que leva à produção recorrente de textos editoriais com tom adversário. Os autores afirmam que isso pode ocorrer quando um jornal se opõe a determinada figura ou, ainda, quando vê uma instituição ou organização como inimiga do interesse público. Nesse sentido, em nossa seção empírica, exploramos se, quando tratam de ataques a organizações jornalísticas, os periódicos sob análise buscam desqualificar os agressores.

Após apresentar os critérios, Marques e Mont’Alverne enfatizam que a tipologia não é, necessariamente, aplicável a todos os contextos. Eles ressaltam, porém, que a proposta busca contribuir para a análise das rotinas de produção editorial nas diferentes culturas jornalísticas, de forma que seja possível identificar as peculiaridades de cada caso. Pimentel, Marques e Santos (2021) também afirmam que, apesar de possuírem características gerais, os editoriais assumem formas específicas de acordo com o periódico em que são publicados e a cultura jornalística em que estão inseridos.

Do ponto de vista prático, Firmstone (2019b), por exemplo, identifica que existe uma falta de diversidade entre os profissionais que trabalham como editorialistas, já que a maioria é de homens mais velhos. No caso brasileiro, pesquisa de Mont’Alverne, Athanásio e Marques (2018) buscou compreender como ocorre a produção de editoriais pela *Folha de S. Paulo*, um dos jornais analisados nesta tese. Entrevistas realizadas pelos autores com editorialistas do periódico demonstraram o peso institucional presente em tais peças opinativas: os dados coletados apontaram que a autonomia dos profissionais que redigem os editoriais está submetida ao histórico de posicionamentos já tomado pela empresa (a chamada “jurisprudência”). Segundo Mont’Alverne, Athanásio e Marques (2018), o editorial estabelece um contrato de leitura com a audiência, delimitando a imagem pública do periódico, ajudando a consolidar (ou erodir) sua credibilidade e diferenciando-o da concorrência. No caso da *Folha*, a importância do editorial é tamanha que o diretor de redação acompanha a produção dos textos.

---

<sup>217</sup> No original: “A fundamental value an event must fulfill to be discussed in editorials is the existence of a controversy.”

Em outra pesquisa, Guerreiro Neto (2016) compara a produção de editoriais da *Folha* e de um de seus principais concorrentes, *O Estado de S. Paulo* (que também é analisado na presente pesquisa). O autor aponta, por exemplo, como peças editoriais do *Estadão* são redigidas com sentenças em estilo de julgamento, i.e., com posicionamentos fortes e bem delimitados. Já a *Folha* tende a produzir textos mais analíticos, expondo informações e não apenas opiniões. Por outro lado, Guerreiro Neto (2016) também identifica semelhanças entre os dois periódicos: editores da seção de opinião dos jornais afirmaram que os editorialistas conhecem a fundo a linha editorial dos periódicos, e que são poucos os casos em que a opinião pessoal do profissional que escreve a peça é divergente da posição da empresa em questão.

### Objetivos e público dos editoriais

Além de possuírem dinâmicas de produção próprias, os editoriais não necessariamente têm o mesmo público-alvo da seção informativa. Pimentel, Marques e Santos (2021) afirmam que há pelo menos quatro tipos de audiência para os quais os editoriais se dirigem: 1) os próprios profissionais jornalistas, que podem usar as peças como guias para a linha editorial do periódico em que trabalham; 2) outras empresas jornalísticas, i.e., a concorrência; 3) a audiência de forma geral, ou seja, os cidadãos; e 4) as elites – políticos, intelectuais e outros formadores de opinião.

De acordo com Firmstone (2019b), os editoriais deixam de lado o princípio de objetividade presente em peças noticiosas para defender determinados pontos de vista com o intuito de provocar efeitos no mundo político e social. “De fato, pesquisas estabeleceram que os jornais usam seus editoriais para ‘fazer a diferença’ guiando os leitores, fazendo demandas a agentes políticos e interferindo nos debates”<sup>218</sup> (FIRMSTONE, 2019b, p. 2, tradução nossa). Em momentos eleitorais, por exemplo, isso inclui declarações de apoio ou oposição a determinados candidatos ou partidos – o que pode, inclusive, levar à perda de assinantes se o periódico contrariar as convicções da audiência<sup>219</sup>.

Hynds e Archibald (1996) também dão ênfase ao papel dos editoriais como guias para os leitores. Segundo eles, tais peças jornalísticas permitem que o público

reforce ideias prévias, cristalice ideias que ainda não estão completamente claras e, às vezes, até mesmo considere um ponto de vista completamente diferente. Essas referências são vitais porque a literatura indica que somente entregar mais informação às pessoas não necessariamente resulta em boas decisões. Muita informação pode

<sup>218</sup> No original: “Indeed, research has established that newspapers use their editorial voice to ‘make a difference’ by guiding readers, making demands of politicians, and intervening in debates.”

<sup>219</sup> Ver [https://www.cjr.org/special\\_report/newspaper\\_endorsements\\_trump\\_election.php](https://www.cjr.org/special_report/newspaper_endorsements_trump_election.php)

sobrecarregar o público e fazê-lo desistir de tomar decisões.<sup>220</sup> (HYNDS; ARCHIBALD, 1996, p. 15, tradução nossa)

Ainda segundo os editorialistas ouvidos pela pesquisa de Mont’Alverne, Athanásio e Marques (2018), mesmo que não seja estratégico em termos de audiência, o editorial é uma peça de prestígio e relevância, que tem o condão de posicionar a empresa jornalística em debates com outros atores e instituições. Um dos participantes afirmou que “a ambição de um editorial” frequentemente é “orientar a tomada de decisão”: “Todos os controladores da mídia brasileira têm pretensões políticas, de que a ideia que eles exprimem seja encampada, seja endossada por algum agente de fato, do jogo político” (MONT’ALVERNE; ATHANÁSIO; MARQUES, 2018, p. 409).

Os profissionais entrevistados por Guerreiro Neto (2016) também reafirmam a intenção dos jornais em alcançar “formadores de opinião”, incluindo governantes, a partir do texto editorial. Mas, segundo eles, o objetivo não é necessariamente formar a opinião dos leitores a respeito de determinado assunto, e sim formar convicção, isto é, fornecer argumentos contra ou a favor de determinada posição.

Nesse contexto, argumenta-se que os editoriais podem ser espaços em que os jornais buscam convencer a audiência da legitimidade institucional do Jornalismo, defendendo sua autoridade de maneira mais enfática.

### **Pesquisas empíricas sobre editoriais**

Os estudos em Jornalismo dedicaram-se mais amplamente a estudar a produção noticiosa do que editorial (FIRMSTONE, 2019b), mas há pesquisas empíricas que buscaram compreender como empresas jornalísticas se posicionaram, por meio destas peças jornalísticas, em relação a temas variados (e.g. IZADI; SAGHAYE-BIRIA, 2007; RUPAR, 2007; LE, 2003; 2006; 2009; GOLAN, 2010; MCNIGHT, 2010; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2013; MONT’ALVERNE, 2016; SALTER, 2018; EKMAN; KRZYŻANOWSKI, 2021), e que efeitos tal posicionamento teve sobre a audiência (e.g. KRUEGER; FOX, 1991; LADD; LENZ, 2009; COPPOCK; EKINS; KIRBY, 2018).

---

<sup>220</sup> No original: “In providing benchmarks, editorial pages enable readers to reinforce existing ideas, crystallize ideas that are not yet clear, and at times consider a very different viewpoint. Benchmarks are vital because research indicates that just giving people more information does not necessarily result in good decisions. Too much information can overwhelm them and cause them to give up on making decisions.”

Pfetsch, Adam e Eschner (2010), por exemplo, verificaram de que maneira periódicos do Reino Unido, da França, da Alemanha, da Suíça, da Espanha, da Itália e dos Países Baixos abordaram, em suas peças editoriais, temas relacionados à integração de países à União Europeia (UE). Os resultados obtidos pelas autoras apontam que jornais de todos os países analisados contribuem para que haja uma “europeização” da esfera pública, cobrindo assuntos relacionados à UE em peças editoriais com certo nível de consenso sobre a integração continental. Os dados apontaram, porém, que esse processo ocorre de forma mais proeminente em países que já são mais conectados à UE e que, além disso, lideraram o processo de integração. De outro lado, as autoras afirmam que características dos jornais (se tabloides ou *quality papers*, regionais ou nacionais) interferiram menos no posicionamento adotado em editoriais. Em outras palavras, nesse caso específico, o contexto em que atuam os periódicos teve maior interferência sobre suas opiniões do que seus atributos mercadológicos, o que indica que pode haver certa homogeneidade entre as distintas organizações jornalísticas no posicionamento sobre certos temas.

Já Tandoc Jr., Jenkins e Craft (2018) examinaram de que forma 27 jornais norte-americanos se posicionaram a respeito do fenômeno das *fake news* em editoriais publicados em 2016 e 2017. A investigação apontou que os periódicos definiram a disseminação de notícias falsas como um problema social, e utilizaram o assunto para reforçar as barreiras da autoridade jornalística. Isso porque, ao atribuir a responsabilidade pela desinformação ao ambiente político, às plataformas digitais (como *Google* e *Facebook*) e à própria audiência, as peças reforçaram valores e normas associados à prática jornalística, como precisão e imparcialidade. “Apesar de as organizações jornalísticas terem admitido que elas precisam fazer sua parte, isso foi limitado a colocar em prática o mesmo conjunto de regras que há muito tempo é prescrito como jornalismo responsável”<sup>221</sup> (TANDOC JR.; JENKINS; CRAFT, 2018, p. 14, tradução nossa). Ou seja, nesse caso, as peças opinativas foram utilizadas como uma forma de reforço da legitimidade institucional do Jornalismo.

Há, ainda, estudos sobre o contexto brasileiro. Athanásio (2017) desenvolveu uma análise longitudinal (de 1990 a 2016) dos editoriais da *Folha de S. Paulo* que trataram do tema da corrupção. Examinando as peças e realizando entrevistas com editorialistas do periódico, a autora conclui que, durante o recorte temporal analisado, houve uma intensificação da cobertura editorial da *Folha* a respeito de casos de corrupção – o que, segundo Athanásio (2017), está relacionado ao aumento do número de investigações sobre casos de desvio de conduta de

---

<sup>221</sup> No original: “Although news organizations also admitted they also have to do their part, this was limited to playing by the same set of rules that have long been prescribed for responsible journalism.”

agentes públicos, ocorrido no mesmo período. Além do aumento quantitativo, a pesquisa também identificou um recrudescimento do tom das peças, i.e., os textos tornaram-se mais agressivos e combativos ao longo do recorte temporal estudado. Segundo a autora, os editoriais estão em consonância com o que os periódicos argumentam ser uma “defesa do bem comum”.

Considerando editoriais publicados pela *Folha* e por *O Estado de S. Paulo* a respeito do chamado escândalo da JBS – quando houve a divulgação de um áudio com a suposta demonstração de que o então presidente brasileiro, Michel Temer, estava implicado em um esquema de corrupção<sup>222</sup> –, Marques *et al.* (2020) apontam para diferenças de posicionamento entre os dois jornais. Enquanto a *Folha* adotou tom mais crítico em relação a Temer, o *Estadão* mostrou-se refratário a organizações que conduziam investigações a respeito do caso, como o Ministério Público Federal. Mesmo assim, as peças editoriais apresentaram semelhanças no que diz respeito aos agentes e instituições mencionados, o que, segundo os autores, aponta que “existe uma tendência de que os jornais reconheçam as mesmas autoridades como legítimas para estabelecer alguma interlocução” (MARQUES *et al.*, 2020, p. 26).

Pimentel e Marques (2021a), por sua vez, buscaram compreender de que modo o jornal *O Globo* (o terceiro periódico sob escrutínio nesta pesquisa) tratou dos processos de impeachment dos presidentes Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016) em suas páginas editoriais. A pesquisa analisou 191 peças com o objetivo de identificar quais argumentos foram utilizados pelo jornal para justificar suas posições nos dois períodos históricos sob análise. Os resultados indicaram que, em 1992, o periódico resistiu a endossar a deposição do então presidente Fernando Collor. Em contraste, a cobertura editorial do possível impedimento de Rousseff foi mais intensa, e mobilizou argumentos econômicos para justificar a defesa da saída da presidente.

Ainda tratando do impeachment de Dilma Rousseff, Guazina, Prior e Araújo (2018) se debruçaram sobre editoriais publicados por jornais internacionais e brasileiros, incluindo a *Folha*, o *Estadão* e *O Globo*. Segundo os autores, os periódicos brasileiros se distinguiram por apresentar uma “constante preocupação” em legitimar o processo de impedimento de Rousseff, seja afirmando que o processo constitucional estava sendo adequadamente seguido ou negando a tese de que o impeachment era, na realidade, um golpe de estado (SANTOS; GUARNIERI, 2016; PITTS *et al.*, 2016). Em outra pesquisa, Marques, Mont’Alverne e Mitozo (2019) identificaram que, mesmo que tenham defendido o impeachment da presidente, *Folha* e *Estadão* apresentaram particularidades em seus editoriais sobre o tema: a *Folha*, por exemplo,

---

<sup>222</sup> Ver [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/18/politica/1495143431\\_030938.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/05/18/politica/1495143431_030938.html)

defendeu que Rousseff renunciasse ao cargo, o que levaria à realização de novas eleições, enquanto o *Estadão* abraçou a tese do impeachment logo de início. Pimentel e Marques (2021b), por sua vez, demonstram como o jornal *O Globo* buscou, em seus editoriais, deslegitimar a ideia de que o impedimento de Rousseff era, na realidade, um golpe parlamentar.

Os estudos aqui apresentados, portanto, demonstram que a seção empírica da tese permitirá a identificação de possíveis nuances na defesa da autoridade jornalística entre as três organizações sob análise. Ou seja, nas notícias, espera-se, a partir da literatura, que tal argumentação seja apresentada de forma indireta, por meio, por exemplo, do uso de falas de fontes. Já nos editoriais, a expectativa é observar, de forma mais clara, posicionamentos das próprias empresas no que diz respeito à autoridade jornalística.

Discutir esse tema considerando períodos de governos populistas hostis à imprensa, como é o caso de Bolsonaro, não implica, porém, que as empresas jornalísticas possam ser consideradas apenas reativas, i.e., vítimas de uma conjuntura adversa. Sobre isso, a literatura já explora como tais organizações podem defender posicionamentos específicos em relação a determinados temas, ou seja, como podem perseguir agendas próprias. Exploramos o assunto na última parte deste capítulo.

#### 4.3 AS EMPRESAS JORNALÍSTICAS COMO ATORES POLÍTICOS

Considerar que as organizações jornalísticas constituem instituições políticas implica conceber que tais estruturas atuam de forma relativamente independente no mundo político e social. A compreensão da forma como ocorre essa atuação, porém, assume contornos complexos, já que esbarra nos próprios valores associados à atividade jornalística (de imparcialidade, objetividade, fiscalização do poder público, defesa do bem comum etc.) e nas relações entre tais organizações, os profissionais jornalistas e os demais atores políticos e instituições. Afinal, mesmo que exista mais liberdade para as organizações jornalísticas em suas seções editoriais, o principal produto da atividade, a notícia, segue submetido a dinâmicas de negociação com os demais atores políticos.

Nesse sentido, Thesen (2017) afirma que, se considerarmos que a política envolve compreender “quem ganha o que, quando e como”, o Jornalismo se distinguiria das demais instituições políticas por não estar representando, diretamente, um grupo específico nessa disputa por recursos – ou ao menos por não ter esse como seu objetivo primário, mas sim a produção e venda de notícias. A influência do Jornalismo, assim, estaria justamente em intervir

nos processos que determinam quem terá acesso a poder, isto é, as empresas jornalísticas interferem na distribuição de poder entre os distintos atores e instituições.

Já Page (1996) não descarta que as organizações jornalísticas defendam posicionamentos próprios, que teriam certo grau de independência em relação aos atores que detêm o poder político. O autor reconhece que a produção noticiosa se caracteriza por uma dependência em relação a fontes oficiais, mas questiona até que ponto empresas jornalísticas apenas reproduzem visões já existentes entre a elite política (como defendem algumas abordagens da própria Ciência Política, a exemplo da pesquisa de Hall (1992)).

Segundo ele, a atuação política das empresas jornalísticas ocorre de forma indireta, por meio do conteúdo publicado, que teria como objetivo mudar crenças ou preferências da audiência (seja ela constituída dos eleitores em geral ou das elites políticas). Esse tipo de fenômeno, de acordo com Page (1996), pode se traduzir, por exemplo, na convergência entre opiniões expressas pelas empresas jornalísticas em seus editoriais e os enquadramentos praticados na cobertura noticiosa – o que constituiria, portanto, uma espécie de transgressão aos ideais normativos que permeiam a atividade jornalística, entre eles a objetividade, a imparcialidade e a separação entre notícia e opinião (MONT'ALVERNE; MARQUES, 2015).

Eilders (2000) também defende que as empresas jornalísticas não atuam como canais neutros de informação, estabelecendo um fórum para outros atores. “Elas exercem um papel ativo no processo político ao selecionar e estruturar informações, atribuir relevância, interpretar e avaliar os eventos que ocorrem continuamente”<sup>223</sup> (EILDERS, 2000, p. 182, tradução nossa). Nesse processo, segundo a autora, as organizações jornalísticas têm a possibilidade de comunicar seus posicionamentos à audiência. No entanto, tais opiniões só teriam repercussão junto ao público e ao sistema político se diferentes empresas de comunicação formassem uma espécie de coalizão, ou seja, se atuassem de forma unificada (i.e., institucional), disseminando pontos de vista semelhantes.

Considerando a interdependência entre os atores políticos e os jornalistas, Schudson (2002) também trata do que pode ser classificado, de fato, como uma atuação independente ou uma influência das organizações jornalísticas. De acordo com o autor, o poder do Jornalismo pode estar em canalizar informações advindas de fontes oficiais – o que, na prática, constituiria a manifestação do poder das próprias fontes, e não dos jornalistas. Em segundo lugar, Schudson (2002) afirma que a atividade pode exercer sua influência ao prover legitimidade a

---

<sup>223</sup> No original: “They take an active role in the political process by selecting and structuring information, assigning relevance, interpreting and evaluating the stream of events continuously taking place.”

determinadas informações ou atores, independentemente da forma que esses fatos ou agentes são representados nas notícias.

Em uma terceira dimensão, o autor aponta, ainda, que a influência do Jornalismo pode estar associada aos enquadramentos praticados pelas empresas jornalísticas em relação aos temas que constituem a agenda noticiosa. “Essa terceira forma de influência midiática é quase sempre o que estudantes e críticos pensam que estão examinando, na esperança de descobrir um viés de algum tipo – mas essa é apenas uma das dimensões da influência dos *media*, e muitas vezes pode nem ser a mais importante”<sup>224</sup> (SCHUDSON, 2002, p. 264, tradução nossa). O autor também destaca, porém, que nem sempre as empresas jornalísticas exercem algum tipo de influência – ou seja, em alguns casos, não há atuação política mensurável dessas organizações.

Kaplan (2006), por sua vez, propõe uma abordagem cuja ênfase está na forma como as empresas jornalísticas estão enredadas nos conflitos e valores do campo político. O argumento do autor é de que, ao dar enfoque ao que diferencia o Jornalismo das demais instituições – ou seja, nas características que o tornam independente em relação aos outros atores políticos –, pesquisadores como Cook e Sparrow correm o risco de promover um “divórcio” entre organizações jornalísticas e outros atores políticos. Kaplan (2006), dessa forma, destaca que as relações entre jornalistas e fontes oficiais ou políticos não são só caracterizadas pelas normas que balizam a atuação jornalística. Há também, de acordo com ele, uma intrusão da própria política na prática dessas empresas. Assim, o Jornalismo se consolidaria como uma instituição política não somente porque interfere no curso dos acontecimentos, mas, também, por estar inserido no contexto mais amplo que inclui normas e regras do próprio campo político.

Ao final, não importa o quanto a imprensa se esforce em atingir a “objetividade”, seus conteúdos continuam permanentemente enredados nas disputas políticas da esfera pública. Repórteres devem continuamente afirmar a validade de suas descrições e análises noticiosas contra visões distintas e atores alternativos.<sup>225</sup> (KAPLAN, 2006, p. 177, tradução nossa).

Já Eberwein, Porlezza e Splendore (2015, p. 1, tradução nossa) afirmam que “os *media* podem ser considerados atores políticos quando utilizam o conteúdo que produzem para perseguir objetivos políticos, e quando seu partidarismo é aberto e intencional (em diferentes

<sup>224</sup> No original: “This third form of media influence is almost always what students and critics of the media think they are examining, hoping to discover and discount a media bias of some kind – but this is only one dimension of media influence, and in many or most cases it may not be the most important.”

<sup>225</sup> No original: “In the end, no matter how the press strives to achieve ‘objectivity, its pronouncements remain permanently entangled in the political bickering of the public sphere. Reporters must continually assert the validity of their news descriptions and analyses against a host of contending views and alternative authorities.”

níveis e de distintas formas)”<sup>226</sup>. Os autores distinguem quatro formas principais pelas quais ocorre essa atuação: 1) pela existência de um alto grau de partidarismo, geralmente derivado de conexões entre a propriedade de empresas e partidos políticos ou candidatos; 2) nas ocasiões em que há o endosso e a saliência, em editoriais e notícias, de determinadas opiniões, candidatos, partidos ou assuntos, com a intenção de promover algum tipo de efeito na audiência ou nas elites; 3) quando há a promoção de determinados objetivos relacionados a políticas públicas, por meio de comportamentos que excedem o papel tradicional de peças jornalísticas ou de entretenimento, como a realização de campanhas; e 4) casos nos quais outros atores do próprio ambiente jornalístico ou de entretenimento, a exemplo de organizações alternativas, buscam desafiar o poder de empresas jornalísticas hegemônicas. Nesse contexto, interessa-nos compreender de que forma organizações jornalísticas atuam politicamente tendo como objetivo advogar pelos seus próprios interesses comerciais e pela sua legitimidade institucional. Ou seja, tais empresas podem utilizar o espaço editorial e noticioso para instrumentalizar ideais normativos, que sustentam a legitimidade institucional do Jornalismo, em prol de fins mercadológicos, incluindo a criação de marcos regulatórios e políticas públicas que lhes beneficiem.

A essa altura torna-se relevante distinguir dois conceitos que são frequentemente utilizados para endereçar a relação entre políticos e organizações jornalísticas: o de paralelismo político (BERKEL, 2006; ALBUQUERQUE, 2012; HALLIN; MANCINI, 2004a; MANCINI, 2015; AZEVEDO, 2016; 2018; LELKES, 2016; VAN DER PAS; VAN DER BRUG; VILEGENTHART, 2017) e o de instrumentalização (ÖRNEBRING, 2012; MANCINI, 2018; SELVIK; HØIGILT, 2021).

Mancini (2012) explica que o conceito de paralelismo político evoluiu a partir da definição de um paralelismo partidário (SEYMOUR-URE, 1974; BLUMLER; GUREVITCH, 1995), que descreve interferências diretas de partidos políticos sobre organizações jornalísticas, seja a partir de questões econômicas (quem são os donos das empresas de comunicação ou de onde vêm os subsídios financeiros concedidos a elas); coincidência de objetivos; ou foco em nichos específicos da audiência. A consolidação do modelo de jornalismo comercial, porém, fez com que esse tipo de relação direta entre organizações jornalísticas e partidos políticos fosse menos frequente, i.e., as associações entre estas empresas e objetivos partidários tornaram-se mais difusas. Nesse contexto, o paralelismo político pode ser definido como

---

<sup>226</sup> No original: “The media can be regarded as political actors “when they use the content they produce to pursue policy objectives and when their partisanship is open and intended (at different levels and in different ways).”

um alinhamento dos jornais com diferentes posições ideológicas, políticas e culturais. Normalmente, mas não necessariamente sempre, esses alinhamentos refletem as posições de partidos ou, mais frequentemente, de coalizões de partidos, sem que haja laços estruturais ou de dependência. (...) Os partidos políticos não são mais donos dos jornais, nem conseguem controlar diretamente as empresas jornalísticas, mas mantêm algum tipo de conexão com alguns periódicos. Essas conexões podem ser baseadas no compartilhamento de posições políticas e objetivos comuns, assim como no pertencimento à mesma elite.<sup>227</sup> (MANCINI, 2012, p. 266, tradução nossa)

Mancini (2012) afirma que esse tipo de paralelismo é distinto da instrumentalização de empresas jornalísticas, fenômeno que pode ser definido como o controle direto destas organizações por agentes externos ao Jornalismo, incluindo partidos e agentes políticos, seja pela propriedade direta ou por outros mecanismos de pressão. Nesse caso, os periódicos são utilizados como um instrumento para que determinados grupos interfiram nos processos de decisão, persigam objetivos específicos ou apoiem determinados candidatos (incluindo ataques aos oponentes).

De acordo com o autor, a diferença entre os dois conceitos está, também, no ambiente em que as organizações jornalísticas estão inseridas. Isso porque, para o paralelismo político, a premissa é de que existe uma arena de debate público em que diferentes grupos expressam e negociam distintos pontos de vista sobre temas de interesse da sociedade. Tais posicionamentos precisam ter alguma estabilidade, ou seja, não podem ser temporários ou voláteis. Nesse contexto, os jornalistas e os periódicos não são neutros, mas sim guiados pelos seus próprios pontos de vista. Já no caso da instrumentalização, o que conta é o poder de pressão de determinados grupos, o que frequentemente estaria associado a um debate público difuso. Mancini (2012) destaca, porém, que os dois fenômenos não são excludentes: o paralelismo político e a instrumentalização podem conviver dentro do mesmo sistema midiático.

Em já mencionado estudo sobre posicionamentos editoriais de *O Globo* a respeito de processos de impeachment no Brasil, Pimentel e Marques (2021a) defendem que é necessário alargar o conceito de paralelismo, incluindo três novas dimensões: um paralelismo de ocasião, em que o alinhamento ocorreria apenas em situações específicas; outro temático ou de agenda; e um paralelismo de “aliança”, em que empresas jornalísticas dão suporte a um governante apenas enquanto há condições de aprovar projetos políticos.

---

<sup>227</sup> No original: “It features the alignment of newspapers with different ideological, political, and cultural views. Usually, but not necessarily always, the alignment reflects the positions of a party or more frequently, a coalition of parties without structural and dependence ties. (...) Political parties no longer own newspapers and are not able to control the news outlets directly but they do maintain some kind of connection with certain newspapers. These connections may be based on the sharing of common political views and goals and on membership in the same elite circuit.”

## **Pesquisas empíricas sobre a atuação política do Jornalismo: a convergência entre editoriais e notícias**

De forma geral, estudos que buscam identificar uma possível atuação política de empresas jornalísticas se debruçam sobre a cobertura, tanto editorial quanto noticiosa, realizada, por exemplo, durante períodos eleitorais (e.g. AZEVEDO, 2006; ALDÉ; MENDES; FIGUEIREDO, 2007; ESSER; STRÖMBACK, 2012; CERVI; MASSUCHIN, 2013; FERES JÚNIOR; VEIGA; RIBEIRO, 2018; NAVA; MARQUES, 2019; PORTO; NEVES; LIMA, 2020); e momentos de distúrbios em regimes democráticos, a exemplo de processos de impeachment (e.g. BAYM, 2004; MARQUES; MONT'ALVERNE; MITOZO, 2019; PIMENTEL; MARQUES, 2021a).

Nesta pesquisa, interessa-nos identificar possíveis semelhanças e diferenças entre editoriais e notícias no que diz respeito à defesa da legitimidade institucional do Jornalismo. A convergência entre as opiniões de empresas jornalísticas, expressas em seus editoriais, e a cobertura noticiosa também já foi alvo de pesquisas empíricas, tanto em âmbito internacional quanto no Brasil. Os resultados, porém, não têm sido homogêneos, i.e., os achados das pesquisas têm apontado para conclusões distintas. Analisando a cobertura sobre a campanha presidencial norte-americana de 1996 no *The New York Times* e no *Chicago Tribune*, Steger (1999), por exemplo, conclui que peças noticiosas e opinativas eram enviadas, mas de formas distintas. No caso das notícias, houve predominância de abordagens que relacionam a eleição a uma corrida de cavalos. Já em comentários e editoriais, os jornais apresentaram uma cobertura mais crítica, discutindo propostas em detrimento de estratégias de campanha. Por sua vez, Kahn e Kenney (2002), que também analisaram o caso norte-americano, constataram a existência de um viés em notícias relacionadas a candidatos ao Senado que receberam endosso de organizações jornalísticas em seus editoriais. De acordo com o estudo, esse viés é mais significativo no caso de candidatos que tentam a reeleição.

Outro exemplo é a pesquisa de Adam *et al.* (2017), que identificou uma sintonia entre editoriais e notícias que trataram das eleições parlamentares da União Europeia em 2014 – o que, segundo os autores, indica que a tomada de posição em relação ao tema não é limitada à seção opinativa. Adam *et al.* (2017) ressaltam, por outro lado, que essa sintonia não ocorreu da mesma maneira em todas as empresas jornalísticas analisadas, i.e., o grau de coincidência entre editoriais e notícias varia em intensidade e na forma. Eles concluem que “de um ponto de vista normativo, são casos em que os *media* não sustentam o ideal de uma separação bem definida

(KAHN; KENNEY, 2002) entre editoriais e notícias”<sup>228</sup> (ADAM *et al.*, 2017, p. 14, tradução nossa).

Analisando a cobertura de jornais da Suíça a respeito da campanha *Yes to Europe*, realizada em 2000, Tresch (2012), por outro lado, não identificou um viés na seção noticiosa que coincidissem com a posição editorial dos periódicos. A pesquisa apontou que, nas peças informativas, os jornais em questão prezaram pela apresentação de argumentos pró e contra, e deram visibilidade semelhante aos diferentes posicionamentos a respeito do tema. Tresch (2012) conclui que isso pode ter acontecido justamente porque a cobertura tratava de uma consulta à população – ou seja, em campanhas, empresas jornalísticas podem levar mais à risca os ideais normativos da atividade, enquanto, em períodos “normais”, os valores-notícia podem acabar privilegiando atores e enquadramentos governamentais. Apesar disso, a autora encontrou associações estatísticas entre enquadramentos de editoriais e notícias para dois dos periódicos analisados, o que indica que o fenômeno não é homogêneo entre as diferentes publicações.

Também tratando de um possível alinhamento da cobertura jornalística em prol da opinião de profissionais ou empresas do ramo, Hagen (1993) desenvolve o conceito de “testemunhas oportunas” – fontes que são citadas em peças noticiosas e que possuem posicionamentos semelhantes aos da organização jornalística. O autor aponta que, nesse caso, os jornalistas atuam como “porteiros”, selecionando quem pode, ou não, ter voz na seção noticiosa. Uma vez que a fonte é selecionada, porém, os repórteres não necessariamente interferem no conteúdo dito por ela.

Na mesma linha, Gronemeyer e Porath (2015) investigaram a existência de uma homogeneidade entre as opiniões de fontes e os posicionamentos editoriais de jornais chilenos. Os autores, porém, não encontraram relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis. Assim, as semelhanças entre os diferentes jornais, de acordo com os autores, podem estar relacionadas às normas de produção da notícia, e não necessariamente a posicionamentos políticos coincidentes entre as empresas. Aplicando a mesma metodologia ao caso brasileiro, Mont’Alverne e Fontes (2018) tampouco encontraram uma homogeneidade entre as opiniões de fontes e de editoriais na cobertura sobre o impeachment de Dilma Rousseff (PT).

Ainda analisando o contexto do Brasil, Mont’Alverne (2020) se debruça sobre a cobertura editorial e noticiosa de jornais do país a respeito das propostas de reforma política. A autora conclui que, apesar de haver algum grau de sobreposição entre peças noticiosas e

---

<sup>228</sup> No original: “From a normative perspective, these are the cases where media do not live up to the ideal of a clear-cut ‘wall of separation’ (Kahn and Kenney 2002) between editorials and news.”

editoriais, não há coincidência suficiente para que se possa dizer que há uma editorialização da seção informativa. Mont’Alverne (2020, p. 233) afirma, dessa forma, que “os periódicos mesclam a defesa de seus próprios interesses com a observância das regras da atividade jornalística, apresentando um cenário nuançado em relação à sua atuação política”.

Em estudo sobre a cobertura do segundo turno das eleições presidenciais brasileiras de 2018, Santos, Marques e Fontes (2020) não identificaram coincidências expressivas entre editoriais e notícias dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. Em artigo anterior, Marques *et al.* (2019) encontraram divergências internas entre a agenda editorial e noticiosa da *Folha*.

Como já mencionado, de forma semelhante aos estudos aqui descritos, um dos objetivos desta tese é identificar se editoriais e notícias possuem semelhanças e diferenças no que diz respeito à defesa da autoridade jornalística. Assim, tendo apresentado as bases teóricas do estudo aqui empreendido, descrevemos, no capítulo que segue, nossas hipóteses e estratégias metodológicas.

## 5 METODOLOGIA E HIPÓTESES

Tendo em vista a literatura neoinstitucionalista e a sua aplicação para o estudo das organizações jornalísticas, a presente tese propõe a realização de uma pesquisa comparativa (MARSH; STOKER, 1997; WIRTH; KOLB, 2004; HALPERIN; HEATH, 2012) entre *quality papers* brasileiros. Conforme descrito no capítulo quatro, apesar de pesquisadores do país terem se dedicado a analisar a cobertura jornalística a respeito de casos específicos, assim como, em menor grau, o posicionamento editorial de empresas do ramo, poucas investigações buscaram compreender, nesses termos, de que maneira a defesa da legitimidade institucional do Jornalismo se manifesta no conteúdo publicado por essas organizações. Além da relevância nacional, a tese também dialoga com a literatura internacional ao se debruçar sobre o tema considerando periódicos brasileiros, i.e., do Sul global, que ainda tende a ser negligenciado nas pesquisas estrangeiras (CUSHION, 2008; WAISBORD; MELLADO, 2014; HANUSCH; VOS, 2019; OLIVEIRA *et al.*, 2021).

Sendo assim, conforme descrito na introdução deste trabalho, a presente pesquisa busca endereçar a seguinte questão: de que maneira organizações jornalísticas utilizam o conteúdo que produzem para defender sua legitimidade institucional – i.e., a autoridade jornalística – durante governos populistas? Para isso, a tese analisa editoriais e notícias publicados por três *quality papers* (HALLIN; MANCINI, 2004a) brasileiros – *Folha de S. Paulo* (FSP), *O Estado de S. Paulo* (OESP) e *O Globo* (OG) – em 2019 e 2020, período que compreende os dois primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro.

No que diz respeito ao recorte temporal, argumenta-se que, durante períodos em que há maior saliência de características populistas no ambiente político, como no caso do governo do presidente Jair Bolsonaro, a defesa de aspectos institucionais do Jornalismo pela própria imprensa pode se tornar mais aparente e, por conseguinte, de mais fácil identificação.

Acerca dos periódicos selecionados para análise, faz-se necessário frisar que, além de serem jornais da chamada imprensa de qualidade, as três organizações escolhidas constituem os principais periódicos impressos do país em termos de circulação e assinaturas<sup>229</sup> (PORTO, 2010). Cabe destacar, porém, que, apesar de serem *quality papers*, os três periódicos possuem trajetórias distintas.

---

<sup>229</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/03/folha-e-o-jornal-mais-nacional-e-o-de-maior-audiencia-e-circulacao.shtml>; <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,estadao-se-consolida-em-maior-comolider-em-circulacao-imprensa-no-brasil,70003755794> e <https://oglobo.globo.com/politica/o-globo-assume-lideranca-na-circulacao-entre-jornais-brasileiros-1-25074553>.

FSP foi criada em 1960, a partir da fusão de três periódicos que já existiam: *Folha da Noite*, *Folha da Tarde* e *Folha da Manhã*<sup>230</sup> (PILAGALLO, 2012). Na segunda metade do século XX, durante a ditadura militar, a *Folha* adotou uma “atitude dócil” perante o regime autoritário (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008), postura que começou a mudar em meados da década de 1970. Nesse período, tento em vista a competição com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o jornal passou a adotar uma cobertura mais combativa (ABRAMO, 1988), que se intensificou com o movimento das Diretas Já (pela redemocratização do país). Nos anos 1980, o jornal se destacou pela implementação de um manual de redação que propunha a prática de um jornalismo “crítico, pluralista, apartidário e moderno”<sup>231</sup>. Albuquerque e Holzbach (2008, p. 151) afirmam que, diferentemente de outros manuais que já haviam sido elaborados por outros periódicos, o documento produzido por FSP se distinguia por constituir “um manifesto político sobre o lugar que caberia ao jornalismo em geral, e à *Folha* em particular” na nova democracia do país<sup>232</sup>.

OESP, por sua vez, nasceu em 1875, inicialmente como *A Província de São Paulo*. O jornal mudou de nome em 1890, passando a chamar-se *O Estado de S. Paulo* após a Proclamação da República. O periódico é reconhecido por sua defesa a argumentos liberais (CAPELATO; PRADO, 1980) e por sua proximidade com o empresariado industrial (SODRÉ, 1999). Entre seus princípios editoriais<sup>233</sup>, o *Estadão* elenca a defesa da livre iniciativa e da propriedade privada e afirma ser “radicalmente contra o populismo e o extremismo”. O periódico diz, ainda, ser “defensor intransigente da responsabilidade fiscal e da austeridade no uso da coisa pública”.

Por fim, OG foi fundado em 1925 pelo jornalista Irineu Marinho<sup>234</sup>. A ideia era criar “um novo jornal identificado com o Rio [de Janeiro]”<sup>235</sup>. Ao longo dos anos, Roberto Marinho, filho de Irineu, criou outras empresas, formando um conglomerado<sup>236</sup> que inclui outras organizações jornalísticas (com destaque para a *TV Globo*). Porto (2010) afirma que, ao longo

<sup>230</sup> Ver [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_folha.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_folha.htm).

<sup>231</sup> Ver [https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia\\_80\\_84.htm](https://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/historia_80_84.htm);

<sup>232</sup> Sobre os princípios editoriais da *Folha*, ver <https://temas.folha.uol.com.br/folha-projeto-editorial/projeto-editorial-folha-de-s-paulo/principios-editoriais.shtml>.

<sup>233</sup> Ver <https://www.estadao.com.br/infograficos/economia.principios-editoriais-do-estadao,1203145>.

<sup>234</sup> Para uma revisão detalhada sobre a história de OG, ver Pimentel (2019). Sobre os princípios editoriais do *Grupo Globo*, ver <https://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>.

<sup>235</sup> Ver <http://memoria.oglobo.globo.com/linha-do-tempo/o-globo-e-acute-lancecedilado-9196292#:~:text=A%20primeira%20edi%C3%A7%C3%A3o%20do%20ent%C3%A3o,O%20GLOBO%20c hegou%20%C3%A0s%20bancas..>

<sup>236</sup> Ver [https://grupoglobo.globo.com/#:~:text=O%20Grupo%20Globo%20\(Organiza%C3%A7%C3%B5es%20Glob o,de%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20em%20prol%20da](https://grupoglobo.globo.com/#:~:text=O%20Grupo%20Globo%20(Organiza%C3%A7%C3%B5es%20Glob o,de%20coopera%C3%A7%C3%A3o%20em%20prol%20da).

do tempo, esse “império de mídia” foi frequentemente utilizado para interferir em processos políticos. Segundo o autor, porém, esse caráter partidário se enfraqueceu a partir do processo de redemocratização do país.

Considerando os objetivos desta investigação, e à luz da literatura apresentada, delineamos três hipóteses e duas questões de pesquisa para esta investigação.

A primeira hipótese deriva dos estudos que tratam da construção da autoridade jornalística. Mais especificamente, nos embasamos nos argumentos de Zelizer (1990a; 1990b), Carlson (2012; 2015a; 2017) e Vos e Thomas (2018a) para conjecturar que a defesa da autoridade jornalística por *quality papers* brasileiros ocorre por meio de construções discursivas que enfatizam prescrições normativas da atividade, conforme enunciaremos abaixo:

*H1 – A defesa da legitimidade institucional do Jornalismo se manifesta por meio da ênfase a atributos normativos da atividade – e.g. imparcialidade, objetividade e isenção – e à sua atuação na manutenção da democracia.*

Duas outras hipóteses do estudo têm como base as teorias que classificam o Jornalismo como uma instituição (COOK, 2005; RYFE, 2006a; SPARROW, 2006). Considerando que há ideais normativos compartilhados pelas distintas empresas jornalísticas, espera-se que, mesmo com suas singularidades, os *quality papers* aqui apresentados possuam comportamento relativamente homogêneo no que diz respeito à defesa da autoridade jornalística, já que estariam tratando, nesses casos, de regras envolvidas na prática da atividade (RYFE, 2006b). O argumento, nesse sentido, é de que, quando o assunto é a legitimidade do Jornalismo como um todo, os periódicos em estudo não apresentam comportamentos distintos, visto que se trata de enunciar normas e elementos que são comuns à prática jornalística nas diferentes empresas. Ou seja, o que esperamos é que, mesmo que possuam trajetórias e características próprias, os jornais apresentem aspectos compartilhados, que dizem respeito à própria constituição institucional do Jornalismo.

*H2 – FSP, OESP e OG apresentam um comportamento institucional no que diz respeito à defesa da autoridade jornalística, ou seja, têm coberturas noticiosas e editoriais semelhantes.*

A partir dessa perspectiva, elaboramos, ademais, uma hipótese mais específica, que trata de ataques proferidos à imprensa. Nossa suposição, nesse caso, é de que, visto que estamos tratando do reforço da legitimidade institucional do Jornalismo, FSP, OESP e OG

apresentariam textos com argumentos de reforço da legitimidade institucional do Jornalismo ainda que a agressão não tenha sido realizada tendo como alvo outras empresas jornalísticas. Mais uma vez, portanto, nossa hipótese envolve a noção de um comportamento institucionalizado dos periódicos, visto que estamos tratando da defesa da atividade como um todo.

A essa altura, cabe esclarecer que, quando falamos de ataques a empresas jornalísticas e profissionais da imprensa, adotamos a definição enunciada por Brambila e Hughes (2019), que vai além de casos de violência física. Segundo elas, “a violência contra jornalistas inclui agressões diretas e indiretas que podem causar dano à performance ocupacional dos jornalistas e ao seu bem-estar individual”<sup>237</sup> (BRAMBILA; HUGHES, 2019, p. 2, tradução nossa). Formas de violência, assim, incluem ataques físicos (a exemplo de tortura, roubos, sequestros e assassinatos), intimidação verbal, assédio e ameaças contra profissionais e veículos de imprensa por conta da cobertura jornalística.

*H3 – Quando tratam de ataques à imprensa, os periódicos enfatizam aspectos associados à legitimidade institucional da atividade mesmo que a agressão envolva outras empresas jornalísticas e profissionais vinculados a elas.*

Ainda no que diz respeito aos episódios de ataque a jornalistas e empresas do ramo, buscamos compreender se a defesa da autoridade jornalística ocorre com mais frequência em textos que tratam de ameaças à liberdade de imprensa de forma ampla. Esse objetivo está diretamente relacionado ao recorte temporal usado para o estudo: nossa intenção é entender se períodos com maior hostilidade à imprensa fomentam defesas mais enfáticas da legitimidade institucional do Jornalismo por parte de empresas do ramo. Como não há, ao menos que tenha chegado a nosso conhecimento, estudos tratando especificamente dessa relação, formulamos, nesse caso, uma questão de pesquisa.

*QPI– Textos que tratam de ameaças à liberdade de imprensa têm padrões distintos de defesa de valores institucionais do Jornalismo? Quais?*

Ademais, considerando os dois objetos empíricos da pesquisa – editoriais e notícias – elaboramos uma questão de pesquisa acerca das particularidades de cada um desses textos na

---

<sup>237</sup> No original: “We define violence against journalists as both direct and indirect aggressions that may cause harm to journalists’ occupational performance or individual well-being.”

defesa da autoridade jornalística. Sabe-se que notícias têm características próprias, (e.g. TUCHMAN, 1983; COOK, 2005; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2019) assim como os editoriais (e.g. EILDERS, 2000; RUPAR, 2007; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015; FIRMSTONE, 2019b). Entretanto, a elaboração de uma questão de pesquisa, e não uma hipótese, se justifica porque, ainda que existam investigações sobre como organizações jornalísticas responderam a ataques proferidos por políticos populistas (LISCHKA, 2017; KOLISKA *et al.*, 2020; PANIEVSKY, 2021a; 2021b), estudos a respeito da sintonia de conteúdo desses dois tipos de peça jornalística possuem resultados diversos, conforme exploramos no capítulo quatro.

*QP2 – De que forma editoriais e notícias se relacionam no que diz respeito à defesa da autoridade institucional do Jornalismo?*

Nos subtópicos a seguir, explicamos em pormenor os procedimentos utilizados para a coleta e análise do *corpus* da presente pesquisa.

## 5.1 ESTRATÉGIAS DE COLETA DO *CORPUS*

A seleção do material a ser analisado partiu da coleta automatizada dos textos, realizada com um script de programação em linguagem *Python* por meio da palavra-chave “jornalismo”<sup>238</sup>. Foram considerados editoriais e notícias publicados por FSP, OESP e OG em suas versões impressas, e disponibilizados em formato digital em seus respectivos acervos na internet<sup>239</sup>. O script identifica os arquivos que contêm a palavra-chave e faz o download do material em formato jpeg. Optou-se pela palavra-chave “jornalismo” porque, em busca exploratória nos sites de jornais, verificou-se que outros termos – como “imprensa”, “mídia”, “notícia falsa”, “repórter”, “desinformação” ou “fake” (em referência a *fake news*) – retornavam uma quantidade muito grande de resultados, o que tornaria inviável a seleção e análise do *corpus*.

A coleta automatizada para o período selecionado resultou em 1.682 resultados para FSP, 1.011 para OESP e 500 para OG. Após essa primeira etapa, cada um dos arquivos foi aberto individualmente. A pesquisadora, então, identificou em qual texto (e em que parte dele)

<sup>238</sup> A autora agradece a Leonardo Nascimento pela disponibilização da ferramenta de coleta.

<sup>239</sup> Para FSP: <https://acervo.folha.com.br/index.do> ; para OESP: <https://acervo.estadao.com.br/>; e para OG: <https://acervo.oglobo.globo.com/>.

estava a menção à palavra-chave “jornalismo”. A partir disso, foi construído um banco de dados com base na coleta, contendo o título da peça, a data de publicação, o nome do jornal, o tipo de texto (se notícia ou editorial) e a editoria em que o material foi publicado. Não foram incluídos no banco peças que não eram editoriais ou notícias (e.g., artigos de opinião e peças de conteúdo patrocinado ou publicidade). Também foram desconsiderados os textos que mencionavam a palavra-chave sem especificamente tratar de temas relacionados à prática jornalística (e.g. dizendo que uma fonte fez o curso de Jornalismo ou citando um site ou organização cujo nome possui a palavra “jornalismo”).

Cabe destacar que optamos pela inclusão de obituários na análise. Sabe-se que esses textos constituem um tipo específico de peça jornalística. Entretanto, decidiu-se pela inclusão desses textos porque OESP e OG não identificavam, claramente, que as peças eram distintas do restante da cobertura noticiosa. Somente FSP fazia uma diferenciação clara dos obituários (que apareciam em uma seção específica, chamada “Mortes”). I.e., no caso do *Estadão* e de *O Globo*, esses textos apareciam junto a outras editorias, no formato de notícias, tornando difícil até mesmo para a pesquisadora realizar a sua separação. Não fazia sentido, portanto, excluir apenas os obituários de FSP. Argumenta-se, ademais, que o número de textos desse tipo é baixo em relação ao *corpus* total (são apenas 59 peças identificadas como tal, conforme descreveremos mais adiante, ou 7% dos textos analisados), o que não torna nossa análise enviesada. Por fim, é necessário enfatizar que o estudo desse tipo de texto – que tratava da morte de profissionais jornalistas – resultou na identificação de um tipo específico de defesa da legitimidade institucional do Jornalismo, conforme descreveremos em nossa seção de resultados. Em outras palavras, se tivéssemos excluído esse tipo de texto da análise, teríamos perdido um achado interessante da pesquisa.

O resultado desse processo de seleção foi um *corpus* de 823 peças jornalísticas<sup>240</sup>, distribuídas conforme descrito na Tabela 1. É possível perceber que há predominância de notícias (N = 770, 93,6%) na comparação com editoriais (N = 53, 6,4%). Ademais, textos de FSP representam mais da metade do *corpus* (N = 467, 56,7%); na sequência aparece OG (N = 182, 22,1%) e, por fim, OESP (N = 174, 21,1%). Apesar disso, OESP foi o periódico que teve mais editoriais aptos para análise (N = 26), respondendo por metade dos textos desse tipo que

---

<sup>240</sup> É possível ter acesso a todos os textos analisados nesta tese pelo link [https://drive.google.com/drive/folders/1OHynlv02OAPPeBLrHw\\_chyid31K0GTkH?usp=sharing](https://drive.google.com/drive/folders/1OHynlv02OAPPeBLrHw_chyid31K0GTkH?usp=sharing). O número de arquivos é menor do que o número de textos em cada jornal porque há peças publicadas no mesmo dia, i.e., que estão na mesma página. No endereço também está disponível o banco de dados com a classificação dos textos.

foram incluídos no *corpus*. Cabe destacar que OESP publica três editoriais todos os dias, enquanto FSP e OG apresentam uma ou duas peças em cada edição.

TABELA 1 – *CORPUS* DA PESQUISA POR JORNAL E TIPO DE TEXTO

	FSP	OESP	OG	Total
<b>Notícias</b>	453 (58,8%)	148 (19,2%)	169 (21,9%)	770 (100%)
<b>Editoriais</b>	14 (26,4%)	26 (49,1%)	13 (24,5%)	53 (100%)
<b>Total</b>	467 (56,7%)	174 (21,1%)	182 (22,1%)	823 (100%)

FONTE: A autora (2022).

Na sequência apresentamos os procedimentos aplicados para a análise das peças.

## 5.2 ESTRATÉGIAS DE ANÁLISE

Os editoriais e as notícias coletados por meio das estratégias anteriormente descritas foram submetidos a uma Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977; BAUER, 2002; KRIPPENDORFF, 2004). De acordo com Neuendorf (2017, p. 19, tradução nossa), a técnica “pode ser brevemente definida como a análise sistemática, objetiva e quantitativa de características de mensagens”<sup>241</sup>, seja por codificação humana ou de ferramentas automatizadas. Essa técnica tem sido largamente empregada em estudos a respeito de textos jornalísticos (RIFFE; LACY; FICO, 2014; NEUENDORF; KUMAR, 2015).

O livro de códigos utilizado na pesquisa (Quadro 2) foi elaborado a partir da revisão de literatura apresentada e do contato inicial com o *corpus*, decorrente da seleção dos textos.

<sup>241</sup> No original: “Content analysis may be briefly defined as the systematic, objective, quantitative analysis of message characteristics.”

## QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continua)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos <sup>242</sup>
<p>1. Discussões relacionadas ao Jornalismo são o tema central na peça analisada?</p>	<p>Se o termo "jornalismo" for citado apenas de passagem (sem se debruçar sobre agentes ou princípios relacionados ao campo) marcar "Não".</p> <p>Em sua decisão, considere principalmente título da peça e os dois primeiros parágrafos.</p>	<p>0 – Não;</p>	<p><b>Olavo de Carvalho chama de idiotas deputados do PSL por viagem à China</b>  <small>Parlamentares querem conhecer tecnologia de reconhecimento facial para implementá-la no Brasil</small></p> <p>Nessa matéria, a palavra “jornalismo” aparece só nos parágrafos finais:</p> <p>Carvalho disse que, caso ele fosse guru de Bolsonaro, a vinda da CNN para o Brasil não aconteceria. “Está na cara que a mídia brasileira inteira é inimiga do governo”, disse. “Não basta isso, precisa virar CNN para contratar mais 400 jornalistas e o governo permite isso aí. E eu sou o guru de merda nenhuma. Se eu fosse, as pessoas não teriamem se-quer a coragem de apresentar essas ideias.”</p> <p>Publicado por FSP em 18/01/2019.</p> <p>Na segunda-feira (14), a CNN anunciou acordo com um grupo de mídia brasileiro para licenciar sua marca no Brasil. A CNN Brasil será programada e operada por uma empresa liderada pelo jornalista Douglas Tavolaro, que deixa a vice-presidência de jornalismo do Grupo Record, e pelo empresário Rubens Menin, fundador da MRV Engenharia, maior construtora do país. A Folha a CNN disse que as licenciadas que operam canais e plataformas são editorialmente independentes.</p> <p><b>Reportagens terão destaque no Google</b>  <small>Publicado por OESP em 13/09/2019.</small></p>

<sup>242</sup> Os textos utilizados como exemplo, tanto no livro de códigos quanto na seção de análise, estão disponíveis no mesmo link que consta na nota de rodapé de número 240.

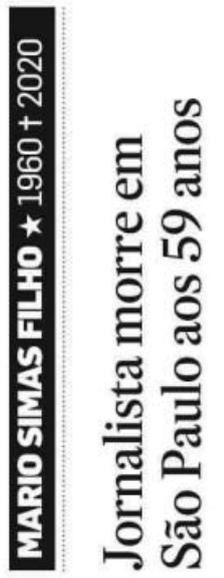
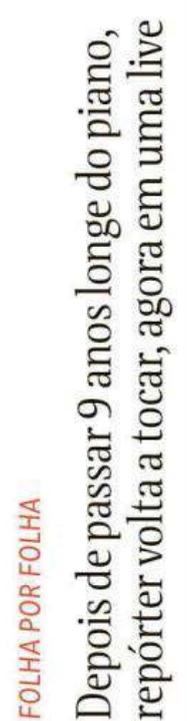
QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
<p>1.1. No caso de peças que têm discussões relacionadas ao Jornalismo como tema central, do que trata, especificamente, o texto analisado?</p>	<p>Essa variável é destinada apenas a peças em que o codificador assinalou “Sim” na variável I, ou seja, a peças que têm discussões relacionadas ao Jornalismo como tema central.</p> <p>O codificador deve escolher apenas uma das categorias descritas ao lado.</p> <p>Considere o título da peça e os dois primeiros parágrafos para resolver possíveis dúvidas.</p>	<p>1 – Ameaças à liberdade de imprensa (inclui ataques a jornalistas ou empresas jornalísticas);</p> <p>2 – As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas (novos colunistas, campanhas, abertura de novas companhias, relações com plataformas como Google e Facebook, questões relacionadas a fake news etc.);</p> <p>3 – Prêmios e homenagens recebidos pelo jornal ou por profissionais vinculados a ele;</p>	<p><b>Violência contra jornalistas cresce no Brasil</b> Em 2018, foram três assassinações como retaliação ao exercício da profissão, contra um em 2017. Radicalistas que trabalhavam no interior foram mortos à bala; registros de agressões não letais saltaram de 76 para 114. Publicado por OG em 21/02/2019.</p> <p><b>‘BR Político’ traz análises e bastidores do poder</b> Site do ‘Estado’ criou novo produto para o leitor que busca informação apoliticada. Publicado por OESP em 20/08/2019.</p> <p><b>‘NYT’ terá a mais jovem presidente de sua história</b> Publicado por OESP em 24/07/2020.</p>  <p>Publicado por OG em 30/08/2019.</p> <p><b>O GLOBO e Epoca vencem em 4 categorias do Prêmio Colunistas</b> Jornal é ‘Cliente de Marketing Promocional’ e revista ganha como ‘Veículo Impressiono’ do ano, no premiação do Rio. Publicado por OG em 09/04/2019.</p>

QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
<p>1.1. No caso de peças que têm discussões relacionadas ao Jornalismo como tema central, do que trata, especificamente, o texto analisado?</p>		<p>4 – O profissional jornalista é o tema. São exemplos peças que tratam do falecimento de jornalistas, de questões relacionadas à sua vida pessoal ou então depoimentos sobre a prática jornalística.</p>	 <p>Publicado por OESP em 18/01/2020.</p> <p>Entram aqui as matérias que são depoimentos de repórteres, como essa:</p>  <p>Publicado por FSP em 25/05/2020.</p>  <p>Publicado por OESP em 19/07/2020.</p> <p><b>Livro analisa papel da imprensa ante expansão das redes sociais</b></p> <p>Publicado por FSP em 18/08/2020.</p>
		<p>5 – Lançamento de obras como livros, peças de teatro, filmes etc.;</p>	

QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
1.1. No caso de peças que têm discussões relacionadas ao Jornalismo como tema central, do que trata, especificamente, o texto analisado?		6 – Comportamento da audiência (e.g. pesquisas sobre confiança na imprensa);  7 – Outros.	<b>Em época de incerteza, leitores buscam veículos conhecidos</b> <small>Estudo mostra aumento no compartilhamento de links de sites profissionais</small> Publicado por FSP em 01/08/2020.
		99 – Não se aplica.	Discussões relacionadas ao jornalismo não são o tema central da peça.
2. Menciona um (ou mais) episódio(s) específico(s) de ataque à imprensa ou a jornalistas?	Nessa variável buscamos identificar a menção de momentos específicos de ataque à imprensa. Ou seja, a peça precisa citar um momento claro de ataque, e não falar de ameaças à liberdade de imprensa de forma genérica (conforme descrito na variável tema).	0 – Não;	No exemplo a seguir há apenas uma crítica de leitores. Portanto, não consideramos ataque.  <b>FOLHA POR FOLHA</b>  <b>No jornalismo praticado pela Folha, notícia e opinião não se misturam</b>  <small>SÃO PAULO No último dia 7 de julho, o colunista Hélio Schwartsman escreveu um texto cujo título era "Por que torço para que Bolsonaro morra". A partir dessa publicação, leitores se queixaram de que a Folha desejava a morte do presidente, o que não é verdade.</small> Publicado por FSP em 18/07/2020.

QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
2. Menciona um (ou mais) episódio(s) específico(s) de ataque à imprensa ou a jornalistas?	São considerados ataques à imprensa episódios de ofensas verbais, formas de intimidação, assédio ou outros tipos de ações, como censura, prisões, violência física ou até assassinatos (BRAMBILA; HUGHES, 2019). Meras críticas à atuação jornalística não são consideradas.	0 – Não	<p>Casos controversos, que incluem organizações que não são <i>quality papers</i> ou que são conhecidas por disseminar <i>fake news</i>, também não devem ser incluídos.</p> <p>Na matéria abaixo, por exemplo, o próprio jornal afirma que o texto cerceado nas redes sociais era de “frágil apuração”.</p> <p><b>Em ação incomum, Facebook e Twitter cerceiam reportagem contra Joe Biden</b></p> <p>Plataformas alegam desinformação e uso de material hackeado em denúncia de frágil apuração</p> <p>Publicado por FSP em 16/10/2020.</p>
		1 – Sim.	<p><b>Cerco à mídia continua na Bolívia após renúncia de Evo</b></p> <p>Imprensa se alinha a Añez, que pede demissão de jornalista e fecha rádios</p> <p>Durante o período de militarização das grandes cidades e de repressão mais dura aos manifestantes pró-Evo, alguns repórteres estrangeiros foram deportados, como os integrantes das equipes jornalísticas dos canais argentinos Todo Noticias (que pertence ao Clarín) e América TV.</p> <p>Publicado por FSP em 23/02/2020.</p>

QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
		<p>1 – O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele (precisa mencionar nomes);</p>	 <p>Publicado por OESP em 28/02/2020.</p>
<p>2.1. Em caso positivo, quem era o alvo do ataque?</p>	<p>O codificador deve escolher apenas uma das categorias descritas ao lado.</p>	<p>2 – Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa (precisa mencionar nomes);</p>	 <p>Publicado por OESP em 05/06/2020.</p>
		<p>3 – A imprensa de forma genérica (não cita nomes específicos);</p>	 <p>Publicado por OESP em 08/03/2020.</p>

QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
2.1. Em caso positivo, quem era o alvo do ataque?		4 – Mais de um dos agentes mencionados anteriormente (por exemplo, uma ofensa à imprensa de forma genérica com outra mencionando algum repórter ou empresa);	<p>No caso a seguir, Bolsonaro faz um ataque à imprensa de forma genérica (“os jornalistas brasileiros são uma ‘raça em extinção’”; “a leitura diária de jornais envenena e desinforma”) e à FSP (“acusou a Folha de escrever uma mentira):</p> <p><b>Bolsonaro ataca jornalistas e os chama de ‘raça em extinção’</b></p>  <p>BRASÍLIA Em mais um ataque à imprensa, o presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta segunda-feira (6) que os jornalistas brasileiros são uma “raça em extinção” e acusou a Folha de escrever mentira. Na entrada do Palácio do Alvorada, onde cumprimentou um grupo de eleitores, ele disse que cada vez menos pessoas confiam na imprensa e que a leitura diária de jornais envenena e desinforma.</p>
		99 – Não se aplica.	Publicado por FSP em 07/01/2020
			Não menciona nenhum ataque.

QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
2.2. A peça identifica quem foi o autor do ataque?	Podem ser pessoas ou instituições (por exemplo, a Justiça de São Paulo, a prefeitura de Curitiba, o governo Jair Bolsonaro e por aí vai).	0 – Não;  1 – Sim.	<p><b>Presidente diz que querem atingi-lo: ‘Não vão me pegar’</b></p> <p>Além do MP, o presidente criticou a imprensa e sugeriu que uma repórter deveria voltar para uma “faculdade que preste”</p> <p>Publicado por OG em 17/05/2019.</p>
2.2.1 Se a peça identifica quem foi o autor do ataque, escreva o nome.	<p>Escreva o primeiro nome e o último sobrenome, ou o nome da instituição, em letras maiúsculas.</p> <p>Quando há mais de um autor, separar por ponto e vírgula.</p>		<p>1)</p> <p>Apesar das críticas, Carlos Bolsonaro, filho do presidente, saiu em defesa de Carvalho. “A covardia que grande parte da imprensa vem fazendo com Olavo de Carvalho, seus seguidores e alunos é o sinal que estão no caminho certo”, afirmou em rede social. Carvalho disse que, caso ele fosse guru de Bolsonaro, a vinda da CNN para o Brasil não aconteceria. “Está na cara que a mídia brasileira inteira é inimiga do governo”, disse.</p> <p>Nesse caso, colocaríamos “CARLOS BOLSONARO; OLAVO DE CARVALHO”. Trecho da matéria “Olavo de Carvalho chama de idiotas deputados do PSL por viagem à China”, publicada por FSP em 18/01/2019.</p>

QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
2.2.1 Se a peça identifica quem foi o autor do ataque, escreva o nome.			<p>2) No caso a seguir, colocaríamos “JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO” como autor do ataque.</p> <p><b>Justiça censura reportagem da Folha sobre processo judicial no RJ</b></p> <p>SÃO PAULO A Justiça do Rio de Janeiro censurou a publicação de uma reportagem, pela Folha, sobre um processo judicial que envolve o advogado Rafael Faria e a juíza Daniela Prado.</p> <p>Publicado por FSP em 21/12/2019.</p>
2.3. Apresenta dados, informações ou argumentos que refutam o ataque e/ou desqualifica o autor do ataque?	Consideram-se casos de desqualificação do autor do ataque situações em que o jornal/o texto do repórter/fontes o ridicularizam ou então quando atribuem a ele características negativas.	99 – Não se aplica. 0 – Não; 1 – Sim;	<p>Não identifica o autor do ataque ou não menciona ataque.</p> <p><b>Bolsonaro usa informações falsas para atacar Miriam Leitão</b></p> <p>Presidente acusa a colunista de mentir sobre ter sido torturada e diz, equivocadamente, que ela integrou luta armada</p> <p>Publicado por OG em 20/07/2019.</p>

QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
2.3. Apresenta dados, informações ou argumentos que refutam o ataque e/ou desqualifica o autor do ataque?	São exemplos de desqualificação do autor trechos que o classificam como demagogo, autoritário ou incapaz, por exemplo).	1 – Sim;	<p><i>Um prefeito que desconhece a dimensão do cargo</i></p> <p><i>Crivella não responde ao GLOBO, veja jornal em entrevista e transforma prefeitura em propriedade privada</i></p> <p>Mas, como o compromisso do jornal é com os leitores, as informações sobre o evento serão prestadas. Mais uma vez. Crivella demonstrou não entender que é um funcionário dos cartórios, e que por isso precisa ser transparente na sua administração. Não pode tratar a prefeitura como propriedade privada. Tudo o que faz ou não no governo é do interesse de todos, e que por isso continuará a ser acompanhado pelo GLOBO.</p> <p>Publicado por OG em 04/12/2019.</p>
2.4. Menciona fontes (pessoas ou instituições) que criticam o ataque?	Não consideramos se a crítica vier do jornal ou profissional atacados.	99 – Não se aplica.  0 – Não;	Não menciona nenhum ataque.

QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
2.4. Menciona fontes (pessoas ou instituições) que criticam o ataque?	O codificador deve marcar “Sim” quando uma fonte ou entidade externa repudiam o ataque.	1 – Sim;	<p><b>Ex-funcionário de empresa de disparos mente a CPI e insulta repórter da Folha</b></p> <p>Há no Nascimento de informações falsas; Eduardo Bolsonaro difundiu ofensas e fez insinuações</p> <p>Em nota, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo criticou Eduardo Bolsonaro. “E assustador que um agente público use seu canal de comunicação para atacar jornalista, cujas reportagens trazem informações que o desagradam, sobretudo apelando ao machismo e à misoginia.”</p> <p>Publicado por FSP em 12/02/2020.</p>
		99 – Não se aplica.	Não menciona nenhum ataque.
1. Menciona o papel exercido pelo Jornalismo ou pelo jornal para defender a democracia, ou sua importância na democracia?	Pode ser na voz de uma fonte ou no texto do jornal/repórter. Inclui menções a liberdade de expressão, associações entre jornalismo e democracia, e críticas a autoritarismo.	0 – Não;	<p><b>Maia diz que há ‘ameaça à liberdade de imprensa’</b></p> <p>premo Tribunal Federal (STF), disse que a acusação pode implicar “inibição no direito de informar”. Entidades ligadas ao jornalismo, como a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) afirmaram existir risco à liberdade de expressão na ação. “A denúncia contra o jornalista @gggreenwald é uma ameaça à liberdade de imprensa. Jornalismo não é crime. Sem jornalismo livre não há democracia”, escreveu Maia, no Twitter.</p> <p>O ministro Marco Aurélio disse ao GLOBO que considera “ruim para a sociedade” a denúncia contra o jornalista.</p> <p>— Receio muito qualquer ato que possa implicar uma inibição no direito-dever de</p> <p>Publicado por OG em 22/01/2020.</p>



QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(continuação)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
<p>5. Ênfase atributos positivos de um jornalista?</p>	<p>Nesse caso, marcamos “Sim” quando o texto menciona características pessoais positivas de um profissional – ou seja, não está falando da atividade como um todo. São exemplos classificar o repórter como bem-informado ou crítico.</p> <p>A menção pode ser na voz de uma fonte ou no texto do jornal/repórter.</p> <p>Marcar “Não” se houver, apenas, uma descrição do currículo do profissional (onde já atuou etc.).</p>	<p>0 – Não;</p> <p>1 – Sim.</p>	<p><b>Manuela d’Ávila</b></p> <p><b>Tenho plena consciência de que a decisão que tomei foi a mais correta</b></p> <p><small>Ex-deputada e/que consultou seus advogados antes de intermediar o contato do hacker Walter Delgatti Neto com Glenn Greenwald</small></p> <p><b>Sugerir que ele procurasse o Glenn foi orientação dos advogados? Não. A ideia foi minha. Achava que, tecnicamente, ele era um jornalista com muitas condições de atingir a legitimidade dos documentos.</b></p> <p><b>Na minha cabeça de jornalista, o Glenn preenchia um conjunto de critérios: fazer parte de uma equipe de jornalismo investigativo, não ter editor-chefe ali todo dia [perguntando] se vai sair ou não. Alguém que tem um [prêmio] Pulitzer não queima o Pulitzer para dar um furo no Twitter. Tecnicamente, ele tem muita capacidade. Sabia que qual-</b></p> <p>Publicado por FSP em 31/08/2019.</p>

QUADRO 2 – LIVRO DE CÓDIGOS

(conclusão)

Variável	Descrição	Categorias	Exemplos
6. Se você marcou “sim” em uma ou mais variáveis entre 3 e 5, em que parte do texto está (ou estão) esse (ou esses) argumento(s)?	O codificador deve escolher apenas uma das categorias descritas ao lado.	1 – Em citação direta ou indireta de fontes;  2 – No texto do próprio repórter/jornal;	<p>— Ricardo Boechat tinha uma forma única de se comunicar. Sempre com irreverência e com críticas certeiras, manteve por muitos anos seus espectadores e leitores muito bem informados. Boechat</p> <p>Trecho do texto “Boechat ganhará busto na praia de São Francisco”, publicado por OG em 16/02/2019.</p> <p><b>Notas &amp; Informações</b> <b>A serventia da imprensa</b></p> <p>A imprensa estará cumprindo bem seu papel se mantiver em relação ao governo o distanciamento necessário para ter sobre ele uma visão questionadora e independente. É o que o Estadão vem fazendo ao longo de sua história de 144 anos. Não se trata de fazer a crítica pela crítica, e sim observar se os princípios da boa administração e da boa política estão sendo respeitados, pois disso depende em grande parte a saúde da democracia.</p> <p>Publicado por OESP em 30/06/2019.</p>
		3 – O argumento está tanto na fala de fontes quanto no texto do repórter/jornal;	Combinação das duas situações anteriores.
		99 – Não se aplica.	Não menciona nenhum dos argumentos descritos nas variáveis 3 a 5.

FONTE: A autora (2022).

Além da autora da presente pesquisa, outros dois pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Política e Tecnologia (PONTE), vinculado à Universidade Federal do Paraná (UFPR), participaram da codificação do *corpus* a partir do livro de códigos apresentado<sup>243</sup>. Os três codificadores estão habituados à realização de estudos utilizando a técnica da Análise de Conteúdo. Conforme orienta Krippendorff (2004; 2008), antes da codificação definitiva do *corpus* foi realizado um teste de confiabilidade, visando garantir que a classificação fosse considerada consistente. Os resultados do teste constam na Tabela 2, e foram considerados satisfatórios conforme os critérios descritos por Neuendorf (2017).

TABELA 2 – RESULTADOS DO TESTE DE CONFIABILIDADE

Variável	Alfa de Krippendorff	% média de concordância entre os codificadores
1. Discussões relacionadas ao Jornalismo são o tema central na peça analisada?	0,742	93,7%
1.1. No caso de peças que têm discussões relacionadas ao Jornalismo como tema central, do que trata, especificamente, o texto analisado?	0,779	83,5%
2. Menciona um (ou mais) episódio(s) específico(s) de ataque à imprensa ou a jornalistas?	0,824	91,4%
2.1. Em caso positivo, quem era o alvo do ataque?	0,722	82,7%
2.2. A peça identifica quem foi o autor do ataque?	0,799	89,8%
2.2.1 Se a peça identifica quem foi o autor do ataque, escreva o nome.	A variável é qualitativa, portanto, não houve teste de confiabilidade nesse caso.	
2.3. Apresenta dados, informações ou argumentos que refutam o ataque e/ou desqualifica o autor do ataque?	0,682	81,6%
2.4. Menciona fontes (pessoas ou instituições) que criticam o ataque?	0,795	88,2%
3. Menciona o papel exercido pelo Jornalismo ou pelo jornal para defender a democracia, ou sua importância na democracia?	0,833	92,9%
4. Menciona características normativas do Jornalismo?	0,637	82,0%
5. Enfatiza atributos positivos de um jornalista?	0,823	96,9%
6. Se você marcou “sim” em uma ou mais variáveis entre 3 e 5, em que parte do texto está (ou estão) esse (ou esses) argumento(s)?	0,656	77,2%

FONTE: A autora (2022).

Cabe destacar, por fim, que cada texto completo (editorial ou notícia) foi considerado como uma única unidade de análise. No caso do jornal *O Globo*, quatro notícias codificadas possuíam um box com a opinião do jornal (Figura 2). São elas: “Entidades criticam ataque de Bolsonaro à imprensa”, de 12/03/2019; “Teich prevê critérios locais para redução da quarentena”, de 23/04/2020; “Bolsonaro não responde a jornalistas e ataca a imprensa”, de 06/05/2020; e “Twitter marca postagem de Trump: ‘Apologia da violência’”, de 30/05/2020.

<sup>243</sup> A autora agradece a Deivison Henrique Santos e Andressa Buttore Kniess pela disposição em participar da pesquisa.

Nesses casos, as peças foram classificadas como notícias, mas, na hora da codificação, considerou-se o material completo, incluindo o trecho de opinião do jornal.

Após a realização do teste de confiabilidade, eventuais dúvidas ao longo do processo definitivo de codificação foram solucionadas pela autora da tese.

FIGURA 2 – EXEMPLO DE PEÇA DE OG QUE CONTINHA NOTÍCIA E OPINIÃO

## Entidades criticam ataque de Bolsonaro à imprensa

Abert, Aner e ANJ lamentaram que o presidente reproduza informações 'deliberadamente distorcidas com o sentido de intimidar' jornalista de 'O Estado de S.Paulo'; episódio também foi repudiado pela Abraji e pela OAB

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) e a Associação Nacional de Jornais (ANJ) divulgaram ontem uma nota de repúdio à publicação do presidente Jair Bolsonaro nas redes sociais sobre a imprensa. Bolsonaro compartilhou ontem uma acusação falsa sobre a jornalista Constança Rezende, do jornal "O Estado de S. Paulo", com o objetivo de atacar a cobertura do caso que envolve um de seus filhos, o senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ), e o ex-assessor dele, Fabrício Queiroz.

O episódio também foi repudiado pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que diz que o caso configura "um novo ataque público à imprensa".

A Abert, a Aner e a ANJ lamentaram, em nota, que o presidente da República "reproduza pelas redes sociais informações deturpadas e deliberadamente distorcidas com o sentido de intimidar a jornalista e a liberdade de expressão" e disseram que os ataques à repórter têm o objetivo de "desqualificar o trabalho jornalístico, fundamental para os cidadãos e a própria democracia".

Constança foi alvo de uma acusação falsa publicada pelo site "Terça Livre", e republicada por Bolsonaro, após a divulgação de uma conversa telefônica em que ela supostamente teria dito que a apuração do caso Queiroz teria como intenção "arruinar Flávio Bolsonaro e o governo". A gravação do diálogo, no entanto, não inclui o trecho mencionado pelo portal e pelo presidente.

Para a Abraji e a OAB, o caso "mostra não apenas descompromisso com a veracidade dos fatos" por parte de Bolsonaro, como também "o uso de sua posição de poder para tentar intimidar veículos de mídia e jornalistas". As duas organizações consideram a atitude "incompatível com o discurso de defesa da liberdade de expressão" e destacam que a imprensa livre é um dos pilares da democracia, abalado "quando um governante mobiliza parte significativa da população para agredir jornalistas e veículos".

**LOTADA EM CABINETE DO PSL**  
O texto também aponta que os ataques de internet à repórter começaram antes mesmo de Bolsonaro levar o tema às redes sociais. O objetivo dos apoiadores do presidente, para a Abraji e a OAB, é

**OPINIÃO DO GLOBO**  
**ATAQUE**

NUNCA FOI bom, na campanha, o relacionamento de Jair Bolsonaro com a imprensa profissional, pela dificuldade dele em entender valores do jornalismo. Circunstâncias da vida.

MAS O PRESIDENTE da República propagar uma versão distorcida do que a repórter Constança Rezende, de "O Estado de

"alimentar a narrativa governista de que a imprensa mente quando se refere às investigações sobre as movimentações financeiras atípicas de Fabrício Queiroz".

Audios gravados em inglês a partir da conversa telefônica da repórter de "O Estado de S. Paulo", passaram a ser republicados com traduções em português, acompanhadas por acusações falsas, na noite de do-

S. Paulo", disse em uma entrevista, e com o objetivo de intimidá-la, excede limites. Fica evidente o interesse em atingir a profissional porque ela cobriu o caso de Fabrício Queiroz, assessor de Flávio Bolsonaro.

É UM caso típico de ataque à liberdade de imprensa. Aggravado pelo cargo que ocupa.

mingo, por sites noticiosos que apoiam o presidente.

Uma das publicações de maior alcance em português, do site "Terça Livre", foi assinada pela jornalista Fernanda de Salles Andrade, nomeada em fevereiro para o gabinete do deputado estadual Bruno Engler (PSL), em Minas Gerais. A informação foi publicada inicialmente no "Blog do Berta" e confirmada pelo GLOBO.

O Diário Oficial do Legislativo mineiro mostra que Fernanda foi nomeada com jornada de seis horas diárias e com salário de R\$ 6.543,79. Procurada no gabinete de Engler, uma funcionária informou que Fernanda estava em reunião e não poderia atender. Até o fechamento desta edição, ela não havia retornado as mensagens enviadas pelo GLOBO. (Bernardo Mello)

FONTE: OG, 12/3/2019, p. 6.

Para analisar os resultados obtidos, utilizamos estatísticas descritivas e testes de associação entre as variáveis. Inicialmente, aplicamos o teste de Qui-quadrado de Pierson ( $\chi^2$ ) para identificar se havia relações estatisticamente significativas entre as variáveis (FIELD, 2009; CERVI, 2014). Nos casos em que os pressupostos do Qui-quadrado foram violados, usamos o Teste de Fisher, que tem o mesmo objetivo (CERVI, 2017).

Quando os resultados do Qui-quadrado ou do Teste de Fisher se mostraram estatisticamente significativos ( $p < 0,05$ ) – i.e., quando as variáveis não eram independentes –, aplicamos, ainda, o teste de V de Cramér, com o objetivo de medir a intensidade da associação (CERVI, 2019). Os valores do V de Cramér variam entre 0 e 1 – consideramos efeitos menores que 0,2 como fracos; entre 0,2 e 0,6 como moderados; e acima de 0,6 como fortes<sup>244</sup>.

Também utilizamos, nas ocasiões em que foi constatada a relação estatisticamente significativa, os resíduos padronizados ajustados. Nesse caso, o intuito foi identificar quais

<sup>244</sup> Ver <https://www.ibm.com/docs/en/cognos-analytics/11.1.0?topic=terms-cramrs-v>.

pares de categorias eram responsáveis pela associação estatisticamente significativa. Conforme afirma Cervi (2019, p. 25), valores de resíduos acima de +1,96 ou abaixo de -1,96 “apresentam excessos ou ausência de casos significativos, sendo, portanto, responsáveis pelas relações não aleatórias apontadas pelo coeficiente  $\chi^2$ ”.

Por fim, para comparar editoriais e notícias, realizamos uma Análise de Correspondência Múltipla. De acordo com Greenacre (2017), esse tipo de análise se destina a compreender as associações entre distintas variáveis categóricas. Ressalte-se que estratégias semelhantes de análise de dados têm sido utilizadas em outras teses apresentadas na área de Ciência Política (e.g. FERRACIOLI, 2021; CARVALHO, 2020; MONT’ALVERNE, 2020).

No próximo capítulo apresentamos os resultados do estudo.

## 6 ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS

Iniciamos a apresentação dos resultados detalhando características gerais do *corpus* analisado. Conforme descrito na seção metodológica, a distribuição dos textos entre os três jornais que constituem o escopo do estudo não é uniforme: FSP concentra mais de 50% do total das peças investigadas. A predominância do periódico, porém, ocorre por causa das notícias. Quando voltamos nossa atenção aos editoriais, por outro lado, nota-se que OESP adquire mais presença no *corpus*, respondendo por 26 das 53 peças aptas à análise desta tese.

Observando a frequência do *corpus* ao longo do recorte temporal investigado – i.e., os anos de 2019 e 2020, que constituem a primeira metade do governo Bolsonaro (Gráfico 1) –, é possível perceber que não há regularidade por parte dos três jornais. Em 2019, foram publicados 385 textos no total, sendo 356 notícias e 29 editoriais. Em 2020, o número total subiu para 438, sendo 414 notícias e 24 editoriais. Especificamente no caso das peças opinativas (representadas pelas barras do Gráfico), há dois meses do recorte – fevereiro de 2019 e dezembro de 2020 – em que nenhum dos três periódicos publicou um editorial que preenchesse os requisitos da pesquisa. Ademais, há apenas dois meses em que tanto FSP quanto OESP e OG publicaram peças opinativas que se encaixavam no estudo: fevereiro e junho de 2020.

GRÁFICO 1 – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DO *CORPUS* (N = 823)



FONTE: A autora (2022).

Consulta ao banco de dados demonstra que, em fevereiro de 2020, os três periódicos se posicionaram acerca de ataques à imprensa promovidos por Bolsonaro. Em 19/02/2020, a *Folha*

publicou o editorial intitulado “Sob ataque, aos 99”, em que responde a ofensas do mandatário ao próprio jornal – no dia anterior, Bolsonaro havia insultado a repórter Patrícia Campos Mello com uma insinuação de teor sexual<sup>245</sup>. Em 20/02/2020 foi a vez de *O Globo* se manifestar sobre o mesmo ataque, por meio do editorial “Bolsonaro cria uma atmosfera antidemocrática”. No final do mês, em 28/02/2020, OESP também publicou uma peça opinativa abordando a postura do presidente com relação à imprensa. O texto “O alvo é a liberdade”, porém, não faz menção somente ao caso envolvendo Mello, e inclui outro episódio de hostilidade, dirigido por bolsonaristas à jornalista Vera Magalhães (que à época era do *Estadão*)<sup>246</sup>.

Já em junho do mesmo ano o contexto foi diferente: os textos publicados pelos periódicos exploravam assuntos distintos. Na ocasião, FSP publicou o editorial “Rastros bolsonaristas” (18/06/2020), tratando de investigações do STF a respeito de atos antidemocráticos<sup>247</sup>; e “Jogada imprudente” (24/06/2020), sobre a discussão de novas regras para a negociação de direitos de imagem entre clubes de futebol e emissoras de televisão<sup>248</sup>. O texto de OESP, “Falsa simetria”, de 13/06/2020, aborda uma afirmação do Procurador-Geral da República, Augusto Aras, insinuando que empresas jornalísticas disseminariam *fake news*<sup>249</sup>. Por fim, OG publicou, em 27/06/2020, o editorial “O período de calmaria por que passa o presidente”, tratando de um suposto arrefecimento do comportamento de Bolsonaro no que diz respeito às instituições democráticas, incluindo as organizações jornalísticas.

No caso das notícias (as linhas do Gráfico 1), observa-se que os picos de publicação das peças pelos periódicos, via de regra, não coincidem. A exceção ocorre em março de 2020, mês em que os três jornais apresentam um aumento na publicação de notícias que mencionam o termo “jornalismo” (FSP = 28; OESP = 9; OG = 11). Entre os assuntos que atraíram a cobertura das empresas no referido mês estão, novamente, ataques de Bolsonaro – como a exclusão de FSP da cobertura de um jantar entre o mandatário brasileiro e Donald Trump, então presidente

<sup>245</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/02/bolsonaro-insulta-reporter-da-folha-com-insinuacao-sexual.shtml>.

<sup>246</sup> Ver <https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/apos-revelar-mensagem-de-bolsonaro-jornalista-do-estado-e-alvo-de-montagem-com-falsos-dialogos-no-whatsapp/>.

<sup>247</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/saiba-quem-sao-os-principais-alvos-da-operacao-da-pf-contra-atos-antidemocraticos.shtml>.

<sup>248</sup> Ver <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/06/18/bolsonaro-assina-mp-que-altera-regras-de-transmissao-de-partidas-de-futebol-no-brasil.ghtml>.

<sup>249</sup> Ver <https://oglobo.globo.com/politica/aras-diz-ao-stf-que-inquerito-das-fake-news-deve-continuar-mas-com-participacao-constante-da-pgr-24462856>.

dos EUA<sup>250</sup> – e, ainda, a morte de jornalistas – naquele mês faleceu Celso Pinto, criador do periódico *Valor Econômico*<sup>251</sup>.

Outro ponto do gráfico que chama a atenção é o mês de julho de 2020, em que o jornal *O Globo* apresenta uma alta da publicação de notícias com a palavra-chave (incluindo, ainda, um editorial), enquanto *Folha* e *Estadão* tiveram uma queda no número de peças publicadas. Nessa ocasião, OG publicou um caderno especial de matérias a respeito de seu aniversário de 95 anos.

Em uma segunda etapa exploratória, dedicada a compreender as características gerais do *corpus*, agrupamos os cadernos em que os textos noticiosos foram publicados nos três jornais de acordo com o tema principal de cada seção (Tabela 3). Por exemplo, notícias que pertenciam aos cadernos de *Poder* (FSP), *Política* (OESP) e *País* (OG) foram todas agrupadas sob a rubrica “Política”. Nota-se que, para os três jornais, foram justamente os cadernos que tratavam de política os que mais registraram textos noticiosos mencionando a palavra-chave (41,4%).

TABELA 3 – NOTÍCIAS DO *CORPUS* POR EDITORIA (N = 770)  
(continua)

		FSP	OESP	OG	Total
<b>Política</b>	N (%)	179 (39,5%)	68 (45,9%)	72 (42,6%)	319 (41,4%)
	RP	-1,3	1,2	0,4	–
<b>Cultura</b>	N (%)	52 (11,5%)	21 (14,2%)	32 (18,9%)	105 (13,6%)
	RP	-2,1	0,2	2,3	–
<b>Economia</b>	N (%)	32 (7,1%)	25 (16,9%)	17 (10,1%)	74 (9,6%)
	RP	-2,9	3,3	0,2	–
<b>Internacional</b>	N (%)	47 (10,4%)	11 (7,4%)	14 (8,3%)	72 (9,4%)
	RP	1,2	-0,9	-0,5	–
<b>Mortes</b>	N (%)	59 (13%)	0 (0%)	0 (0%)	59 (7,7%)
	RP	6,7	-3,9	-4,2	–
<b>Cidades/Sociedade</b>	N (%)	14 (3,1%)	10 (6,8%)	14 (8,3%)	38 (4,9%)
	RP	-2,8	1,1	2,3	–
<b>Especiais</b>	N (%)	15 (3,3%)	6 (4,1%)	13 (7,7%)	34 (4,4%)
	RP	-1,8	-0,2	2,3	–
<b>Outros</b>	N (%)	24 (5,3%)	0 (0%)	1 (0,6%)	25 (3,2%)
	RP	3,8	-2,5	-2,2	–

<sup>250</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/planalto-exclui-folha-de-cobertura-de-jantar-entre-trump-e-bolsonaro.shtml>.

<sup>251</sup> Ver <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/03/03/morre-o-jornalista-celso-pinto.ghtml>.

TABELA 3 – NOTÍCIAS DO *CORPUS* POR EDITORIA (N = 770)  
(conclusão)

		FSP	OESP	OG	Total
<b>Ciência/Saúde</b>	N (%)	18 (4,0%)	0 (0%)	0 (0%)	18 (2,3%)
	RP	<b>3,6</b>	<b>-2,1</b>	<b>-2,3</b>	–
<b>Esportes</b>	N (%)	7 (1,5%)	3 (2%)	6 (3,6%)	16 (2,1%)
	RP	-1,2	0,0	1,5	–
<b>Entrevista</b>	N (%)	4 (0,9%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (0,5%)
	RP	1,7	-1,0	-1,1	–
<b>Educação</b>	N (%)	0 (0%)	3 (2%)	0 (0%)	3 (0,4%)
	RP	<b>-2,1</b>	<b>3,6</b>	<b>-0,9</b>	–
<b>Tecnologia</b>	N (%)	2 (0,4%)	1 (0,7%)	0 (0%)	3 (0,4%)
	RP	0,3	0,6	-0,9	–
<b>Total</b>	N (%)	453 (100%)	148 (100%)	169 (100%)	770 (100%)

*Teste de Fisher = 126,943; p = 0,000; V de Cramér = 0,278.*

FONTE: A autora (2022).

O cruzamento entre as variáveis editoria e jornal demonstra que ambas têm relação estatisticamente significativa, ou seja, não são independentes. A associação, porém, é de 27,8% – ou seja, moderada –, como demonstra o teste de V de Cramér. A análise dos resíduos padronizados ajustados indica, por exemplo, que há casos de notícias de OESP na editoria de Economia acima do esperado (RP = 3,3), enquanto para OG houve mais ocorrências do que o esperado na seção de Cultura (RP = 2,3).

É importante destacar, porém, que FSP foi o único periódico que separava uma editoria para os obituários (chamada de “Mortes”), enquanto os demais periódicos mesclavam tais textos em outras seções do jornal. Ademais, peças informativas publicadas em uma seção chamada “Folha Corrida” foram classificadas na editoria “Outros”, o que explica a concentração de casos de FSP nessa categoria (RP = 3,8). Cadernos classificados como “Especiais” incluem seções de aniversário – como “Folha, 98” e “Folha, 99” – e relacionados à Covid-19, por exemplo.

A editoria em que estão os textos, porém, nos diz pouco sobre o que as peças tratam. Afinal, esse dado diz respeito à forma de organização dos periódicos, e não necessariamente ao conteúdo publicado. A seguir apresentamos dados sobre os assuntos abordados nas peças noticiosas e nos editoriais, iniciando a exposição dos resultados da aplicação do livro de códigos formulado para a pesquisa.

## 6.2 DO QUE TRATAM OS TEXTOS DO *CORPUS*?

A primeira variável de nosso livro de códigos busca esclarecer se as peças analisadas têm como foco discussões relacionadas ao Jornalismo, ou se mencionam a palavra-chave de forma secundária, i.e., em meio a outros assuntos. Na Tabela 4 verifica-se que a maior parte das notícias (666, ou 86,5%) e dos editoriais (41, ou 77,4%) trata de questões ligadas à prática jornalística. Ou seja, parte significativa do *corpus* não apenas cita a palavra-chave como, de alguma forma, toca em aspectos que estão ligados à atividade jornalística em si. Os testes de independência entre as variáveis apontam que não há diferenças estatisticamente significativas entre os jornais nem para editoriais ( $p = 0,333$ ) nem para notícias ( $p = 0,365$ ), ou seja, a variável jornal não está relacionada à presença ou à ausência de tema central relacionado ao Jornalismo em nenhum dos dois tipos de texto.

TABELA 4 – DISCUSSÕES RELACIONADAS AO JORNALISMO SÃO TEMA CENTRAL DA PEÇA ANALISADA?  
(N = 823)

			FSP	OESP	OG	Total
Editoriais	Sim	N (%)	12 (85,7%)	21 (80,8%)	8 (61,5%)	41 (77,4%)
	Não	N (%)	2 (14,3%)	5 (19,2%)	5 (38,5%)	12 (22,6%)
	<b>Total</b>	<b>N (%)</b>	<b>14 (100%)</b>	<b>26 (100%)</b>	<b>13 (100%)</b>	<b>53 (100%)</b>
<i>Teste de Fisher = 2,406; p = 0,333.</i>						
Notícias	Sim	N (%)	394 (87%)	131 (88,5%)	141 (83,4%)	666 (86,5%)
	Não	N (%)	59 (13%)	17 (11,5%)	28 (16,6%)	104 (13,5%)
	<b>Total</b>	<b>N (%)</b>	<b>453 (100%)</b>	<b>148 (100%)</b>	<b>169 (100%)</b>	<b>770 (100%)</b>
<i>Qui-quadrado de Pearson = 1,963; p = 0,365.</i>						
Editoriais e notícias	Sim	N (%)	406 (86,9%)	152 (87,4%)	149 (81,9%)	707 (85,9%)
	Não	N (%)	61 (13,1%)	22 (12,6%)	33 (18,1%)	116 (14,1%)
	<b>Total</b>	<b>N (%)</b>	<b>467 (100%)</b>	<b>174 (100%)</b>	<b>182 (100%)</b>	<b>823 (100%)</b>
<i>Qui-quadrado de Pearson = 3,164; p = 0,210.</i>						

FONTE: A autora (2022).

Entre as notícias que não possuem discussões relacionadas ao Jornalismo como tema central podemos citar como exemplo o texto “Uma chance para o diálogo”, publicado por OG em 10/04/2019. A peça trata de um evento, promovido pelo jornal com patrocínio da Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), a respeito da reforma da Previdência e da política econômica do governo Bolsonaro. A citação à palavra-chave, nesse caso, encontra-se apenas em uma aspa do colunista Merval Pereira, que afirma (grifo nosso):

Debater as reformas estruturais de que o país precisa, como a Previdência, é fundamental para convencer a população da importância delas para o futuro. O trabalho de articulação política para aprová-las no Congresso fica por conta do governo, mas explicar sua importância é parte da tarefa do Jornalismo responsável.

Em outro texto, uma entrevista com Luís Arce, presidente da Bolívia, publicada por FSP em 21/10/2020 ("Vou renegociar contratos de gás com Brasil porque falta legitimidade a acordo"), a citação da palavra "jornalismo" aparece, apenas, em uma das perguntas feitas ao entrevistado, que é apresentada da metade para o final do texto. Na questão, a repórter questiona Arce se haverá algum cerceamento da liberdade de expressão em seu governo, mencionando ataques ao Jornalismo feitos por Evo Morales, ex-presidente do país.

É importante mencionar, ainda com relação a essa variável, que nem sempre textos noticiosos ou opinativos que tratam de *fake news* falam, necessariamente, da relação da desinformação com o Jornalismo, ainda que citem a palavra-chave. Em "A desinformação pode matar" (04/04/2020), de OESP, a entrevistada Patricia Blanco, do Instituto Palavra Aberta (uma organização que promove a liberdade de expressão), menciona, referindo-se à pandemia de Covid-19, que, "em situações críticas como a que vivemos, torna-se ainda mais urgente garantir informações apuradas com cuidado, baseadas em dados científicos e que se escoram em fontes qualificadas – *premissas do bom Jornalismo* que podem e devem ser adotadas por todos nós quando atuamos nas redes sociais" (grifo nosso). Essa, entretanto, é a única menção ao assunto no texto todo.

Em mais um exemplo, "PL das *fake news* prevê prisão de responsáveis" (23/09/2020), OG aborda uma proposta para combater a desinformação que estava tramitando no Congresso. A menção à palavra-chave ocorreu, apenas, porque, em um de seus trechos, o projeto previa a remuneração de empresas jornalísticas pelo conteúdo disseminado em redes sociais e buscadores. "O objetivo é estimular o Jornalismo profissional para enfrentar a desinformação e estimular a informação de qualidade – afirmou [Orlando] Silva [PCdoB-SP, relator da proposta na Câmara dos Deputados]".

Nota-se, portanto, que, mesmo que não tenham como assunto principal algum debate metajornalístico, essas peças podem apresentar elementos referentes à legitimidade institucional da atividade. Ou seja, há ocasiões em que argumentos normativos associados à prática jornalística aparecem "disfarçados" em textos que tratam de outros assuntos, que nem sempre são correlatos ao Jornalismo – a exemplo da notícia que trata da reforma da Previdência.

A maior parte do *corpus*, porém, possui como tema central algum assunto que está diretamente relacionado à prática jornalística (N = 707). Na Tabela 5 apresentamos o resultado da codificação da segunda variável de nosso livro de códigos, em que o pesquisador deveria assinalar qual era o tema da peça analisada. Lembramos que essa variável só foi codificada para matérias que apresentaram discussões relacionadas ao Jornalismo como tema central – por isso, o número total de peças apresentado na tabela é inferior ao total do *corpus*.

TABELA 5 – TEMA DAS PEÇAS QUE TÊM TEMA CENTRAL RELACIONADO AO JORNALISMO (N = 707)

		FSP	OESP	OG	Total	
<b>Editoriais</b> <sup>252</sup>	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%)	7 (58,3%)	13 (61,9%)	5 (62,5%)	25 (61%)
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%)	4 (33,3%)	6 (28,6%)	3 (37,5%)	13 (31,7%)
	Comportamento da audiência	N (%)	1 (8,3%)	2 (9,5%)	0 (0%)	3 (7,3%)
	Total	N (%)	12 (100%)	21 (100%)	8 (100%)	41 (100%)
	<i>Teste de Fisher = 1,018; p = 1,000.</i>					
<b>Notícias</b>	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%)	115 (29,2%)	36 (27,5%)	39 (27,7%)	190 (28,5%)
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%)	114 (28,9%)	49 (37,4%)	44 (31,2%)	207 (31,1%)
	Prêmios e homenagens	N (%)	21 (5,3%)	6 (4,6%)	18 (12,8%)	45 (6,8%)
	O profissional jornalista é o tema	N (%)	110 (27,9%)	31 (23,7%)	26 (18,4%)	167 (25,1%)
	Lançamento de obras	N (%)	21 (5,3%)	7 (5,3%)	8 (5,7%)	36 (5,4%)
	Comportamento da audiência	N (%)	10 (2,5%)	2 (1,5%)	3 (2,1%)	15 (2,3%)
	Outros	N (%)	3 (0,8%)	0 (0%)	3 (2,1%)	6 (0,9%)
	Total	N (%)	394 (100%)	131 (100%)	141 (100%)	666 (100%)
	<i>Qui-quadrado de Pearson = 20,013; p = 0,067.</i>					

<sup>252</sup> Categorias sem ocorrências foram excluídas da tabela.

TABELA 5 – TEMA DAS PEÇAS QUE TÊM TEMA CENTRAL RELACIONADO AO JORNALISMO (N = 707)

		FSP	OESP	OG	Total	
Editoriais e notícias	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%) RP	122 (30%) -0,2	44 (29,5%) -0,3	215 (30,4%) -	
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%) RP	118 (29,1%) -1,4	47 (31,5%) 0,1	220 (31,1%) -	
	Prêmios e homenagens	N (%) RP	21 (5,2%) -1,5	6 (3,9%) -1,4	18 (12,1%) 3,2	45 (6,4%) -
	O profissional jornalista é o tema	N (%) RP	110 (27,1%) 2,5	31 (20,4%) -1,1	26 (17,4%) -2,0	167 (23,6%) -
	Lançamento de obras	N (%) RP	21 (5,2%) 0,1	7 (4,6%) -0,3	8 (5,4%) 0,2	36 (5,1%) -
	Comportamento da audiência	N (%) RP	11 (2,7%) 0,3	4 (2,6%) 0,1	3 (2%) -0,5	18 (2,5%) -
	Outros	N (%) RP	3 (0,7%) -0,4	0 (0%) -1,3	3 (2%) 1,7	6 (0,8%) -
	<b>Total</b>	N (%)	406 (100%)	152 (100%)	149 (100%)	707 (100%)
	<i>Qui-quadrado de Pearson = 21,171; p = 0,048. V de Cramér = 0,122.</i>					

FONTE: A autora (2022).

O resultado do cruzamento demonstra que há relação estatisticamente significativa entre as variáveis considerando o *corpus* total ( $p = 0,048$ ), indicando que o jornal em que o texto (editorial ou notícia) foi publicado possui interferência no assunto que é tratado pela peça. Entretanto, essa associação é fraca, de apenas 12,2% segundo o V de Cramér. Nota-se, pelos resíduos padronizados ajustados, que a associação ocorre por causa de textos de FSP que abordam questões relacionadas aos próprios profissionais jornalistas ( $RP = 2,5$ ) e de OG tratando de prêmios e homenagens ( $RP = 3,2$ ), que têm presença superior ao esperado.

É interessante, ainda, destacar as diferenças identificadas entre notícias e editoriais dos três periódicos sob análise. Observa-se que, nas peças opinativas, há predominância de textos tratando de ameaças à liberdade de imprensa (25 casos, ou 61%) em detrimento de outros assuntos. Esse tema também apareceu de forma relevante nas notícias (190 ocorrências, ou 28,5%), mas não foi o mais frequente – questões relacionadas às próprias empresas de comunicação apareceram mais nos textos informativos (207 casos, ou 31,1%).

OESP, que responde pelo maior número de peças opinativas do *corpus* (sendo 21 abordando assuntos relacionados ao Jornalismo), publicou editoriais acerca de ameaças à liberdade de imprensa em 13 ocasiões. E.g., em “A imprensa sob pressão”, de 19/04/2020, o *Estadão* aborda como governos de países como Hungria, Rússia, Iraque e Egito aproveitaram medidas relacionadas à pandemia de Covid-19 para cercear a circulação de informações e coibir a prática de Jornalismo considerado independente. Ou seja, os atores políticos observaram a existência de uma *critical juncture* e, diante da oportunidade, implementaram mudanças institucionais que, segundo o jornal, minaram o exercício da atividade jornalística. Em “Liberdade de imprensa” (06/01/2019), por sua vez, o periódico usa um balanço de final de ano da Sociedade Interamericana de Imprensa para expor seu posicionamento acerca da importância do Jornalismo para a democracia. Ou seja, há casos em que os periódicos tratam de possíveis sanções à prática jornalística, aproveitando para reforçar sua importância para a sociedade, sem que necessariamente mencionem um episódio específico de ataque a uma empresa ou profissional da imprensa.

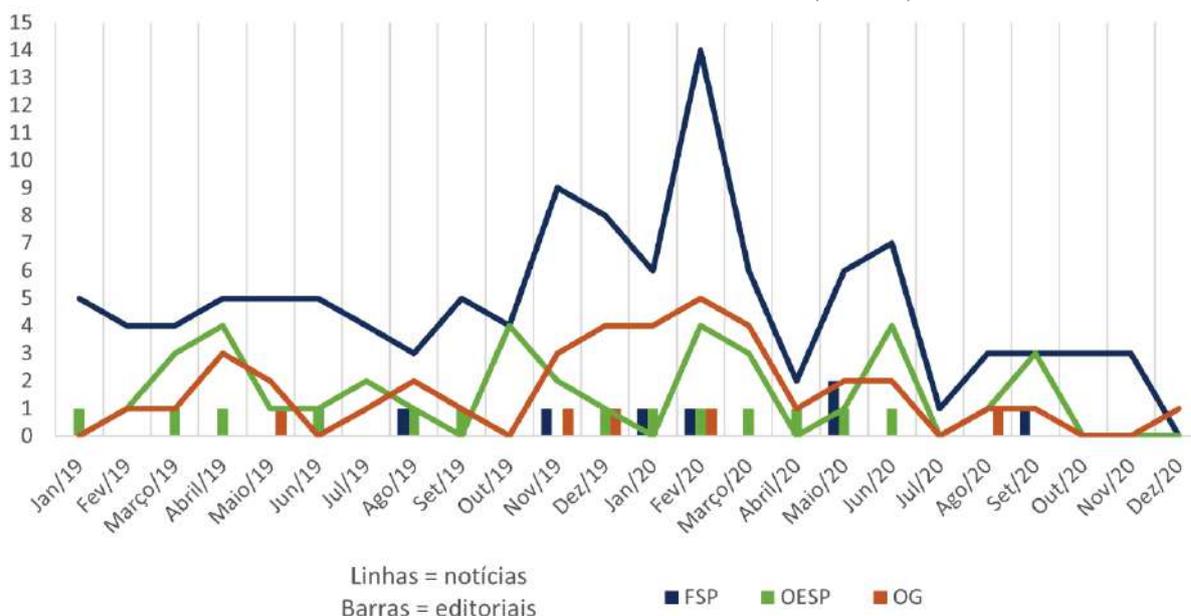
No caso das notícias isso também é observado. Por exemplo, em “Ministro do STF defende ação rápida contra milícias virtuais” (28/05/2020), OG menciona uma fala do ministro Alexandre de Moraes a respeito de tentativas de intimidação de jornalistas para “impedir a produção de notícias”. “Estamos vivendo um momento preocupante em relação à liberdade de imprensa, não por atos formais de censura. Estamos vivendo por algo muito mais importante, que não é escancarado, que é a ameaça presencial e virtual a jornalistas e suas famílias”, disse

Moraes, segundo o periódico. O texto, portanto, fala de um contexto hostil ao exercício do Jornalismo sem mencionar um caso específico de ataque.

Buscamos compreender se a publicação de notícias que tratavam de ameaças à liberdade de imprensa ocorria de forma sintonizada à publicação de editoriais. No Gráfico 2, observa-se que, no pico de publicação de notícias sobre o tema, em fevereiro de 2020, os três periódicos publicaram editoriais abordando o assunto – os três textos foram descritos no início deste capítulo, e tratavam de ataques do presidente Jair Bolsonaro a jornalistas vinculados a FSP e OESP.

No caso da *Folha*, nota-se que, em novembro de 2019, quando há outro pico (ainda que menor) da publicação de notícias acerca de ameaças à liberdade de imprensa, registra-se a publicação de um editorial sobre o tema pela própria FSP (“O método”, em 03/11/2019) e de outro texto opinativo por OG (“O lugar de cada um”, de 05/11/ 2019). Os dois textos tratavam de ataques do presidente Jair Bolsonaro à imprensa, incluindo ameaças à *Folha* e ao *Grupo Globo*. É interessante observar que, mesmo que OESP seja mencionado como um dos alvos do ataque de Bolsonaro no editorial publicado por FSP, o periódico não publicou uma peça opinativa sobre o assunto naquele mês. I.e., nem todo ataque proferido pelo presidente (ou por outros atores) motivou, necessariamente, a publicação de um texto editorial sobre o assunto – dado que exploraremos com mais pormenor mais adiante na análise.

GRÁFICO 2 – DISTRIBUIÇÃO TEMPORAL DE EDITORIAIS E NOTÍCIAS QUE TÊM AMEAÇAS À LIBERDADE DE IMPRENSA COMO TEMA (N = 215)



FONTE: A autora (2022).

O segundo tema com maior frequência no *corpus* dizia respeito às próprias empresas de comunicação, seu mercado de atuação e/ou suas rotinas produtivas (207 casos para notícias – 31,1% – e 13 para editoriais – 31,7%). No caso dos textos informativos, essa categoria inclui peças que tratam de questões mercadológicas associadas às empresas jornalísticas, como “*CNN* licencia marca para grupo de mídia e terá canal no Brasil” (FSP, 15/01/2019) e “*Globo* muda estrutura para ampliar foco no consumidor” (OG, 09/11/2019). Nesse grupo também foram incluídos textos sobre novas iniciativas ou colunistas lançados pelos periódicos (e.g. “*Folha* lança vídeo e música pró-democracia”, FSP, 08/08/2020; “*Estadão Incentiva* dará assinatura para estudantes”, OESP, 01/07/2020; e “De Pequim, Marcelo Ninio estreia coluna no *Globo*”, OG, 14/10/2020).

Ademais, dois tipos de textos que foram enquadrados nesta categoria merecem destaque. Parte das peças trata de relações entre empresas jornalísticas e plataformas de comunicação, a exemplo de *Google* e *Facebook*. Algumas das notícias publicadas fazem referência a iniciativas dessas plataformas em remunerar a produção jornalística “tradicional”, a exemplo de “*Google* anuncia US\$ 6,5 mi para agências de checagem e promete mais” (FSP, 02/04/2020). Um caso interessante é a cobertura de OG a respeito da discussão, na Austrália, de uma lei que obriga as chamadas *big techs* a pagarem por conteúdo jornalístico. Em “Austrália a um passo de fazer *big techs* pagarem pelo uso de notícias”, de 09/12/2020, o periódico cita uma declaração em que Denis Muller, membro honorário do *Centre for Advancing Journalism* da Universidade de Melbourne, critica as plataformas de busca e as redes sociais digitais: “Pegar o conteúdo das notícias sem pagar por ele, em troca de uma recompensa muito questionável de ‘alcance’, parece ser um arranjo muito injusto e desigual”. Em editorial publicado em 24/07/2019 (“*Google* e *Facebook* precisam ser tratados como veículos de comunicação”), *O Globo* menciona o que seriam falhas na regulamentação a que estão sujeitas essas plataformas, incluindo a falta de remuneração de conteúdos jornalísticos.

Em outra peça opinativa, “A lei, a internet e a notícia” (23/12/2019), OESP defende um “debate urgente” sobre um marco regulatório para as grandes empresas de tecnologia, o que inclui a discussão sobre a “captura” das receitas de publicidade que, antes, eram destinadas a empresas jornalísticas. Nota-se, portanto, que os periódicos utilizaram não apenas os espaços de opinião, como também os de notícias, para defender alterações legais que estabeleçam o repasse de receitas às próprias organizações jornalísticas. O embasamento para essas demandas é, precisamente, o argumento institucional de que as normas jornalísticas se traduzem em práticas legítimas de produção de conteúdo, que contrastam, por exemplo, com peças de

desinformação. Em outras palavras, os periódicos instrumentalizam características institucionais tendo como objetivo obter novas fontes de sustentação financeira.

Cabe salientar, porém, que houve textos enquadrados nessa categoria que tratavam de críticas à prática jornalística. Geralmente, no entanto, essas peças mencionavam controvérsias envolvendo empresas estrangeiras, como no texto “Psiquiatra luta com NYT para manter anonimato” (FSP, 12/07/2020), que fala de uma polêmica acerca da identificação de uma fonte em reportagem do periódico *The New York Times*. A *Folha*, no entanto, apresenta um episódio em que trata de sua própria atuação, defendendo-se de críticas. Trata-se do texto noticioso “No jornalismo praticado pela *Folha*, notícia e opinião não se misturam” (18/07/2020), em que o jornal menciona a repercussão negativa de uma coluna escrita por Hélio Schwartsman – no texto, o colunista dizia torcer pela morte de Bolsonaro<sup>253</sup>. A peça detalha os tipos de texto jornalístico, identificando quais espaços são destinados a opinião e quais são voltados à publicação de “fatos objetivos que sejam de interesse público ou atendam à curiosidade legítima de um gigantesco leitorado”. A respeito da seção noticiosa, o periódico afirma: “Aqui opinião não entra, a não ser que seja na fala dos entrevistados”.

Considerando apenas as peças informativas, o terceiro tema mais frequente está relacionado aos próprios jornalistas (167 casos, ou 25,1%). Estão incluídos nesse grupo textos que tratam da morte de profissionais, como “Ricardo Boechat morre em queda de helicóptero em SP”, de FSP (12/02/2019); “Ex-seminarista que fez do jornalismo profissão de fé”, de OESP (24/12/2020), a respeito do falecimento de José Maria Mayrink; e “Dono de texto impecável, 'Seu Nonô' transitou com maestria pelo jornal impresso, rádio e TV”, de OG (25/01/2020).

Essa categoria também incluiu textos em formato de depoimento, escritos pelos repórteres em primeira pessoa. FSP possui a maioria dessas peças, que estavam localizadas na editoria *Folha Corrida*. São exemplos os textos “Cobrir a tragédia implica proximidade com a dor” (04/02/2019) e “Depois de passar 9 anos longe do piano, repórter volta a tocar, agora em uma *live*” (25/05/2020). Cabe destacar que a *Folha* não faz qualquer indicação de que essas peças não são, a rigor, noticiosas (Figura 3). Ou seja, apesar de o próprio periódico ter se dedicado, na mesma seção, a explicar ao leitor quais eram os tipos de textos jornalísticos e como eles se apresentam no jornal, por vezes essa distinção não fica evidente, sobretudo para quem não é familiarizado às rotinas de produção jornalística. Conforme descrevemos na seção metodológica, isso também ocorre para obituários de jornalistas publicados por OESP e OG.

---

<sup>253</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2020/07/por-que-torco-para-que-bolsonaro-morra.shtml>.

FIGURA 3 – EXEMPLO DE TEXTO PUBLICADO NA SEÇÃO *FOLHA CORRIDA*

## FOLHA POR FOLHA

## Cobrir a tragédia implica proximidade com a dor

Carolina Linhares

**BRUMADINHO (MG)** Quando deixei o posto de correspondente em Minas Gerais, há dois meses, não imaginava voltar ao estado tão rápido e muito menos para uma segunda edição do rompimento da Samarco em Mariana. Inaceitável que tenha acontecido outra vez.

Cobrir a tragédia implica proximidade com o sofrimento. Vi uma mulher desabar ao receber ligação do IML. Vi um pai perder a esperança ao ver que o filho continuava sumido em nova versão da lista. Vi corpos pendurados em helicópteros com os pés para cima.

Quem perdeu tudo, mas sobreviveu, vai viver o calvário dos atingidos. Reunião. Auxílio emergencial. Cadastro.

Dano psicológico. Indenização. Palavras que ecoam em Brumadinho e estão na boca dos moradores da Bacia do Rio Doce há mais de três anos.

A cobertura também me lembrou das assessorias de imprensa de mineradoras: “aqui você não pode entrar”, “não fomos autorizados a dar entrevistas”, “a resposta para essa pergunta eu não tenho”.

Nessa cobertura, a batalha que eu perdi não foi chorar quando eu deveria engolir e trabalhar. A minha derrota foi ter que desmentir fake news sobre um cenário de centenas de mortos e desaparecidos. Praticar o jornalismo sério é remar contra a maré.

Inaceitável que tenha acontecido outra vez. Remaremos mais forte.



A repórter Carolina Linhares observa estrago causado pela lama em Brumadinho. Eduardo Anizeli/Folhapress

FONTE: FSP, 4/2/2019, p. B8.

Ainda na seção *Folha Corrida*, FSP publicou perfis de profissionais importantes na história do periódico (e.g. “Elvira Lobato revelou poço para teste de bomba atômica e império empresarial da Igreja Universal”, de 23/07/2020) – uma ação chamada “Humanos da *Folha*”, realizada em comemoração ao centenário do jornal. Percebe-se, nesse sentido, um esforço do periódico em humanizar sua produção, aproximando o leitor dos jornalistas que atualmente trabalham e/ou marcaram a história do jornal.

No caso de OG também há ocasiões em que depoimentos de jornalistas são utilizados, mas o formato das peças é distinto. Por exemplo, em “Onde está o racismo?”, de 07/06/2020 (Figura 4) – texto publicado após o assassinato do homem negro George Floyd por um policial branco nos EUA<sup>254</sup> – há uma introdução escrita pelo periódico aos depoimentos. “Neste espaço, alguns dos jornalistas negros do *Globo* refletem sobre as diferentes dimensões em que essa situação de desvantagem e ameaça [pelo racismo] se desenha, silenciosamente”. Ainda nesse texto, o periódico reconhece que há poucos profissionais negros trabalhando na redação, mas afirma que “vem buscando corrigir essa distorção ampliando oportunidades”, como incluindo preocupações de representatividade nos critérios para seleção de estagiários e *trainees*. OESP, por sua vez, não apresentou textos no formato de depoimento.

<sup>254</sup> Ver <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/05/27/caso-george-floyd-morte-de-homem-negro-filmado-com-policial-branco-com-joelhos-em-seu-pescoco-causa-indignacao-nos-eua.ghtml>.



Ao chegar aos 95 anos de idade, *O Globo* continua escrevendo, todos os dias, uma biografia marcante para a História do Rio de Janeiro e do país. A importância dessas páginas digitais e impressas entregues a seus leitores ao longo das últimas décadas nunca deixou de ser reconhecida pelos maiores prêmios na área do Jornalismo, tanto no Brasil como no exterior.

FSP, por sua vez, publicou uma matéria de página inteira a respeito de um prêmio recebido pela repórter Patrícia Campos Mello, que foi atacada pelo presidente Jair Bolsonaro (“Patrícia Campos Mello ganha prêmio Maria Moors Cabot de jornalismo”, de 16/07/2020). No texto, Mello aparece dizendo que “o prêmio é um reconhecimento para todos os jornalistas brasileiros, em especial as mulheres, que continuam fazendo seu trabalho mesmo em ambiente de intimidação à imprensa. E o nosso trabalho é investigar e fiscalizar ações de todos os governos”.

Outras duas categorias apareceram de forma mais tímida no *corpus*. Ao todo, 36 notícias (5,4%) tratam de obras culturais relacionadas à prática jornalística. E.g., os três periódicos publicaram textos informativos, em seus cadernos culturais, a respeito do lançamento do documentário “Cercados”, que mostra bastidores da produção jornalística durante a pandemia de Covid-19 (“Filme ‘Cercados’ traz os bastidores do Jornalismo no ano da pandemia”, FSP, 03/12/2020; “Luta contra as *fake news*”, OESP, 02/12/2020; e “Cercados pelo negacionismo”, OG, 02/12/2020).

Já 15 notícias (2,3%) e 3 editoriais (7,3%) se debruçam sobre assuntos relacionados à audiência e seu comportamento em relação ao Jornalismo. Duas das peças opinativas em questão eram de OESP: “Populismo digital” (18/06/2019), que trata do consumo de conteúdo em redes sociais digitais e sua associação ao populismo; e “O jornalismo e o Congresso” (02/09/2019), que explora os hábitos de parlamentares para obter informações. O terceiro editorial, de FSP (“Na crise, notícias”, de 27/03/2020), fala sobre a preferência dos cidadãos pelos “veículos da imprensa profissional” na obtenção de informações sobre a pandemia de Covid-19.

Na seção afirmativa, além de casos que mencionam pesquisas a respeito do consumo de informações (e.g. “Datafolha: eleitores confiam mais no jornalismo profissional”, de OG em 11/10/2020), há, ainda, casos em que os jornais mencionam o repúdio de leitores a ataques proferidos contra as próprias empresas jornalísticas. Por exemplo, em “Leitores reagem a Bolsonaro e pregam assinar a *Folha* como ato de resistência” (02/11/2019), FSP cita pessoas comuns repudiando o anúncio, feito por Bolsonaro, de que o governo não assinaria mais o periódico. “Diante de uma atitude tão despropositada do presidente, um sujeito com pendor

autoritário, que está tentando minar a imprensa de todas as formas, em especial a *Folha*, eu, que já era assinante digital, assinei agora também o jornal em papel”, diz um dos leitores mencionados. Outra fonte afirma que assinar o jornal seria sua “primeira ação de resistência prática” ao governo Bolsonaro.

OG também mobilizou a audiência, por meio de uma pesquisa de opinião, para repudiar um ataque promovido pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (Republicanos), que havia se recusado a atender jornalistas do periódico (“Datafolha: boicote ao *Globo* é reprovado por 76%”, de 16/12/2019). A pesquisa foi encomendada pelo próprio periódico e por FSP – o levantamento incluía outras questões, como perguntas sobre a situação econômica do estado do Rio. Sendo assim, os exemplos demonstram que os periódicos utilizaram o apoio da audiência a fim de fortalecer a legitimidade institucional do Jornalismo, especialmente em casos de ataque ou hostilidade de atores políticos.

Por fim, foram classificados com o tema “Outros” (6 casos, ou 0,9% das notícias) os textos que não se encaixam em nenhuma das categorias, a exemplo de “Celso de Mello será homenageado pela Associação Nacional de Jornais” (OG, 08/11/2019) e “Crianças precisam ler notícias, diz criadora de jornal infantil” (FSP, 13/11/2020).

Conforme exposto, textos que abordam ameaças à liberdade de imprensa tiveram presença significativa no *corpus*. Mas, como destacamos, nem sempre as peças mencionam uma situação específica de ataque à imprensa. Exploramos como os periódicos procederam a respeito dessas agressões com os resultados apresentados a seguir.

### 6.3 COMO ATAQUES À IMPRENSA SÃO ABORDADOS NO *CORPUS*?

Ao longo da análise, os codificadores tiveram que identificar se a peça investigada mencionava um caso específico de ataque à imprensa, tendo em vista a definição de violência de Brambila e Hughes (2019) citada na seção metodológica da tese. I.e., foram incluídos na codificação episódios de agressão física e verbal, enquanto meras críticas à atividade jornalística foram desconsideradas. Na Tabela 6 observa-se que há relação estatisticamente significativa entre a variável jornal e a presença ou ausência de menção a ataques no caso de notícias ( $p = 0,035$ ), mas tal associação é fraca, de apenas 9,3%. Quando consideramos o *corpus* total, incluindo editoriais, o resultado do teste também é estatisticamente significativo ( $p = 0,042$ ), mas o tamanho do efeito diminui para 8,8%. Em outras palavras, há diferenças estatisticamente significativas entre os jornais no que diz respeito a essa variável, mas elas são de baixa intensidade.

TABELA 6 – AS PEÇAS MENCIONAM ATAQUES A EMPRESAS JORNALÍSTICAS OU A PROFISSIONAIS DA IMPRENSA? (N = 823)

			FSP	OESP	OG	Total
Editoriais	Sim	N (%)	8 (57,1%)	11 (42,3%)	4 (30,8%)	23 (43,4%)
	Não	N (%)	6 (42,9%)	15 (57,7%)	9 (62,9%)	30 (56,6%)
	Total	N (%)	14 (100%)	26 (100%)	13 (100%)	53 (100%)
<i>Qui-quadrado de Pearson = 1,933; p = 0,397.</i>						
Notícias	Sim	N (%)	163 (36%)	40 (27%)	46 (27,2%)	249 (32,3%)
		RP	2,6	-1,5	-1,6	–
	Não	N (%)	290 (64%)	108 (73%)	123 (72,8%)	521 (67,7%)
		RP	-2,6	1,5	1,6	–
	Total	N (%)	453 (100%)	148 (100%)	169 (100%)	770 (100%)
<i>Qui-quadrado de Pearson = 6,682; p = 0,035; V de Cramér = 0,093.</i>						
Editoriais e notícias	Sim	N (%)	171 (36,6%)	51 (29,3%)	50 (27,5%)	272 (33%)
		RP	2,5	-1,2	-1,8	–
	Não	N (%)	296 (63,4%)	123 (70,7%)	132 (72,5%)	551 (67%)
		RP	-2,5	1,2	1,8	–
	Total	N (%)	467 (100%)	174 (100%)	182 (100%)	823 (100%)
<i>Qui-quadrado de Pearson = 6,343; p = 0,042. V de Cramér = 0,088.</i>						

FONTE: A autora (2022).

Considerando os resultados dos resíduos padronizados ajustados, podemos dizer que a relação com significância estatística identificada entre as duas variáveis ocorre pela presença, acima do esperado, de notícias de FSP mencionando ataques (RP = 2,6). Os dados mostram que 163 peças informativas da *Folha* (36%) citaram algum episódio de agressão à imprensa, enquanto o número ficou em 40 para OESP (27%) e 46 para OG (27,2%).

Nos editoriais, a presença de menções a ataques é proporcionalmente maior (23 menções no total, ou 43,4%). FSP também tem, proporcionalmente, mais citações – quase 60% dos editoriais do periódico mencionaram um ataque (8 peças). Em números absolutos, o *Estadão* é responsável pelo maior número de referências a ataques, com 11 textos opinativos contendo relatos de ofensas ou agressões contra empresas jornalísticas e profissionais da imprensa.

Para compreender em mais pormenor que tipos de ataque foram mencionados pelos periódicos, a análise identificou, ainda, quem eram os alvos dos episódios. Os dados expostos na Tabela 7 demonstram que, nesse caso, a associação estatisticamente significativa entre as variáveis alvo e jornal ocorre apenas para editoriais ( $p = 0,001$ ). Ou seja, no caso das peças opinativas, há comportamento distinto entre os jornais. Observa-se, ademais, que a força da associação entre as duas variáveis é alta, de 67,6%. O mesmo não ocorre para as notícias, já que, no caso das peças informativas, não houve relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis ( $p = 0,231$ ). Considerando o *corpus* como um todo há significância estatística ( $p = 0,011$ ), mas a associação entre as variáveis, nesse caso, torna-se fraca (17,5%), já que as notícias acabam diluindo o efeito observado nos editoriais.

TABELA 7 – QUEM É O ALVO DOS ATAQUES MENCIONADOS NO CORPUS  
(N = 272)

		FSP	OESP	OG	Total	
<b>Editoriais</b>	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)	1 (12,5%)	1 (9,1%)	3 (75%)	5 (21,7%)
		RP	-0,8	-1,4	<b>2,8</b>	-
	Outra empresa	N (%)	3 (37,5%)	1 (9,1%)	0 (0%)	4 (17,4%)
	Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	RP	1,9	-1,0	-1,0	-
	A imprensa de forma genérica	N (%)	0 (0%)	8 (72,7%)	0 (0%)	8 (34,8%)
		RP	<b>-2,6</b>	<b>3,7</b>	-1,6	-
	Mais de um dos agentes	N (%)	4 (50%)	1 (9,1%)	1 (25%)	6 (26,1%)
		RP	1,9	-1,8	-0,1	-
		N (%)	8 (100%)	11 (100%)	4 (100%)	23 (100%)
		<i>Teste de Fisher = 17,215; p = 0,001; V de Cramér = 0,676.</i>				
<b>Notícias</b>	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)	47 (28,8%)	6 (15%)	10 (21,7%)	63 (25,3%)
	Outra empresa	N (%)	69 (42,3%)	18 (45%)	18 (39,1%)	105 (42,2%)
	Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	N (%)	13 (8%)	6 (15%)	9 (19,6%)	28 (11,2%)
	A imprensa de forma genérica	N (%)	34 (20,9%)	10 (25%)	9 (19,6%)	53 (21,3%)
	Mais de um dos agentes	N (%)	163 (100%)	40 (100%)	46 (100%)	249 (100%)
		N (%)	163 (100%)	40 (100%)	46 (100%)	249 (100%)
		<i>Qui-quadrado de Pearson = 8,110; p = 0,231.</i>				

TABELA 7 – QUEM É O ALVO DOS ATAQUES MENCIONADOS NO CORPUS  
(N = 272)

		FSP	OESP	OG	Total	
<b>Editoriais e notícias</b>	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)	48 (28,1%)	7 (13,7%)	13 (26%)	68 (25%)
		RP	1,5	-2,1	0,2	-
	Outra empresa	N (%)	72 (42,1%)	19 (37,3%)	18 (36%)	109 (40,1%)
	Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	RP	0,9	-0,5	-0,7	-
	A imprensa de forma genérica	N (%)	13 (7,6%)	14 (27,5%)	9 (18%)	36 (13,2%)
		RP	-3,6	3,3	1,1	-
	Mais de um dos agentes	N (%)	38 (22,2%)	11 (21,6%)	10 (20%)	59 (21,7%)
		RP	0,3	0,0	-0,3	-
	<b>Total</b>	N (%)	171 (100%)	51 (100%)	50 (100%)	272 (100%)
	<i>Qui-quadrado de Pearson = 16,575; p = 0,011; V de Cramér = 0,175.</i>					

FONTE: A autora (2022).

Observando, primeiro, os editoriais, nota-se que a relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis é explicada pelo comportamento dos periódicos em duas categorias. OG teve presença maior do que o esperado de editoriais que mencionavam ataques ao próprio periódico (RP = 2,8) – 3 dos 4 editoriais que citavam ataques à imprensa tratavam de ofensas contra o próprio *Grupo Globo* ou seus profissionais. Em “O lugar de cada um” (05/11/2019), OG responde a insultos proferidos por Bolsonaro depois que a *Rede Globo*, emissora de TV vinculada ao periódico, veiculou uma reportagem sobre um depoimento que mencionava o presidente na investigação do assassinato da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro<sup>255</sup>. Em uma *live*, Bolsonaro chamou os jornalistas da *Globo* de “patifes” e “canalhas”<sup>256</sup>. No texto “Um prefeito que desconhece a dimensão do cargo” (04/12/2019), por sua vez, OG se posiciona em relação ao boicote realizado por Marcelo Crivella às empresas jornalísticas do *Grupo Globo*, incluindo o jornal. Por fim, em “Sr. Presidente, por que sua mulher recebeu R\$ 89 mil do Queiroz?” (25/08/2020), OG repudia uma ameaça de agressão física feita por Bolsonaro a um repórter do periódico<sup>257</sup>. O único caso em que *O Globo* utiliza seu espaço editorial para tratar de agressões à imprensa que não envolvem somente o periódico é o já mencionado texto “Bolsonaro cria uma atmosfera antidemocrática” (20/02/2020), em que o jornal menciona um ataque “à imprensa profissional” e “torpes agressões” a Patrícia Campos Mello, da *Folha*.

OESP, por outro lado, tende a se posicionar em editoriais tratando de ofensas à imprensa de forma geral, sem necessariamente mencionar uma empresa ou jornalista agredidos (RP = 3,7). Ou seja, o periódico tem um comportamento mais institucional do que OG, visto que trata de casos específicos de agressão ao Jornalismo que não necessariamente envolvem o próprio jornal. E.g., em “A garantia da democracia” (27/09/2019), o *Estadão* afirma que

o Jornalismo está sob ataque em quase todo o mundo, numa ofensiva de proporções e intensidade inéditas na história. Trata-se de um fenômeno particularmente dramático por ocorrer não apenas em países com escassa tradição de liberdade, mas também em nações que se orgulham de seu patrimônio democrático.

Ainda com relação às peças opinativas, FSP tem um comportamento interessante: três de seus editoriais (37,5%) mencionavam ataques a outras empresas jornalísticas, sem citar alguma agressão ao próprio periódico ou a profissionais vinculados a ele. Em “Contra a

<sup>255</sup> Ver <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/10/29/suspeito-da-morte-de-marielle-se-reuniu-com-outro-acusado-no-condominio-de-bolsonaro-antes-do-crime-ao-entrar-alegou-que-ia-para-a-casa-do-presidente-segundo-porteiro.ghtml>.

<sup>256</sup> Ver <https://rsf.org/pt/noticia/patifes-canalhas-porca-presidente-bolsonaro-dispara-contr-globo>.

<sup>257</sup> Ver <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/08/23/bolsonaro-diz-a-reporter-vontade-que-tenho-e-encher-sua-boca-de-porrada.htm>.

imprensa” (29/08/2019), a *Folha* trata de ataques promovidos por apoiadores de Donald Trump contra o *The New York Times*, a rede *CNN* e seus funcionários. Já em “Lula sincero” (28/01/2020), FSP condena falas do ex-presidente Lula em relação à *TV Globo*. O já mencionado “Jogada imprudente” (24/06/2020), por fim, classifica uma medida do presidente Bolsonaro em relação à transmissão de jogos de futebol como uma forma de atingir a *Globo*, já que o presidente “não tolera o Jornalismo praticado” pelas empresas jornalísticas do grupo.

Nas notícias, por sua vez, nota-se que há predominância de textos tratando de ataques proferidos contra empresas jornalísticas que não são as que publicaram as peças (105 casos no total, ou 42,2%). Chama a atenção, nesse contexto, o caso de OESP: o periódico apresentou, proporcionalmente, menos textos informativos tratando de ataques proferidos contra si mesmo ou seus profissionais na comparação com os concorrentes (15% das notícias que mencionavam ataques, contra 28,8% de FSP e 21,7% de OG). Além disso, nem sempre as agressões mencionadas são contemporâneas: e.g., em “50 anos sem Julio de Mesquita Filho” (12/07/2019), o periódico menciona a prisão do então diretor do *Estadão* durante a ditadura de Getúlio Vargas. OESP também noticiou a acusação, proferida por Bolsonaro, de que a jornalista Vera Magalhães havia mentido em uma reportagem.

Além de identificar quem eram os alvos dos ataques mencionados pelas peças escrutinadas, a análise também buscou esclarecer se os textos indicavam quem era o autor dos ataques. Na Tabela 8, observa-se que a maioria das peças, tanto editoriais (91,3%) quanto notícias (91,2%), aponta quem proferiu a ofensa ou ameaça em questão. Os testes de associação não foram estatisticamente significativos ( $p = 0,953$ ), i.e., não há diferenças relevantes entre os jornais nesse caso.

TABELA 8 – AS PEÇAS IDENTIFICAM O(S) AUTOR(ES) DOS ATAQUES À IMPRENSA?  
(N = 272)

		FSP	OESP	OG	Total	
Editoriais	Sim	N (%)	8 (100%)	9 (81,8%)	4 (100%)	21 (91,3%)
	Não	N (%)	0 (0%)	2 (18,2%)	0 (0%)	2 (8,7%)
	Total	N (%)	8 (100%)	11 (100%)	4 (100%)	23 (100%)
	<i>Teste de Fisher = 1,715; p = 0,652.</i>					
Notícias	Sim	N (%)	148 (90,8%)	37 (92,5%)	42 (91,3%)	227 (91,2%)
	Não	N (%)	15 (9,2%)	3 (7,5%)	4 (8,7%)	22 (8,8%)
	Total	N (%)	163 (100%)	40 (100%)	46 (100%)	249 (100%)
	<i>Teste de Fisher = 0,095; p = 1,000.</i>					
Editoriais e notícias	Sim	N (%)	156 (91,2%)	46 (90,2%)	46 (92%)	248 (91,2%)
	Não	N (%)	15 (8,8%)	5 (9,8%)	4 (8%)	24 (8,8%)
	Total	N (%)	171 (100%)	51 (100%)	50 (100%)	272 (100%)
	<i>Teste de Fisher = 0,183; p = 0,953.</i>					

FONTE: A autora (2022).

No caso dos editoriais, os dois textos que não mencionam os autores dos ataques são de OESP. Um deles é a já mencionada peça intitulada “Liberdade de imprensa” (06/01/2019), em que o periódico cita o assassinato não solucionado do jornalista Nelson Carvajal, na Colômbia<sup>258</sup>. O outro texto, “Como nasce uma notícia falsa” (03/05/2020), faz referência ao que seria um “ataque sistemático” ao Jornalismo por “grupos influentes” e “chefes de Estado”, mas não identifica quem seriam tais facções ou mandatários. O objetivo do ataque seria desmoralizar o trabalho jornalístico. “A intenção é denunciar a imprensa como integrante de uma conspiração global destinada a acabar com as tradições e dar poder a subversivos em geral”, diz o editorial.

Quando a peça sob escrutínio identificava o autor do ataque, o livro de códigos solicitava ao pesquisador que escrevesse, em um campo separado, o nome do agressor. Nesse caso, fizemos uma classificação posterior à codificação, a partir do que emergiu da análise dos textos. Com isso, nosso intuito foi evitar que fossem perdidas algumas informações, já que havia muitas possibilidades de agentes que poderiam ser mencionados pelos periódicos nos casos de agressão à imprensa.

Na Tabela 9 encontra-se o resultado da recodificação dessa variável a partir dos dados levantados durante a análise.

---

<sup>258</sup> Ver <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/colombia-declara-crime-contra-a-humanidade-assassinato-do-jornalista-nelson-carvajal-morto-em-1998/>.

TABELA 9 – QUEM ERAM O(S) AUTOR(ES) DOS ATAQUES IDENTIFICADOS PELAS PEÇAS?  
(N = 248)

		(continua)					
		FSP	OESP	OG	Total		
Editoriais <sup>259</sup>	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	4 (50%)	6 (66,7%)	3 (75%)	13 (61,9%)	
	Outros políticos brasileiros	N (%)	1 (12,5%)	0 (0%)	1 (25%)	2 (9,5%)	
	Políticos ou governos de outros países	N (%)	1 (12,5%)	2 (22,2%)	0 (0%)	3 (14,3%)	
	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	0 (0%)	1 (11,1%)	0 (0%)	1 (4,8%)	
	Mais de uma das categorias acima	N (%)	2 (25%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (9,5%)	
	<b>Total</b>	N (%)	8 (100%)	9 (100%)	4 (100%)	21 (100%)	
<i>Teste de Fisher = 7,170; p = 0,567.</i>							
Notícias	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	61 (41,2%)	16 (43,2%)	20 (47,6%)	97 (42,7%)	
	Outros políticos brasileiros	N (%)	8 (5,4%)	1 (2,7%)	6 (14,3%)	15 (6,6%)	
	Políticos ou governos de outros países	N (%)	25 (16,9%)	6 (16,2%)	2 (4,8%)	33 (14,5%)	
	Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar	N (%)	7 (4,7%)	2 (5,4%)	0 (0%)	9 (4%)	
	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	14 (9,5%)	4 (10,8%)	8 (19%)	26 (11,5%)	
	Outros	N (%)	16 (10,8%)	3 (8,1%)	3 (7,1%)	22 (9,7%)	
	Mais de uma das categorias acima	N (%)	17 (11,5%)	5 (13,5%)	3 (7,1%)	25 (11%)	
		<b>Total</b>	N (%)	148 (100%)	37 (100%)	42 (100%)	227 (100%)
	<i>Teste de Fisher = 13,840; p = 0,273.</i>						

<sup>259</sup> Categorias sem ocorrências foram excluídas da tabela.

TABELA 9 – QUEM ERAM O(S) AUTOR(ES) DOS ATAQUES IDENTIFICADOS PELAS PEÇAS?  
(N = 248)

		(conclusão)				
		FSP	OESP	OG	Total	
<b>Editoriais e notícias</b>	<b>Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores</b>	N (%) 65 (41,7%)	22 (47,8%)	23 (50%)	110 (44,4%)	
	<b>Outros políticos brasileiros</b>	N (%) 9 (5,8%)	1 (2,2%)	7 (15,2%)	17 (6,9%)	
	<b>Políticos ou governos de outros países</b>	N (%) 26 (16,7%)	8 (17,4%)	2 (4,3%)	36 (14,5%)	
	<b>Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar</b>	N (%) 7 (4,5%)	2 (4,3%)	0 (0%)	9 (3,6%)	
	<b>Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança</b>	N (%) 14 (9%)	5 (10,9%)	8 (17,4%)	27 (10,9%)	
	<b>Outros</b>	N (%) 16 (10,3%)	3 (6,5%)	3 (6,5%)	22 (8,9%)	
	<b>Mais de uma das categorias acima</b>	N (%) 19 (12,2%)	5 (10,9%)	3 (6,5%)	27 (10,9%)	
	<b>Total</b>	N (%) 156 (100%)	46 (100%)	46 (100%)	248 (100%)	
	<i>Teste de Fisher = 16,430; p = 0,147.</i>					

FONTE: A autora (2022).

De início, observa-se que não há diferenças estatisticamente significativas entre os jornais, tanto no caso de notícias ( $p = 0,273$ ) quanto no caso de editoriais ( $p = 0,567$ ). Em outras palavras, quando mencionaram de ataques, os periódicos sob análise citaram episódios que tiveram, proporcionalmente, autores semelhantes. No caso dos editoriais, chama a atenção que 61,9% das peças que mencionam ataques se referem a episódios de agressão à imprensa envolvendo o presidente Jair Bolsonaro, seu governo, políticos ligados a ele ou seus apoiadores.

Os dois casos que mencionam outros políticos do país dizem respeito a ataques de Marcelo Crivella (“Um prefeito que desconhece a dimensão do cargo”, OG, 04/12/2019) e do ex-presidente Lula (“Lula sincerão”, FSP, 28/01/2020). Já as três peças que citam agressões promovidas por políticos ou governos de outros países concernem casos envolvendo Donald Trump (“Contra a imprensa”, FSP, 29/08/2019; e “A garantia da democracia”, OESP, 27/09/2019) e governos de vários países, como Hungria e Índia (“A imprensa sob pressão”, OESP, 19/04/2019). O texto que aborda um ataque vindo de um membro relacionado ao Judiciário é o já mencionado “Falsa simetria” (OESP, 13/06/2020), que repudia uma declaração do Procurador-Geral da República Augusto Aras<sup>260</sup>. Por fim, cabe destacar que as duas peças de FSP que fazem referência a mais de um tipo de autor citam o presidente Jair Bolsonaro junto a outros agentes (“Marcha dos covardes”, 04/05/2020 e “Mídia censurada”, 09/09/2020).

Observa-se, portanto, que, quando decidiram se posicionar em editoriais a respeito de episódios específicos de ataque à imprensa, os periódicos privilegiaram ofensas proferidas por Bolsonaro em detrimento de outros casos. I.e., nos editoriais, que são espaços para o posicionamento institucional dos jornais, há maior presença de menções a ataques envolvendo o presidente.

Nas notícias também foi registrada a predominância de citações a ataques proferidos pelo mandatário ou pessoas ligadas a ele, incluindo seus apoiadores (97 casos, ou 42,7%). Entretanto, os periódicos noticiaram ocasiões de agressão vindas de outros agentes – o que faz sentido, considerando-se que as rotinas para a produção de notícias obedecem a critérios distintos daqueles utilizados para a confecção de editoriais.

Nos casos envolvendo membros do Poder Judiciário, chama a atenção um episódio envolvendo a revista *Crusoe* e o site *O Antagonista*, ocorrido em 15/04/2019. Na ocasião, o ministro Alexandre de Moraes, do STF, determinou que as empresas retirassem do ar<sup>261</sup> uma reportagem a respeito da menção do então presidente da Corte, Dias Toffoli, em uma delação

---

<sup>260</sup> Sabe-se que o Ministério Público não é membro do Poder Judiciário, mas decidiu-se incluí-lo nessa categoria por proximidade.

<sup>261</sup> Ver <https://crusoe.com.br/diario/urgente-ministro-do-stf-censura-crusoe/>.

premiada da Operação Lava Jato. Os três periódicos noticiaram o caso – sendo que FSP e OG classificaram a decisão como “censura” já nos títulos das reportagens (“Ministro do STF censura sites e manda tirar do ar reportagem sobre Toffoli”, FSP, 16/04/2019; “STF censura reportagem sobre Dias Toffoli”, OG, 16/04/2019).

Como mostra a Tabela 10, 41,8% das notícias e 69,6% dos editoriais que fazem referência a ataques citam dados que refutam as alegações dos agressores ou, então, os desqualificam. O cruzamento demonstra que, mais uma vez, não há diferenças estatisticamente significativas entre os periódicos ( $p = 0,102$ ).

TABELA 10 – PEÇAS QUE MENCIONAM ATAQUES DESQUALIFICAM O AUTOR OU APRESENTAM DADOS QUE REFUTAM A AGRESSÃO?

(N = 272)

		FSP	OESP	OG	Total
<b>Editoriais</b>	<b>Sim</b>	N (%) 6 (75%)	7 (63,6%)	3 (75%)	16 (69,6%)
	<b>Não</b>	N (%) 2 (25%)	4 (36,4%)	1 (25%)	7 (30,4%)
	<b>Total</b>	N (%) 8 (100%)	11 (100%)	4 (100%)	23 (100%)
	<i>Teste de Fisher = 0,485; p = 1,000.</i>				
<b>Notícias</b>	<b>Sim</b>	N (%) 61 (37,4%)	19 (47,5%)	24 (52,2%)	104 (41,8%)
	<b>Não</b>	N (%) 102 (62,6%)	21 (52,5%)	22 (47,8%)	145 (58,2%)
	<b>Total</b>	N (%) 163 (100%)	40 (100%)	46 (100%)	249 (100%)
	<i>Qui-quadrado de Pearson = 3,853; p = 0,153.</i>				
<b>Editoriais e notícias</b>	<b>Sim</b>	N (%) 67 (39,2%)	26 (51%)	27 (54%)	120 (44,1%)
	<b>Não</b>	N (%) 104 (60,8%)	25 (49%)	23 (46%)	152 (55,9%)
	<b>Total</b>	N (%) 171 (100%)	51 (100%)	50 (100%)	272 (100%)
	<i>Qui-quadrado de Pearson = 4,645; p = 0,102.</i>				

FONTE: A autora (2022).

Já que há uma predominância de menções, pelos periódicos, a ataques relacionados ao presidente Jair Bolsonaro, tanto em editoriais quanto em notícias, fizemos um cruzamento extra nesse caso: buscamos compreender se há uma tendência estatisticamente significativa dos jornais em desqualificar o autor do ataque, ou então apresentar dados que o contradissem, quando algum determinado agente fosse o agressor. Em outras palavras, nossa intenção foi identificar se há indícios de uma postura mais adversária dos periódicos quando são mencionados casos de ataques proferidos por determinados atores.

Na Tabela 11 é possível perceber que há relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis no caso das notícias ( $p = 0,001$ ), e que essa associação tem intensidade moderada, de 31,1%. Os resíduos padronizados ajustados indicam, porém, que a relação não ocorre por causa das notícias que citam ataques de Bolsonaro e seus apoiadores: ao contrário do que se poderia esperar, há mais casos em que não há presença de desqualificação do autor ou argumentos de repúdio (51 textos) do que o contrário (46 textos). Por outro lado, há mais textos

do que o esperado mencionando outros políticos brasileiros (RP = 2,3) e membros do Judiciário (RP = 2,2) associados a argumentos de desqualificação e outros dados para refutar agressões.

Na Tabela 12, em que o mesmo cruzamento é realizado considerando-se os três jornais sob análise, observa-se que a relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis ocorre apenas para FSP ( $p = 0,002$ ), com intensidade de 34,9%. Tampouco há concentração de casos em peças que mencionaram Bolsonaro e apoiadores como autores de ataques.

TABELA 11 – CRUZAMENTO ENTRE A VARIÁVEL AUTOR DE ATAQUE E MENÇÃO A DADOS PARA REFUTAR A AGRSSÃO/DESQUALIFICAÇÃO DO AUTOR – POR TIPO DE TEXTO (N = 248)

	Notícias			Editoriais			Editoriais e notícias		
	Menciona dados/desqualifica	Não menciona dados/desqualifica							
<b>Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores</b>	N (%)	46 (45,1%)	51 (40,8%)	11 (68,8%)	2 (40%)	57 (48,3%)	53 (40,8%)		
	RP	0,7	-0,7	-	-	1,2	-1,2		
<b>Outros políticos brasileiros</b>	N (%)	11 (10,8%)	4 (3,2%)	2 (12,5%)	0 (0%)	13 (11%)	4 (3,1%)		
	RP	2,3	-2,3	-	-	2,5	-2,5		
<b>Políticos ou governos de outros países</b>	N (%)	11 (10,8%)	22 (17,6%)	1 (6,3%)	2 (40%)	12 (10,2%)	24 (18,5%)		
	RP	-1,4	1,4	-	-	-1,9	1,9		
<b>Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar</b>	N (%)	1 (1%)	8 (6,4%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (0,8%)	8 (6,2%)		
	RP	-2,1	2,1	-	-	-2,2	2,2		
<b>Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança</b>	N (%)	17 (16,7%)	9 (7,2%)	1 (6,3%)	0 (0%)	18 (15,3%)	9 (6,9%)		
	RP	2,2	-2,2	-	-	2,1	-2,1		
<b>Outros</b>	N (%)	4 (3,9%)	18 (14,4%)	0 (0%)	0 (0%)	4 (3,4%)	18 (13,8%)		
	RP	-2,7	2,7	-	-	-2,9	2,9		
<b>Mais de uma das categorias acima</b>	N (%)	12 (11,8%)	13 (10,4%)	1 (6,3%)	1 (20%)	13 (11%)	14 (10,8%)		
	RP	0,3	-0,3	-	-	0,1	-0,1		
<b>Total</b>	N (%)	102 (100%)	125 (100%)	16 (100%)	5 (100%)	118 (100%)	130 (100%)		

Notícias – *Qui-quadrado de Pearson = 21,941; p = 0,001; V de Cramér = 0,311; Editoriais – Teste de Fisher = 5,016; p = 0,244; Total – Qui-quadrado de Pearson = 25,780; p = 0,000; V de Cramér = 0,322.*

FONTE: A autora (2022).

Debruçando-nos sobre as notícias, no caso da categoria “Outros políticos”, podemos citar como exemplo o texto “Gestão Crivella barra repórteres de *O Globo* em entrevista no Rio”, de FSP (04/12/2019). A peça cita uma nota da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) que classifica a atitude do prefeito como “patética”. Outra notícia de FSP, “Lula e Dilma rebatem levantamento da *Folha* sobre declarações falsas do petista” (03/02/2020) menciona checagens de fatos para desmentir falas dos petistas a respeito da cobertura da *TV Globo* no caso do vazamento das mensagens de membros da Lava Jato<sup>262</sup>. O texto cita, ainda, outra reportagem, que aponta que “a hostilidade à imprensa aproxima Lula e Bolsonaro”.

Na peça “*O Globo* e *Extra* repudiam ataque da PM a jornalista” (09/12/2020), por sua vez, OG descreve parte da apuração de um texto noticioso que motivou ataques de uma portavoz da Polícia Militar. Em “Foi abuso judicial, afirma advogado de revista” (FSP, 17/04/2019) aparece outro exemplo de uso de dados para contestar um ataque à imprensa por parte de membros do Judiciário. No texto, o advogado da revista *Crusoe* e do site *O Antagonista* afirma que a alegação do ministro Alexandre de Moraes para censurar matérias da revista era falsa, visto que o documento que embasava a reportagem “era verídico”.

A associação significativa entre as variáveis autor do ataque e uso de dados para refutar ataques/desqualificação do autor não se repete no caso dos editoriais. Entretanto, é relevante destacar que, dos 13 editoriais que mencionam casos de ataque proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro e seu grupo político, 11 fazem algum tipo de desqualificação ou apresentam dados que negassem suas afirmações. E.g., em “Capricho infantil” (08/08/2019), OESP afirma que o presidente tenta minar a atividade jornalística “movido por um misto de ignorância do papel do Jornalismo nas sociedades democráticas, inaptidão para o cargo e rancor pela legítima fiscalização do exercício do poder pela imprensa”. Outro editorial do *Estadão*, “A cartilha que Bolsonaro não leu” (13/03/2020), classifica o presidente como “despreparado e intolerante”. FSP também fez duras críticas a Bolsonaro, afirmando, por exemplo, que faltam “bom senso e competência” à sua administração (“Fascismo de segunda”, FSP, 27/05/2020). Já OG compara Bolsonaro ao personagem Maçaranduba, do antigo programa “Casseta & Planeta”, pela truculência com que o presidente respondeu a uma pergunta incômoda (“Sr. presidente, porque sua mulher recebeu R\$ 89 mil do Queiroz?”, OG, 25/08/2020). “Os ares de valentão ginásiano podem pegar bem com o extremista que faz o gesto de arminha com a mão. Mas voltar a agredir a imprensa cobra um preço alto nas faixas da classe média e do eleitorado mais instruído”, diz o texto.

<sup>262</sup> Ver <https://theintercept.com/series/mensagens-lava-jato/>.

TABELA 12 – CRUZAMENTO ENTRE A VARIÁVEL AUTOR DE ATAQUE E MENÇÃO A DADOS PARA REFUTAR A AGRESSÃO/DESQUALIFICAÇÃO DO AUTOR – POR JORNAL (N = 248)

	FSP		OESP		OG		Todos os jornais	
	Menciona dados/desqualifica	Não menciona dados/desqualifica						
<b>Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores</b>	N (%)	29 (44,6%)	36 (39,6%)	6 (30%)	12 (44,4%)	11 (57,9%)	57 (48,3%)	53 (40,8%)
	RP	0,6	-0,6	-	-	-	1,2	-1,2
<b>Outros políticos brasileiros</b>	N (%)	6 (9,2%)	3 (3,3%)	0 (0%)	6 (22,2%)	1 (5,3%)	13 (11%)	4 (3,1%)
	RP	1,6	-1,6	-	-	-	2,5	-2,5
<b>Políticos ou governos de outros países</b>	N (%)	11 (16,9%)	15 (16,5%)	1 (3,8%)	7 (35%)	0 (0%)	12 (10,2%)	24 (18,5%)
	RP	0,1	-0,1	-	-	-	-1,9	1,9
<b>Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar</b>	N (%)	0 (0%)	7 (7,7%)	1 (3,8%)	1 (5%)	0 (0%)	1 (0,8%)	8 (6,2%)
	RP	-2,3	2,3	-	-	-	-2,2	2,2
<b>Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança</b>	N (%)	9 (13,8%)	5 (5,5%)	3 (11,5%)	2 (10%)	6 (22,2%)	18 (15,3%)	9 (6,9%)
	RP	1,8	-1,8	-	-	-	2,1	-2,1
<b>Outros</b>	N (%)	1 (1,5%)	15 (16,5%)	1 (3,8%)	2 (10%)	2 (7,4%)	4 (3,4%)	18 (13,8%)
	RP	-3,0	3,0	-	-	-	-2,9	2,9
<b>Mais de uma das categorias acima</b>	N (%)	9 (13,8%)	10 (11%)	3 (11,5%)	2 (10%)	1 (3,7%)	13 (11%)	14 (10,8%)
	RP	0,5	-0,5	-	-	-	0,1	-0,1
<b>Total</b>	N (%)	65 (100%)	91 (100%)	26 (100%)	20 (100%)	27 (100%)	118 (100%)	130 (100%)

FSP – Teste de Fisher = 20,080;  $p = 0,002$ ;  $V$  de Cramér = 0,349; OESP – Teste de Fisher = 10,359;  $p = 0,059$ ; OG – Teste de Fisher = 6,598;  $p = 0,217$ ; Total – Qui-quadrado de Pearson = 25,780;  $p = 0,000$ ;  $V$  de Cramér = 0,322.

FONTE: A autora (2022).

Os dados demonstram, portanto, que, ao tratar de agressões desferidas contra organizações jornalísticas e seus profissionais, os periódicos sob análise mobilizam não apenas suas próprias características normativas para defender sua legitimidade institucional. I.e., as empresas buscam reforçar sua autoridade não apenas explicitando que seguiram as normas da atividade jornalística, mas, também, buscando minar a legitimidade do autor do ataque.

Por fim, ainda com relação à menção de ataques pelos textos do *corpus*, buscamos identificar se as peças citam outros atores que repudiam os casos. Ou seja, nossa intenção foi investigar se os periódicos utilizam a voz de outros agentes, considerados prestigiados, para criticar episódios de agressão a empresas jornalísticas ou profissionais da imprensa. A Tabela 13 demonstra que há associação estatisticamente significativa entre a variável jornal e a menção de fontes para criticar ataques à imprensa somente no caso de notícias ( $p = 0,018$ ) e se considerarmos o *corpus* como um todo ( $p = 0,026$ ). Mesmo assim, a associação é baixa, de 17,9%, considerando-se apenas notícias, e de 16,4% para todos os textos. No caso dos editoriais não foi registrada associação estatisticamente significativa – apenas um texto opinativo mencionou fontes para repudiar ataques.

TABELA 13 – PEÇAS QUE MENCIONAM ATAQUES CITAM FONTES QUE CRITICAM O(S) EPISÓDIO(S)?  
(N = 272)

		FSP	OESP	OG	Total
<b>Editoriais</b>	<b>Sim</b>	N (%) 0 (0%)	1 (9,1%)	0 (0%)	1 (4,3%)
	<b>Não</b>	N (%) 8 (100%)	10 (90,9%)	4 (100%)	22 (95,7%)
	<b>Total</b>	N (%) 8 (100%)	11 (100%)	4 (100%)	23 (100%)
<i>Teste de Fisher = 1,431; p = 1,000.</i>					
<b>Notícias</b>	<b>Sim</b>	N (%) 68 (41,7%)	18 (45%)	30 (65,2%)	116 (46,6%)
		RP -2,1	-0,2	2,8	–
	<b>Não</b>	N (%) 95 (58,3%)	22 (55%)	16 (34,8%)	133 (53,4%)
		RP 2,1	0,2	-2,8	–
<b>Total</b>	N (%) 163 (100%)	40 (100%)	46 (100%)	249 (100%)	
<i>Qui-quadrado de Pearson = 8,010; p = 0,018; V de Cramér = 0,179.</i>					
<b>Editoriais e notícias</b>	<b>Sim</b>	N (%) 68 (39,8%)	19 (37,3%)	30 (60%)	117 (43%)
		RP -1,4	-0,9	2,7	–
	<b>Não</b>	N (%) 103 (60,2%)	32 (62,7%)	20 (40%)	155 (57%)
		RP 1,4	0,9	-2,7	–
<b>Total</b>	N (%) 171 (100%)	51 (100%)	50 (100%)	272 (100%)	
<i>Qui-quadrado de Pearson = 7,311; p = 0,026; V de Cramér = 0,164.</i>					

FONTE: A autora (2022).

Observando-se os resíduos padronizados ajustados para as notícias, nota-se que OG tem tendência a apresentar mais casos em que fontes repudiam ataques (RP = 28) do que FSP (RP = -2,1). Em “Entidades criticam ataque de Bolsonaro à imprensa” (12/03/2019), por exemplo, o periódico menciona diversas organizações que repudiaram uma acusação falsa feita por

Bolsonaro contra Constança Rezende, à época repórter de OESP<sup>263</sup>. Um dos trechos, citando a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), afirma:

As duas organizações consideram a atitude [de Bolsonaro] “incompatível com o discurso de defesa da liberdade de expressão” e destacam que a imprensa livre é um dos pilares da democracia, abalado “quando um governante mobiliza parte significativa da população para agredir jornalistas e veículos”.

Em “Bolsonaro manda cancelar assinaturas da *Folha*” (1/11/2019), por sua vez, OG menciona uma nota de repúdio da Associação Nacional de Jornais (ANJ) – organização à qual o próprio periódico, FSP e OESP são filiados. Diz o trecho citado por OG:

A ANJ lamenta que, assim como agiu o presidente Donald Trump há poucos dias, o presidente Jair Bolsonaro escolha caminho idêntico, o que significará menos pluralidade e informação para o serviço federal. Mesmo que as assinaturas para governos representem uma receita ínfima para jornais, a livre circulação de notícias e ideias ajuda a construir políticas públicas, a corrigir rumos e aperfeiçoar caminhos na administração pública.

Nota-se, portanto, que os jornais instrumentalizam normas de produção da notícia (nesse caso, a citação de fontes) para promover a defesa de sua legitimidade institucional. Essa pode ser uma forma de dar mais credibilidade à promoção da autoridade jornalística, visto que posicionamentos do próprio jornal podem ser interpretados pela audiência como propagandísticos.

No caso dos editoriais, cabe esclarecer qual foi o único caso em que um editorial apresentou a menção de fontes para repudiar ataques contra empresas jornalísticas ou profissionais da imprensa. Trata-se do texto “Falsa simetria”, publicado por OESP em 13/06/2020. Como já descrevemos, essa peça trata de uma fala do Procurador-Geral da República, Augusto Aras, classificando o Jornalismo tradicional como um possível disseminador de *fake news*. No editorial, o próprio *Estadão* repudia a fala do procurador, dizendo que “*fake news* são mensagens falsas criadas e disseminadas deliberadamente com o objetivo de causar dano. É por isso que o material produzido pelo Jornalismo profissional não tem nenhuma simetria com as *fake news*. Elas são, por sua própria essência, o antijornalismo”.

Mesmo assim, o periódico menciona uma fala do presidente da ANJ, Marcelo Rech, a respeito da declaração de Aras. Rech afirmou que

<sup>263</sup> Ver <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1104892573578072064>.

A imprensa profissional, como o Ministério Público, não vive de erros, vive de acertos. Quando nós erramos, nós corrigimos o erro, por dever profissional. Misturar a imprensa, que tem CNPJ, com ataques anônimos é uma profunda demonstração de desconhecimento sobre a atuação do Jornalismo no mundo todo.

Os casos mencionados ao longo desta seção como forma de exemplo já demonstram que, em várias ocasiões, os periódicos utilizaram argumentos de defesa da legitimidade institucional do Jornalismo, relacionando, por exemplo, a prática da atividade à manutenção do regime democrático. Interessa à presente tese entender, com mais pormenor, de que forma tais argumentos foram apresentados pelas peças do *corpus*, e com qual frequência. É o que exploramos a seguir.

#### 6.4 DE QUE FORMA O *CORPUS* APRESENTA MENÇÕES A ARGUMENTOS DE AUTORIDADE DO JORNALISMO?

Uma das variáveis de nosso livro de códigos solicitava ao pesquisador que identificasse se havia a presença de construções retóricas relacionando a prática jornalística à manutenção do regime democrático nas peças do *corpus*. A análise dos textos apontou que a maior parte dos textos (624, ou 75,8%) não apresentaram argumentos desse tipo. Os testes de associação realizados demonstram que não há relação estatisticamente significativa entre a presença de tais construções e a variável jornal se considerarmos editoriais ( $p = 0,513$ ) e notícias ( $p = 0,122$ ) separadamente. Entretanto, quando aplicamos o teste considerando todo o *corpus*, aparece a associação entre as duas variáveis ( $p = 0,005$ ), ainda que com intensidade fraca (11,3%).

TABELA 14 – AS PEÇAS MENCIONAM O PAPEL DO JORNALISMO NA DEMOCRACIA?  
(N = 823)

			FSP	OESP	OG	Total
Editoriais	Sim	N (%)	8 (57,1%)	17 (65,4%)	6 (46,2%)	31 (58,5%)
	Não	N (%)	6 (42,9%)	9 (34,6%)	7 (53,8%)	22 (41,5%)
	Total	N (%)	14 (100%)	26 (100%)	13 (100%)	53 (100%)
<i>Qui-quadrado de Pearson = 1,334; p = 0,513.</i>						
Notícias	Sim	N (%)	88 (19,4%)	40 (27%)	40 (23,7%)	168 (21,8%)
	Não	N (%)	365 (80,6%)	108 (73%)	129 (76,3%)	602 (78,2%)
	Total	N (%)	453 (100%)	148 (100%)	169 (100%)	770 (100%)
<i>Qui-quadrado de Pearson = 4,213; p = 0,122.</i>						
Editoriais e notícias	Sim	N (%)	96 (20,6%)	57 (32,8%)	46 (25,3%)	199 (24,2%)
		RP	-2,8	3,0	0,4	-
	Não	N (%)	371 (79,4%)	117 (67,2%)	136 (74,7%)	624 (75,8%)
		RP	2,8	-3,0	-0,4	-
	Total	N (%)	467 (100%)	174 (100%)	182 (100%)	823 (100%)
<i>Qui-quadrado de Pearson = 10,448; p = 0,005; V de Cramér = 0,113.</i>						

FONTE: A autora (2022).

Os resíduos padronizados ajustados indicam que a significância estatística ocorre porque há mais casos de menção do que o esperado em OESP (RP = 3,0), enquanto FSP apresenta menos casos do que o esperado (RP = -2,8). Proporcionalmente, o *Estadão* registrou mais textos com algum tipo de construção relacionando Jornalismo e democracia na comparação com os concorrentes, tanto no caso de editoriais (17 casos, ou 65,4%) quanto de notícias (40 ocorrências, ou 27%).

No caso das peças informativas, a entrevista intitulada “O enigma populista” (24/03/2019), com o cientista político Jan-Werner Mueller, por exemplo, apresenta o seguinte trecho: “Desde o século 19, nós sabemos que há duas instituições que são cruciais para uma democracia representativa funcionar: partidos políticos e mídia profissional”. Em um texto de divulgação de um evento a respeito dos desafios que as novas tecnologias impuseram ao Jornalismo (“Evento discute tecnologia e Jornalismo”, 08/10/2020), uma das fontes consultadas (o primeiro editor do portal *UOL*, Caio Túlio Costa) afirma que “Jornalismo e democracia se definem mutuamente, um sustenta o outro”.

Em outro exemplo, a peça “Por que os jornalistas não são o inimigo” (08/09/2020) – uma matéria do *The New York Times* traduzida e publicada por OESP –, há uma reflexão a respeito da atuação de empresas jornalísticas e profissionais da imprensa durante o governo de Donald Trump, nos EUA. A peça menciona uma frase de Lewis Raven Wallace, autor de um livro “contra o jornalismo imparcial e ‘objetivo’”, questionando a atuação da imprensa americana na cobertura dos atos do mandatário: “Se eles [os repórteres] levam a sério a salvaguarda da democracia, precisam construir um poder coletivo em torno de nem estar mais naquela sala [de conferências da Casa Branca, onde Trump dava coletivas de imprensa]”. É estabelecida, nesse caso, uma tensão entre os próprios valores normativos do Jornalismo, já que o argumento é de que, ao tentar praticar uma cobertura neutra e objetiva, a imprensa estaria indo contra outro de seus princípios, i.e., a proteção do regime democrático.

Nem sempre a associação entre a prática jornalística e a democracia se apresenta de forma genérica. Em outras palavras, com frequência os periódicos buscaram atrelar sua própria imagem à ideia de preservação do regime democrático, o que indica não apenas uma defesa institucional mais ampla, mas também uma tentativa de reforço do prestígio das próprias marcas junto à audiência. E.g., em “A importância da informação” (04/01/2020), um texto de introdução a vários artigos publicados em comemoração a seu aniversário, o *Estadão* afirma que “sempre cavou trincheira na luta pela democracia”. Em “Nunca o poder foi tão repartido” 07/11/2019, o presidente do *Grupo Estado*, Francisco Mesquita, afirma que os valores de OESP, “desde sua fundação, são liberdade, democracia, independência e credibilidade”. Em

“*Folha* lança vídeo e música pró-democracia” (08/08/2020), o superintendente do *Grupo Folha*, Antonio Manuel Teixeira Mendes, declara que “a *Folha* enfatiza a necessidade de fortalecimento das instituições democráticas em um momento em que há um claro avanço de forças obscurantistas, ainda que francamente minoritárias”. No caso de OG, um dos textos noticiosos (“Senado homenageia *TV Globo* e seu papel em defesa da democracia”, 27/04/2019) trata do papel da emissora associada ao periódico na manutenção de instituições democráticas. Diz o texto: “Vice-presidente do Conselho de Administração do *Grupo Globo*, José Roberto Marinho ressaltou que a *TV Globo* ‘defende, de forma enfática, e sempre defenderá, a democracia, a liberdade de expressão, a República, o império da lei e do voto’”.

Ainda no caso de FSP, uma peça informativa chama a atenção no que diz respeito à associação entre o próprio periódico e a defesa da democracia. O texto “Diretas foi marco para consolidação da *Folha* pós-ditadura” (28/06/2020) –que integra um especial produzido pelo jornal a respeito da ditadura militar – descreve como FSP aderiu ao movimento pelas “Diretas Já” como parte de um processo de “reorientação editorial” que tinha, também, fins mercadológicos.

Convidado pelo então chefe da Casa Civil [o general Golbery do Couto e Silva] para um encontro no Rio, antes da posse de Geisel [um dos presidentes durante a ditadura], o *publisher* da *Folha*, Octávio Frias de Oliveira, ouviu pessoalmente do general estrategista que estaria em pauta um processo de reabertura e que a *Folha* teria um papel a desempenhar na diversificação da cena da imprensa paulista. Frias viu na sinalização de Golbery uma oportunidade para o jornal, que tinha suas finanças em ordem e um leitorado respeitável, mas não se media em prestígio com o concorrente local, o diário *O Estado de S. Paulo*.

Desse episódio em diante, narra o texto, o periódico decidiu “investir num tipo de Jornalismo de debate de temas” para projetar a *Folha* como uma “interlocutora dos anseios pela modernização e pela redemocratização que se manifestavam na sociedade”. “A partir de então, a *Folha* foi ampliando a cobertura de movimentos políticos, contratou jornalistas e articulistas de renome que se opunham à ditadura e passou a angariar inédito prestígio entre a sociedade civil”. O texto, portanto, demonstra como apresentar-se como defensoras da democracia é um movimento que se insere, também, em uma estratégia de negócios das empresas jornalísticas, e não apenas como uma forma de defesa da legitimidade institucional da atividade de forma ampla.

Ainda com relação à presença de argumentos que relacionam o Jornalismo à democracia, cabe mencionar exemplos que apareceram em editoriais. Um caso interessante é o texto opinativo “Aceno de paz” (19/04/2019), em que OESP aborda uma fala dada por

Bolsonaro reconhecendo que “nós precisamos de vocês (profissionais da comunicação) para que a chama da democracia não se apague”. A declaração foi considerada um “gesto de conciliação”. Afirmou o *Estadão*:

Ao reconhecer a importância do trabalho da imprensa para a democracia, o presidente Jair Bolsonaro está igualmente reconhecendo a importância de um Jornalismo livre e independente. Não há possibilidade de a imprensa realizar seu trabalho – não há Jornalismo – se essa imprensa estiver, de algum modo, atrelada ou submetida aos interesses do governo.

Já em “Marcha dos covardes” (04/05/2020), FSP condena atos antidemocráticos e agressões à imprensa, afirmando que “o sistema de freios e contrapesos” da democracia inclui a “imprensa livre e independente”. “Ela [a imprensa] seguirá vigilante, apesar das agressões da marcha dos covardes”, diz o texto.

Observa-se que, ao associar a prática jornalística à democracia, frequentemente os periódicos fazem referência a outras características normativas da atividade. Nosso livro de códigos também buscou identificar a menção a tais características, solicitando aos pesquisadores que apontassem a presença de menções aos seguintes princípios: independência; imparcialidade; objetividade; separação entre notícia e opinião; apuração e checagem de fatos; busca pela verdade dos fatos; fiscalização de poderosos; criticidade; e apartidarismo. Elencamos especificamente tais princípios com o intuito de tornar a análise mais objetiva, evitando que os codificadores acabassem por ampliar demasiadamente o escopo da variável durante o processo de análise. Vale destacar, porém, que foram incluídos na codificação casos em que as palavras acima mencionadas não estavam explicitamente escritas, mas havia menção à ideia representada pelos princípios listados.

Na Tabela 15 nota-se que há relação estatisticamente significativa entre a variável jornal e a menção a tais características normativas do Jornalismo apenas no caso de editoriais ( $p = 0,039$ ). Segundo o teste V de Cramér, a associação é moderada, de 34,2%. Observa-se, por meio dos resíduos padronizados ajustados, que há concentração de casos de menção nas peças opinativas de OESP: 88,5% dos editoriais do periódico, ou 23 textos, registraram presença dessa variável.

TABELA 15 – AS PEÇAS MENCIONAM CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS DO JORNALISMO?  
(N = 823)

			FSP	OESP	OG	Total
Editoriais	Sim	N (%)	9 (64,3%)	23 (88,5%)	7 (53,8%)	39 (73,6%)
		RP	-0,9	2,4	-1,9	–
	Não	N (%)	5 (35,7%)	3 (11,5%)	6 (46,2%)	14 (26,4%)
		RP	0,9	-2,4	1,9	–
	Total	N (%)	14 (100%)	26 (100%)	13 (100%)	53 (100%)
<i>Teste de Fisher = 6,299; p = 0,039; V de Cramér = 0,342.</i>						
Notícias	Sim	N (%)	138 (30,5%)	48 (32,4%)	56 (33,1%)	242 (31,4%)
	Não	N (%)	315 (69,5%)	100 (67,6%)	113 (66,9%)	528 (68,6%)
	Total	N (%)	453 (100%)	148 (100%)	169 (100%)	770 (100%)
	<i>Qui-quadrado de Pearson = 0,494; p = 0,789.</i>					
Editoriais e notícias	Sim	N (%)	147 (31,5%)	71 (40,8%)	63 (34,6%)	281 (34,1%)
	Não	N (%)	320 (68,5%)	103 (59,2%)	119 (65,4%)	542 (65,9%)
	Total	N (%)	467 (100%)	174 (100%)	182 (100%)	823 (100%)
	<i>Qui-quadrado de Pearson = 4,928; p = 0,085.</i>					

FONTE: A autora (2022).

Por exemplo, em “A missão do ‘Estado’” (12/03/2019), OESP posiciona-se em relação ao já mencionado ataque proferido por Bolsonaro contra a repórter Constança Rezende, à época funcionária do periódico. O jornal afirma que tem “compromisso com a democracia”, e que, desde seu primeiro número, tem como objetivo “ser totalmente apartidário e independente, infenso às injunções do poder”. Mais adiante, OESP diz que “tendo como norte a objetividade e atenção exclusiva aos fatos, os repórteres desta casa sabem muito bem como enfrentar a ferocidade dos que se consideram inatacáveis”.

Em outro texto, “Vírus, informação e responsabilidade” (28/03/2020), o *Estadão* defende a atuação da imprensa profissional durante a pandemia de Covid-19. Afirma o periódico:

De médico e louco todo mundo tem um pouco, diz o vulgo. Na era digital, vale acrescentar: de jornalista também. Muitos creem que as redes sociais tornaram a imprensa obsoleta. Os demagogos aproveitam esse sentimento para desmoralizar o Jornalismo. Mas, quando todos podem ser difusores de informação, justamente os tempos de crise evidenciam que a apuração profissional é literalmente uma questão de vida ou morte.

Apesar de OESP ter se destacado nesse caso, há peças opinativas de FSP (9 casos, ou 64,3%) e OG (7 ocorrências, ou 53,8%) que também fizeram referência a características normativas da atividade jornalística. E.g., em “A EBC continua” (05/05/2019), a *Folha* critica os gastos do governo com a Empresa Brasil de Comunicação, afirmando que a estatal “nasceu em meio à cantilena do PT acerca do ‘controle social’ da mídia – um eufemismo mal disfarçado para a vontade de restringir a liberdade de imprensa e proteger os governantes do Jornalismo crítico”. Em outra peça, tratando do aniversário da criação do ombudsman do jornal

(“Ombudsman, 30”, 24/09/2019), FSP diz que “um diário que se propõe crítico, pluralista e apartidário, como preconiza seu projeto editorial desde então [i.e., o período de modernização do jornal], não tem como esquivar-se do escrutínio do público que o sustenta”. Ou seja, por meio da existência do ombudsman, a *Folha* argumenta que está sujeita ao mesmo “olhar crítico” que lança sobre a realidade em sua cobertura noticiosa.

Em “O lugar de cada um” (05/11/2019), por sua vez, OG enuncia o que seriam os “pilares do jornalismo profissional”:

Isenção, correção e agilidade. Isenção significa ser independente de governos, partidos políticos, igrejas, grupos econômicos e lobbies. Ser correto significa apurar os fatos de tal modo que eles condigam no maior grau possível com a realidade dos fatos. Ser ágil significa informar com rapidez porque a informação jornalística, por definição, sendo uma primeira aproximação com a verdade, só tem valor se for tornada pública em tempo razoável. Sem esses pilares, não há Jornalismo, não há veículos com credibilidade, não há público que se interesse por eles.

A menção a características normativas da atividade também apareceu em textos noticiosos, ainda que não tenham sido registradas distinções significativas entre os periódicos sob análise ( $p = 0,789$ ). No total, 242 notícias, ou 31,4% das peças desse tipo, apresentaram alguma referência a tais características. Nesse caso, é OG quem possui, proporcionalmente, a maior presença de citações (56 casos ou 33,1%). De qualquer modo, FSP (138 menções, ou 30,5%) e OESP (48 citações, ou 32,4%) tiveram percentuais próximos ao registrado no caso de *O Globo*.

Há ocasiões em que a menção de tais características normativas aparece em associação à variável anterior, i.e., que posiciona o Jornalismo como defensor da democracia. Em texto de OESP (“Jornalismo de mãos dadas com a democracia”, 31/10/2019) a respeito de um evento promovido pelo jornal, uma fonte afirma que “o Jornalismo anda de mãos dadas com a democracia porque fiscaliza os donos do poder”. Outro palestrante citado pelo periódico diz que “os jornalistas se aproximam de filósofos ao analisar fatos e tirar conclusões sobre a verdade de uma situação. ‘A diferença é que o Jornalismo tem uma urgência que a filosofia não tem’, disse ele”.

Vale destacar que, por vezes, a menção a tais características ganha, na seção informativa, caráter propagandístico. E.g., em “*O Globo* mantém liderança digital em março” (28/04/2020), OG associa seus números de audiência ao “forte aumento na procura pelo Jornalismo profissional, feito com base em apuração e checagem de fatos” ao longo da pandemia de Covid-19. Em seu especial de aniversário, por sua vez, o periódico elaborou um infográfico de duas páginas inteiras citando fatos históricos e como foi sua cobertura (“Páginas

(e telas) de história”, 29/07/2020). “Política, economia, cultura, comportamento, meio ambiente, ciência: desde 1925 *O Globo* segue levando ao leitor apuração alentada e informação exclusiva, numa trajetória premiada que não perde o olhar sobre o Rio”.

Também em um especial de aniversário, uma peça publicada por FSP reproduz o discurso do diretor de Redação do jornal, Sérgio Dávila, durante um evento para comemorar os 99 anos do periódico (“Aos 99, *Folha* olha para a frente, e o futuro é bom, diz diretor de Redação”, 20/02/2020). No discurso, Dávila declara que “poucas empresas” chegam a quase um século de existência “desagradando sistematicamente presidentes”.

Desagradando o poder constituído não por boniteza, mas por precisão, como tão bem definiu Guimarães Rosa, se referindo ao pulo do sapo. A precisão de fazer um jornalismo crítico, independente, pluralista e apartidário, tal como preconizado pelo *Projeto Folha*, dos anos 80. A precisão de ser o que Otávio Frias Filho, precocemente morto em 2018 e mentor deste projeto, chamou de “um farol a iluminar as fronteiras, sempre fluidas, entre o falso e o verdadeiro”. Este farol ofusca e irrita o poderoso.

Em referência ao governo Bolsonaro, Dávila diz, ainda, que “o Jornalismo profissional está sob ataque e a democracia brasileira sofre um de seus principais testes de estresse”. Ele atribui parte do aumento no número de assinaturas no periódico a “uma campanha espontânea de pessoas que afirmaram que estavam assinando o jornal pela defesa da democracia, da liberdade de expressão, do fluxo livre de informações”.

A afirmação do que seriam maneiras de praticar o Jornalismo de forma adequada aparece, também, pela negação do que *não* seria Jornalismo sério. Matéria produzida pelo *The New York Times* e republicada por OG (“Conservadores financiam sites de notícias, diz NYT”, 20/10/2020) trata de sites que não publicam “informações totalmente falsas”, mas costumam “fazer matérias enganosas, sem transparência nem procurar o outro lado citado em suas reportagens” (i.e., sem imparcialidade). O texto também cita o exemplo de uma reportagem publicada pelo tabloide *New York Post* a respeito de um suposto encontro entre o filho do então candidato a presidente dos EUA, Joe Biden, e um empresário ucraniano<sup>264</sup>, afirmando que outras empresas jornalísticas, como a *Fox News*, não publicaram o material por dúvidas sobre a credibilidade das informações.

Por fim, verificamos que, em determinadas ocasiões, os periódicos mencionavam qualidades de profissionais jornalistas sem necessariamente discutir a atividade como um todo ou fazer autopropaganda. Não houve presença desse tipo de citação em textos opinativos – o que indica que, mesmo quando tratavam, em editoriais, de casos de ataques envolvendo

<sup>264</sup> Ver <https://nypost.com/2020/10/14/email-reveals-how-hunter-biden-introduced-ukrainian-biz-man-to-dad/>.

profissionais específicos, os jornais não defendiam os jornalistas citando seus atributos individuais. Ou seja, nos casos de agressão, o reforço da legitimidade jornalística ocorria sob uma abordagem institucional, e não individual.

Assim, na Tabela 16 constam os resultados da codificação desta variável para as notícias. De início, observa-se que não há distinções estatisticamente significativas entre os periódicos sob análise ( $p = 0,320$ ).

TABELA 16 – AS NOTÍCIAS ANALISADAS ENFATIZAM ATRIBUTOS DE UM JORNALISTA?  
(N = 770)

	FSP	OESP	OG	Total
<b>Sim</b>	94 (20,8%)	29 (19,6%)	26 (15,4%)	149 (19,4%)
<b>Não</b>	359 (79,2%)	119 (80,4%)	143 (84,6%)	621 (80,6%)
<b>Total</b>	453 (100%)	148 (100%)	169 (100%)	770 (100%)

*Qui-quadrado de Pearson = 2,278; p = 0,320.*

FONTE: A autora (2022).

Argumenta-se que a menção a características consideradas positivas dos jornalistas, como indivíduos, também constitui uma forma de reforçar a autoridade institucional do Jornalismo. Isso porque esse tipo de citação diferencia profissionais considerados exemplares de outras pessoas, i.e., apresenta atributos que seriam exclusivos ou típicos dos profissionais da imprensa.

Por exemplo, por ocasião da morte de Ricardo Boechat, OG publicou um texto em que cita fontes como o então presidente do STF, Dias Toffoli, para lamentar o falecimento do jornalista. “A imprensa e a sociedade brasileiras estão em luto pela perda desse excelente profissional que, com dinamismo e versatilidade, levava a notícia aos públicos mais diversos” (“Do buzinação de taxistas às homenagens do poder”, 12/02/2019). Em “Eclético, repórter Clóvis Rossi se tornou analista da política brasileira e internacional” (FSP, 15/06/2019), um colega do jornalista da *Folha* afirma que “Rossi tinha a capacidade de se distanciar emocionalmente do objeto do seu trabalho e se manifestar com absoluta isenção, imparcialidade, qualquer que fosse o assunto. Ele via a profissão sem engajamento político ou ideológico. E levantava e se deitava com jornal na mão”. Em outro texto de FSP (“William Bonner é vítima de campanha de intimidação, diz Globo”, 27/05/2020), a respeito de uma campanha de intimidação contra o apresentador do *Jornal Nacional*, William Bonner, nota enviada pela *Rede Globo* afirma que o profissional “é um dos mais respeitados jornalistas brasileiros e nenhuma campanha de intimidação o impedirá de continuar a fazer o seu trabalho correto e isento”.

Também há casos em que os jornalistas passam por um processo de humanização, indicando uma tentativa de aproximação com a audiência. Um exemplo é a peça “Da bancada do *JN* à carreira de influencer no *Instagram*”, de OG (05/05/2019), em que o apresentador Cid Moreira, “uma das vozes mais conhecidas da TV brasileira”, conta os bastidores de sua atividade nas redes sociais. Esse tipo de menção, de caráter mais íntimo, é frequente em obituários – e.g., em “Jornalista esportivo, cultivou sorrisos por onde passou” (FSP, 05/03/2020), o profissional em questão é descrito como “alegre, divertido, tirador de sarro”.

Também é de *O Globo* a peça “Bolsonaro usa informações falsas para atacar Míriam Leitão” (20/07/2019), em que uma nota escrita pelo próprio periódico sai em defesa da jornalista ressaltando o que seriam suas qualidades profissionais. No texto, OG afirma que Leitão já sofreu ataques tanto de militantes de direita como de petistas, o que demonstraria “a maior das virtudes de Míriam como profissional: a independência em relação a governos, sejam de esquerda ou de direita ou de qualquer tipo”. “*A Globo* aplaude essa independência, pedra de toque do Jornalismo profissional. E se solidariza com Míriam Leitão.”, completa a nota.

Para finalizar essa etapa da análise, buscamos esclarecer quem profere as menções às três últimas variáveis apresentadas (associação entre Jornalismo e democracia; referência a características normativas da atividade; e citação a atributos positivos de jornalistas). A Tabela 17 demonstra que há relação estatisticamente significativa entre os periódicos e quem enuncia os argumentos em questão somente se considerarmos o conjunto de textos, i.e., editoriais e notícias ( $p = 0,044$ ). Mesmo assim, a associação entre as variáveis é fraca, de apenas 10%.

TABELA 17 – QUANDO HÁ CITAÇÃO AO PAPEL DO JORNALISMO NA DEMOCRACIA, A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS DA ATIVIDADE OU A ATRIBUTOS DE UM JORNALISTA, EM QUE PARTE DO TEXTO ESTÁ A MENÇÃO? (N = 488)

			FSP	OESP	OG	Total
Editoriais	Em citação direta ou indireta de fontes	N (%)	0 (0%)	1 (4,2%)	0 (0%)	1 (2,3%)
	No texto do próprio repórter/jornal	N (%)	11 (100%)	18 (75%)	8 (100%)	37 (86%)
	O argumento está tanto na fala de fontes quanto no texto do repórter/jornal	N (%)	0 (0%)	5 (20,8%)	0 (0%)	5 (11,6%)
	<b>Total</b>	N (%)	11 (100%)	24 (100%)	8 (100%)	43 (100%)
<i>Teste de Fisher = 4,613; p = 0,222.</i>						
Notícias	Em citação direta ou indireta de fontes	N (%)	167 (63,7%)	55 (59,1%)	53 (58,9%)	275 (61,8%)
	No texto do próprio repórter/jornal	N (%)	51 (19,5%)	15 (16,1%)	24 (26,7%)	90 (20,2%)
	O argumento está tanto na fala de fontes quanto no texto do repórter/jornal	N (%)	44 (16,8%)	23 (24,7%)	13 (14,4%)	80 (18%)

TABELA 17 – QUANDO HÁ CITAÇÃO AO PAPEL DO JORNALISMO NA DEMOCRACIA, A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS DA ATIVIDADE OU A ATRIBUTOS DE UM JORNALISTA, EM QUE PARTE DO TEXTO ESTÁ A MENÇÃO? (N = 488)

		(conclusão)					
			FSP	OESP	OG	Total	
Notícias	Total	N (%)	262 (100%)	93 (100%)	90 (100%)	445 (100%)	
	<i>Qui-quadrado de Pearson = 6,271; p = 0,180;</i>						
Editoriais e notícias	Em citação direta ou indireta de fontes	N (%)	167 (61,2%)	56 (47,9%)	53 (54,1%)	276 (56,6%)	
		RP	2,3	-2,2	-0,6	–	
	No texto do próprio repórter/jornal	N (%)	62 (22,7%)	33 (28,2%)	32 (32,7%)	127 (26%)	
		RP	-1,9	0,6	1,7	–	
	O argumento está tanto na fala de fontes quanto no texto do repórter/jornal	N (%)	44 (16,1%)	28 (23,9%)	13 (13,3%)	85 (17,4%)	
		RP	-0,9	2,1	-1,2	–	
	Total		N (%)	273 (100%)	117 (100%)	98 (100%)	488 (100%)
	<i>Qui-quadrado de Pearson = 9,804; p = 0,044; V de Cramér = 0,100.</i>						

FONTE: A autora (2022).

Os resíduos padronizados ajustados indicam que há mais casos do que o esperado para FSP na primeira categoria, i.e., quando a menção aos referidos argumentos ocorre por citação direta ou indireta de fontes. Observando a distinção entre os dois tipos de texto, nota-se que não houve o acionamento de fontes para a expressão desse tipo de argumento, por parte de FSP, em editoriais – o que era esperado, visto que as peças opinativas se caracterizam por dar voz aos posicionamentos dos próprios periódicos. Os dados apontam comportamento semelhante em OESP e OG. No *corpus* total, em mais da metade das ocasiões em que algum desses argumentos foi mencionado (276 casos ou 56,6%), a citação ocorreu por meio de fontes.

Ademais, cabe destacar que, em algumas ocasiões, nas notícias, a construção aparece na voz do jornal, mas na forma de aspas – ou seja, como se o próprio periódico fosse uma fonte da peça noticiosa. É o que ocorre no já mencionado texto “Bolsonaro usa informações falsas para atacar Miriam Leitão”, de OG, em que o posicionamento do jornal foi apresentado por meio de uma nota. Nessas ocasiões, os codificadores assinalaram que o argumento estava no texto do próprio jornal. Em outros casos, as notícias citam falas de executivos das empresas jornalísticas – o que indica uma tentativa de conferir uma aura de objetividade mesmo a textos que tinham características de autopromoção. Por exemplo, em “*Estado e TV Cultura fazem parceria de conteúdo*” (07/11/2019), OESP menciona uma declaração do presidente da *TV Cultura*, José Roberto Maluf, exaltando o Jornalismo feito pelo periódico, que “sempre se pauta pela isenção e pluralidade”.

Por fim, é necessário esclarecer que o único editorial em que a menção a argumentos de autoridade aparece apenas na fala de fontes é a peça “Muito a esclarecer” (OESP, 11/06/2019),

a respeito do já citado episódio envolvendo mensagens trocadas por membros da Lava Jato. No texto, o ex-juiz Sergio Moro critica o site *The Intercept Brasil*, que divulgou as conversas: “Em nota, Moro limitou-se a criticar ‘a falta de indicação da fonte’ – que nenhum jornalista é obrigado a revelar – e a ‘postura do site, que não entrou em contato antes da publicação, contrariando regra básica do jornalismo’” (i.e., Moro insinuou que o site foi parcial).

Na sequência buscamos compreender se a menção a argumentos de autoridade jornalística está relacionada à citação de ameaças à liberdade de imprensa.

## 6.5 RELAÇÕES ENTRE ARGUMENTOS DE AUTORIDADE INSTITUCIONAL DO JORNALISMO E MENÇÕES A AMEAÇAS OU ATAQUES

Com o intuito de compreender se há relação estatisticamente significativa entre a presença de argumentos de autoridade institucional e a citação de ameaças à liberdade de imprensa, fizemos cruzamentos entre as variáveis que identificavam tais construções retóricas – associação entre Jornalismo e democracia e menção a características normativas da atividade – e outras quatro variáveis de nosso livro de códigos: menção a ataque; alvo e autor do ataque citado; e tema da peça. As Tabelas 18 e 19 demonstram que há associação com significância estatística, nas referências a Jornalismo e democracia, no cruzamento com a variável de menção a ataques ( $p = 0,000$  considerando o *corpus* total), autor do ataque ( $p = 0,000$ ) e tema ( $p = 0,000$ ). Já para a menção a características normativas, a associação não foi registrada no cruzamento com a variável de menção a ataques ( $p = 0,160$  para todo o *corpus*) nem de autor dos ataques ( $p = 0,693$ ), mas houve relação estatisticamente significativa para alvo ( $p = 0,032$ ) e tema ( $p = 0,000$ ).

TABELA 18 – RESULTADOS DOS CRUZAMENTOS COM A VARIÁVEL DE MENÇÃO A ASSOCIAÇÕES ENTRE JORNALISMO E DEMOCRACIA

	FSP				OESP				OG				Todos os jornais					
	Editoriais		Notícias		Editoriais		Notícias		Editoriais		Notícias		Editoriais		Notícias		Todos	
Menciona episódio de ataque?	Qui- quadrado ou Teste de Fisher (p)	0,219 (1,000)	56,343 (0,000)	57,303 (0,000)	5,488 (0,036)	8,978 (0,004)	16,060 (0,000)	1,935 (0,266)	13,728 (0,000)	15,679 (0,000)	6,541 (0,013)	72,584 (0,000)	81,714 (0,000)					
	V de Cramér	–	0,353	0,350	0,459	0,246	0,304	–	0,285	0,294	0,351	0,307	0,315					
Alvo dos ataques mencionados	Qui- quadrado ou Teste de Fisher (p)	1,901 (0,679)	2,505 (0,481)	3,569 (0,314)	2,921 (1,000)	1,354 (0,803)	3,111 (0,390)	0,444 (1,000)	2,495 (0,519)	3,180 (0,362)	2,371 (0,560)	1,893 (0,599)	2,057 (0,561)					
	V de Cramér	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–					
Autor dos ataques mencionados	Qui- quadrado ou Teste de Fisher (p)	3,306 (0,500)	18,876 (0,003)	19,966 (0,002)	3,675 (0,333)	10,937 (0,046)	7,693 (0,214)	4,000 (0,250)	8,055 (0,111)	8,321 (0,099)	5,016 (0,244)	24,973 (0,000)	25,896 (0,000)					
	V de Cramér	–	0,354	0,354	–	0,558	–	–	–	–	–	0,332	0,323					
Tema da peça	Qui- quadrado ou Teste de Fisher (p)	2,793 (0,222)	71,488 (0,000)	78,305 (0,000)	7,368 (0,014)	18,068 (0,001)	31,628 (0,000)	1,742 (0,464)	21,407 (0,001)	25,366 (0,000)	10,478 (0,003)	106,605 (0,000)	131,109 (0,000)					
	V de Cramér	–	0,426	0,437	0,597	0,377	0,459	–	0,396	0,418	0,513	0,400	0,431					

FONTE: A autora (2022).

TABELA 19 – RESULTADOS DOS CRUZAMENTOS COM A VARIÁVEL DE MENÇÃO A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS DO JORNALISMO

	FSP				OESP				OG				Todos os jornais				
	Editoriais	Notícias	Todos		Editoriais	Notícias	Todos		Editoriais	Notícias	Todos		Editoriais	Notícias	Todos		
Menciona episódio de ataque?	Qui- quadrado ou Teste de Fisher (p)	1,659 (0,301)	2,440 (0,136)	2,201 (0,148)	0,112 (1,000)	0,148 (0,844)	0,163 (0,736)		4,952 (0,070)	0,008 (1,000)	0,349 (0,602)		0,457 (0,547)	0,908 (0,362)	2,036 (0,160)		
	V de Cramér	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Alvo dos ataques mencionados	Qui- quadrado ou Teste de Fisher (p)	7,188 (0,029)	6,080 (0,108)	9,370 (0,024)	2,921 (1,000)	5,054 (0,141)	5,645 (0,130)		– <sup>265</sup>	0,815 (0,944)	1,881 (0,632)		6,766 (0,037)	6,847 (0,077)	8,724 (0,032)		
	V de Cramér	1,000	–	0,234	–	–	–	–	–	–	–	–	0,617	–	0,179	–	–
Autor dos ataques mencionados	Qui- quadrado ou Teste de Fisher (p)	3,559 (0,429)	2,669 (0,869)	3,998 (0,692)	3,675 (0,333)	8,310 (0,151)	4,480 (0,635)		–	2,251 (0,929)	2,281 (0,906)		5,016 (0,244)	3,234 (0,788)	3,942 (0,693)		
	V de Cramér	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Tema da peça	Qui- quadrado ou Teste de Fisher (p)	1,011 (1,000)	26,437 (0,000)	28,187 (0,000)	3,400 (0,257)	15,486 (0,004)	20,216 (0,000)		1,905 (0,375)	7,401 (0,263)	7,398 (0,266)		1,120 (0,655)	34,077 (0,000)	40,196 (0,000)		
	V de Cramér	–	0,254	0,257	–	0,350	0,357	–	–	–	–	–	–	0,226	0,238	–	–

FONTE: A autora (2022).

<sup>265</sup> Todos os editoriais de OG que mencionavam algum ataque faziam referência a características normativas do Jornalismo. Por isso, o teste não foi calculado para as variáveis alvo e autor no caso dos editoriais de *O Globo*.

Na Tabela 20 apresentamos, em detalhe, os dados do cruzamento entre as variáveis de menção a ataque e presença de associação entre Jornalismo e democracia. Considerando todos os textos, o teste de V de Cramér indica que a associação entre as variáveis tem intensidade moderada, de 31,5%. Nota-se que a relação ocorre para notícias e para o conjunto de textos nos três jornais, mas que apenas OESP apresenta significância estatística quando consideramos somente editoriais. A intensidade da associação varia entre 24,6% (para notícias de OESP) e 45,9% (também para OESP, mas, nesse caso, considerando seus editoriais).

Quando analisamos os resultados dos resíduos padronizados ajustados considerando todo o *corpus*, nota-se que há concentração nas menções à variável que relaciona o Jornalismo à democracia tanto em editoriais (RP = 2,6) quanto em notícias (RP = 8,5) que mencionam um episódio de ataque à imprensa. No caso das peças opinativas, dos 18 editoriais que relacionam a prática jornalística à manutenção do regime democrático, 10 são do *Estadão*.

Por exemplo, em 12/03/2019, OESP dedicou a principal peça editorial do dia (“A missão do *Estado*”) para reforçar o que seria sua “missão” diante do ataque proferido por Jair Bolsonaro à repórter Constança Rezende. “As ameaças do sr. Jair Bolsonaro e de suas hostes de milicianos virtuais indicam que o *Estado* e seus jornalistas estão cumprindo seu dever, zelando pela tradição deste jornal de defender a liberdade e a democracia em qualquer circunstância”. Nesse caso, vale destacar que, mesmo que a agressão tenha ocorrido contra uma profissional em específico, o *Estadão* elaborou uma resposta em que não apenas repudia o caso, mas utiliza-o como oportunidade para reforçar sua imagem como empresa jornalística. I.e., o periódico abordou o episódio sob um viés institucional.

O mesmo ocorre em “Capricho infantil” (08/08/2019), peça em que OESP critica medida do governo Bolsonaro que diminuía as receitas de jornais impressos. Diz o texto:

O presidente Jair Bolsonaro não tolera a imprensa independente porque não é capaz de controlá-la. Em sua história de 144 anos, não foram poucas as tentativas de calar *O Estado de S. Paulo* com ações semelhantes às dele. Porém, ao contrário do que pode pensar o presidente da República, os grandes veículos de comunicação não dependem da chamada publicidade oficial. Não irão falir pela ação da caneta presidencial e continuarão a publicar o que for de interesse público. As vítimas da retaliação ignóbil serão pequenos e médios jornais e as populações de suas cidades, que deixarão de ter poderosas fontes de informação e de fortalecimento dos laços comunitários.

Os resultados indicam, portanto, que, ao tratar de casos em que há ataques à imprensa, os periódicos buscam reforçar o ideal normativo de que a atividade jornalística é essencial à democracia. Em última instância, trata-se de defender que uma agressão a um jornalista ou empresa do ramo é, na verdade, um ataque ao próprio regime democrático.

TABELA 20 – CRUZAMENTO ENTRE MENÇÃO A JORNALISMO E DEMOCRACIA E CITAR ATAQUE

(continua)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	
Editoriais	Menciona ataque	N (%)	5 (62,5%)		3 (50%)
	Não menciona ataque	N (%)	3 (37,5%)		3 (50%)
	Total	N (%)	8 (100%)		6 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 0,219; p = 1,000.</i>			
Notícias	Menciona ataque	N (%)	62 (70,5%)		101 (27,7%)
		RP	7,5		-7,5
	Não menciona ataque	N (%)	26 (29,5%)		264 (72,3%)
		RP	-7,5		7,5
	Total	N (%)	88 (100%)		365 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-Quadrado de Pearson = 56,343; p = 0,000; V de Cramér = 0,353.</i>			
Editoriais e notícias	Menciona ataque	N (%)	67 (69,8%)		104 (28%)
		RP	7,6		-7,6
	Não menciona ataque	N (%)	29 (30,2%)		267 (72%)
		RP	-7,6		7,6
	Total	N (%)	96 (100%)		371 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 57,303; p = 0,000; V de Cramér = 0,350.</i>			

TABELA 20 – CRUZAMENTO ENTRE MENÇÃO A JORNALISMO E DEMOCRACIA E CITAR ATAQUE

(continuação)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	
<b>OESP</b>	<b>Editoriais</b>	Menciona ataque	N (%) 10 (58,8%) RP <b>2,3</b>	N (%) 1 (11,1%) RP <b>-2,3</b>	
		Não menciona ataque	N (%) 7 (41,2%) RP <b>-2,3</b>	N (%) 8 (88,9%) RP <b>2,3</b>	
		Total	N (%) 17 (100%)	N (%) 9 (100%)	
		Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 5,488; p = 0,036; V de Cramér = 0,459.</i>		
<b>OESP</b>	<b>Notícias</b>	Menciona ataque	N (%) 18 (45%) RP <b>3,0</b>	N (%) 22 (20,4%) RP <b>-3,0</b>	
		Não menciona ataque	N (%) 22 (55%) RP <b>-3,0</b>	N (%) 86 (79,6%) RP <b>3,0</b>	
		Total	N (%) 40 (100%)	N (%) 108 (100%)	
		Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 8,978; p = 0,004; V de Cramér = 0,246.</i>		
<b>OESP</b>	<b>Editoriais e notícias</b>	Menciona ataque	N (%) 28 (49,1%) RP <b>4,0</b>	N (%) 23 (19,7%) RP <b>-4,0</b>	
		Não menciona ataque	N (%) 29 (50,9%) RP <b>-4,0</b>	N (%) 94 (80,3%) RP <b>4,0</b>	
		Total	N (%) 57 (100%)	N (%) 117 (100%)	
		Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 16,060; p = 0,000; V de Cramér = 0,304.</i>		

TABELA 20 – CRUZAMENTO ENTRE MENÇÃO A JORNALISMO E DEMOCRACIA E CITAR ATAQUE

(continuação)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	
Editoriais	Menciona ataque	N (%)	3 (50%)	N (%)	1 (14,3%)
		RP	1,4		- 1,4
	Não menciona ataque	N (%)	3 (50%)	N (%)	6 (85,7%)
		RP	-1,4		1,4
	Total	N (%)	6 (100%)	N (%)	7 (100%)
	Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 1,935; p = 0,266.</i>			
Notícias	Menciona ataque	N (%)	20 (50%)	N (%)	26 (20,2%)
		RP	3,7		-3,7
	Não menciona ataque	N (%)	20 (50%)	N (%)	103 (79,8%)
		RP	-3,7		3,7
	Total	N (%)	40 (100%)	N (%)	129 (100%)
	Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 13,728; p = 0,000. V de Cramér = 0,285.</i>			
Editoriais e notícias	Menciona ataque	N (%)	23 (50%)	N (%)	27 (19,9%)
		RP	4,0		-4,0
	Não menciona ataque	N (%)	23 (50%)	N (%)	109 (80,1%)
		RP	-4,0		4,0
	Total	N (%)	46 (100%)	N (%)	136 (100%)
	Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 15,679; p = 0,000. V de Cramér = 0,294.</i>			

TABELA 20 – CRUZAMENTO ENTRE MENÇÃO A JORNALISMO E DEMOCRACIA E CITAR ATAQUE

(conclusão)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	
Todos os jornais	Editoriais	Menciona ataque	N (%) 18 (58,1%) RP 2,6	N (%) 5 (22,7%) RP -2,6	
		Não menciona ataque	N (%) 13 (41,9%) RP -2,6	N (%) 17 (77,3%) RP 2,6	
		Total	N (%) 31 (100%)	N (%) 22 (100%)	
		Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 6,541; p = 0,013; V de Cramér = 0,351.</i>		
	Notícias	Menciona ataque	N (%) 100 (59,5%) RP 8,5	N (%) 149 (24,8%) RP -8,5	
		Não menciona ataque	N (%) 68 (40,5%) RP -8,5	N (%) 453 (75,2%) RP 8,5	
		Total	N (%) 168 (100%)	N (%) 602 (100%)	
		Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 72,584; p = 0,000; V de Cramér = 0,307.</i>		
	Editoriais e notícias	Menciona ataque	N (%) 118 (59,3%) RP 9,0	N (%) 154 (24,7%) RP -9,0	
		Não menciona ataque	N (%) 81 (40,7%) RP -9,0	N (%) 470 (75,3%) RP 9,0	
Total		N (%) 199 (100%)	N (%) 624 (100%)		
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 81,714; p = 0,000; V de Cramér = 0,315.</i>			

FONTE: A autora (2022).

Os cruzamentos indicaram, ainda, que o alvo do ataque mencionado estava relacionado à menção de características normativas do Jornalismo. Nesse caso, porém, a associação aparece se considerarmos todos os textos de FSP ( $p = 0,024$ ) e todo o *corpus* ( $p = 0,032$ ). Há significância estatística para os editoriais da *Folha*, mas o resultado nos parece enviesado, já que há poucos casos sob análise e uma concentração de ocorrências em apenas duas categorias. Além disso, o dado para todos os editoriais parece ter sido influenciado pelo caso de FSP, visto que os outros periódicos não apresentaram associação entre peças opinativas e alvo do ataque. Na Tabela 21 é possível perceber, ainda, que a intensidade das associações computadas para todas as peças de FSP e para o *corpus* total é de fraca a moderada, de 23,4% e 17,9%, respectivamente.

Com relação a esses dois cruzamentos, a análise dos resíduos padronizados ajustados indica que há mais casos do que o esperado com menção a características normativas quando há citação e ataques a vários agentes, e não apenas ao próprio periódico (RP = 2,5 no caso de FSP e RP = 2,4 para o *corpus* total). De outro lado, há menos casos do que o esperado quando os ataques mencionados foram direcionados a outras empresas de comunicação e seus profissionais (RP = -2,5 no *corpus* total).

A baixa intensidade da relação, entretanto, sugere que os jornais tendem a mobilizar argumentos de autoridade independentemente de quem foi alvo do ataque mencionado. Reforça essa tese o fato de que a variável que identificou a presença de construções relacionando o Jornalismo à democracia não demonstrou relação estatisticamente significativa à variável alvo. Ou seja, a partir dos dados, podemos dizer que o fato de haver ou não um ataque à imprensa importa mais para a mobilização dos argumentos de autoridade jornalística do que a agressão ser ou não direcionada ao próprio periódico, o que indica uma atuação institucional por parte das organizações sob análise.

TABELA 21 – CRUZAMENTO ENTRE ALVO DO ATAQUE E MENÇÃO A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS

(continua)

		Faz referência a características normativas	Não faz referência a características normativas
<b>Editoriais</b> <sup>266</sup>	<b>O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele</b>	N (%) 0 (0%) RP -1,1	1 (25%) 1,1
	<b>Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa</b>	N (%) 0 (0%) RP -2,2	3 (75%) 2,2
	<b>Mais de um dos agentes mencionados anteriormente</b>	N (%) 4 (100%) RP 2,8	0 (0%) -2,8
	<b>Total</b>	N (%) 4 (100%)	4 (100%)
	<b>Testes de associação</b>	<i>Teste de Fisher = 7,188; p = 0,029; V de Cramér = 1,000.</i>	
<b>Notícias</b>	<b>O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele</b>	RP 19 (33,3%)	28 (26,4%)
	<b>Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa</b>	N (%) 20 (35,1%)	49 (46,2%)
	<b>A imprensa de forma genérica</b>	N (%) 2 (3,5%)	11 (10,4%)
	<b>Mais de um dos agentes mencionados anteriormente</b>	N (%) 16 (28,1%)	18 (17%)
	<b>Total</b>	N (%) 57 (100%)	106 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 6,080; p = 0,108.</i>	

<sup>266</sup> Categorias sem ocorrências foram excluídas da tabela.

TABELA 21– CRUZAMENTO ENTRE ALVO DO ATAQUE E MENÇÃO A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS

				(continuação)	
		Faz referência a características normativas	Não faz referência a características normativas		
FSP	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)	19 (31,1%)	29 (26,4%)	
		RP	0,7	-0,7	
	Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	N (%)	20 (32,8%)	52 (47,3%)	
		RP	-1,8	1,8	
	A imprensa de forma genérica	N (%)	2 (3,3%)	11 (10%)	
RP		-1,6	1,6		
Mais de um dos agentes mencionados anteriormente	N (%)	20 (32,8%)	18 (16,4%)		
Total	RP	2,5	-2,5		
		Total			
		N (%)			
		61 (100%)			
		110 (100%)			
		<i>Qui-quadrado de Pearson = 9,370; p = 0,024; V de Cramér = 0,234.</i>			
OESP	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)	1 (10%)	0 (0%)	
		N (%)	1 (10%)	0 (0%)	
	Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	N (%)	7 (70%)	1 (100%)	
		N (%)	1 (10%)	0 (0%)	
	Mais de um dos agentes mencionados anteriormente	N (%)	10 (100%)	1 (100%)	
Total	RP	10 (100%)	1 (100%)		
		Total			
		N (%)			
		10 (100%)			
		1 (100%)			
		<i>Teste de Fisher = 2,921; p = 1,000.</i>			

TABELA 21– CRUZAMENTO ENTRE ALVO DO ATAQUE E MENÇÃO A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS

				(continuação)		
				Faz referência a características normativas	Não faz referência a características normativas	
OESP	Notícias	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)	1 (8,3%)	5 (17,9%)	
		Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	N (%)	4 (33,3%)	14 (50%)	
		A imprensa de forma genérica	N (%)	1 (8,3%)	5 (17,9%)	
		Mais de um dos agentes mencionados anteriormente	N (%)	6 (50%)	4 (14,3%)	
		Total	N (%)	12 (100%)	28 (100%)	
	Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 5,054; p = 0,141.</i>			
	Editoriais e notícias	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)	2 (9,1%)	5 (17,2%)	
		Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	N (%)	5 (22,7%)	14 (48,3%)	
		A imprensa de forma genérica	N (%)	8 (36,4%)	6 (20,7%)	
		Mais de um dos agentes mencionados anteriormente	N (%)	7 (31,8%)	4 (13,8%)	
Total		N (%)	22 (100%)	29 (100%)		
Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 5,645; p = 0,130.</i>				

TABELA 21– CRUZAMENTO ENTRE ALVO DO ATAQUE E MENÇÃO A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS

				Faz referência a características normativas	Não faz referência a características normativas	(continuação)
Editoriais	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)		3 (75%)	0 (0%)	
	Mais de um dos agentes mencionados anteriormente	N (%)		1 (25%)	0 (0%)	
	Total	N (%)		4 (100%)	0 (0%)	
Notícias	Testes de associação			–		
	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)		4 (26,7%)	6 (19,4%)	
	Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	N (%)		6 (40%)	12 (38,7%)	
	A imprensa de forma genérica	N (%)		3 (20%)	6 (19,4%)	
	Mais de um dos agentes mencionados anteriormente	N (%)		2 (13,3%)	7 (22,6%)	
	Total	N (%)		15 (100%)	31 (100%)	
Notícias e editoriais	Testes de associação			<i>Teste de Fisher = 0,815; p = 0,944.</i>		
	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)		7 (36,8%)	6 (19,4%)	
	Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	N (%)		6 (31,6%)	12 (38,7%)	
	A imprensa de forma genérica	N (%)		3 (15,8%)	6 (19,4%)	
	Mais de um dos agentes mencionados anteriormente	N (%)		3 (15,8%)	7 (22,6%)	
	Total	N (%)		19 (100%)	31 (100%)	
Testes de associação			<i>Teste de Fisher = 1,881; p = 0,632.</i>			

TABELA 21– CRUZAMENTO ENTRE ALVO DO ATAQUE E MENÇÃO A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS

		Faz referência a características normativas		Não faz referência a características normativas		(continuação)	
Todos os jornais	Editoriais	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)	4 (22,2%)	1 (20%)		
			RP	0,1	-0,1		
		Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	N (%)	1 (5,6%)	3 (60%)		
			RP	-2,8	2,8		
	A imprensa de forma genérica	N (%)	7 (38,9%)	1 (20%)			
		RP	0,8	-0,8			
	Mais de um dos agentes mencionados anteriormente	Total	N (%)	6 (33,3%)	0 (0%)		
			RP	1,5	-1,5		
		Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 6,766; p = 0,037; V de Cramér = 0,617.</i>			
		Notícias	O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	N (%)	24 (28,6%)	39 (23,6%)	
N (%)	30 (35,7%)			75 (45,5%)			
A imprensa de forma genérica	N (%)		6 (7,1%)	22 (13,3%)			
	N (%)		24 (28,6%)	29 (17,6%)			
Total	N (%)	84 (100%)	165 (100%)				
	Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 6,847; p = 0,077.</i>				

TABELA 21– CRUZAMENTO ENTRE ALVO DO ATAQUE E MENÇÃO A CARACTERÍSTICAS NORMATIVAS

				(conclusão)	
Todos os jornais	Editoriais e notícias	Faz referência a características normativas		Não faz referência a características normativas	
		N (%)	RP	N (%)	RP
O jornal que publica o texto ou um profissional vinculado a ele	Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	28 (27,5%)	0,7	40 (23,5%)	-0,7
		31 (30,4%)	-2,5	78 (45,9%)	2,5
A imprensa de forma genérica	Mais de um dos agentes mencionados anteriormente	13 (12,7%)	-0,2	23 (13,5%)	0,2
		30 (29,4%)	2,4	29 (17,1%)	-2,4
Total		N (%)	RP	N (%)	RP
Total		102 (100%)		170 (100%)	
Resultados dos testes de associação		Qui-quadrado de Pearson = 8,724; p = 0,032; V de Cramér = 0,179.			

FONTE: A autora (2022).

Ainda considerando os ataques às empresas jornalísticas e profissionais da imprensa, verificou-se que há associação estatisticamente significativa entre os autores dos episódios mencionados (quando identificados) e a presença de referências à relação entre o Jornalismo e democracia. Na Tabela 22 estão detalhados os resultados desse cruzamento. A relação estatisticamente significativa ocorre no caso de notícias ( $p = 0,003$ ) e todos os textos ( $p = 0,002$ ) de FSP, para notícias de OESP ( $p = 0,046$ ) e para o *corpus* total ( $p = 0,000$ ). Considerando os valores do teste de V de Cramér, há associação de 35,4% entre as duas variáveis considerando toda as peças da *Folha*; de 55,8% para as notícias do *Estadão*; e de 32,3% considerando o total dos textos.

A análise dos resíduos padronizados ajustados, porém, revela que, ao contrário do que se poderia supor, a associação não ocorre por causa de ataques envolvendo o presidente Jair Bolsonaro, políticos aliados a ele e/ou seus apoiadores. Nos três casos com resultados estatisticamente significativos, há mais casos do que o esperado de menções à associação entre Jornalismo e democracia quando o ataque citado foi realizado por membros do Poder Judiciário (RP = 2,4 para FSP; RP = 2,2 para OESP; e RP = 3,2 para o *corpus* total).

Isso pode ser explicado considerando que parte significativa dos 20 textos em questão tratava de episódios de censura de conteúdo jornalístico por decisões judiciais. Além do já referido caso envolvendo a revista *Crusoe* e o ministro Alexandre de Moraes, do STF, há peças que mencionam a proibição, pela Justiça, da veiculação de reportagens de outras empresas jornalísticas (e.g. “TJ mantém censura prévia a reportagem da RBS TV”, OESP, 20/06/2020). Nesses casos, os jornais enquadram os episódios como afrontas à liberdade de expressão, como no texto “Entidades criticam retirada do ar pela Justiça de reportagens sobre o BTG” (FSP, 02/09/2020). A peça menciona nota da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo que afirma, a respeito de um pedido para retirada do ar de uma reportagem, que “buscar reparação judicial é direito de empresas e cidadãos, mas censurar conteúdo jornalístico fere a liberdade de expressão assegurada pelo artigo 5º da Constituição”.

O único editorial que se encaixa nesta categoria é o já mencionado “Falsa simetria”, de OESP (13/06/2020), a respeito de uma fala de Augusto Aras equiparando o Jornalismo profissional às *fake news*.

TABELA 22 – CRUZAMENTO ENTRE O AUTOR DO ATAQUE MENCIONADO E A PRESENÇA DE REFERÊNCIAS A JORNALISMO E DEMOCRACIA<sup>267</sup>  
(continua)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia
Editoriais	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%) 2 (40%)	2 (66,7%)
	Outros políticos brasileiros	N (%) 1 (20%)	0 (0%)
	Políticos ou governos de outros países	N (%) 0 (0%)	1 (33,3%)
	Mais de uma das categorias acima	N (%) 2 (40%)	0 (0%)
	Total	N (%) 5 (100%)	3 (100%)
<i>Testes de associação</i>			
FSP	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%) 25 (42,4%)	36 (40,4%)
	Outros políticos brasileiros	RP 0,2	-0,2
	Políticos ou governos de outros países	N (%) 2 (3,4%)	6 (6,7%)
	Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar	RP -0,9	0,9
	Total	N (%) 10 (16,9%)	15 (16,9%)
<i>Testes de associação</i>			
Notícias	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%) 1 (1,7%)	6 (6,7%)
	Outros políticos brasileiros	RP -1,4	1,4
	Políticos ou governos de outros países	N (%) 0 (0%)	0 (0%)
	Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar	RP 0,0	0,0
	Total	N (%) 1 (1,7%)	6 (6,7%)
<i>Testes de associação</i>			
		RP -1,4	1,4

<sup>267</sup> Categorias sem ocorrências foram excluídas da tabela.

TABELA 22 – CRUZAMENTO ENTRE O AUTOR DO ATAQUE MENCIONADO E A PRESENÇA DE REFERÊNCIAS A JORNALISMO E DEMOCRACIA (continuação)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia
Notícias	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%) 10 (16,9%) RP 2,5	4 (4,5%) -2,5
	Outros	N (%) 1 (1,7%) RP -2,9	15 (16,9%) 2,9
	Mais de uma das categorias acima	N (%) 10 (16,9%) RP 1,7	7 (7,9%) -1,7
	Total	N (%) 59 (100%)	89 (100%)
	Testes de associação	<i>Teste de Fisher = 18,876; p = 0,003; V de Cramér = 0,354.</i>	
Editoriais e notícias	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%) 27 (42,2%) RP 0,1	38 (41,3%) -0,1
	Outros políticos brasileiros	N (%) 3 (4,7%) RP -0,5	6 (6,5%) 0,5
	Políticos ou governos de outros países	N (%) 10 (15,6%) RP -0,3	16 (17,4%) 0,3
	Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar	N (%) 1 (1,6%) RP -1,5	6 (6,5%) 1,5
	FSP		

TABELA 22 – CRUZAMENTO ENTRE O AUTOR DO ATAQUE MENCIONADO E A PRESENÇA DE REFERÊNCIAS A JORNALISMO E DEMOCRACIA (continuação)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia
FSP	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	10 (15,6%)
		RP	4 (4,3%)
	Outros	N (%)	2,4
		RP	-2,4
	Mais de uma das categorias acima	N (%)	1 (1,6%)
RP		15 (16,3%)	
Total	N (%)	-3,0	
	RP	3,0	
Total	N (%)	12 (18,8%)	
	RP	7 (7,6%)	
Testes de associação		2,1	-2,1
Total		64 (100%)	92 (100%)
<i>Teste de Fisher = 19,966; p = 0,002; V de Cramér = 0,354.</i>			
OESP	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	6 (75%)
		RP	0 (0%)
	Políticos ou governos de outros países	N (%)	1 (12,5%)
		RP	1 (100%)
	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	1 (12,5%)
RP		0 (0%)	
Total	N (%)	8 (100%)	
	RP	1 (100%)	
Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 3,675; p = 0,333.</i>	

TABELA 22 – CRUZAMENTO ENTRE O AUTOR DO ATAQUE MENCIONADO E A PRESENÇA DE REFERÊNCIAS A JORNALISMO E DEMOCRACIA (continuação)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		
OESP	Notícias	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	4 (22,2%)	12 (63,2%)
			RP	-2,5	2,5
		Outros políticos brasileiros	N (%)	0 (0%)	1 (5,3%)
			RP	-1,0	1,0
		Políticos ou governos de outros países	N (%)	3 (16,7%)	3 (15,8%)
			RP	0,1	-0,1
		Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar	N (%)	2 (11,1%)	0 (0%)
			RP	1,5	-1,5
		Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	4 (22,2%)	0 (0%)
			RP	2,2	-2,2
		Outros	N (%)	2 (11,1%)	1 (5,3%)
			RP	0,7	-0,7
		Mais de uma das categorias acima	N (%)	3 (16,7%)	2 (10,5%)
			RP	0,5	-0,5
		Total	N (%)	18 (100%)	19 (100%)
			Testes de associação		

TABELA 22 – CRUZAMENTO ENTRE O AUTOR DO ATAQUE MENCIONADO E A PRESENÇA DE REFERÊNCIAS A JORNALISMO E DEMOCRACIA (continuação)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		
OESP	Editoriais e notícias	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	10 (38,5%)	12 (60%)	
		Outros políticos brasileiros	0 (0%)	1 (5%)	
		Políticos ou governos de outros países	4 (15,4%)	4 (20%)	
		Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar	2 (7,7%)	0 (0%)	
		Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	5 (19,2%)	0 (0%)	
		Outros	2 (7,7%)	1 (5%)	
		Mais de uma das categorias acima	3 (11,5%)	2 (10%)	
		Total	26 (100%)	20 (100%)	
		Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 7,693; p = 0,214.</i>	
		OG	Editoriais	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	3 (100%)
Outros políticos brasileiros	0 (0%)			1 (100%)	
Total	3 (100%)			1 (100%)	
Testes de associação				<i>Qui-quadrado de Pearson = 4,000; p = 0,250.</i>	
Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	8 (44,4%)			12 (50%)	
Notícias	Notícias	Outros políticos brasileiros	2 (11,1%)	4 (16,7%)	
		Políticos ou governos de outros países	0 (0%)	2 (8,3%)	

TABELA 22 – CRUZAMENTO ENTRE O AUTOR DO ATAQUE MENCIONADO E A PRESENÇA DE REFERÊNCIAS A JORNALISMO E DEMOCRACIA (continuação)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	
Notícias	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	3 (12,5%)	
	Outros	N (%)	3 (12,5%)	
	Mais de uma das categorias acima	N (%)	0 (0%)	
	Total	N (%)	0 (0%)	
	Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 8,055; p = 0,111.</i>	
	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	12 (48%)	
OG	Outros políticos brasileiros	N (%)	5 (20%)	
	Políticos ou governos de outros países	N (%)	2 (8%)	
	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	3 (12%)	
	Outros	N (%)	3 (12%)	
	Mais de uma das categorias acima	N (%)	0 (0%)	
	Total	N (%)	25 (100%)	
Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 8,321; p = 0,099.</i>		
Todos os jornais	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	2 (40%)	
	Outros políticos brasileiros	N (%)	1 (20%)	
	Políticos ou governos de outros países	N (%)	2 (40%)	

TABELA 22 – CRUZAMENTO ENTRE O AUTOR DO ATAQUE MENCIONADO E A PRESENÇA DE REFERÊNCIAS A JORNALISMO E DEMOCRACIA (continuação)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	
Editoriais	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	1 (6,3%)	0 (0%)	
	Mais de uma das categorias acima	N (%)	2 (12,5%)	0 (0%)	
	Total	N (%)	16 (100%)	5 (100%)	
<i>Testes de associação</i>					
Todos os jornais	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	37 (38,9%)	60 (45,5%)	
		RP	-1,0	1,0	
		N (%)	4 (4,2%)	11 (8,3%)	
	Outros políticos brasileiros	RP	-1,2	1,2	
		N (%)	13 (13,7%)	20 (15,2%)	
	Políticos ou governos de outros países	RP	-0,3	0,3	
		N (%)	3 (3,2%)	6 (4,5%)	
	Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar	RP	-0,5	0,5	
		N (%)	19 (20%)	7 (5,3%)	
	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	RP	3,4	-3,4	
		N (%)	3 (3,2%)	19 (14,4%)	
	Outros	RP	-2,8	2,8	
N (%)		16 (16,8%)	9 (6,8%)		
Mais de uma das categorias acima	RP	2,4	-2,4		
	N (%)	95 (100%)	132 (100%)		
<i>Testes de associação</i>					
<i>Qui-quadrado de Pearson = 24,973; p = 0,000; V de Cramér = 0,332.</i>					

TABELA 22 – CRUZAMENTO ENTRE O AUTOR DO ATAQUE MENCIONADO E A PRESENÇA DE REFERÊNCIAS A JORNALISMO E DEMOCRACIA (conclusão)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	
		N (%)	RP	N (%)	RP
Todos os jornais	Editoriais e notícias	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores		48 (43,2%)	62 (45,3%)
		Outros políticos brasileiros		5 (4,5%)	12 (8,8%)
		Políticos ou governos de outros países		-1,3	1,3
		Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar		14 (12,6%)	22 (16,1%)
		Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança		-0,8	0,8
		Outros		3 (2,7%)	6 (4,4%)
		Mais de uma das categorias acima		-0,7	0,7
		Total		20 (18%)	7 (5,1%)
		Testes de associação		3,2	-3,2
				3 (2,7%)	19 (13,9%)
				-3,1	3,1
				18 (16,2%)	9 (6,6%)
				2,4	-2,4
				111 (100%)	137 (100%)
		<p><i>Qui-quadrado de Pearson = 25,896; p = 0,000;</i>  <i>V de Cramér = 0,323.</i></p>			

FONTE: A autora (2022).

Por fim, os resultados do cruzamento entre a variável que indica a presença de argumentos que relacionam Jornalismo e democracia e a variável tema foram estatisticamente significativos para os três jornais. Nesse caso, a associação mais intensa ocorre para os editoriais de OESP, em que o teste de V de Cramér aponta um efeito de 59,7% (Tabela 23). Nota-se que a concentração de casos ocorre em peças que possuem como tema ameaças à liberdade de imprensa (RP = 2,7 para as peças opinativas de OESP). O mesmo acontece para notícias de FSP (RP = 7,9), de OESP (RP = 4,0) e de OG (RP = 4,2), assim como para o *corpus* total (RP = 10,8). O resultado está em linha com o observado em relação à menção de ataques. Ressalte-se, porém, que um texto que trata de ameaças à liberdade de imprensa não necessariamente cita um ataque específico. I.e., o dado demonstra que a apresentação de argumentos relacionando o Jornalismo ao sistema democrático ocorre mesmo em peças que discutem o possível cerceamento da atividade jornalística sem apontar algum caso concreto de agressão.

Para a variável que aponta a referência a características normativas do Jornalismo também há relação com significância estatística com a variável tema nas peças analisadas ( $p = 0,000$  para o *corpus* total). Observa-se, no entanto, que a magnitude do efeito é menor nesse caso, de 23,8% segundo o teste de V de Cramér. Ademais, a concentração de ocorrências em número acima do esperado aparece em outra categoria: segundo o teste, peças que tratam das próprias empresas jornalísticas, de seu mercado e de suas rotinas produtivas têm frequência acima do esperado quando consideramos a presença de menções a características normativas do Jornalismo (RP = 4,3 considerando o *corpus* total). Nota-se, mais uma vez, que o efeito é maior se considerarmos apenas as peças de OESP (35,7% para todos os textos do periódico).

Conforme descrito na Tabela 23, a relação entre as duas variáveis ocorre por causa dos textos noticiosos (não há relações estatisticamente significativas quando consideramos apenas os editoriais nos três jornais ou no *corpus* total). No caso do *Estadão*, entre os textos que mencionam características normativas do Jornalismo e que têm como tema as próprias empresas de comunicação (23 casos), nove notícias tratavam dos negócios e dinâmicas de produção do próprio OESP. E.g., em “Do telex à nuvem, AE vive evolução digital há 50 anos” (04/01/2020), que fala do aniversário da *Agência Estado* (agência de notícias vinculada a OESP), o periódico destaca a “apuração cuidadosa e especialização de seus jornalistas”. I.e., ao tratar de seus próprios produtos ou negócios, as empresas jornalísticas buscam reforçar o que seriam características do Jornalismo profissional e de credibilidade.

TABELA 23 – CRUZAMENTO ENTRE O TEMA DA PEÇA E A PRESENÇA DE ARGUMENTOS RELACIONADOS À AUTORIDADE JORNALÍSTICA (continua)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Faz referência a características normativas	Não faz referência a características normativas
Editoriais <sup>268</sup>	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%) 5 (71,4%)	2 (40%)	4 (50%)	3 (75%)
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%) 1 (14,3%)	3 (60%)	3 (37,5%)	1 (25%)
	Comportamento da audiência	N (%) 1 (14,3%)	0 (0%)	1 (12,5%)	0 (0%)
	Total	N (%) 7 (100%)	5 (100%)	8 (100%)	4 (100%)
<i>Testes de associação</i>					
FSP	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%) 53 (64,6%)	62 (19,9%)	40 (33,1%)	75 (27,5%)
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	RP 7,9	-7,9	1,1	-1,1
	Prêmios e homenagens	N (%) 18 (22%)	96 (30,8%)	49 (40,5%)	65 (23,8%)
	O profissional jornalista é o tema	RP -1,6	1,6	3,4	-3,4
Notícias	Prêmios e homenagens	N (%) 2 (2,4%)	19 (6,1%)	5 (4,1%)	16 (5,9%)
	O profissional jornalista é o tema	RP -1,3	1,3	-0,7	0,7
	Lançamento de obras	N (%) 3 (3,7%)	107 (34,3%)	16 (13,2%)	94 (34,4%)
		RP -5,5	5,5	-4,3	4,3
<i>Testes de associação</i>					
		N (%) 3 (3,7%)	18 (5,8%)	7 (5,8%)	14 (5,1%)
		RP -0,8	0,8	0,3	-0,3

<sup>268</sup> Categorias sem ocorrências foram excluídas da tabela.

TABELA 23 – CRUZAMENTO ENTRE O TEMA DA PEÇA E A PRESENÇA DE ARGUMENTOS RELACIONADOS À AUTORIDADE JORNALÍSTICA (continuação)

	Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Faz referência a características normativas		Não faz referência a características normativas	
	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP
Notícias	Comportamento da audiência	3 (3,7%) 0,7	7 (2,2%) -0,7	2 (1,7%) -0,7	8 (2,9%) 0,7			
	Outros	0 (0%) -0,9	3 (1%) 0,9	2 (1,7%) 1,4	1 (0,4%) -1,4			
	Total	82 (100%)	312 (100%)	121 (100%)	273 (100%)			
Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 71,488; p = 0,000;</i> <i>V de Cramér = 0,426.</i>		<i>Teste de Fisher = 26,437; p = 0,000;</i> <i>V de Cramér = 0,254.</i>				
FSP	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%)	58 (65,2%)	64 (20,2%)	44 (34,1%)	78 (28,2%)		
		RP	<b>8,2</b>	<b>-8,2</b>	1,2	-1,2		
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%)	19 (21,3%)	99 (31,2%)	52 (40,3%)	66 (23,8%)		
		RP	-1,8	1,8	<b>3,4</b>	<b>-3,4</b>		
	Prêmios e homenagens	N (%)	2 (2,2%)	19 (6%)	5 (3,9%)	16 (5,8%)		
		RP	-1,4	1,4	-0,8	0,8		
	O profissional jornalista é o tema	N (%)	3 (3,4%)	107 (33,8%)	16 (12,4%)	94 (33,9%)		
		RP	<b>-5,7</b>	<b>5,7</b>	<b>-4,5</b>	<b>4,5</b>		
	Lançamento de obras	N (%)	3 (3,4%)	18 (5,7%)	7 (5,4%)	14 (5,1%)		
		RP	-0,9	0,9	0,2	-0,2		
Comportamento da audiência	N (%)	4 (4,5%)	7 (2,2%)	3 (2,3%)	8 (2,9%)			
	RP	1,2	-1,2	-0,3	0,3			

TABELA 23 – CRUZAMENTO ENTRE O TEMA DA PEÇA E A PRESENÇA DE ARGUMENTOS RELACIONADOS À AUTORIDADE JORNALÍSTICA (continuação)

FSP	Editoriais e notícias	Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Faz referência a características normativas		Não faz referência a características normativas	
		N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP
FSP	Outros	N (%)	0 (0%)	3 (0,9%)	2 (1,6%)	1 (0,4%)			
		RP	-0,9	0,9	1,3	-1,3			
		Total	N (%)	89 (100%)	317 (100%)	129 (100%)	277 (100%)		
Testes de associação		Teste de Fisher = 78,305; p = 0,000; V de Cramér = 0,437.		Teste de Fisher = 28,187; p = 0,000; V de Cramér = 0,257.					
OESP	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%)	12 (80%)	1 (16,7%)	12 (63,2%)	1 (50%)			
		RP	2,7	-2,7	-	-			
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%)	2 (13,3%)	4 (66,7%)	6 (31,6%)	0 (0%)			
		RP	-2,4	2,4	-	-			
	Comportamento da audiência	N (%)	1 (6,7%)	1 (16,7%)	1 (5,3%)	1 (50%)			
		RP	-0,7	0,7	-	-			
	Total	N (%)	15 (100%)	6 (100%)	19 (100%)	2 (100%)			
Testes de associação		Teste de Fisher = 7,368; p = 0,014; V de Cramér = 0,597.		Teste de Fisher = 3,400; p = 0,257.					

<sup>269</sup> Categorias sem ocorrências foram excluídas da tabela.

TABELA 23 – CRUZAMENTO ENTRE O TEMA DA PEÇA E A PRESENÇA DE ARGUMENTOS RELACIONADOS À AUTORIDADE JORNALÍSTICA (continuação)

	Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Faz referência a características normativas		Não faz referência a características normativas	
	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP
Ameaças à liberdade de imprensa	19 (52,8%)	4,0	17 (17,9%)	-4,0	11 (26,2%)		25 (28,1%)	
						-0,2		0,2
As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	10 (27,8%)	-1,4	39 (41,1%)	1,4	23 (54,8%)	2,8	26 (29,2%)	-2,8
Prêmios e homenagens	1 (2,8%)	-0,6	5 (5,3%)	0,6	0 (0%)		6 (6,7%)	
						-1,7		1,7
O profissional jornalista é o tema	3 (8,3%)	-2,5	28 (29,5%)	2,5	4 (9,5%)	-2,6	27 (30,3%)	2,6
Lançamento de obras	2 (5,6%)	0,1	5 (5,3%)	-0,1	4 (9,5%)	1,5	3 (3,4%)	-1,5
Comportamento da audiência	1 (2,8%)	0,7	1 (1,1%)	-0,7	0 (0%)		2 (2,2%)	
						-1,0		1,0
Total	36 (100%)		95 (100%)		42 (100%)		89 (100%)	
Testes de associação		Teste de Fisher = 18,068; p = 0,001; V de Cramér = 0,377.		Teste de Fisher = 15,486; p = 0,004; V de Cramér = 0,350.				

TABELA 23 – CRUZAMENTO ENTRE O TEMA DA PEÇA E A PRESENÇA DE ARGUMENTOS RELACIONADOS À AUTORIDADE JORNALÍSTICA (continuação)

	Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Faz referência a características normativas		Não faz referência a características normativas		
	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP	
OESP	Ameaças à liberdade de imprensa	31 (60,8%)	5,4	18 (17,8%)	-5,4	23 (37,7%)	1,2	26 (28,6%)	-1,2
		RP							
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	12 (23,5%)	-2,3	43 (42,6%)	2,3	29 (47,5%)	2,4	26 (28,6%)	-2,4
		RP							
	Prêmios e homenagens	1 (2%)	-0,9	5 (5%)	0,9	0 (0%)	-2,0	6 (6,6%)	2,0
		RP							
	O profissional jornalista é o tema	3 (5,9%)	-3,2	28 (27,7%)	3,2	4 (6,6%)	-3,5	27 (29,7%)	3,5
		RP							
	Lançamento de obras	2 (3,9%)	-0,3	5 (5%)	0,3	4 (6,6%)	0,9	3 (3,3%)	-0,9
		RP							
	Comportamento da audiência	2 (3,9%)	0,7	2 (2%)	-0,7	1 (1,6%)	-0,6	3 (3,3%)	0,6
		RP							
Total	51 (100%)		101 (100%)		61 (100%)		91 (100%)		
Testes de associação	<i>Teste de Fisher = 31,628; p = 0,000;</i> <i>V de Cramér = 0,459.</i>		<i>Teste de Fisher = 20,216; p = 0,000;</i> <i>V de Cramér = 0,357.</i>						

TABELA 23 – CRUZAMENTO ENTRE O TEMA DA PEÇA E A PRESENÇA DE ARGUMENTOS RELACIONADOS À AUTORIDADE JORNALÍSTICA (continuação)

		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Faz referência a características normativas	Não faz referência a características normativas
Editoriais	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%) 4 (80%)	1 (33,3%)	5 (71,4%)	0 (0%)
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%) 1 (20%)	2 (66,7%)	2 (28,6%)	1 (100%)
	Total	N (%) 4 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	1 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 1,742; p = 0,464.</i>			
OG	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%) 20 (54,1%)	19 (18,3%)	12 (24,5%)	27 (29,3%)
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	RP 4,2	-4,2	-	-
	Prêmios e homenagens	N (%) 9 (24,3%)	35 (33,7%)	19 (38,8%)	25 (27,2%)
		RP -1,1	1,1	-	-
		N (%) 5 (13,2%)	13 (12,5%)	9 (18,4%)	9 (9,8%)
		RP 0,2	-0,2	-	-
	O profissional jornalista é o tema	N (%) 1 (2,7%)	25 (24%)	8 (16,3%)	18 (19,6%)
	Lançamento de obras	RP -2,9	2,9	-	-
		N (%) 1 (2,7%)	7 (6,7%)	1 (2%)	7 (7,6%)
		RP -0,9	0,9	-	-
Comportamento da audiência	N (%) 0 (0%)	3 (2,9%)	0 (0%)	3 (3,3%)	
	RP -1,0	1,0	-	-	
Outros	N (%) 1 (2,7%)	2 (1,9%)	0 (0%)	3 (3,3%)	
	RP 0,3	-0,3	-	-	



TABELA 23 – CRUZAMENTO ENTRE O TEMA DA PEÇA E A PRESENÇA DE ARGUMENTOS RELACIONADOS À AUTORIDADE JORNALÍSTICA

		(continuação)			
		Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia	Faz referência a características normativas	Não faz referência a características normativas
<b>Editoriais</b>	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%) 21 (77,8%) RP 3,1	4 (28,6%) -3,1	21 (61,8%) -	4 (57,1%) -
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%) 4 (14,8%) RP -3,2	9 (64,3%) 3,2	11 (32,4%) -	2 (28,6%) -
	Comportamento da audiência	N (%) 2 (7,4%) RP 0,0	1 (7,1%) 0,0	2 (5,9%) -	1 (14,3%) -
	Total	N (%) 27 (100%)	14 (100%)	34 (100%)	7 (100%)
	Testes de associação	<i>Teste de Fisher = 10,478; p = 0,003; V de Cramér = 0,513.</i>			
<b>Notícias</b>	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%) 92 (59,4%) RP 9,7	98 (19,2%) -9,7	63 (29,7%) 0,5	127 (28%) -0,5
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%) 37 (23,9%) RP -2,2	170 (33,3%) 2,2	91 (42,9%) 4,5	116 (25,6%) -4,5
	Prêmios e homenagens	N (%) 8 (5,2%) RP -0,9	37 (7,2%) 0,9	14 (6,6%) -0,1	31 (6,8%) 0,1
	O profissional jornalista é o tema	N (%) 7 (4,5%) RP -6,7	160 (31,3%) 6,7	28 (13,2%) -4,8	139 (30,6%) 4,8
	Lançamento de obras	N (%) 6 (3,9%) RP -1,0	30 (5,9%) 1,0	12 (5,7%) 0,2	24 (5,3%) -0,2
<b>Todos os jornais</b>	<i>Teste de Fisher = 1,120; p = 0,655.</i>				

TABELA 23 – CRUZAMENTO ENTRE O TEMA DA PEÇA E A PRESENÇA DE ARGUMENTOS RELACIONADOS À AUTORIDADE JORNALÍSTICA (continuação)

	Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Faz referência a características normativas		Não faz referência a características normativas	
	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP
Notícias	Comportamento da audiência		4 (2,6%)	0,3	11 (2,2%)	-0,3	2 (0,9%)	1,6
	Outros		1 (0,6%)		5 (1%)		2 (0,9%)	4 (0,9%)
	Total		155 (100%)		511 (100%)		212 (100%)	454 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 106,605; p = 0,000; V de Cramér = 0,400.</i>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 106,605; p = 0,000; V de Cramér = 0,400.</i>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 34,077; p = 0,000; V de Cramér = 0,226.</i>		
Todos os jornais	Ameaças à liberdade de imprensa		113 (62,1%)	10,8	102 (19,4%)	-10,8	84 (34,1%)	1,6
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas		41 (22,5%)	-2,9	179 (34,1%)	2,9	102 (41,5%)	4,3
	Prêmios e homenagens		8 (4,4%)		37 (7%)		14 (5,7%)	0,5
Editoriais e notícias	O profissional jornalista é o tema		7 (3,8%)	-7,3	160 (30,5%)	7,3	28 (11,4%)	-5,6
	Lançamento de obras		6 (3,3%)	-1,3	30 (5,7%)	1,3	12 (4,9%)	0,2
	Comportamento da audiência		6 (3,3%)	0,7	12 (2,3%)	-0,7	4 (1,6%)	1,1

TABELA 23 – CRUZAMENTO ENTRE O TEMA DA PEÇA E A PRESENÇA DE ARGUMENTOS RELACIONADOS À AUTORIDADE JORNALÍSTICA (conclusão)

Todos os jornais	Faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Não faz referência ao papel do Jornalismo na democracia		Faz referência a características normativas		Não faz referência a características normativas	
	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP	N (%)	RP
Editoriais e notícias	1 (0,5%)	-0,5	5 (1%)	0,5	2 (0,8%)	-0,1	4 (0,9%)	0,1
Outros	182 (100%)		525 (100%)		246 (100%)		461 (100%)	
Total								
Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 131,109; p = 0,000; V de Cramér = 0,431.</i> <i>Qui-quadrado de Pearson = 40,196; p = 0,000; V de Cramér = 0,238.</i>							

FONTE: A autora (2022).

## 6.6 DIFERENÇAS ENTRE EDITORIAIS E NOTÍCIAS

Para finalizar nossa análise, apresentamos, na Tabela 24, os resultados dos cruzamentos entre a variável “tipo de texto” (editorial ou notícia) e as demais variáveis de nosso livro de códigos<sup>270</sup>. Nosso objetivo, nesse caso, é verificar se há aspectos que distinguem, com significância estatística, editoriais e notícias.

Os dados demonstram que, considerando todos os jornais, há diferenças estatisticamente significativas entre editoriais e notícias em 8 das 12 variáveis analisadas. Na maior parte dos casos, porém, a relação é de fraca a moderada. A associação mais forte aparece na última variável, em que era necessário indicar quem proferia argumentos relativos à autoridade jornalística nos textos analisados (intensidade de 43,1%, segundo o teste de V de Cramér).

De fato, ao longo da análise, já era possível observar algumas distinções entre os dois tipos de texto. Por exemplo, na Tabela 5, os dados demonstraram como as peças opinativas dedicaram-se predominantemente a assuntos relacionados a ameaças à liberdade de imprensa, enquanto as notícias abordaram uma variedade de assuntos – incluindo envolvendo os próprios profissionais jornalistas. Peças opinativas, proporcionalmente, também mencionaram ataques à imprensa com mais frequência (Tabela 6), tratando principalmente de ofensas dirigidas à imprensa de forma genérica ou aos próprios periódicos (Tabela 7), proferidas, predominantemente, pelo presidente Jair Bolsonaro e seus aliados/apoiadores (Tabela 9). Ademais, ressalte-se que peças opinativas, ao mencionarem tais episódios de hostilidade, apresentaram, proporcionalmente, mais dados para refutar as ofensas e/ou deslegitimar os autores dos ataques (Tabela 10). Editoriais, por fim, também manifestaram mais referências à relação entre Jornalismo e democracia (Tabela 14) e a características normativas da atividade (Tabela 15), na maior parte na voz do próprio periódico (Tabela 17).

---

<sup>270</sup> As tabelas com os resultados detalhados constam no Apêndice 1.

TABELA 24 – RESULTADOS DOS CRUZAMENTOS ENTRE EDITORIAIS E NOTÍCIAS PARA TODAS AS VARIÁVEIS

Variável	Resultado do teste de associação					Todos os jornais
	FSP	OESP	OG			
1. Discussões relacionadas ao Jornalismo são o tema central na peça analisada? (N = 823)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	1,201	3,898 (0,048)		3,417	
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	(0,333)			(0,069)	
	<i>V de Cramér</i>	–	0,146		–	
1.1. No caso de peças que têm discussões relacionadas ao Jornalismo como tema central, do que trata, especificamente, o texto analisado? (N = 707)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	16,828	5,084 (0,473)		35,156	
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	(0,002)			(0,000)	
	<i>V de Cramér</i>	0,349	–		0,216	
2. Menciona um (ou mais) episódio(s) específico(s) de ataque à imprensa ou a jornalistas? (N = 823)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	2,492	0,076 (1,000)		2,741	
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	(0,159)			(0,130)	
	<i>V de Cramér</i>	–	–		–	
2.1. Em caso positivo, quem era o alvo do ataque? (N = 272)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	12,404	5,048 (0,083)		10,856	
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	(0,003)			(0,009)	
	<i>V de Cramér</i>	0,537	–		0,213	
2.2. A peça identifica quem foi o autor do ataque? (N = 272)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	1,113	0,378 (1,000)		0,001	
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	(0,572)			(1,000)	
	<i>V de Cramér</i>	–	–		–	
2.2.1 Se a peça identifica quem foi o autor do ataque, escreva o nome. (N = 248)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	3,032	2,409 (0,826)		4,376	
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	(0,893)			(0,590)	
	<i>V de Cramér</i>	–	–		–	
2.3. Apresenta dados, informações ou argumentos que refutam o ataque e/ou desqualifica o autor do ataque? (N = 272)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	0,899	0,772 (0,614)		6,599	
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	(0,499)			(0,015)	
	<i>V de Cramér</i>	–	–		0,156	
2.4. Menciona fontes (pessoas ou instituições) que criticam o ataque? (N = 272)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	4,759	6,522 (0,021)		15,325	
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	(0,037)			(0,000)	
	<i>V de Cramér</i>	0,180	0,361		0,237	

(continua)

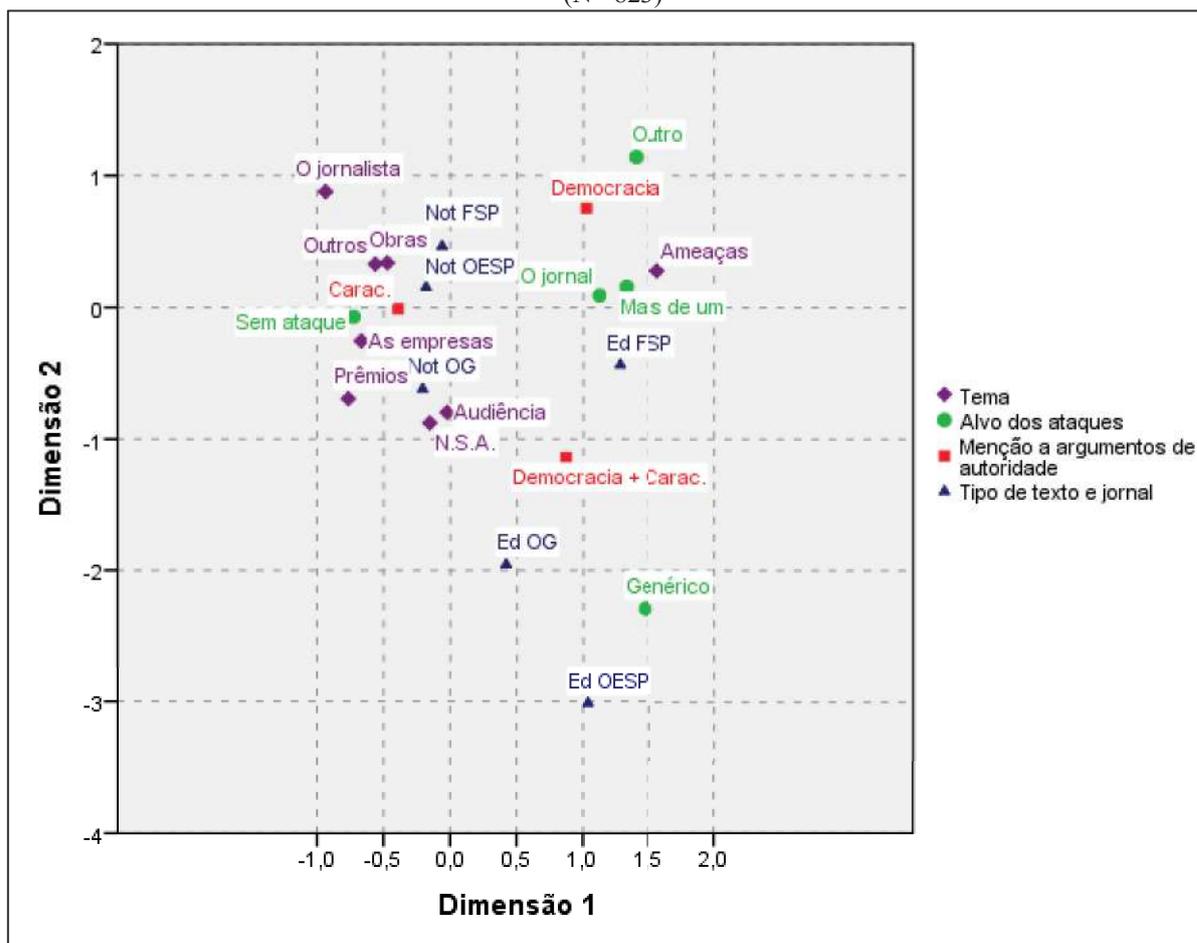
TABELA 24– RESULTADOS DOS CRUZAMENTOS ENTRE EDITORIAIS E NOTÍCIAS PARA TODAS AS VARIÁVEIS

Variável	Resultado do teste de associação	(conclusão)			
		FSP	OESP	OG	Todos os jornais
3. Menciona o papel exercido pelo Jornalismo ou pelo jornal para defender a democracia, ou sua importância na democracia? (N = 823)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	11,830	14,772	3,231	36,375
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	<b>(0,002)</b>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,096)</b>	<b>(0,000)</b>
	<i>V de Cramér</i>	0,159	0,291	–	0,210
4. Menciona características normativas do Jornalismo? (N = 823)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	7,202	28,742	2,288	39,191
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	<b>(0,011)</b>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,225)</b>	<b>(0,000)</b>
	<i>V de Cramér</i>	0,124	0,406	–	0,218
5. Enfatiza atributos positivos de um jornalista? (N = 823)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	3,637	6,114	2,333	12,523
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	<b>(0,083)</b>	<b>(0,018)</b>	<b>(0,220)</b>	<b>(0,001)</b>
	<i>V de Cramér</i>	–	0,187	–	0,123
6. Se você marcou “sim” em uma ou mais variáveis entre 3 e 5, em que parte do texto está (ou estão) esse (ou esses) argumento(s)? (N = 488)	<i>Qui-quadrado de Pearson</i>	29,497	35,607	15,316	90,707
	<i>ou Teste de Fisher (p)</i>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>	<b>(0,000)</b>
	<i>V de Cramér</i>	0,378	0,552	0,428	0,431

FONTE: A autora (2022).

Essas características ficam ainda mais claras quando realizamos uma Análise de Correspondência Múltipla (Gráfico 3) considerando o tipo de texto, o alvo dos ataques citados, o tema das peças e a menção a argumentos de autoridade jornalística (associações entre Jornalismo e democracia e referências a características normativas). No Gráfico 3, a dimensão 1 pode ser considerada a mais explicativa, visto que possui Alfa de Cronbach de 0,743, frente a 0,468 da dimensão 2.

GRÁFICO 3 – ANÁLISE DE CORRESPONDÊNCIA MÚLTIPLA PARA EDITORIAIS E NOTÍCIAS (N= 823)



	Alfa de Cronbach	Inércia
<b>Dimensão 1</b>	0,743	0,564
<b>Dimensão 2</b>	0,468	0,385
<b>Média</b>	0,631	0,475

Observação: onde há “N.S.A.” na variável tema, leia-se “Não se aplica” (i.e., o tema central da peça não era relacionado à prática jornalística).

FONTE: A autora (2022).

Observa-se que os editoriais se concentram mais à direita do gráfico, próximos à presença de menções a ataques, à presença de referências a associações entre Jornalismo e democracia e a citações dessa variável em conjunto com a de características normativas da atividade. Nota-se, porém, que os editoriais de *O Globo* estão mais distantes das peças opinativas dos demais periódicos e mais próximos das notícias, o que indica que, no caso do jornal carioca, as distinções entre os dois tipos de peças não são tão fortes (o que já aparecia nos resultados da Tabela 24).

No capítulo seguinte discutimos os resultados aqui expostos à luz da literatura anteriormente apresentada, de nossas hipóteses e questões de pesquisa.

## 7 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta tese busca compreender de que maneira organizações jornalísticas utilizam o conteúdo que produzem para defender sua legitimidade institucional no decorrer de governos populistas. Para tanto, nossa análise empírica se debruçou sobre 823 peças jornalísticas (770 notícias e 53 editoriais) publicadas por *quality papers* brasileiros (*Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*) durante 2019 e 2020, i.e., nos dois primeiros anos de Jair Bolsonaro como presidente do Brasil. Nosso ponto de partida é de que, durante administrações de políticos populistas, como é o caso de Bolsonaro, a presença de argumentos relacionados à autoridade jornalística pode se tornar de mais fácil identificação no conteúdo produzido por tais organizações, tendo em vista a postura anti-imprensa de líderes desse tipo.

A seguir discutimos os resultados apresentados tendo como guias nossas hipóteses e questões de pesquisa.

### 7.1 HIPÓTESE 1: A DEFESA DA AUTORIDADE JORNALÍSTICA

Nossa primeira hipótese era de que *a defesa da legitimidade institucional do Jornalismo manifesta por meio da ênfase a atributos normativos da atividade – e.g. imparcialidade, objetividade e isenção – e à sua atuação na manutenção da democracia*. Os resultados apresentados no capítulo seis demonstram que parte significativa do *corpus* não apresentava referências à associação entre Jornalismo e democracia (75,8%) ou menções a características normativas da atividade (65,9%).

No entanto, conforme apontam os exemplos citados anteriormente, quando havia presença dessas duas variáveis no *corpus*, a defesa da legitimidade institucional do Jornalismo era apresentada, frequentemente, de maneira explícita. Em outras palavras, havia, em sua maior parte, menções claras ao que seriam princípios do chamado “Jornalismo profissional” – isenção, imparcialidade, objetividade etc. – e a seu papel na manutenção do regime democrático. Nesse sentido, as narrativas (HANITZSCH; VOS, 2017) produzidas pelos próprios periódicos acerca do Jornalismo reproduzem os ideais normativos atrelados à atividade, mesmo que tais princípios não sejam, necessariamente, observados na prática (HANITZSCH; VOS, 2016).

Em outras palavras, nossos dados demonstram o fenômeno descrito por Ryfe (2006b) ao tratar do caráter institucional do Jornalismo. Conforme exploramos no capítulo três, o autor afirma que as normas jornalísticas envolvem comportamentos considerados legítimos e

apropriados para a produção das notícias. Segundo ele, essas regras são mobilizadas como forma de reforço da legitimidade institucional do Jornalismo diante dos pares, da audiência e de outros atores políticos.

Nesse sentido, ainda com relação à primeira hipótese, podemos afirmar que a análise revelou outras formas de defesa da autoridade jornalística sem que houvesse, necessariamente, a menção expressa aos princípios normativos anteriormente elencados. E.g., conforme descrito por Vos e Thomas (2018a), há casos em que os periódicos apresentam episódios de desvios à conduta que seria aceitável como forma de reafirmar suas práticas profissionais. O mesmo ocorre, em algumas ocasiões, em textos que tratam da disseminação de *fake news*: os jornais buscam se contrapor ao fenômeno da desinformação, dizendo, por exemplo, que esse tipo de conteúdo constitui uma espécie de antijornalismo. Tais achados também estão em linha com as descobertas de Tandoc Jr., Jenkins e Craft (2018). No caso norte-americano, os autores identificaram que, ao tratar do fenômeno das *fake news*, periódicos do país utilizaram a discussão sobre desinformação para reforçar as barreiras da autoridade jornalística.

Os textos noticiosos analisados apresentaram, ainda, casos de autopropaganda. São peças que tratam de prêmios recebidos pelos jornais, de eventos promovidos pelos periódicos, de novos produtos oferecidos pelas empresas e do aniversário das organizações jornalísticas. Chama a atenção, nesse caso, o fato de que esses textos seguem a gramática de notícias, tanto visualmente – já que estão em seções informativas sem indicação de que não são, necessariamente, peças desse tipo – quanto em seu formato – contendo a estrutura da pirâmide invertida e a citação a fontes, que por vezes são executivos das próprias empresas jornalísticas.

Destacam-se, ademais, as peças informativas que tratavam dos jornalistas como indivíduos, seja expondo suas visões da cobertura jornalística, na forma de depoimentos, ou tratando de suas vidas pessoais. Casos de mortes de profissionais possuem tratamento especial dos periódicos, principalmente quando são jornalistas consagrados – estes ganham matérias diferenciadas, de página inteira, com depoimentos de figuras públicas e colegas ressaltando seus atributos positivos, tanto no trabalho quanto na vida pessoal.

Argumenta-se que esses dois tipos de texto – sob a perspectiva dos profissionais jornalistas e de autopropaganda – também são formas de defesa da legitimidade institucional do Jornalismo. No caso dos depoimentos dos profissionais, ou dos textos que tratam de sua vida pessoal ou profissional, delimita-se a fronteira entre o que seriam os “bons jornalistas”, ou seja, aqueles que seguem os princípios do Jornalismo isento e apegado aos fatos, e os “não jornalistas”. Ademais, nota-se um grau de corporativismo, a ponto de um texto de OESP mencionar uma fonte que classifica os profissionais de imprensa como “próximos a filósofos”.

Ao mesmo tempo, há peças que enfatizam características pessoais de jornalistas, buscando aproximá-los da audiência, mostrando que profissionais da imprensa também têm hobbies, histórias pessoais etc. Há, portanto, um duplo movimento. De um lado, identifica-se a tentativa de diferenciar jornalistas das outras pessoas (incluindo o público), retratando-os como profissionais com habilidades especiais para ler o mundo e “transmitir” fatos por meio do conteúdo noticioso – em alguns casos, recaindo em certa presunção. De outro, há um esforço para demonstrar que jornalistas são “gente como a gente”, humanizando quem está por trás da produção da notícia.

Considerando peças com características de autopropaganda, podemos dizer que há construções de autoelogio, buscando ressaltar o que seriam virtudes dos periódicos e de seus profissionais sob o ponto de vista normativo. Em outras palavras, destacar que o conteúdo que produzem é premiado, por exemplo, também é uma forma pela qual as empresas jornalísticas buscam solidificar sua posição não apenas como organizações credenciadas a praticar o Jornalismo considerado “de qualidade”, mas também para diferenciar-se da concorrência. No caso de novos produtos, chama a atenção o fato de os periódicos utilizarem as características normativas da profissão como ativos para atrair novos leitores e assinantes. I.e., colocar-se como isento e objetivo ou defensor da democracia é parte, também de uma estratégia de negócios das empresas jornalísticas, e não apenas uma questão de princípios. A legitimidade institucional, portanto, também tem um propósito de sobrevivência mercadológica.

Tal característica fica clara em textos publicados por FSP. Conforme exploramos no capítulo seis, em um especial sobre a ditadura militar, um texto noticioso da *Folha* afirma, explicitamente, que o alinhamento do periódico às manifestações pela redemocratização do país tinha, também, caráter mercadológico, com fins de reposicionar a marca do jornal e alavancar seu prestígio em face de seu principal concorrente, OESP. Texto da mesma empresa relaciona ataques ao Jornalismo com um “teste de estresse da democracia” no país – referindo-se ao governo Bolsonaro –, afirmando que há uma “campanha espontânea” do público para assinar o periódico como uma forma de manifestar-se pela defesa das instituições democráticas. Mais uma peça cita leitores do próprio jornal que afirmam que assinar FSP constitui um “ato de resistência” a pendores autoritários. Ou seja, diante de um contexto hostil à imprensa, o reforço das características normativas do Jornalismo constitui uma forma de advogar pela necessidade da existência da profissão, buscando sensibilizar um nicho de leitores que assinariam um periódico jornalístico por preocupações com a saúde da democracia brasileira.

Textos noticiosos, especialmente os publicados por OG, também demonstram como a menção a características normativas do Jornalismo pode ser parte de uma estratégia de

negócios. Em matérias a respeito das relações entre empresas jornalísticas e plataformas online, como *Google e Facebook*, a premissa era de que essas organizações precisam ser remuneradas pela produção de conteúdo com técnicas de apuração, i.e., de informação “de qualidade”. Há, ainda, a ideia de que redes sociais digitais e buscadores estabelecem uma relação predatória com empresas jornalísticas, visto que disseminam o material produzido por elas sem pagar por isso. Assim, mais uma vez, a ideia de que organizações jornalísticas produzem materiais confiáveis, por seguirem os princípios do “bom Jornalismo”, é uma forma de delimitação do espaço de atuação de tais empresas também do ponto de vista mercadológico. O raciocínio, nesse sentido, é de que, se o Jornalismo é imprescindível para o funcionamento do regime democrático, e o conteúdo produzido por organizações jornalísticas tradicionais diferencia-se do que é publicado por outras fontes, é justo (e necessário) que periódicos da área sejam remunerados pelo material que confeccionam não só pelos leitores, mas também pelas plataformas de tecnologia.

Chama a atenção, nesse caso, que argumentos de legitimidade institucional do Jornalismo podem ser mobilizados como ativos para a realização de uma espécie de lobby por parte de organizações do ramo. Ou seja, fica claro que a análise da atuação política de empresas jornalísticas (PAGE, 1996; THESEN, 2017) precisa levar em conta dimensões mercadológicas que não necessariamente envolvem, apenas, casos de paralelismo político (HALLIN; MANCINI, 2004a) ou instrumentalização dessas organizações (MANCINI, 2018). Em outras palavras, ainda que a cobertura jornalística funcione como um mecanismo de distribuição e manutenção de estruturas de poder (PIERSON, 2016; ENTMAN, 2007), faz-se necessário identificar quais interesses podem estar por trás de determinados posicionamentos dos periódicos, a exemplo do apoio a candidatos específicos durante processos eleitorais ou a governos. I.e., é preciso levar em conta que as próprias organizações jornalísticas são parte da distribuição de poder dentro das sociedades democráticas – e que, por isso, sua atuação não ocorre de forma neutra, a despeito do que prescrevem os ideais normativos da atividade.

Diante de tais resultados, considera-se que nossa primeira hipótese foi confirmada. Mas, conforme argumentamos até aqui, observa-se que há outras maneiras de defesa da atividade jornalística que não apenas a menção explícita a aspectos normativos da atividade e sua relação com o sistema democrático. Nesse sentido, os achados demonstram que, em linha com o que afirmam Mahoney e Thelen (2010), assegurar a continuidade de determinados arranjos institucionais, a exemplo da prática jornalística, requer uma constante mobilização de apoio – o que, no caso das organizações jornalísticas, ocorre por meio do conteúdo publicado.

## 7.2 HIPÓTESE 2: COMPARAÇÃO ENTRE OS PERIÓDICOS ANALISADOS

Nossa segunda hipótese dizia que *FSP*, *OESP* e *OG* apresentam um comportamento institucional no que diz respeito à defesa da autoridade jornalística, ou seja, têm coberturas noticiosas e editoriais semelhantes. Partimos, nesse caso, da aplicação da teoria neoinstitucionalista ao estudo do Jornalismo (COOK, 2005; RYFE, 2006a; SPARROW, 2006): como tratamos de características normativas da atividade, i.e., aspectos institucionais, esperávamos não haver diferenças significativas entre os periódicos ao longo do estudo. Em outras palavras, visto que os princípios do que seria o Jornalismo “profissional” ou “de qualidade” são compartilhados pelos três *quality papers*, nossa expectativa era de que tais argumentos se manifestassem de forma semelhante na cobertura das três empresas sob análise.

Os dados apresentados demonstram que, no caso de referências à associação entre Jornalismo e democracia, há diferenças estatisticamente significativas entre os periódicos somente quando consideramos o *corpus* total. Mesmo assim, a intensidade da associação é fraca, de 11,3%. Os resíduos padronizados indicaram que a relação com significância estatística ocorre porque textos de *OESP* tendem a apresentar mais menções a esse argumento (RP = 3,0), enquanto o contrário ocorre para *FSP* (RP = -2,8).

Quando observamos dados que concernem a variável referente a características normativas do Jornalismo também há diferenças estatisticamente significativas entre os periódicos. Mas, considerando o *corpus* total, a intensidade dessa relação é baixa, de apenas 8,5%. Voltando nossa atenção apenas às peças editoriais vemos que a associação ganha mais força (segundo o teste de V de Cramér, de 34,2%), indicando distinções mais pronunciadas entre os três jornais. Nota-se, nesse caso, que *OESP* tende a apresentar, em suas peças opinativas, mais menções do que o esperado a características normativas do Jornalismo (RP = 2,4) em detrimento de seus concorrentes.

Os resultados também revelaram diferenças tímidas entre os periódicos se considerarmos em que parte do texto apareciam os argumentos de autoridade jornalística. O cruzamento entre essa variável e os jornais em que os textos foram publicados foi estatisticamente significativo apenas quando consideramos o *corpus* completo, com intensidade de 10%. Nota-se, nesse caso, que *FSP* teve mais casos do que o esperado de menções a fontes (RP = 2,3), enquanto *OESP* apresenta excesso de ocorrências na categoria que apontava a presença de argumentos tanto pela citação de fontes quanto na voz do próprio periódico (RP = 2,1). Esse efeito, porém, nos parece ter ocorrido pela maior presença de editoriais entre os textos

do *Estadão*, enquanto FSP tem maior frequência de notícias. A tese é reforçada considerando-se que o mesmo cruzamento não teve resultados estatisticamente significativos quando fazemos o teste com editoriais e notícias separadamente.

É preciso destacar que, como argumentamos anteriormente, os resultados da análise apontaram para outras formas de defesa da autoridade jornalística, sem que necessariamente houvesse menção explícita aos argumentos associando o Jornalismo à democracia ou relacionados a aspectos normativos da atividade. Observou-se, por exemplo, que FSP e OG apresentam formatos distintos de textos noticiosos, com depoimentos de repórteres, o que não ocorre em OESP. A *Folha* e *O Globo* também possuem mais casos de textos tratando de prêmios e homenagens. Nesse caso, cabe enfatizar que, proporcionalmente, OG tem maior frequência dessa categoria na variável tema – um indicativo de que, quando trata da prática jornalística, o periódico carioca adota uma cobertura mais voltada à sua própria atuação do que os demais.

Esses dados nos permitem afirmar que nossa hipótese foi parcialmente confirmada. De um lado, observamos semelhanças entre os periódicos, que nos parecem estar relacionadas, precisamente, ao caráter institucional associado à prática jornalística. Ou seja, há um grau de compartilhamento de princípios que regem a atividade pelos três jornais analisados, visto que as empresas em questão são *quality papers*. A partir dos dados, nossa interpretação é de que esse compartilhamento se dá, predominantemente, por constrangimentos econômicos, conforme argumenta Sparrow (2006). Em outras palavras, no caso das empresas jornalísticas, apresentar-se aos leitores como empresas que praticam uma cobertura isenta, objetiva e atrelada à manutenção da democracia nos parece estratégico do ponto de vista do modelo de negócios de tais organizações. Assim, se de uma perspectiva individual – i.e., dos jornalistas – a adesão aos ideais normativos da atividade parece ocorrer por uma questão de convicção (COOK, 2006), para as organizações jornalísticas esses mesmos ideais se mostram importantes ativos na busca por conquistar novos leitores e adquirir financiamento, seja pela venda de espaços de publicidade ou pelo aumento da carteira de assinantes.

Isso nos leva às distinções observadas entre os periódicos. No caso dos editoriais, vale reforçar que uma das diferenças entre tais peças e as notícias é seu papel na construção da identidade dos periódicos jornalísticos (PFETSCH, 2008; PIMENTEL; MARQUES; SANTOS, 2021). Portanto, é natural que, mesmo que compartilhem de valores normativos do Jornalismo, as empresas sob análise apresentem nuances e maneiras distintas de abordar tais aspectos.

De fato, os periódicos precisam equilibrar-se em uma linha tênue: ao mesmo tempo em que posicionar-se em defesa do Jornalismo, de forma ampla, é importante para todos as

empresas do campo, as organizações precisam se diferenciar em busca de seu espaço no mercado de comunicação. Isto é, a manutenção da legitimidade institucional do Jornalismo diante da sociedade é relevante para os três periódicos, mas a defesa desses aspectos não anula a concorrência que existe entre as empresas jornalísticas.

### 7.3 HIPÓTESE 3 E QUESTÃO DE PESQUISA 1: DEFESA DA AUTORIDADE JORNALÍSTICA EM TEXTOS QUE TRATAM DE AMEAÇAS À LIBERDADE DE IMPRENSA

A tese também buscou compreender de que maneira a cobertura de ameaças à liberdade de imprensa estava relacionada à presença de argumentos associados à autoridade jornalística. Nossa intenção, nesse caso, foi compreender de que forma o possível cerceamento da atividade jornalística está relacionado à defesa institucional da atividade, i.e., como as organizações sob análise mobilizam argumentos de autoridade em contextos hostis. Desvelar esse mecanismo nos parece especialmente frutífero considerando que nosso recorte temporal abrange parte de um governo populista (PANIZZA, 2005; LACLAU, 2005a; 2005b; MUDDE, 2004; 2017), que tem por característica um comportamento anti-imprensa, semelhante ao descrito em outros casos (e.g. MEEKS, 2019; SOLIS; SAGARZAZU, 2019; AVILA; KITZBERGER, 2020; ROGENHOFER; PANIEVSKY, 2020; TAPSELL, 2021), e de ataque às instituições democráticas (ALBUQUERQUE, 2021; AVRITZER; KERCHÉ; MARONA, 2021).

Abordando especificamente casos de hostilidade envolvendo empresas jornalísticas e profissionais vinculados a elas, a hipótese H3 dizia que, *quando tratam de ataques à imprensa, os periódicos enfatizam aspectos associados à legitimidade institucional da atividade mesmo que a agressão envolva outras empresas jornalísticas e profissionais vinculados a elas*. Nossa intenção, nesse caso, foi verificar se há um comportamento institucional dos periódicos quando há a percepção de que a própria atividade jornalística está em risco.

Com relação à abordagem de episódios de agressão, os dados demonstraram algumas distinções entre os três jornais. Mesmo que mencionem ataques com frequência proporcionalmente semelhante (a relação entre essa variável e o jornal em que foram publicados os textos teve intensidade de apenas 8,8% no total), as três organizações sob análise o fazem de maneiras distintas, especialmente no que diz respeito aos alvos das agressões. No caso das peças opinativas, os dados demonstraram que OESP tratou mais do que o esperado de agressões à imprensa de forma genérica, enquanto OG se posicionou quando os ataques ocorreram contra

o próprio periódico ou profissionais vinculados a ele. Em outras palavras, em seus editoriais, o *Estadão* adota uma postura mais institucional do que os demais jornais, voltada à defesa da atividade jornalística como um todo – e não apenas em casos de agressão com alvos específicos. Já *O Globo* possui comportamento mais corporativista, optando por posicionar-se quando é, ele mesmo (ou seus profissionais), alvo de um ataque.

Ainda com relação à menção a casos de violência contra a imprensa, os resultados demonstram que, quando cruzamos os autores dos ataques citados com a presença da variável que aponta para a menção de dados ou desqualificação dos agressores, apenas os textos de FSP apresentam significância estatística. Ou seja, no caso da *Folha*, a apresentação de dados que refutem os ataques ou de desqualificação do agressor está relacionada a quem era o autor do ataque. A intensidade da associação foi moderada, de 34,9%. Mesmo assim, quando escrutinamos os dados dos resíduos padronizados, notamos que a relação ocorre por causa das categorias “governos anteriores do Brasil” (RP = -2,3) e “outros” (RP = -3,0), que têm menos casos do que o esperado. I.e., mesmo que haja relação estatística, a associação ocorre por categorias que nos parecem secundárias.,

Apesar dessas diferenças, quando cruzamos a presença de associações entre Jornalismo e democracia à menção de episódios específicos de ataques, obtemos resultados estatisticamente significativos para notícias em todos os jornais (com intensidade de 35,3% para FSP, 24,6% para OESP e 28,5% para OG). Para as peças opinativas, a relação aparece apenas para o *Estadão* – nesse caso, com mais força, de 45,9%. O mesmo não ocorre para a citação a características normativas do Jornalismo. Ou seja, a referência a princípios como objetividade e imparcialidade não está estatisticamente associada à menção de episódios específicos de hostilidade contra a imprensa.

Os dados nos indicam, ademais, que os alvos dos ataques têm nenhuma ou pouca influência na mobilização de tais argumentos. No caso da presença de associações entre Jornalismo e democracia, não há resultados estatisticamente significativos no cruzamento entre essas variáveis. Já para a variável que se refere a características normativas da atividade aparece a significância estatística, mas o efeito, no total, é baixo (17,9%).

Considerando os autores dos ataques mencionados, por sua vez, os resultados apontaram que há relação estatística com a presença de associações entre Jornalismo e democracia para notícias de FSP e OESP, enquanto não observamos relações com significância estatística para OG. Os resíduos padronizados ajustados mostraram que, ao contrário do que poderíamos supor, há maior presença desse tipo de argumento de autoridade quando os autores são membros do Judiciário (RP = 2,5 para FSP e RP = 2,2 para OESP). Já no cruzamento da variável que

indicava referências a características normativas com a que identificava os autores dos ataques não computamos resultados estatisticamente significativos.

Considera-se, a partir desses dados, que a hipótese H3 também foi parcialmente confirmada. De um lado, os dados demonstram que os alvos dos ataques têm pouca ou nenhuma influência sobre a mobilização de argumentos relacionados à autoridade jornalística por parte das empresas analisadas, o que indica um comportamento institucional dos periódicos. De outro, a presença de citações a episódios específicos de ataque à imprensa está relacionada, do ponto de vista estatístico, apenas à variável que descreve associações entre Jornalismo e democracia. A referência a características normativas da atividade, portanto, não está associada à menção, ou não, de ataques.

Cabe destacar, ainda, que os ataques citados pelos periódicos estão relacionados a outros agentes que não o próprio presidente Jair Bolsonaro, membros de seu governo e seus apoiadores, ainda que a maior parte das agressões citadas (44,4%) estivesse associada a estes agentes, especialmente nos editoriais (61,9%, o que está em linha com os critérios de editorialidade descritos por Marques e Mont'Alverne (2019)). Resgatando os dados da Tabela 9, chama a atenção que, considerando o *corpus* total, políticos de outros governos (14,5%) e membros do Judiciário (10,9%) são mencionados com mais frequência do que outros políticos brasileiros (6,9%). A presença maior de argumentos de desqualificação do autor e/ou da apresentação de dados que refutam os ataques para episódios envolvendo autoridades do Judiciário pode indicar que os periódicos consideram esse tipo de agressão mais grave do que aquelas envolvendo políticos. Nesse sentido, é possível que as organizações jornalísticas apresentem um certo desprezo por episódios associados a políticos populistas, de forma semelhante ao que identificou Koliska *et al.* (2020). I.e., ataques partindo de esferas institucionais, como Cortes judiciais, são vistas como mais graves pelas organizações jornalísticas do que agressões verbais, por exemplo, já que constituiriam um uso do próprio aparato estatal para o cerceamento do exercício do Jornalismo.

Ainda explorando contextos em que a prática jornalística é colocada em xeque, nossa Questão de Pesquisa 1 era a seguinte: *Textos que tratam de ameaças à liberdade de imprensa têm padrões distintos de defesa de valores institucionais do Jornalismo? Quais?*

Conforme explicamos ao longo da exposição dos dados, os textos sob análise podiam ter como tema central ameaças à liberdade de imprensa sem necessariamente mencionar casos específicos de hostilidade a empresas jornalísticas. Os cruzamentos entre as variáveis relativas a argumentos de autoridade jornalística – menção a associações entre Jornalismo e democracia e a características normativas da atividade – e a variável tema das peças se mostraram

significativos nos dois casos. Porém, observa-se que esses resultados ocorreram por motivos distintos.

No caso das associações entre Jornalismo e democracia, os resíduos padronizados ajustados indicaram que textos noticiosos de FSP (RP = 7,9), editoriais e notícias de OESP (RP = 2,7 e RP = 4,0, respectivamente) e notícias de OG (RP = 4,2) que tratavam de ameaças à liberdade de imprensa tiveram casos acima do esperado fazendo referência a tal argumento de autoridade. Em outras palavras, quando tratavam de possíveis cerceamentos à prática jornalística, os periódicos tenderam a mobilizar com mais frequência a ideia de que a atividade é essencial para a manutenção do regime democrático. Esse resultado demonstra a sintonia entre os posicionamentos adotados pelas próprias empresas jornalísticas e entidades de classe, já que pesquisa de Silva e Marques (2021) demonstrou que tais organizações utilizaram argumentos associando a prática do Jornalismo à manutenção do regime democrático para repudiar agressões à imprensa proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro. É curioso notar, porém, que a pesquisa dos autores demonstrou que a ANJ – associação a qual os três periódicos sob análise estão vinculados – deu mais ênfase a aspectos ligados aos riscos provocados pelo aumento da hostilidade à fiscalização do poder político pela imprensa. I.e., ao comparar nossos achados aos de Silva e Marques (2021), identificamos que, por meio de sua entidade representativa, os periódicos adotam abordagem distinta ao defender a legitimidade institucional do Jornalismo diante dos ataques.

Chama a atenção, ainda, que, mais uma vez, há relação estatística para os editoriais de OESP. Os resultados delinearam, portanto, a existência de características específicas das peças opinativas do *Estadão*: o periódico publicou mais editoriais tratando da atividade jornalística; citou ataques à imprensa com mais frequência; tratou mais de hostilidade à imprensa de forma genérica, em detrimento de eventos ocorridos com seus próprios profissionais; mencionou mais casos de agressão que tiveram como autor o presidente Jair Bolsonaro, seu governo, aliados ou apoiadores; e, estatisticamente, tendeu a acionar a tese de que o Jornalismo é essencial à democracia de forma associada à abordagem de temas que envolvem ameaças à liberdade de imprensa. A diferenciação dos editoriais de OESP explicita o padrão descrito por Guerreiro Neto (2016), que aponta que peças opinativas do periódico se caracterizam por posicionamentos fortes e bem delimitados. I.e., a força argumentativa dos editoriais do *Estadão*, de fato, parece ser um traço da identidade do jornal (PIMENTEL; MARQUES; SANTOS, 2021) que o distingue dos demais periódicos.

Para a citação de características normativas do Jornalismo, por sua vez, nota-se que a presença desse tipo de argumento está mais relacionada a textos que tratavam das próprias

empresas jornalísticas, seu mercado e suas rotinas produtivas (RP = 4,5 considerando notícias de todos os jornais). Ressalte-se que essa categoria abarcava peças que tratavam, por exemplo, de novos produtos ofertados pelas empresas jornalísticas – o que reforça nossa tese de que a menção a esses aspectos está associada a uma estratégia mercadológica das organizações.

No que diz respeito à Questão de Pesquisa 1, portanto, podemos dizer que textos que tratam de ameaças à liberdade de imprensa estão associados a construções retóricas que relacionam a prática jornalística à manutenção do regime democrático.

A essa altura, cabem algumas reflexões em relação aos modos como os periódicos se posicionaram quando noticiaram e/ou se posicionaram a respeito de casos específicos de ataques proferidos contra empresas jornalísticas e seus profissionais. Os dados apresentados indicam que 272 textos, sendo 23 editoriais e 249 notícias, mencionaram algum episódio de hostilidade. Desses, 248 (21 peças opinativas e 227 informativas) identificavam os autores das agressões, sendo que 110 (44,4%, ou 97 notícias e 13 editoriais) tratavam de ofensas e/ou outros tipos de violência proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro, seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores.

A título de ilustração, relatório publicado pela Fenaj<sup>271</sup> indica que, apenas em 2020, foram registrados 175 casos de agressão realizados por Bolsonaro<sup>272</sup> contra profissionais da imprensa. I.e., nem todos os ataques proferidos pelo presidente Jair Bolsonaro são considerados graves o suficiente para que as empresas jornalísticas os noticiem e, além disso, se posicionem sobre eles. Nesse sentido, podemos identificar, no caso brasileiro, paralelos e diferenças em relação ao que já foi observado na literatura de Comunicação Política a respeito de respostas de organizações jornalísticas a ataques de políticos populistas.

Por exemplo, estudo de Lischka (2017) indica que o jornal *The New York Times* relaciona ataques proferidos pelo ex-presidente Donald Trump à imprensa como ameaças à democracia. De outro lado, Koliska *et al.* (2020) identificam que periódicos norte-americanos acionam características normativas do Jornalismo quando respondem a ataques – e, conforme deixamos claro em nossa exposição, não foram observadas relações estatisticamente significativas entre a menção a esses aspectos e a referência a episódios de hostilidade à imprensa. Outro elemento que aparece na pesquisa de Koliska *et al.* (2020) é a desqualificação de Trump nos textos dos periódicos norte-americanos. Nossos resultados, de outro lado, apontam que essa desqualificação está mais associada, do ponto de vista estatístico, a outros

---

<sup>271</sup> Ver [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio\\_fenaj\\_2020.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2021/01/relatorio_fenaj_2020.pdf).

<sup>272</sup> O relatório de 2019 da Fenaj agrupa as agressões de Bolsonaro às de outros políticos. Por isso, não citamos o dado aqui.

políticos e membros do Judiciário brasileiro – ainda que 45,1% das notícias (46 casos) e 68,8% dos editoriais (11 ocorrências) que mencionavam ataques proferidos por Bolsonaro e seus aliados/apoiadores tenham apresentado dados ou formas de desqualificação.

Nossos dados indicam, portanto, que *quality papers* brasileiros, quando tratam de ataques à imprensa, enquadram os casos relacionando a prática jornalística à democracia. Em outras palavras, o principal argumento de autoridade mobilizado pelos periódicos é de que, ao hostilizar jornalistas, políticos e outros atores estariam, na realidade, atentando contra o próprio regime democrático. De outro lado, a citação a características normativas da atividade, como isenção, objetividade e apuração/checagem de fatos – ainda que aconteça em textos tratando sobre ameaças à liberdade de imprensa – está mais associada a outras discussões sobre o Jornalismo, incluindo o relacionamento com plataformas digitais e dinâmicas internas das próprias organizações.

Exemplos mencionados no capítulo seis demonstram, ademais, como ataques que não são dirigidos diretamente a OESP são utilizados pelo periódico, em suas peças opinativas, como oportunidades para a construção da imagem do próprio jornal. E.g., em “Capricho infantil” (08/08/2019), texto em que trata de uma medida do governo que atingia todos os periódicos impressos, o *Estadão* diz que “em sua história de 144 anos, não foram poucas as tentativas de calar *O Estado de S. Paulo* com ações semelhantes” às de Bolsonaro – mesmo que OESP não tenha sido mencionado, expressamente, pelo presidente. Ou seja, episódios de hostilidade à imprensa, no âmbito da vida pessoal dos jornalistas e em seu cotidiano profissional, causam grandes transtornos e até mesmo patologias e assassinatos. Mas, sob a perspectiva de empresas de comunicação, esses casos podem ser oportunidades para que tais organizações reforcem sua imagem como instituições democráticas que sobrevivem a diferentes governos praticando Jornalismo sério, independente e de qualidade. Do ponto de vista mercadológico, portanto, se opor a políticos populistas – e até mesmo ser alvo de seus ataques – não é necessariamente ruim para as estratégias de negócio das empresas do ramo.

Nesse sentido, é interessante destacar que os periódicos escolhem quais episódios merecem destaque, tanto na seção noticiosa quanto nos textos opinativos. Nesse caso, pode ocorrer uma tentativa de evitar amplificar determinados posicionamentos ou agressões. Futuras investigações podem se dedicar a compreender qual é o limiar que determina se uma agressão proferida por um populista merece, ou não, ser noticiada pela imprensa e/ou receber posicionamentos em editoriais.

De fato, conforme argumenta Panievsky (2021a; 2021b), lidar com a hostilidade que parte de líderes políticos, especialmente de populistas, não é tarefa comezinha para as empresas

jornalísticas. Isso porque, ao ignorar episódios, as organizações podem ser vistas como superiores – i.e., as agressões são tão baixas que não valem ser repercutidas – ou, então, perder a chance de se posicionarem e ocuparem espaços, inclusive dentro do mercado de comunicação. Responder aos ataques, porém, pode significar dar mais munição aos agressores, que podem ver uma cobertura mais adversária como a confirmação de suas críticas.

#### 7.4 QUESTÃO DE PESQUISA 2: COMPARAÇÃO ENTRE NOTÍCIAS E EDITORIAIS

Por fim, buscamos entender de que forma editoriais e notícias se diferenciam quando tratamos de aspectos relacionados à legitimidade institucional do Jornalismo. Exemplos mencionados ao longo do capítulo seis já demonstram que peças informativas e opinativas apresentam aspectos associados à defesa de tal legitimidade, mas que há distinções nos dois casos – o que era de se esperar, considerando as características específicas de cada tipo de texto (MONT’ALVERNE; MARQUES, 2019; EDILERS, 2000; RUPAR, 2007).

Os dados expostos demonstram, ainda, que, no caso de notícias, a maior parte dos textos que apresentavam algum argumento de autoridade jornalística, ou que mencionavam atributos positivos de profissionais, o fizeram por meio do acionamento de fontes (no total, 61,8%). Apenas 20% dos textos informativos apresentaram esse tipo de aspecto no texto do próprio repórter ou do jornal (nesse último caso, frequentemente sob a forma de notas escritas em nome dos periódicos). Esse comportamento reforça a ideia de testemunhas oportunas, descrita por Hagen (1993). Em outras palavras, a citação a fontes é utilizada de forma estratégica pelos periódicos, de modo a promover o reforço da autoridade jornalística com uma aura de objetividade, i.e., sem que haja a percepção de que os jornais estão fazendo autopropaganda.

Nos editoriais, por outro lado, os mesmos aspectos normativos apareceram, em 86% dos casos, na voz do próprio periódico. Ademais, a análise de variáveis sobre ataques proferidos contra a imprensa demonstra que, proporcionalmente, as peças opinativas apresentam mais casos de desqualificação dos autores das agressões (69,6%) do que peças informativas (41,8%). Ou seja, nos editoriais, como era esperado, os periódicos assumem uma postura mais combativa e assertiva, direcionando duras críticas aos autores dos ataques e defendendo mais enfaticamente os seus posicionamentos (MOLDOFF, 2008; MONT’ALVERNE; MARQUES, 2015).

Nesse contexto, a nossa Questão de Pesquisa 2 era a seguinte: *de que forma editoriais e notícias se relacionam no que diz respeito à defesa da autoridade institucional do Jornalismo?*

A comparação entre o comportamento dos dois tipos de texto na análise realizada a partir de nosso livro de códigos demonstrou que ambos possuíam diferenças estatisticamente significativas em oito das 12 variáveis escrutinadas. Observando os resultados para cada um dos periódicos, porém, nota-se que diferenças com significância estatística ocorrem com mais frequência pra OESP (sete variáveis). Para FSP, o mesmo acontece em quatro cruzamentos, enquanto para OG são apenas três variáveis com resultados estatisticamente significativos. Em outras palavras, mais uma vez nossos dados apontaram para uma maior diferenciação das peças opinativas do *Estadão* na comparação com os outros dois jornais.

Esses resultados ficaram visualmente mais claros no Gráfico 3, apresentado no capítulo anterior, em que realizamos uma Análise de Correspondência Múltipla considerando quatro variáveis: tipo de texto (editorial ou notícia) e jornal em que ele foi publicado; menção a argumentos de autoridade (associações entre Jornalismo e democracia e características normativas da atividade); tema das peças analisadas; e alvo dos ataques à imprensa (quando casos de hostilidade forma mencionados).

O Gráfico demonstrou que notícias e editoriais se localizam em grupos distintos de agrupamento de categorias. De um lado, editoriais de FSP e OESP ficam próximos ao tema “ameaças à liberdade de imprensa”, à presença de menção às duas variáveis de argumentos associados à autoridade jornalística; e à citação de ataques a empresas jornalísticas e profissionais da imprensa. De outro, notícias dos três periódicos se aglomeram junto aos demais temas identificados nas peças (e.g. assuntos relacionados às próprias empresas jornalísticas, prêmios e homenagens concedidos às organizações etc.) e à ausência de citação a episódios de hostilidade contra a imprensa.

Nota-se que os editoriais de OG, nesse caso, não estão tão próximos quanto as peças opinativas de FSP e OESP. Ou seja, os editoriais do jornal carioca se diferenciam menos das notícias do que os dos outros dois periódicos sob análise – o que já ficava claro nos cruzamentos que realizamos entre as demais variáveis, conforme mencionamos anteriormente.

Concluimos, em relação à QP2, que notícias e editoriais possuem características próprias, mas que essas diferenciações são mais salientes no caso do *Estadão*. Ou seja, como já afirmamos, OESP possui um comportamento próprio nos textos opinativos, o que indica a construção de uma identidade mais delimitada na comparação com os concorrentes.

No capítulo a seguir apresentamos as conclusões do estudo aqui apresentado.

## 8 CONCLUSÃO

A democracia brasileira vem passando por momentos de retrocesso nos últimos anos. Desconfiança em relação a instituições, acirramento da polarização ideológica, prisões de lideranças políticas, um processo de *impeachment* e a ascensão de um líder populista de extrema-direita são ingredientes de uma conjuntura turbulenta, que vem provocando preocupações com relação à saúde do regime democrático no país. Nesse sentido, a teoria neoinstitucional nos permite afirmar que a democracia brasileira está se aproximando de uma *critical juncture* – i.e., de um momento decisivo em que pode haver o fortalecimento do regime, ou então, um processo mais intenso de retrocesso, com características autoritárias. Nesta tese, argumentamos que compreender de que forma organizações jornalísticas têm participado desse processo passa, necessariamente, por entender como tais empresas se comportam do ponto de vista institucional, atuando politicamente e perseguindo objetivos próprios.

Sendo assim, nosso estudo empírico teve como objetivo identificar maneiras pelas quais três das principais organizações jornalísticas do país apresentam argumentos a respeito de sua legitimidade e autoridade institucionais na democracia brasileira. Cabe esclarecer que não estamos questionando a importância da oferta de informações confiáveis e da liberdade de expressão e imprensa em regimes democráticos. Entretanto, ao considerar que a autoridade do Jornalismo em prestar tais informações e constituir-se como arena para o debate público não está dada – mas é, sim, construída –, compreender de que forma as organizações jornalísticas apresentam tais argumentos nos parece fundamental. Ou seja, defendemos que é preciso desvelar dinâmicas institucionais associadas à prática jornalística para, a partir disso, entender de forma mais precisa os processos de interação da imprensa com outros atores políticos e a defesa, por parte de tais organizações, de objetivos e interesses específicos. Esse processo se torna ainda mais importante considerando contextos populistas, em que a hostilidade à imprensa se torna mais intensa. Assim, entendemos que explorar esse olhar neoinstitucional sobre as organizações jornalísticas brasileiras é uma das contribuições da presente pesquisa, visto que muitos dos estudos envolvendo o Jornalismo brasileiro ainda se debruçam sobre a atuação da imprensa em casos específicos, e não sobre como as empresas do ramo buscam manter sua legitimidade institucional junto ao público de maneira mais ampla.

Em outras palavras, argumentamos que a ideia de que o Jornalismo profissional é essencial à democracia – ainda que verdadeira – também constitui uma forma de delimitar espaços de autoridade para profissionais da imprensa e empresas jornalísticas. Trata-se, portanto, de uma forma de construção de legitimidade por meio da retórica. O raciocínio seria,

assim, de que os procedimentos envolvidos nas rotinas de produção jornalística – e.g. apuração e checagem de fatos, busca por objetividade e imparcialidade etc. – seriam credenciais para identificar o que seria o “bom Jornalismo”, em oposição à disseminação de conteúdo partidário, impreciso ou até mesmo falso.

Nossa análise empírica demonstrou que a defesa desses espaços de atuação – i.e., da legitimidade da prática jornalística e das empresas tradicionais – não ocorre, apenas, pela manifestação explícita de argumentos normativos em textos noticiosos ou opinativos. Nesse contexto, outra contribuição da pesquisa foi identificar novas maneiras de defesa da autoridade jornalística no caso brasileiro. Demonstramos, por exemplo, de que forma peças publicadas em seções informativas dos periódicos, apesar de seguirem a gramática de notícias, constituíam, na verdade, exemplos de autopropaganda. Exploramos, ademais, como atributos pessoais de jornalistas foram apresentados pelos próprios periódicos como características que os distinguem daqueles que não são profissionais da imprensa – criando, portanto, a ideia de que existe uma *expertise* própria dos jornalistas e inacessível às outras pessoas, inclusive à audiência.

Ademais, nossos dados nos permitiram discutir de que maneira ataques proferidos contra empresas jornalísticas e profissionais de imprensa em contextos populistas se constituem como oportunidades de reforço da autoridade jornalística. Vale destacar que não estamos minimizando a gravidade das ameaças ou agressões produzidas por atores políticos contra a prática jornalística e os próprios profissionais. Entretanto, é preciso refinar o debate, visto que não se pode afirmar que as empresas de comunicação são apenas vítimas de uma conjuntura de hostilidade. Estudos mencionados ao longo da tese apontam, por exemplo, como a imprensa brasileira defendeu processos que contribuiriam para fomentar distúrbios na democracia do país, como foi o caso do *impeachment* de Dilma Rousseff.

Especificamente sobre o recorte temporal da análise aqui empreendida, cabe destacar, ainda, que nem sempre os periódicos manifestaram descrença ou oposição ao presidente Jair Bolsonaro. Por exemplo, nas eleições de 2018, OESP publicou um editorial em que afirmava que escolher entre o então candidato Bolsonaro e seu oponente, Fernando Haddad, do PT, era tarefa “muito difícil”<sup>273</sup> – mesmo que características autoritárias, misóginas, homofóbicas, preconceituosas e por aí vai já estivessem presentes durante toda a carreira de Bolsonaro como deputado. Outro texto, um editorial de OG que faz parte do nosso *corpus* (“O período de calma por que passa o presidente”, 27/06/2020), demonstra certa ingenuidade das empresas

---

<sup>273</sup> Ver <https://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,uma-escolha-muito-dificil,70002538118>.

jornalísticas ao acreditar que, magicamente, o presidente teria se tornado sensato ou defensor dos princípios democráticos.

Nota-se, portanto, que, muitas vezes a título de manter princípios como imparcialidade e objetividade, os periódicos brasileiros promoveram equivalências entre posicionamentos que não podem ser equiparados – i.e., não é possível colocar como iguais pessoas e argumentos que respeitam os limites pressupostos pelo regime democrático e aqueles que violam tais premissas. Em outras palavras, do ponto de vista democrático, é mais frutífero que a imprensa chame as coisas pelos nomes que possuem, ao invés de minimizar comportamentos autoritários em nome de princípios normativos da atividade jornalística.

Quando tratamos da hostilidade de Bolsonaro à imprensa, portanto, o que defendemos é que 1) precisamos levar em consideração a participação que as próprias empresas jornalísticas tiveram na conjuntura que abriu oportunidades à ascensão do presidente (ALBUQUERQUE, 2019); e 2) é necessário considerar que, do ponto de vista mercadológico, tais ataques não são, necessariamente, ruins para as organizações jornalísticas como empresas.

Nesse sentido, a partir dos dados levantados durante o estudo, é possível afirmar que argumentos de autoridade jornalística, a exemplo da defesa de que o Jornalismo é essencial para a democracia, se constituem como ativos da imprensa na busca por manter sua autoridade e conquistar novas formas de financiamento. I.e., é preciso lembrar que as organizações jornalísticas também são empresas particulares, que precisam se financiar e têm, ademais, atuação voltada à obtenção de lucros. Isso não significa demonizar a atividade jornalística, ou dizer que jornalistas e empresas do ramo deveriam atuar apenas por princípios ou por amor à democracia. Argumentamos, no entanto, que reconhecer tais dinâmicas é fundamental para que possamos compreender, de forma mais ampla, como ocorre a atuação da imprensa como um ator político na sociedade brasileira.

O detalhamento sobre como ocorre a defesa da autoridade jornalística em textos opinativos e noticiosos, inclusive em episódios de hostilidade à imprensa, suscita, ainda, reflexões a respeito da eficácia desse tipo de comportamento. Isso porque as organizações jornalísticas podem estar transmitindo sinais trocados à audiência, havendo um descompasso entre o que é dito e o que é de fato praticado – um processo que pode resultar em consequências negativas para as próprias empresas. Por exemplo, ao publicar textos com claro tom de autopropaganda utilizando a gramática de notícias, até que ponto as organizações jornalísticas não estariam, na verdade, gerando desconfiança no público em relação à prática de princípios como imparcialidade e objetividade? Em que medida reforçar tais aspectos normativos e, ao mesmo tempo, publicar textos de forma confusa – i.e., que o leitor não consegue identificar se

são peças com caráter mais opinativo ou noticioso – não seria uma forma de minar a própria legitimidade institucional da imprensa? De que forma ter dado espaço para que Bolsonaro se manifestasse como um candidato aceitável dentro dos princípios democráticos coloca em xeque o próprio argumento de que a imprensa defende a democracia?

Defendemos, nesse caso, que falta um processo intenso de autocrítica por parte dos próprios periódicos. É sintomático que, durante a nossa análise, não tenhamos nos deparado com textos que debatiam, com seriedade, possíveis erros dos periódicos. No único texto que tratava de alguma crítica aos próprios jornais brasileiros, publicado por FSP (“No Jornalismo praticado pela *Folha*, notícia e opinião não se misturam”, 18/07/2020), não há qualquer debate sobre o tema, apenas um reforço do que seriam as práticas do periódico – separar notícias e opinião, por exemplo. Um exemplo recente, que ocorreu após o período selecionado para a coleta do *corpus* da tese, também ilustra o nosso argumento. Após sofrer críticas por ter dado espaço a um artigo que tratava do que seria uma ascensão de casos de “racismo reverso”<sup>274</sup> (incluindo uma carta feita pelos próprios profissionais da redação<sup>275</sup>), FSP publicou um texto, em forma de notícia, em que a direção do periódico apenas desqualifica os argumentos contrários à coluna<sup>276</sup> – sem fazer, de fato, qualquer reflexão. Isto é, a própria *Folha* não se questiona se, ao esgarçar limites da liberdade de expressão e dar ares de legitimidade a argumentos absurdos, não estaria, na realidade, sendo prejudicial à democracia que afirma defender.

Nosso diagnóstico é de que a publicação de textos que, direta ou indiretamente, buscam reforçar aspectos normativos da atividade, tendo como objetivo defender a legitimidade institucional das empresas jornalísticas, pode constituir um movimento inócuo se a prática de tais princípios não se mostrar clara para a audiência. Ou seja, nos parece mais frutífero que as organizações jornalísticas se esforcem em dar mais transparência a suas rotinas de produção, explicando ao público quais são os processos de produção de conteúdo e, mais do que isso, reconhecendo e discutindo seus próprios erros.

O mesmo ocorre em relação ao argumento de que a imprensa é defensora da democracia. Como já afirmamos, não questionamos que a circulação de informações confiáveis e a liberdade de imprensa são princípios essenciais para a democracia. No entanto, defendemos que as empresas jornalísticas precisam revisitar sua própria atuação e compreender até que ponto

<sup>274</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2022/01/racismo-de-negros-contrabranco-ganha-forca-com-identitarismo.shtml>.

<sup>275</sup> Ver <https://www.poder360.com.br/brasil/jornalistas-da-folha-de-s-paulo-assinam-carta-contraracismo/>.

<sup>276</sup> Ver <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/folha-e-acusada-de-veicular-textos-racistas-em-busca-de-audiencia.shtml?origin=uol>.

estão, de fato, sendo benéficas ao regime democrático (e em que situações estão falhando nessa tarefa). Por exemplo, ao buscar capitalizar ataques de políticos populistas em mais legitimidade, a imprensa pode estar, na verdade, aprofundando a polarização entre “nós” e “eles” que tem minado a força do regime. Defendemos que não há problema em posicionar-se mercadologicamente a partir desses princípios normativos, buscando formas de financiamento e sobrevivência econômica. Entretanto, é necessário que práticas jornalísticas sejam revistas com o intuito de, efetivamente, haver a defesa intransigente de princípios democráticos. Compreendemos que rotinas de produção podem limitar esse processo, mas argumentamos que a atividade jornalística pode estar chegando a um ponto de inflexão (i.e., a uma *critical juncture*), em que será necessário reavaliar comportamentos e a efetividade de princípios como objetividade e imparcialidade. Eventualmente pode se mostrar mais proveitoso reconhecer limitações – e.g., dizendo que a produção noticiosa possui um ponto de partida e que não há como ser inteiramente isento ou imparcial – e reformular princípios junto à audiência.

Nossa pesquisa também possui limitações. A delimitação do *corpus* da pesquisa por meio da palavra-chave “jornalismo” pode ter excluído textos que apresentavam argumentos associados à legitimidade institucional da atividade. O processo envolvido na Análise de Conteúdo, ademais, por vezes exclui aspectos importantes dos textos em prol da replicabilidade e confiabilidade da investigação. Entretanto, para que sejam viáveis, pesquisas acadêmicas precisam fazer recortes da realidade – e entendemos que a análise aqui apresentada é representativa, ainda que seja possível avançar.

Acreditamos que o estudo aqui apresentado contribui para a literatura ao ampliar o debate, no Brasil, acerca da aplicação da teoria neoinstitucionalista a investigações sobre o Jornalismo. Novas pesquisas podem se dedicar, por exemplo, a realizar entrevistas com executivos das organizações jornalísticas, buscando entender de que forma as características normativas da atividade são vistas, por eles, como oportunidades para alavancar o modelo de negócios das empresas do ramo. Ademais, futuras investigações podem verificar de que maneira construções associadas à legitimidade institucional do Jornalismo aparecem em coberturas a respeito de eventos políticos relevantes no contexto brasileiro. É possível, ainda, explorar quais são os critérios de produção de notícias e editoriais que tratam especificamente do discurso metajornalístico. Por exemplo, que tipos de agressões à imprensa são considerados relevantes para a produção informativa e a tomada de posição pelos periódicos? Há critérios de produção peculiares quando o assunto abordado envolve a própria prática jornalística? Esperamos que o estudo aqui apresentado abra espaço para que novas investigações sobre o tema sejam empreendidas.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, C. **A regra do jogo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- ADAM, S.; EUGSTER, B.; ANTL-WITTENBERG, E.; AZROUT, R.; MÖLLER, J.; DE VREESE, C.; MAIER, M.; KRITZINGER, S. News medias' position-taking regarding the European Union: the synchronization of mass media's reporting and commentating in the 2014 European Parliament elections. **Journal of European Public Policy**, v. 26, n. 1. 2017.
- ALBUQUERQUE, A. de. A narrativa jornalística para além dos *faits-divers*. **Lumina**, v. 3, n. 2. 2000.
- \_\_\_\_\_. Another 'Fourth Branch': Press and political culture in Brazil. **Journalism**, v. 6, n. 4, p. 486-504. 2005.
- \_\_\_\_\_. de. A obrigatoriedade do diploma e a identidade jornalística no Brasil: um olhar pelas margens. **Contracampo**, v. 14, pp. 71-91. 2006.
- \_\_\_\_\_. Em nome do público: Jornalismo e política nas entrevistas dos presidentiáveis ao Jornal Nacional. In: ENCONTRO DA COMPOS, 20., 2011, Porto Alegre.
- \_\_\_\_\_. O paralelismo político em questão. **Revista Compolítica**, v. 2, n. 1. 2012.
- \_\_\_\_\_. Protecting democracy or conspiring against it? Media and politics in Latin America: A glimpse from Brazil. **Journalism**, 2017.
- \_\_\_\_\_. O papel da imprensa no debate público: impasses contemporâneos. **Cadernos Adenauer**, v. XX, n. 4. 2019.
- \_\_\_\_\_. The two sources of the illiberal turn in Brazil. **The Brown Journal of World Affairs**, v. XXVII, n. II. 2021.
- ALBUQUERQUE, A. de; HOLZBACH, A. D. Metamorfoses do contrato representativo: jornalismo, democracia e os manuais de redação da *Folha de S. Paulo*. **Comunicação, Mídia e Consumo**, v. 5, n. 14, p. 149-170. 2008.
- ALDÉ, A.; MENDES, G. FIGUEIREDO, M. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. **Política e Sociedade**, v. 6, n. 10. 2007.
- ALIZADA, N.; COLE, R.; GASTALDI, L.; GRAHN, S.; HELLMEIER, S.; KOLVANI, P.; LACHAPPELLE, J.; LÜHRMANN, A.; MAERZ, S. F.; PILLAI, S.; LINDBERG, S. I. **Autocratization Turns Viral – Democracy Report 2021**. Gotemburgo: V-Dem Institute, 2021.
- ALLERN, S.; BLACH-ØRSTEN, M. The News media as a political institution – A Scandinavian perspective. **Journalism Studies**, v. 12, n. 1, P. 92-105. 2011.
- ALVES FILHO, F. A autoria institucional nos editoriais de jornais. **Alfa**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 77-89. 2006.

AMARAL, O. E. do. The Victory of Jair Bolsonaro According to the Brazilian Electoral Study of 2018. **Brazilian Political Science Review**, v. 14, n. 1. 2020.

ASP, K. News media logic in a new institutional perspective. **Journalism Studies**, v. 15, n. 3. 2014.

ARAÚJO, B.; PRIOR, H. Framing political populism: The role of media in framing the election of Jair Bolsonaro. **Journalism Practice**, v. 15, n. 2. 2021.

ARENAS, N. La Venezuela de Hugo Chávez: rentismo, populismo y democracia. **Nueva Sociedad**, n. 229, setembro-outubro. 2010.

ARTEMAS, K.; VOS, T.; DUFFY, M. Journalism hits a wall - Rhetorical construction of newspapers' editorial and advertising relationship. **Journalism Studies**. 2016.

ATHANÁSIO, E. **A corrupção política na opinião da empresa jornalística**: um estudo dos editoriais da *Folha de S. Paulo* de 1990 a 2016. 2017. 107 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2017. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/57489/R%20-%20D%20-%20ESTER%20ATHANASIO.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 19 set. 2021.

AVILA, C.; KITZBERGER, P. Populist communication and media wars in Latin America. In: KRÄMER, B.; HOLTZ-BACHA, C. *Perspectives on Populism and the Media*. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2020. p. 145-160.

AVRITZER, L. O pêndulo da democracia no Brasil: uma análise da crise 2013-2018. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 37, n. 2, p. 273-289. 2018.

AVRITZER, L.; KERCHE, F.; MARONA, M. (Orgs.) **Governo Bolsonaro**: retrocesso democrático e degradação política. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

AVRITZER, L.; RENNÓ, L. The pandemic and the crisis of democracy in Brazil. **Journal of Politics in Latin America**, v. 13, n. 3, p. 442-457. 2021.

AZEVEDO, F. A. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. **Opinião Pública**, v. 12, n. 1. 2006.

\_\_\_\_\_. A grande imprensa brasileira. Paralelismo político e antipetismo (1989-2014). 2016. 86 f. Tese (obtenção do cargo de Titular) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2016. Disponível em: [http://www.ponte.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/maiores/TESE\\_AZEVEDO\\_TITULAR.pdf](http://www.ponte.ufpr.br/wp-content/uploads/2016/maiores/TESE_AZEVEDO_TITULAR.pdf) Acesso em: 25 set. 2021.

\_\_\_\_\_. PT, eleições e editoriais da grande imprensa (1980-2014). **Opinião Pública**, v. 24, n. 2. 2018.

BANNERMAN, S.; HAGGART, B. Historical Institutionalism in Communication Studies. **Communication Theory**, 25, p. 1-22. 2015.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BARR, R. R. **The resurgence of populism in Latin America**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2017.

BAUER, M. W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. p. 189-217.

BAYM, G. Packaging reality: Structures of form in US network news coverage of Watergate and the Clinton impeachment. **Journalism**, v. 5, n. 3, p. 279-299. 2004.

BENSON, R. News Media as a “Journalistic Field”: What Bourdieu Adds to New Institutionalism, and Vice Versa, **Political Communication**, v. 23, n. 2. p. 187-202. 2006.

BERINS COLLIER, R.; COLLIER, D. **Shaping the political arena: critical junctures, the labor movement, and regime dynamics in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1991.

BERKEL, B. Political parallelism in news and commentaries on the Haider conflict. **Communications**, n. 31, p. 85-104. 2006.

BERKOWITZ, D. A. Reporters and their sources. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Eds.) **The Handbook of Journalism Studies**. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2009. p. 102-115.

BIROLI, F. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. **História**, v. 26, n. 2. 2007.

BIROLI, F.; MANTOVANI, D. Disputas, ajustes e acomodações na produção da agenda eleitoral: a cobertura jornalística ao Programa Bolsa Família e as eleições de 2006. **Opinião Pública**, v. 16, n. 1, junho. 2010.

BLACH-ØRSTEN, M.; HARTLEY, J. M.; WITTCHEM, M. G. A matter of trust: Plagiarism, fake sources and paradigm repair in the Danish news media. **Journalism Studies**, v. 19, n. 13. 2018.

BLONDEL, J. About institutions, mainly, but not exclusively, political. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 716-730.

BLUMLER, J.; GUREVITCH, M. **The crisis of public communication**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1995.

BLUMLER, J.; ESSER, F. Mediatization as a combination of push and pull forces: Examples during the 2015 UK general election campaign. **Journalism**. v. 20, n. 7, p. 855-872. 2018.

BLYTH, M. Powering, Puzzling, or Persuading? The Mechanisms of Building Institutional Orders. **International Studies Quarterly**, v. 51, n. 4, p. 761-777, dezembro. 2007.

BLYTH, M.; HELGADÓTTIR, O.; KRING, W. Ideas and Historical Institutionalism. In: FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp. 1-25.

BOHN, S. R. Evangélicos no Brasil – Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. **Opinião Pública**, v. 10, n. 2. 2004.

BONIKOWSKI, B.; HALIKIOPOULOU, D.; KAUFMANN, E.; ROODUIJN, M. Populism and nationalism in a comparative perspective: a scholarly exchange. **Nations and Nationalism**, 1-24. 2018.

BOURDIEU, P. Fields of social science, politics, and journalism. In: BENSON, R.; NEVEU, E. (Eds.) **Bourdieu and the journalistic field**. Cambridge: Polity, 2005. pp. 29-47.

BRACCIALE, R.; MARTELLA, A. Define the populist political communication style: the case of Italian political leaders on Twitter. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 9. 2017.

BRAMBILA, J.; HUGHES, S. Violence against journalists. In: VOS, T.; HANUSCH, F. (Eds.) **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2019.

BREED, W. Social control in the newsroom: a functional analysis. **Social Forces**, v. 33, n. 4, p. 326-335. 1955.

BROWN, J. D.; BYBEE, C. R.; WEARDEN, S. T.; STRAUGHAN, D. M. Invisible power: Newspaper news sources and the limits of diversity. **Journalism Quarterly**, v. 64, n. 1, p. 45-54. 1987.

BRUBAKER, R. Populism and nationalism. **Nations and Nationalism**, 1-23. 2019.

BUCCI, E. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

BULL, P. Watch dogs or guard dogs? Adversarial discourse in political journalism. In: BERLIN, L.; FETZER, A. (Eds.) **Dialogue in Politics**. Amsterdã/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 2012.

CANOVAN, M. Trust the people! Populism and two faces of democracy. **Political Studies**, n. XLVII, 1999.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.

CAPOCCIA, G. Critical junctures and institutional change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. **Advances in Comparative-Historical Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. pp.147-179.

\_\_\_\_\_. Critical Junctures. In: FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 1-23.

CAPOCCIA, G.; KELEMEN, R. The study of critical junctures: theory, narrative, and counterfactuals in institutional analysis. **World Politics**, v. 59, n. 3. 2007. p. 341-369.

CARLSON, M. Rethinking journalistic authority: Walter Cronkite and ritual in television news. **Journalism Studies**, v. 13, n. 4. 2012.

\_\_\_\_\_. Gone, but not forgotten: Memories of journalistic deviance as metajournalistic discourse. **Journalism Studies**, v. 15, n. 1. 2014.

\_\_\_\_\_. Metajournalistic Discourse and the Meanings of Journalism: Definitional Control, Boundary Work, and Legitimation. **Communication Theory**, 2015a.

\_\_\_\_\_. When news sites go native: Redefining the advertising-editorial divide in response to native advertising. **Journalism**, v. 16, n. 7, p. 849-865. 2015b.

\_\_\_\_\_. **Journalistic authority: legitimating news in the digital era**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2017.

\_\_\_\_\_. Journalistic epistemology and digital news circulation: Infrastructure, circulation practices, and epistemic contests. **New Media & Society**, v. 22, n. 2. 2020.

CARVALHO, F. C. Interações digitais em democracias monitoradas: as manifestações dos cidadãos a instituições representativas brasileiras no âmbito das redes sociais on-line. 82 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/69712/R%20-%20T%20-%20FERNANDA%20CAVASSANA%20DE%20CARVALHO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20/02/2022.

CASARÕES, G. S. P.; FARIAS, D. B. L. Brazilian foreign policy under Jair Bolsonaro: far-right populism and the rejection of the liberal international order. **Cambridge Review of International Affairs**, 2021.

CERVI, E. U.; MASSUCHIN, M. G. Metodologia quantitativa em pesquisas sobre cobertura jornalística: análise da eleição municipal de 2012 na *Folha de S. Paulo*. **Revista Famecos**, v. 20, n. 3, p. 840-865. 2013.

CERVI, E. U. **Análise de dados categóricos em Ciência Política**. Curitiba: Programas de Pós-Graduação em Comunicação e Ciência Política da UFPR, 2014.

\_\_\_\_\_. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política – Vol. 1**. Curitiba: CPOP, 2017.

\_\_\_\_\_. **Manual de métodos quantitativos para iniciantes em Ciência Política – Vol. 2**. Curitiba: CPOP, 2019.

CHADWICK, A. **The hybrid media system: Politics and power**. 2. Ed. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017.

CODDINGTON, M. The wall becomes a curtain: Revisiting Journalism's news-business boundary. In: CARLSON, M.; LEWIS, S. (Eds.) **Boundaries of Journalism: Professionalism, Practices and Participation**. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2015. p. 67-82.

CONNIFF, M. L. Neo-populismo en américa latina. La década de los 90 y después. **Revista de Ciencia Política**, v. XXIII, n. 1, p. 31-38. 2003.

CONRAN, J.; THELEN, K. Institutional Change. In: FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 1-25.

COOK, T. **Governing with the news: the news media as a political institution**. Chicago: The University of Chicago Press, 2005.

\_\_\_\_\_. The News Media as a Political Institution: Looking Backward and Looking Forward. **Political Communication**, v. 23, n.2, p. 159-171. 2006.

COOK, T.; GRONKE, P. The Dimensions of Institutional Trust: How Distinct Is Public Confidence in the Media? Paper prepared for delivery at the annual meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, abril, 2001.

COPPOCK, A.; EKINS, E.; KIRBY, D. The Long-lasting Effects of Newspaper Op-Eds on Public Opinion. **Quarterly Journal of Political Science**, n. 13, p. 59-87. 2018.

CRAFT, S.; WANTA, W. Women in the Newsroom: Influences of Female Editors and Reporters on the News Agenda. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 81, n. 2, pp. 124-138. 2004.

CRAVO, T. A. The 2018 Brazilian elections and the global challenge to democracy. **Global Affairs**, v. 5, n. 1. 2019.

CUSHION, S. Truly international? A content analysis of *Journalism: Theory, Practice and Criticism* and *Journalism Studies*. **Journalism Practice**, v. 2, n. 2, p. 280-293. 2008.

DALY, T. Populism, Public Law, and Democratic Decay in Brazil: Understanding the Rise of Jair Bolsonaro. **14th International Human Rights Researchers' Workshop: 'Democratic Backsliding and Human Rights'**, organized by the Law and Ethics of Human Rights (LEHR) journal. 2019.

DAN, H. Power and right. **Journalism Studies**, v. 12, n. 1, p. 106-118. 2011.

DE CLEEN, B. Populism and Nationalism. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

DE LA TORRE, C. **Populist seduction in Latin America**. Athens: Ohio University Press, 2010.

\_\_\_\_\_. El populismo latinoamericano: entre la democratización y el autoritarismo. **Nueva Sociedad**, n. 247, p. 120-137. 2013a.

\_\_\_\_\_. El tecnopopulismo de Rafael Correa. ¿Es compatible el carisma con la tecnocracia? **Latin America Research Review**, v. 48, n. 1, p. 24-43. 2013b.

DEUZE, M. National news cultures: A comparison of Dutch, German, British, Australian, and U.S. Journalists. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 79, n. 1, p. 134-149, 2002.

DE VREESE, C. H. News framing: theory and typology. **Information Design Journal**, v. 13, n.1, pp. 51-62. 2005.

DE VREESE, C. H.; ESSER, F.; AALBERG, T.; REINEMANN, C.; STANYER, J. Populism as an expression of Political Communication content and style: a new perspective. **The International Journal of Press/Politics**, v. 23, n. 4, p. 423-438. 2018.

EBERWEIN, T.; PORLEZZA, C.; SPLENDORE, S. Media as political actors. In: MAZZOLENI, G. (Ed.) **The International Encyclopedia of Political Communication**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2015.

EKMAN, M.; KRZYŻANOWSKI, M. A populist turn? News editorials and the recent discursive shift on immigration in Sweden. **Nordicom Review**. v. 42, n. S1, p. 67-87. 2021.

ELLNER, S. The contrasting variants of the populism of Hugo Chávez and Alberto Fujimori. **Journal of Latin American Studies**, v. 35, n. 1. 2003.

ENGESSER, S.; FAWZI, N.; LARSSON, A. O. Populist online communication: introduction to the special issue. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 9. 2017.

ENTMAN, R. M. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, pp. 51-58. 1993.

\_\_\_\_\_. Framing bias: Media in the distribution of power. **Journal of Communication**, v. 57, n. 1, março. 2007.

EILDERS, C. Synchronization of issue agendas in news and editorials of the prestige press in Germany. **Communications**, v. 24, n. 3. 1999.

\_\_\_\_\_. Media as political actors? Issue focusing and selective emphasis in the German quality press. **German Politics**, v. 9, n. 3, p. 181-206. 2000.

ERIKSSON, G. Adversarial moments: A study of short-form interviews in the news. **Journalism**, v. 12, n. 2, p. 51-69. 2011.

ERIKSSON, G.; ÖSTMAN, J. Cooperative or adversarial? Journalists' enactment of the watchdog function in political news production. **The International Journal of Press/Politics**, v. 18, n. 3, p. 304-324. 2013.

ESPINOSA, P. M. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario *El País*. **Ámbitos**, n. 9-10, p. 225-238. 2002.

ESSER, F.; STRÖMBÄCK, J. Comparing news on national elections. In: ESSER, F.; HANITZSCH, T. (Eds.) **The Handbook of Comparative Communication Research**. Nova Iorque: Routledge, 2012. p. 289-307.

ESSER, F.; STRÖMBÄCK, J. (Eds.) **Mediatization of Politics**: Understanding the transformation of Western democracies. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014.

EVELAND JR., W. P. News information processing as mediator of the relationship between motivations and political knowledge. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 79, n. 1, p. 26-40. 2002.

FERRACIOLI, P. Checagem de fatos, transparência pública e atuação política do Jornalismo: um estudo comparado sobre os sistemas de mídia de Brasil, Estados Unidos, Alemanha e Itália. 2021. 139 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/71412/R%20-%20T%20-%20PAULO%20FERRACIOLI%20SILVA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 20/02/2022.

FERRACIOLI, P.; RIZZOTTO, C. Batalha das biografias na arena midiática da democracia: análise de enquadramento da deliberação mediada jornalística. **E-Compós**, v. 21, n. 3. 2018.

FERRACIOLI, P.; KNISS, A. B.; MARQUES, F. P. J. The watchdog role of fact-checkers in different media systems. **Digital Journalism**, 2022.

FERES JÚNIOR, J.; VEIGA, L. F.; RIBEIRO, E. O ovo e a galinha – estudo do enquadramento e da recepção da cobertura jornalística no pleito de 2014. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98. 2018.

FERREIRA, M. G. M.; FUKS, M. O hábito de frequentar cultos como mecanismo de mobilização eleitoral: o voto evangélico em Bolsonaro em 2018. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 34. 2021.

FERRER-CONILL, R.; KNUDSEN, E.; LAUERER, C.; BARNOY, A. The visual boundaries of Journalism: Native advertising and the convergence of editorial and commercial content. **Digital Journalism**, 2020.

FIELD, A. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. Historical Institutionalism in Political Science. In: \_\_\_\_\_ (Eds.) **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. pp. 1-32.

FIRMSTONE, J. The editorial production process and editorial values as influences on the opinions of the British press towards Europe. **Journalism Practice**, v. 2, n. 2. 2008.

\_\_\_\_\_. Editorial journalism and newspapers' editorial opinions. In: **Oxford Research Encyclopedias – Communication**. 2019a. Disponível em: <https://oxfordre.com/communication/view/10.1093/acrefore/9780190228613.001.0001/acrefore-9780190228613-e-803>>. Acesso em: 22/12/2020.

\_\_\_\_\_. Editorials. In: VOS, T.; HANUSCH, F. (Eds.) **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2019b.

FONTES, G. S.; MARQUES, F. P. J. A. Defending democracy or amplifying populism? Journalistic coverage, Twitter, and users' engagement in Bolsonaro's Brazil. **Journalism**. 2022.

FRAJMAN, E. Broadcasting populist leadership: Hugo Chávez and *Aló Presidente*. **Journal of Latin American Studies**, v. 46, n. 3. 2014.

FREI, R.; KALTWASSER, C. R. El populismo como experimento político: historia y teoría política de una ambivalencia. **Revista de Sociología**, n. 22. 2008.

FUKS, M.; RIBEIRO, E.; BORBA, J. From Antipetismo to Generalized Antipartisanship: The Impact of Rejection of Political Parties on the 2018 Vote for Bolsonaro. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 1. 2021.

GANS, H. **Deciding what's news: A study of CBS Evening News, NBC Nightly News, Newsweek, and Time**. Nova Iorque: Random House, 1979.

GERBAUDO, P. Social media and populism: an elective affinity? **Media, Culture & Society**, v. 40, n. 5, p. 745-753. 2018.

GOLAN, G. J. Editorials, Op-Ed columns frame medical marijuana debate. **Newspaper Research Journal**, v. 31, n. 3, p. 50-61. 2010.

GREENACRE, M. **Correspondence analysis in practice**. 3.ed. Boca Raton: Taylor & Francis Group, 2017.

GRONEMEYER, M. E.; PORATH, W. A study on homogeneity between editorials and news sources opinions in the Chilean reference press. **Cuadernos.info**, n. 36, 2015.

GUAZINA, L. S.; PRIOR, H.; ARAÚJO, B. Framing of a Brazilian crisis: Dilma Rouseff's impeachment in national and international editorials. **Journalism Practice**, v. 13, n. 5. 2018.

GUAZINA, L. S.; LEITE, G. G.; SANTOS, E. A normalização da agenda anti-gênero de Bolsonaro. **Sur le journalisme, About journalism, Sobre jornalismo**, v. 10, n. 1. 2021.

GUERREIRO NETO, G. Da opinião à identidade: Características do editorial em dois jornais brasileiros. **Sobre Jornalismo**, v. 5, n. 2. 2016.

GUTSCHE JR., R. **Media Control – News as an institution of power and social control**. Nova Iorque: Bloomsbury, 2015.

HACKER, J.; PIERSON, P.; THELEN, K. Drift and conversion: hidden faces of institutional change. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. **Advances in Comparative-Historical Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p.180-208.

HAGEN, L. M. Opportune witnesses: An analysis of balance in the selection of sources and arguments in the leading German newspapers' coverage on the census issue. **European Journal of Communication**, v. 8, n. 3, p. 317-343. 1993.

HALL, P. The movement from Keynesianism to monetarism: Institutional analysis and British economic policy in the 1970s. In: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. (Eds.) **Structuring politics: Historical institutionalism in comparative analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 90 - 113.

\_\_\_\_\_. Historical Institutionalism in Rationalist and Sociological Perspective. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. (Eds.) **Explaining Institutional Change: Ambiguity, agency, and power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 204-224.

\_\_\_\_\_. Politics as a Process Structured in Space and Time. In: FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 1-26.

HALL, P.; TAYLOR, R. Political Science and the Three New Institutionalisms. **Political Studies**, XLIV, 1996. p. 936 - 957.

HALLER, A. Populist online communication. In: KRÄMER, B.; HOLTZ-BACHA, C. **Perspectives on Populism and the Media**. Baden-Baden: Nomos Verlagsgesellschaft, 2020. p. 161-180.

HALLIN, D.; MANCINI, P. **Comparing media systems: three models of media and politics**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2004a.

\_\_\_\_\_. (Eds.) **Comparing media systems beyond the Western world**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2012.

HALPERIN, S.; HEATH, O. Comparative Research. In: \_\_\_\_\_. **Political Research: Methods and Practical Skills**. Oxford: Oxford University Press, 2012. p. 202-229.

HANITZSCH, T. Deconstructing journalism culture: Toward a universal theory. **Communication Theory**, v. 17, n. 4, p. 367-385. 2007.

\_\_\_\_\_. Populist disseminators, detached watchdogs, critical change agents and opportunist facilitators: Professional milieus, the journalistic field and autonomy in 18 countries. **International Communication Gazette**, v. 73, n. 6, p. 477-494. 2011.

HANITZSCH, T.; HANUSCH, F.; MELLADO, C.; ANIKINA, M.; BERGANZA, R.; CANGOZ, I.; COMAN, M.; HAMADA, B.; HERNÁNDEZ, M. E.; KARADJOV, C.; MOREIRA, S. V.; MWESIGE, P.; PLAISANCE, P. L.; REICH, Z.; SEETHALER, J.; SKEWS, E.; NOOR, D. V.; YUEN, E. K. W. Mapping journalism cultures across nations: A comparative study of 19 countries. **Journalism Studies**, v. 12, n. 3. 2011.

HANITZSCH, T.; VOS, T. Journalism beyond democracy: A new look into journalistic roles in political and everyday life. **Journalism**. 2016.

\_\_\_\_\_. Journalistic Roles and the Struggle Over Institutional Identity: The Discursive Constitution of Journalism. **Communication Theory**, 2017.

HANUSCH, F.; HANITZSCH, T. Comparing journalistic cultures across nations: What we can learn from the Worlds of Journalism Study. **Journalism Studies**, v. 18. 2017.

HANUSCH, F.; VOS, T. Charting the development of a field: A systematic review of comparative studies of journalism. **The International Communication Gazette**, 2019.

HARCUP, T.; O'NEILL, D. What is News? News values revisited (again). **Journalism Studies**, v. 18, n. 12. 2017.

HARDER, R. A.; SEVENANS, J.; VAN AESLT, P. Intermedia Agenda Setting in the Social Media Age: How Traditional Players Dominate the News Agenda in Election Times. **The International Journal of Press/Politics**, v. 22, n. 3, p. 275-293. 2017.

HARLOW, S. Recognizing the importance of alternative media: Role perceptions and journalistic culture in Brazil. **Journalism Studies**, v. 20, n. 1. 2019.

HELMKE, G.; LEVITSKY, S. Informal Institutions and Comparative Politics: A Research Agenda. **Perspectives on Politics**, v. 2, n. 4, dezembro. 2004. p. 725-740.

\_\_\_\_\_. (Eds.) **Informal institutions and democracy: Lessons from Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2006.

HIMELBOIM, I.; LIMOR, Y. Media Institutions, News Organizations, and the Journalistic Social Role Worldwide: A Cross-National and Cross-Organizational Study of Codes of Ethics. **Mass Communication and Society**, v. 14, n. 1. 2020.

HINDMAN, E. B. Jayson Blair, The New York Times, and Paradigm Repair. **Journal of Communication**, v. 55, n. 2, pp. 225-241. 2005.

HUGHES, S. From the Inside Out – How Institutional Entrepreneurs Transformed Mexican Journalism. **Harvard International Journal of Press/Politics**, v. 8, n. 3, pp. 87-117. 2003.

HUMPRECHT, E.; ESSER, F. Diversity in online news: On the importance of ownership types and media system types. **Journalism Studies**, 2017.

HUNTER, W.; VEGA, D. Populism and the military: symbiosis and tension in Bolsonaro's Brazil. **Democratization**. 2021.

HYNDS, E.; ARCHIBALD, E. Improved editorial pages can help papers, communities. **Newspaper Research Journal**, v. 17, n. 1-2, 1996.

IMMERGUT, E. The theoretical core of the new institutionalism. **Politics & Society**, v. 26, n. 1, março. 1998. pp. 5-34.

ITUASSU, A.; CAPONE, L.; FIRMINO, L.; MANNHEIMER, V.; MURTA, F. Political communication, elections, and democracy: The campaigns of Donald Trump and Jair Bolsonaro. **Perspectivas de la Comunicación**, v. 12, n. 2. 2019.

IZADI, F.; SAGHAYE-BIRIA, H. A Discourse Analysis of Elite American Newspaper Editorials: The Case of Iran's Nuclear Program. **Journal of Communication Inquiry**, v. 31, n. 2, p. 140-165. 2007.

JACOBS, K.; SPIERINGS, N. A populist paradise? Examining populists' Twitter adoption and use. **Information, Communication & Society**, p. 1681-1696. 2018.

JAGERS, J.; WALGRAVE, S. Populism as political communication style: An empirical study of political parties' discourse in Belgium. **European Journal of Political Research**, v. 46, n. 3, p. 319-345. 2007.

JORIS, G.; DE GROVE, F.; VAN DAMME, K.; DE MAREZ, L. News diversity reconsidered: A systematic literature review unraveling the diversity in conceptualizations. **Journalism Studies**, v. 21, n. 13. 2020.

KAHN, K. F.; KENNEY, P. J. The slant of the news: How editorial endorsements influence campaign coverage and citizens' views of candidates. **The American Political Science Review**, v. 96, n. 2, junho. 2002.

KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. Populism - An Overview of the Concept and the State of the Art. In: \_\_\_\_\_. **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

KAPLAN, R. The News About New Institutionalism: Journalism's Ethic of Objectivity and Its Political Origins. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 173-185. 2006.

KOLISKA, M.; CHADHA, K.; BURNS, A. Talking Back: Journalists Defending Attacks Against their Profession in the Trump Era. **Journalism Studies**. 2020.

KRÄMER, B. Media populism: a conceptual clarification and some thesis on its effects. **Communication Theory**, v. 24, n.1, p. 42-60. 2014.

\_\_\_\_\_. Populism, Media, and the Form of Society. **Communication Theory**, v. 28, n. 4, p. 444-465. 2018a.

\_\_\_\_\_. How Journalism responds to right-wing populism criticism. In: OTTO, K.; KÖHLER, A. **Trust in media and Journalism** – Empirical perspectives on ethics, norms, impacts and populism in Europe. Wiesbaden: Springer, 2018b. p. 137-154.

KRIPPENDORFF, K. **Content Analysis: an introduction to its methodology**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2004.

\_\_\_\_\_. Reliability. In: DONSBACH, W. (Ed.) **The International Encyclopedia of Communication**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2008.

KRUEGER, E.; FOX, J. The effects of editorials on audience reactions to television newscasters. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 68, n. 2, p. 402-411. 1991.

LACLAU, E. Populism: What's in a name? In: PANIZZA, F. (Ed.) **Populism and the mirror of democracy**. Londres e Nova Iorque: Verso, 2005a. p. 32-49.

\_\_\_\_\_. **On Populist Reason**. Londres e Nova Iorque: Verso, 2005b.

LADD, J. M.; LENZ, G. S. Exploiting a Rare Communication Shift to Document the Persuasive Power of the News Media. **American Journal of Political Science**, v. 53, n. 2, p. 394-410. 2009.

LAMUEDRA, M.; MARTÍN, C. M.; BROULLÓN-LOZANO, M. A. Normative and Audience Discourses on Public Service Journalism at a “Critical Juncture”: the Case of TVE in Spain. **Journalism Studies**, v. 20, n. 11. 2019.

LARA, F. B. de. Populist waves in Latin America: continuities, twists, and ruptures. In: DE LA TORRE, C. (Ed.) **Routledge Handbook of Global Populism**. Nova Iorque: Routledge, 2019. p. 435-450.

LARSON, C. Live publishing: the onstage redeployment of journalistic authority. **Media, Culture & Society**, v. 37, n. 3. 2015.

LASCO, G. Medical populism and the COVID-19 pandemic. **Global Public Health**, v. 15, n. 10, p. 1417-1429. 2020.

LAWRENCE, R. Seeing the Whole Board: New Institutional Analysis of News Content. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 225-230. 2006.

LAWRENCE, R.; BOYDSTUN, A. What we should really be asking about media attention to Trump. **Political Communication**. 2016.

LE, E. Information Sources as a Persuasive Strategy in Editorials: Le Monde and the New York Times. **Written Communication**, v. 20, n. 4, p. 478-510. 2003.

\_\_\_\_\_. Collective memories and representations of national identity in editorials. **Journalism Studies**, v. 7, n. 5, p. 708-728. 2006.

\_\_\_\_\_. Editorials’ genre and media roles: Le Monde’s editorials from 1999 to 2001. **Journal of Pragmatics**, n. 41, p. 1727-1748. 2009.

LECOURS, A. New institutionalism. In: KURIAN, G. (Ed) **The Encyclopedia of Political Science**. Washington: CQ Press, 2011. p. 1107-1108.

LELKES, Y. Winners, losers, and the press: The relationship between political parallelism and the legitimacy gap. **Political Communication**, v. 33, n. 4. 2016.

LEVITSKY, S.; MURILLO, M. V. Variation in Institutional Strength. **Annual Review of Political Science**, n. 12, p. 115-133. 2009.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **How democracies die**. Nova Iorque: Crown Publishing, 2017.

LEWIS, O. A.; STEINMO, S. How Institutions Evolve: Evolutionary Theory and Institutional Change. **Polity**, v. 44, n. 3, julho. 2012.

LIEBERMAN, R. C. Ideas, Institutions, and Political Order: Explaining Political Change. **The American Political Science Review**, v. 96, n. 4. 2002. p. 697-712.

LIMA, V. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. **Revista USP**, n. 61, pp. 48-57. 2004.

LIPARI, L. Journalistic authority: textual strategies of legitimation. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 73, n. 4. 1996.

LISCHKA, J. A Badge of Honor? How *The New York Times* discredits President Trump's fake news accusations. **Journalism studies**, v. 20, n. 2. 2017.

\_\_\_\_\_. Fluid institutional logics in digital journalism. **Journal of Media Business Studies**, 2019.

LOWNDES, V. The institutional approach. In: MARSH, D.; STOKER, G. (Eds.) **Theory and Methods in Political Science** (Third edition). Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010. pp. 60-79.

LOWNDES, V.; ROBERTS, M. (Eds.) **Why institutions matter: The New Institutionalism in Political Science**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013.

LOWREY, W. Institutionalism, news organizations and innovation. **Journalism Studies**, v. 12, n. 1, p. 64-79. 2011.

\_\_\_\_\_. Journalism as institution. In: VOS, T. P. (Ed.) **Handbooks of Communication Science – Journalism**. Boston/Berlin: Walter de Gruyter Inc., 2018. p. 125-148.

LOWREY, W.; ERZIKOVA, E. Institutional legitimacy and Russian news: Case studies of four regional newspapers. **Political Communication**, n. 27, p. 275-288. 2010.

MACHADO, M. C. Aborto e ativismo religioso nas eleições de 2010. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 7, p. 25-54. 2012.

MAHONEY, J.; MOHAMEDALI, K.; NGUYEN, C. Causality and Time in Historical Institutionalism. In: FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 1-18.

MAHONEY, J.; THELEN, K. A theory of gradual institutional change. In: \_\_\_\_ (Eds.) **Explaining Institutional Change: Ambiguity, agency, and power**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 1-37.

\_\_\_\_\_. Comparative-historical analysis in contemporary political science. In: \_\_\_\_\_. **Advances in Comparative-Historical Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 3 - 38.

MAIA, B. As transformações no ethor do jornalista: a reformulação dos valores profissionais perante um cenário de convergência. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 15, n. 1. 2018.

MAIA, R. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 2012.

MANCINI, P. Instrumentalization of the media vs. political parallelism. **Chinese Journal of Communication**, v. 5, n. 3, p. 262-280. 2012.

\_\_\_\_\_. Parallelism, political. In: MAZZOLENI, G. (Ed.) **The International Encyclopedia of Political Communication**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2015.

\_\_\_\_\_. “Assassination Campaigns”: Corruption Scandals and News Media Instrumentalization. **International Journal of Communication**, v. 12, p. 3067-3086. 2018.

MANTOVANI, D. Quem agenda a mídia: um estudo de agenda-setting a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010. 2014. 117 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/17179>. Acesso em: 30 jan. 2021.

MANUCCI, L. Populism and the media. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MARIANO, R.; GERARDI, D. A. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista USP**, n. 120, p. 61-76. 2019.

MCCHESENEY, R. W.; PICKARD, V. News media as political institutions. In: KENSKI, K.; JAMIESON, K. H. **The Oxford Handbook of Political Communication**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2017.

MCNIGHT, D. A change in the climate? The journalism of opinion at News Corporation. **Journalism**, v. 11, n. 6, p. 693-706. 2010.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. The new institutionalism: organizational factors in political life. **The American Political Science Review**, v. 78, n. 3, setembro. 1984. p. 734-749.

\_\_\_\_\_. Elaborating the New Institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006. p. 3-22.

MARKEN, L. The real and the right: Journalistic authority and the coverage of Judith Miller. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, v. 84, n. 2. 2007.

MARONA, M.; KERCHE, F. From the Banestado case to Operation Car Wash: Building an anti-corruption institutional framework in Brazil. **Dados**, v. 64, n. 3. 2021.

MARSH, D.; STOKER, G. **Teoría y métodos de la Ciencia Política**. Madri: Alianza, 1997.

MARQUES, F. P. J. A.; MIOLA, E. Deliberação mediada: Uma tipologia das funções dos *media* para a formação do debate público. **Estudos em Comunicação**, v. 1, n. 7. 2010.

\_\_\_\_\_. 1989, o ano que não terminou: epistemologia e metodologia da pesquisa em Comunicação e Política no Brasil. **Comunicação e Sociedade**, v. 33, pp. 107-128. 2018.

MARQUES, F. P. J.; MIOLA, E.; MITOZO, I.; MONT’ALVERNE, C. Similar, but not the same: Comparing editorial and news agendas in Brazilian Newspapers. **Journalism Practice**, 2019.

MARQUES, F. P. J. A.; MONT'ALVERNE, C. What are newspaper editorials interested in? Understanding the idea of criteria of editorial-worthiness. **Journalism**, 2019.

MARQUES, F. P. J.; MONT'ALVERNE, C.; MITOZO, I. Editorial journalism and political interests: Comparing the coverage of Dilma Rousseff's impeachment in Brazilian newspapers. **Journalism**, 2019.

MARQUES, F. P. J. A.; SANTOS, D. H.; MONT'ALVERNE, C.; FERRACIOLI, P. A atuação do jornalismo editorial no escândalo JBS: uma análise comparativa sobre os jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 33. 2020.

MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M.; MELLADO, C.; HUMANES, M.; AMADO, A.; BECK, D.; DAVYDOV, S.; MICK, J.; MOTHE, C.; OLIVERA, D.; PANAGIOTU, N.; ROSES, S.; SILKE, H.; SPARKS, C.; STEPINSKA, A.; SZABÓ, G.; TANDOC JR.; E.; WANG, H. Detached or Interventionist? Comparing the Performance of Watchdog Journalism in Transitional, Advanced and Non-democratic Countries. **The International Journal of Press/Politics**, v. 25, n.1, p. 53-75. 2019.

MARSTEINTREDET, L.; MALAMUD, A. Coup with adjectives: Conceptual stretching or innovation in comparative research? **Political Studies**, v. 68, n. 4, p. 1014-1035. 2019.

MAZZARO, K. Anti-media discourse and violence against journalists: evidence from Chávez's Venezuela. **The International Journal of Press/Politics**. 2021.

MAZZOLENI, G.; SCHULZ, W. "Mediatization" of politics: A challenge for democracy? **Political Communication**, v. 16, n. 3. 1999.

MAZZOLENI, G. Populism and the media. In: ALBERTAZZI, D.; MCDONNELL, D. (Eds.) **Twenty-First Century Populism**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2008. p. 49-64.

MEEKS, L. Defining the Enemy: How Donald Trump Frames the News Media. **Journalism & Mass Communication Quarterly**, 2019.

MEYEN, M.; THIEROFF, M.; STRENGER, S. Mass media logic and the mediatization of politics. **Journalism Studies**, v. 15, n. 3. 2014.

MCCOMBS, M. Building consensus: The news media's agenda-setting roles. **Political Communication**, v. 14, n.4. 1997.

\_\_\_\_\_. A. Look at Agenda-setting: past, present and future. **Journalism Studies**, v. 6, n. 4, pp. 543-557. 2005.

\_\_\_\_\_. Agenda-setting. In: RITZER, G.; ROJEK, C. **The Blackwell Encyclopedia of Sociology**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2018.

MCCOMBS, M.; REYNOLDS, A. How the news shapes our civic agenda. In: BRYANT, J.; OLIVER, M. B. (Eds.) **Media Effects – Advances in Theory and Research**. 3ª edição. Nova Iorque: Routledge, 2009. p. 1-16.

MCNAIR, B. Journalism and Democracy. In: WAHL-JORGENSEN, K.; HANITZSCH, T. (Eds.) *The Handbook of Journalism Studies*. Nova Iorque: Taylor & Francis, 2009. p. 237-249.

MEESE, J.; HURCOMBE, E. Facebook, news media and platform dependency: The institutional impacts of news distribution on social platforms. **New Media & Society**, 2020.

MELTZER, K. The hierarchy of journalistic cultural authority. **Journalism Practice**, v. 3, n. 1. 2009.

MENDONÇA, R. F. Dimensões democráticas nas jornadas de junho: reflexões sobre a compreensão de democracia entre manifestantes de 2013. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 98. 2018.

MENDONÇA, R. F.; CAETANO, R. D. Populism as Parody: The Visual Self-Presentation of Jair Bolsonaro on Instagram. **The International Journal of Press/Politics**. 2020.

MEUCCI, M. A. M. Golpes de estado en Venezuela durante el período 1989-2004: Evolución del conflicto y contexto sociopolítico. **Análisis Político**, v. 21, n. 64. 2008.

MOFFITT, B.; TORMEY, S. Rethinking Populism: Politics, Mediatisation and Political Style. **Political Studies**, v. 62, n. 2, p. 381-397. 2014.

MOLDOFF, J. A. Editorials. In: KAID, L. L.; HOLTZ-BACHA, C. (Eds.) **Encyclopedia of Political Communication**. Thousand Oaks: Sage Publications, 2008. p. 198-199.

MONT'ALVERNE, C. Disputa política, neutralidade de rede e direitos dos usuários – A cobertura sobre a votação do Marco Civil da internet. **Sobre Jornalismo**, v. 5, n. 2, p. 134-151. 2016.

\_\_\_\_\_. A imprensa como agente interessado na reforma política: um estudo sobre a cobertura noticiosa e editorial de Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo e O Globo (1989-2017). 2020. 131 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/67307/R%20-%20T%20-%20CAMILA%20MONTALVERNE%20BARRETO%20DE%20PAULA%20PESSOA%20%281%29.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20/02/2022.

MONT'ALVERNE, C.; ATHANÁSIO, E.; MARQUES, F. P. J. O jornalista entre a profissão e a empresa: valores e rotinas na produção de editoriais da Folha de S. Paulo. **Brazilian Journalism Research**, v. 14, n. 2, agosto, p. 400-427. 2018.

MONT'ALVERNE, C.; FONTES, G. S. A notícia como reforço da opinião dos jornais? Um estudo acerca da homogeneidade entre editoriais e fontes noticiosas sobre o impeachment de Dilma Rousseff. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 42., 2018, Caxambu.

MONT'ALVERNE, C.; MARQUES, F. P. J. Jornalismo político e imagem pública: Dilma Rousseff nos editoriais do jornal O Estado de S. Paulo. **Contracampo**, v. 28, n. 3. 2013.

\_\_\_\_\_. *Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais*. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 12, n. 1. 2015.

\_\_\_\_\_. *A pauta do dia: Um estudo sobre o agendamento do Congresso Nacional brasileiro nos editoriais da Folha de S. Paulo e de O Estado de S. Paulo*. **Brazilian Journalism Research**, v. 12, p. 12-147. 2016.

\_\_\_\_\_. *Seria o Jornalismo adversário da política? Os editoriais de O Estado de S. Paulo sobre o Congresso Nacional brasileiro*. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 43, n. 3. 2018.

\_\_\_\_\_. *News production routines*. In: VOS, T.; HANUSCH, F. (Eds.) **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2019.

MOUFFE, C. *The “end of politics” and the challenge of right-wing populism*. In: PANIZZA, F. (Ed.) **Populism and the mirror of democracy**. Londres e Nova Iorque: Verso, 2005. p. 50-71.

MOURÃO, R.; THORSON, E.; CHEN, W.; THAM, S. *Media Repertoires and News Trust During the Early Trump Administration*. **Journalism Studies**. 2018.

MUDDE, C. *The populist Zeitgeist*. **Government and Opposition**, v. 39, n. 4, p. 541-563. 2004.

\_\_\_\_\_. *Populism – An ideational Approach*. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

MUDDE, C.; KALTWASSER, C. R. **Populism – A very short introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

NAI, A. *Watchdog press*. In: VOS, T.; HANUSCH, F. (Eds.) **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. Hoboken: John Wiley & Sons, 2019.

NAVA, M.; MARQUES, F. J. A. *From “leftist” to “President”*: Journalism and editorial coverage of Brazil’s Lula in five elections. **Journalism Practice**, v. 13, n. 10. 2019.

NEUENDORF, K. A. **The Content Analysis Guidebook**. 2. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2017.

NEUENDORF, K.; KUMAR, A. *Content analysis*. In: MAZZOLENI, G. (Ed.) **The International Encyclopedia of Political Communication**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2015.

NICOLAU, J. **O Brasil dobrou à direita – uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NOELLE-NEUMANN, E. *The spiral of silence – a theory of public opinion*. **Journal of Communication**, v. 24, n. 2, junho. 1974. p. 43-51.

NORRIS, P. Watchdog Journalism. In: BOVENS, M.; GOODIN, R. E.; SCHILLEMANS, T. **The Oxford Handbook of Public Accountability**. Oxford University Press, 2014.

\_\_\_\_\_. Measuring populism worldwide. **Party Politics**, v. 26, n. 26, p. 697-717. 2020.

NORRIS, P.; INGLEHART, E. **Cultural backlash** – Trump, Brexit and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

NORTH, D. Institutions. **Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1. 1991. p. 97- 112.

OLIVEIRA, T. M.; MARQUES, F. P. J.; LEÃO, A. V.; ALBUQUERQUE, A. de; PRADO, J. L. A.; GROHMANN, R.; CLINIO, A.; COGO, D.; GUAZINA, L. S. Towards an inclusive agenda of open science for Communication research: A Latin American approach. **Journal of Communication**, v. 71, n. 5, p. 785-802. 2021.

OLSON, K. Populism in the socialist imagination. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

ÖRNEBRING, H. Clientelism, Elites, and the Media in Central and Eastern Europe. **International Journal of Press/Politics**, v. 17, n. 4, p. 497-515. 2012.

OSTIGUY, P. Populism – Socio-Cultural Approach. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

O’SULLIVAN, J.; HEINONEN, A. Old values, new media – Journalism role perceptions in a changing world. **Journalism Practice**, v. 2, n. 3. 2008.

PAGE, B. I. The mass media as political actors. *PS: Political Science and Politics*, v. 29, n. 1, p. 20–24. 1996.

PAN, Z. Spatial configuration in institutional change – A case of China’s journalism reforms. **Journalism**, v. 1, n. 3, p. 253-281. 2000.

PANIEVSKY, A. The strategic bias: how journalists respond to antimedia populism. **The International Journal of Press/Politics**, 2021a.

\_\_\_\_\_. Covering populist media criticism: When journalists’ professional norms turn against them. **International Journal of Communication**, v. 15. 2021b.

PANIZZA, F. Neopopulism and its limits in Collor’s Brazil. **Bulletin of Latin American Research**, n. 19, p. 177-192. 2000.

\_\_\_\_\_. Introduction. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) **Populism and the mirror of democracy**. Londres e Nova Iorque: Verso, 2005. p. 1-31.

PARKS, P. The ultimate news value: Journalism textbooks, the U.S. Presidency, and the normalization of Donald Trump. **Journalism Studies**, v. 21, n. 4. 2020.

PETER, F. Political Legitimacy. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy**. 2017. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/legitimacy/>.

PETERS, B. G. **Institutional Theory in Political Science** - "The New Institutionalism". Londres e Nova Iorque: Pinter, 1999.

PFETSCH, B. Editorial. In: DONSBACH, W. (Ed.) **The International Encyclopedia of Communication**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2008.

PFETSCH, B.; ADAM, S.; ESCHNER, B. The Media's Voice over Europe: Issue Salience, Openness, and Conflict Lines in Editorials. In: KOOPMANS, R.; STATHAM, P. (Eds.) **The Making of a European Public Sphere** - Media Discourse and Political Contention. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2010. p. 151-170.

PIERSON, P. Increasing Returns, Path Dependence, and the Study of Politics. **The American Political Science Review**, v. 94, n. 2, junho. 2000. p. 251-267.

\_\_\_\_\_. **Politics in time**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

\_\_\_\_\_. Power and path dependence. In: MAHONEY, J.; THELEN, K. **Advances in Comparative-Historical Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015. p. 123-146.

\_\_\_\_\_. Power in Historical Institutionalism. In: FIORETOS, O.; FALLETTI, T. G.; SHEINGATE, A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 1-23.

PILAGALLO, O. **História da imprensa paulista: Jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PIMENTEL, P. S. "Não vai mesmo ter golpe": um estudo sobre editoriais de *O Globo* nos impeachments de Fernando Collor (1992) e Dilma Rousseff (2016). 2019. 114 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba (PR), 2019. Disponível em: <https://www.acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/65967/R%20-%20D%20-%20PABLO%20SILVA%20PIMENTEL.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 fev. 2022.

PIMENTEL, P. S.; MARQUES, F. P. J. A. De-westernizing media parallelism: How editorial interests unfold during impeachment crises. **Journalism Studies**, 2021a.

\_\_\_\_\_. Narrativas em disputa: os editoriais de O Globo e a desconstrução da ideia de "golpe" durante o impeachment de Dilma Rousseff. **Canadian Journal of Latin American and Caribbean Studies**, v. 46, n. 2. 2021b.

PIMENTEL, P. S.; MARQUES, F. P. J. A.; SANTOS, D. H. F. The structure, production routines and political function of editorials in contemporary journalism. **Atlantic Journal of Communication**, 2021.

PITTS, B.; JOYCE, R.; SHEPTAK, R.; HETHERINGTON, K.; CASTILLO, M.; IORIS, R. 21<sup>st</sup> century golpismo: A NACLA roundtable. **NACLA Report on the Americas**, v. 48, n. 4. 2016.

PONS, M. P.; HALLIN, D. C. Press freedom and media reform in a populist regime: How Ecuadorian journalists and policy actors see the Correa Era. **International Journal of Communication**, v. 15. 2021.

PORTO, M. P. The changing landscape of Brazil's news media. In: LEVY, D. A.; NIELSEN, R. K. (Eds.) **The changing business of Journalism and its implications for democracy**. Oxford: Reuters Institute for the Study of Journalism, 2010.

PORTO, M.; NEVES, D.; LIMA, B. Crise hegemônica, ascensão da extrema direita e paralelismo político – Globo e Record nas eleições presidenciais de 2018. **Revista Compólitica**, v. 10, n. 1. 2020.

POSTILL, J. Populism and social media: a global perspective. **Media, Culture & Society**, v. 40, n. 5, p. 754-765. 2018.

PRONER, C.; RICOBOM, G.; CITTADINO, G. G.; DORNELLES, J. R. W. **Comentários a uma sentença anunciada: o processo Lula**. Bauru: Canal 6 Editora, 2017.

RAGRAGIO, J. L. D. Framing media populism: The political role of news media editorials in Duterte's Philippines. **Journalism**, 2020.

RAMOS, D. O.; SAAD, E. Violência digital contra jornalistas: o caso das eleições presidenciais de 2018. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XXIX, 2020. Campo Grande. **Anais...**Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020, p. 1-24.

RAYNER, J. Is There a Fourth Institutionalism? Ideas, Institutions and the Explanation of Policy Change. In: HOGAN, J.; HOWLETT, M. (Eds.) **Policy Paradigms in Theory and Practice**. 2015. pp. 61-80.

REESE, S. D. The institution of Journalism: Conceptualizing the press in a hybrid media system. **Digital Journalism**, 2021.

RENNÓ, L. R. The Bolsonaro voter: issue positions and vote choice in the 2018 Brazilian Presidential elections. **Latin America Politics and Society**, v. 62, n. 4. 2020.

REGINATO, G. D. As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores. **Revista FAMECOS**, v. 25, n. 3. 2018.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 603-637. 2016.

RICARD, J.; MEDEIROS, J. Using misinformation as a political weapon: COVID-19 and Bolsonaro in Brazil. **The Harvard Kennedy School (HKS) Misinformation Review**, v.1, n. 2. 2020.

RIFFE, D.; LACY, S.; FICO, F. **Analyzing media messages** – Using quantitative content analysis in research. 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2014.

ROCHA, C. “Imposto é Roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. **Dados**, v. 62, n. 3. 2019.

RODRÍGUEZ, D. A. Populismo y liderazgo en la democracia Argentina. Un cruce comparativo entre el menemismo y el kirchnerismo. **Postdata**, v. 19, n. 2. 2014.

RICCI, P.; IZUMI, M.; MOREIRA, D. O populismo no Brasil (1985-2019). Um velho conceito a partir de uma nova abordagem. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 36, n. 107. 2021.

ROGENHOFER, J. M.; PANIEVSKY, A. Antidemocratic populism in power: comparing Erdoğan’s Turkey with Modi’s India and Netanyahu’s Israel. **Democratization**, v. 27, n. 8. 2020.

RUPAR, V. Newspapers’ production of common sense. **Journalism**, v. 7, n. 5, p. 591-610. 2007.

RUSSELL, F. M. The New Gatekeepers – An Institutional-level View of Silicon Valley and the Disruption of Journalism. **Journalism Studies**, v. 20, n. 5. 2019.

RYFE, D. Guest Editor's Introduction: New Institutionalism and the News. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 135-144. 2006a.

\_\_\_\_\_. The Nature of News Rules. **Political Communication**, v. 23, n. 2, p. 203-214. 2006b.

RYFE, D.; KEMMELMEIER, M. Quoting practices, path dependency and the birth of modern journalism. **Journalism Studies**, v. 12, n. 1, p. 10-26. 2011.

SAJÓ, A.; UITZ, R.; HOLMES, S. (Eds.) **Routledge Handbook of Illiberalism**. Nova Iorque: Routledge, 2021.

SALTER, L. Editorial Representations of the National Standards Education Policy - Populism, the journalistic identity and the citizen-consumer. **Journalism Studies**. 2018.

SANDERS, E. Historical Institutionalism. In: RHODES, R. A. W.; BINDER, S. A.; ROCKMAN, B. A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Political Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006. pp. 39-55.

SANTINI, R. M.; TUCCI, G.; SALLES, D.; ALMEIDA, A. R. D. Do you believe in fake after all? WhatsApp disinformation campaign during the Brazilian 2018 Presidential election. In: LÓPEZ-GARCÍA, G.; PALAU-SAMPIO, D.; PALOMO, B.; CAMPOS-DOMÍNGUEZ, E.; MASIP, P. **Politics of disinformation: the influence of fake news on the public sphere**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2021.

SANTOS, G. C. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21. 2016.

SANTOS, F.; GUARNIERI, F. From protest to parliamentary coup: An overview of Brazil's recent history. **Journal of Latin American Cultural Studies**, v. 25, n. 4. 2016.

SANTOS, D. H. F.; MARQUES, F. P. J.; FONTES, G. S. O jornalismo político entre a notícia e a opinião: um estudo comparativo sobre as eleições presidenciais brasileiras de 2018. **Brazilian Journalism Research**, v. 16, n. 1. 2020.

SCHENONI, L.; MAINWARING, S. Democracy is in crisis in Latin America. Brazil may be the next trouble spot. **The Washington Post**, 22 out. 2018. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2018/10/22/democracy-is-in-crisis-in-latin-america-brazil-may-be-the-next-trouble-spot/>>. Acesso em: 31 de jan. 2022.

SCHMIDT, V. Institutionalism. In: HAY, C.; LISTER, M.; MARSH, D. (Eds.) **The State: Theories and Issues**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2006. p. 98 - 117.

\_\_\_\_\_. Taking ideas and discourse seriously: explaining change through discursive institutionalism as the fourth 'new institutionalism'. **European Political Science Review**, v. 2, n.1. 2010. pp. 1 - 25.

\_\_\_\_\_. Institutionalism. In: GIBBONS, M. **The Encyclopedia of Political Thought**, First Edition. John Wiley & Sons, Ltd., 2015.

SCHNEIBERG, M.; CLEMENS, E. The Typical Tools for the Job: Research Strategies in Institutional Analysis. **Sociological Theory**, v. 24, n. 3. 2006.

SCHUDSON, M. The News media as political institutions. **The Annual Review of Political Science**, 5. 2002. pp. 249–269.

SCHULTZ, I. The journalistic gut feeling – Journalistic doxa, news habitus and orthodox news values. **Journalism Practice**, v. 1, n. 2. 2007.

SELVIK, K.; HØIGILT, J. Journalism Under Instrumentalized Political Parallelism. **Journalism Studies**, v. 22, n. 5, p. 653-669. 2021.

SERDÜLT, V. Inside story: Hungary's media silence: What's it like working as a journalist under the new rules introduced by Hungary's Viktor Orbán? How hard is it to report? **Index on Censorship**, v. 49, n. 2, p. 64-66. 2020.

SETZLER, M. Did Brazilians vote for Jair Bolsonaro because they share his most controversial views? **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 1. 2021.

SEVENANS, J. What Politicians Learn from the Mass Media and Why They React to It: Evidence from Elite Interviews. In: VAN AESLT, P.; WALGRAVE, S. (Eds.) **How Political Actors Use the Media**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 107-125.

SEYMOUR-URE, C. **The Political Impact of Mass Media**. London, U.K.: Constable, 1974.

SILVA, G. B.; MARQUES, F. P. J. “Compostura, senhor presidente!”: o governo Bolsonaro e a defesa do jornalismo pelas entidades representativas do campo. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, v. 23, n. 3, p. 77-90, setembro/dezembro. 2021.

SINGER, A. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. **Novos Estudos CEBRAP**, n. 97, p. 23-40. 2013.

SMITH, P. H.; ZIEGLER, M. R. Liberal and illiberal democracy in Latin America. **Latin America Politics and Society**, v. 50, n. 1, p. 31-57. 2008.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLIS, J. A.; SAGARZAZU, I. The media smells like sulfur!!! Leaders and verbal attacks against the Fourth Estate in unconsolidated democracies. **Political Communication**. 2019.

SPARROW, B. H. **Uncertain guardians** – The news media as a political institution. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1999.

\_\_\_\_\_. A Research Agenda for an Institutional Media. **Political Communication**, 23, 2. 2006. pp. 145-157.

SPEER, I. Reframing the Iraq war: Official sources, dramatic events, and changes in media framing. **Journal of Communication**, v. 67, n. 2, p. 282-302. 2017.

STANLEY, B. The thin ideology of populism. **Journal of Political Ideologies**, v. 13, n. 1, p. 95-110. 2008.

STEGER, W. P. Comparing news and editorial coverage of the 1996 Presidential Nominating Campaign. **Presidential Studies Quarterly**, v. 29. n. 1, p. 40-64. 1999.

STEINMO, S. Historical Institutionalism and Experimental Methods. In: FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 1-21.

STRÖMBÄCK, J. In search for a standard: four models of democracy and their normative implications for journalism. **Journalism Studies**, v. 6, n. 3, p. 331-345. 2005.

\_\_\_\_\_. Four phases of mediatization: An analysis of the mediatization of politics. **The International Journal of Press/Politics**, v. 13, n. 3, p. 228-246. 2008.

TAGGART, P. Populism and the Pathology of Representative Politics. In: Mény Y.; Surel Y. (Eds.) **Democracies and the Populist Challenge**. Londres: Palgrave Macmillan, 2002. p. 62-80.

TAMAKI, E. R.; MENDONÇA, R. F.; FERREIRA, M. G. M. The symbolic construction of a messiah: Jair Bolsonaro's public, Christian discourse. In: FELDMAN, O. (Ed.) **When Politicians Talk** – The cultural dynamics of public speaking. Singapura: Springer, 2021. p. 73-89.

TANDOC JR., E. C.; JENKINS, J.; CRAFT, S. Fake news as a critical incident in Journalism. **Journalism Practice**, v. 13, n. 6. 2018.

TAPSELL, R. Divide and rule: Populist crackdowns and media elites in the Philippines. **Journalism**, 2021.

THELEN, K.; STEINMO, S. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, S.; THELEN, K.; LONGSTRETH, F. (Eds.) **Structuring politics: Historical institutionalism in comparative analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-32.

THESEN, G. An Intervening Intermediary: Making Political Sense of Media Influence. In: VAN AESLT, P.; WALGRAVE, S. (Eds.) **How Political Actors Use the Media**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 21-37.

TOFF, B.; BADRINATHAN, S.; MONT'ALVERNE, C.; ARGUEDAS, A. R.; FLETCHER, R.; NIELSEN, R. K. What we think we know and what we want to know: Perspectives on trust in news in a changing world. **The Reuters Institute for the Study of Journalism**, 2020.

TOFF, B.; BADRINATHAN, S.; MONT'ALVERNE, C.; ARGUEDAS, A. R.; FLETCHER, R.; NIELSEN, R. K. Overcoming indifference: what attitudes towards news tell us about building trust. **The Reuters Institute for the Study of Journalism**, 2021.

TONG, J. Journalistic legitimacy revisited – Collapse or revival in the digital age? **Digital Journalism**, 2017.

TRESCH, A. The (partisan) role of the press in direct democratic campaigns: Evidence from a Swiss vote on European Integration. **Swiss Political Science Review**, 2012.

TRIAS, V. Getulio Vargas, Juan Domingo Perón y Batlle Berres-Herrera. Tres rostros del populismo. **Nueva Sociedad**, n. 34, p. 28-39. 1978.

TSAI, K. Adaptive Informal Institutions. In: FIORETOS, O.; FALLETI, T. G.; SHEINGATE, A. (Eds.) **The Oxford Handbook of Historical Institutionalism**. Oxford: Oxford University Press, 2016. p. 1-22.

TUCHMAN, G. **La producción de la noticia**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1983.

URBINATI, N. Political theory of populism. **Annual Review of Political Science**, v. 22, p. 11-127. 2019.

USHER, N. Breaking news production processes in US metropolitan newspapers: Immediacy and journalistic authority. **Journalism**, 2017.

VAN AESLT, P.; WALGRAVE, S. Information and Arena: The Dual Function of the News Media for Political Elites. In: \_\_\_\_\_. (Eds.) **How Political Actors Use the Media**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 1 - 17.

VAN DALEN, A. Rethinking journalist–politician relations in the age of populism: How outsider politicians delegitimize mainstream journalists. **Journalism**, 2019.

VAN DER PAS, D. J.; VAN DER BRUG, W.; VILEGENTHART, R. Political parallelism in media and political agenda-setting. **Political Communication**, v. 34, n. 4. 2017.

VAN DIJK, T. Power and the news media. In: *Political Communication and Action*, p. 9-36. 1995.

VEIGA, L. F.; DUTT-ROSS, S.; MARTINS, F. B. Os efeitos da economia e da Operação Lava-Jato na popularidade da presidente Dilma Rousseff no período pré-impedimento. **Revista de Sociologia e Política**, v. 27, n. 72. 2019.

VLIEGENTHART, R.; SKOVSGAARD, M. Too Powerful or Just Doing Their Job? Explaining Differences in Conceptions of Media Power Among Politicians and Journalists. In: VAN AESLT, P.; WALGRAVE, S. (Eds.) **How Political Actors Use the Media**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 85-103.

VISCARDI, J. M. *Fake news*, verdade e mentira sob a ótica de Jair Bolsonaro no Twitter. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, v. 59, n. 2, maio-agosto. 2020.

VOS, T. P. Historical mechanisms and journalistic change. **American Journalism**, v. 30, n. 1, pp. 36-43. 2013.

\_\_\_\_\_. Journalism as Institution. In: **Oxford Research Encyclopedias, Communication**. 2019.

VOS, T. P.; THOMAS, R. J. The discursive construction of journalistic authority in a post-truth age. **Journalism Studies**, v. 19, n. 13. 2018a.

\_\_\_\_\_. The Discursive (Re)construction of Journalism's Gatekeeping Role. **Journalism Practice**, 2018b.

WAISBORD, S. **Watchdog journalism in South America: news, accountability, and democracy**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. Populism as media and communication phenomenon. In: DE LA TORRE, C. (Ed.) **Routledge Handbook of Global Populism**. Nova Iorque: Routledge, 2019. p. 221-234.

\_\_\_\_\_. Why Paulo Freire is a threat for right-wing populism: Lessons for communication of hope. **International Communication Gazette**, v. 82, n. 5, p. 440-455. 2020.

WAISBORD, S.; AMADO, A. Populist communication by digital means: presidential Twitter in Latin America. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 9. 2017.

WAISBORD, S.; MELLADO, C. "De-westernizing Communication Studies: A Reassessment." **Communication Theory**, n. 24, pp. 361-372. 2014.

WALGRAVE, S.; SEVENANS, J.; ZOIZNER, A.; AYLING, M. The Media Independency of Political Elites. In: VAN AESLT, P.; WALGRAVE, S. (Eds.) **How Political Actors Use the Media**. Cham: Palgrave Macmillan, 2017. p. 127-145.

WAHL-JORGENSEN, K. The production of political coverage: The push and pull of power, routines and constraints. In: REINEMANN, C. (Ed.) **Political Communication**. Berlin, Boston: De Gruyter Mouton, 2014. p. 305-324.

WEIZENMANN, P. P. "Tropical Trump"? Bolsonaro's threat to Brazilian democracy. **Harvard International Review**, v. 40, n. 1, p. 12-14. 2019.

WELLS, C.; SHAH, D.; PEVEHOUSE, J.; YANG, J.; PELLED, A.; BOEHM, F.; LUKITO, J.; GHOSH, S.; SCHMIDT, J. How Trump drove coverage to the nomination: Hybrid media campaigning. **Political Communication**, n. 33, pp. 669-676. 2016.

WETTSTEIN, M.; ESSER, F.; SCHULZ, A.; WIRZ, D.; WIRTH, W. News Media as Gatekeepers, Critics, and Initiators of Populist Communication: How Journalists in Ten Countries Deal with the Populist Challenge. **The International Journal of Press/Politics**, v. 23, n. 4, p. 476-495. 2018.

WEYLAND, K. Populism – A Political-Strategic Approach. In: KALTWASSER, C. R.; TAGGART, P.; ESPEJO, P. O.; OSTIGUY, P. **The Oxford Handbook of Populism**. Oxford: Oxford University Press, 2017.

WIRTH, W.; KOLB, S. Designs and Methods of Comparative Political Communication Research. In: ESSER, F.; PFETSCH, B. **Comparing Political Communication**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2004. pp. 87 - 111.

ZAKARIA, F. The rise of illiberal democracy. **Foreign Affairs**, v. 76, n. 6, p. 22-43. 1997.

ZAPPETTINI, F.; KRZYŻANOWSKI, M. The critical juncture of Brexit in media & political discourses: from national-populist imaginary to cross-national social and political crisis. **Critical Discourse Studies**, v. 16, n. 4. 2019.

ZELIZER, B. "Covering the Body": The Kennedy Assassination and the Establishment of Journalistic Authority". Dissertação (ASC). 1990a.

\_\_\_\_\_. Achieving Journalistic Authority Through Narrative. **Critical Studies in Mass Communication**, 7. 1990b.

\_\_\_\_\_. **Taking Journalism Seriously: News and the Academy**. Thousand Oaks: Sage, 2004.

\_\_\_\_\_. On "Having Been There": "Eyewitnessing" as a Journalistic Key Word. **Critical Studies in Media Communication**, v. 24, n. 5. 2007.

\_\_\_\_\_. Terms of choice: Uncertainty, Journalism, and crisis. **Journal of Communication**, v. 65, n. 5, p. 888-908. 2015.

ZHANG, Y.; WELLS, C.; WANG, S.; ROHE, K. Attention and amplification in the hybrid media system: The composition and activity of Donald Trump's Twitter following during the 2016 presidential election. **New Media & Society**, v. 20, n.9, p. 3161-3182. 2017.

ZÚÑIGA, H. G. de; MICHALSKA, K. K.; RÖMMELE, A. Populism in the era of Twitter: How social media contextualized new insights into an old phenomenon. **New Media & Society**, v. 22, n. 4, p. 585-594. 2020.

## APÊNDICE 1 – CRUZAMENTOS DAS VARIÁVEIS DO LIVRO DE CÓDIGOS PARA EDITORIAIS E NOTÍCIAS

1. Discussões relacionadas ao Jornalismo são tema central na peça analisada? (N = 823)

			Editorial	Notícia	Total
FSP	Sim	N (%)	12 (85,7%)	394 (87%)	406 (86,9%)
	Não	N (%)	2 (14,3%)	59 (13%)	61 (13,1%)
	Total	N (%)	14 (100%)	453 (100%)	467 (100%)
		Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 0,019; p = 1,000</i>		
OESP	Sim	N (%)	21 (80,8%)	131 (88,5%)	152 (87,4%)
	Não	N (%)	5 (19,2%)	17 (11,5%)	22 (12,6%)
	Total	N (%)	26 (100%)	148 (100%)	174 (100%)
		Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 1,201; p = 0,333.</i>		
OG	Sim	N (%)	8 (61,5%)	141 (83,4%)	149 (81,9%)
		RP	-2,0	2,0	-
	Não	N (%)	5 (38,5%)	28 (16,6%)	33 (18,1%)
		RP	2,0	-2,0	-
Total	N (%)	13 (100%)	169 (100%)	182 (100%)	
		Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 3,898; p = 0,048; V de Cramér = 0,146.</i>		
Total	Sim	N (%)	41 (77,4%)	666 (86,5%)	707 (85,9%)
	Não	N (%)	12 (22,6%)	104 (13,5%)	116 (14,1%)
	Total	N (%)	53 (100%)	770 (100%)	823 (100%)
		Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 3,417; p = 0,069.</i>		

FONTE: A autora (2022).

1.1. No caso de peças que têm discussões relacionadas ao Jornalismo como tema central, do que trata o texto analisado? (N = 707; categorias sem ocorrências foram excluídas)

			Editorial	Notícia	Total
FSP	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%)	7 (58,3%)	115 (29,2%)	122 (30%)
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%)	4 (33,3%)	114 (28,9%)	118 (29,1%)
	Prêmios e homenagens	N (%)	0 (0%)	21 (5,3%)	21 (5,2%)
	O profissional jornalista é o tema	N (%)	0 (0%)	110 (27,9%)	110 (27,1%)
	Lançamento de obras	N (%)	0 (0%)	21 (5,3%)	21 (5,2%)
	Comportamento da audiência	N (%)	1 (8,3%)	10 (2,5%)	11 (2,7%)
	Outros	N (%)	0 (0%)	3 (0,8%)	3 (0,7%)
	Total	N (%)	12 (100%)	394 (100%)	406 (100%)
			Testes de associação	<i>Teste de Fisher = 9,919; p = 0,090.</i>	
OESP	Ameaças à liberdade de imprensa	N (%)	13 (61,9%)	36 (27,5%)	49 (32,2%)
		RP	3,1	-3,1	-
	As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas	N (%)	6 (28,6%)	49 (37,4%)	55 (36,2%)
		RP	-0,8	0,8	-

(continua)

(continuação)

			<b>Editorial</b>	<b>Notícia</b>	<b>Total</b>
<b>OESP</b>	<b>Prêmios e homenagens</b>	N (%)	0 (0%)	6 (4,6%)	6 (3,9%)
		RP	-1,0	1,0	–
	<b>O profissional jornalista é o tema</b>	N (%)	0 (0%)	31 (23,7%)	31 (20,4%)
		RP	-2,5	2,5	–
	<b>Lançamento de obras</b>	N (%)	0 (0%)	7 (5,3%)	7 (4,6%)
		RP	-1,1	1,1	–
	<b>Comportamento da audiência</b>	N (%)	2 (9,5%)	2 (1,5%)	4 (2,6%)
RP		2,1	-2,1	–	
<b>Total</b>	N (%)	21 (100%)	131 (100%)	152 (100%)	
<b>Testes de associação</b>		<i>Teste de Fisher = 16,828; p = 0,002;</i> <i>V de Cramér = 0,349.</i>			
<b>OG</b>	<b>Ameaças à liberdade de imprensa</b>	N (%)	5 (62,5%)	39 (27,7%)	44 (29,5%)
	<b>As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas</b>	N (%)	3 (37,5%)	44 (31,2%)	47 (31,5%)
	<b>Prêmios e homenagens</b>	N (%)	0 (0%)	18 (12,8%)	18 (12,1%)
	<b>O profissional jornalista é o tema</b>	N (%)	0 (0%)	26 (18,4%)	26 (17,4%)
	<b>Lançamento de obras</b>	N (%)	0 (0%)	8 (5,7%)	8 (5,4%)
	<b>Comportamento da audiência</b>	N (%)	0 (0%)	3 (2,1%)	3 (2%)
	<b>Outros</b>	N (%)	0 (0%)	3 (2,1%)	3 (2%)
	<b>Total</b>	N (%)	8 (100%)	141 (100%)	149 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Teste de Fisher = 5,084; p = 0,473.</i>			
<b>Total</b>	<b>Ameaças à liberdade de imprensa</b>	N (%)	25 (61%)	190 (28,5%)	215 (30,4%)
		RP	4,4	-4,4	–
	<b>As próprias empresas de comunicação, seu mercado e/ou suas rotinas produtivas</b>	N (%)	13 (31,7%)	207 (31,1%)	220 (31,1%)
		RP	0,1	-0,1	–
	<b>Prêmios e homenagens</b>	N (%)	0 (0%)	45 (6,8%)	45 (6,4%)
		RP	-1,7	1,7	–
	<b>O profissional jornalista é o tema</b>	N (%)	0 (0%)	167 (25,1%)	167 (23,6%)
		RP	-3,7	3,7	–
	<b>Lançamento de obras</b>	N (%)	0 (0%)	36 (5,4%)	36 (5,1%)
		RP	-1,5	1,5	–
<b>Comportamento da audiência</b>	N (%)	3 (7,3%)	15 (2,3%)	18 (2,5%)	
	RP	2,0	-2,0	–	
<b>Outros</b>	N (%)	0 (0%)	6 (0,9%)	6 (0,8%)	
	RP	-0,6	0,6	–	
<b>Total</b>	N (%)	41 (100%)	666 (100%)	707 (100%)	

(conclusão)

Total	Testes de associação	Editorial	Notícia	Total
		<i>Teste de Fisher = 35,156; p = 0,000; V de Cramér = 0,216.</i>		

FONTE: A autora (2022).

2. Menciona um (ou mais) episódio(s) específico(s) de ataque à imprensa ou a jornalistas? (N = 823)

			Editorial	Notícia	Total
FSP	Sim	N (%)	8 (57,1%)	163 (36%)	171 (36,6%)
	Não	N (%)	6 (42,9%)	290 (64%)	296 (63,4%)
	Total	N (%)	14 (100%)	453 (100%)	467 (100%)
	Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 2,620; p = 0,156.</i>			
OESP	Sim	N (%)	11 (42,3%)	40 (27%)	51 (29,3%)
	Não	N (%)	15 (57,7%)	108 (73%)	123 (70,7%)
	Total	N (%)	26 (100%)	148 (100%)	174 (100%)
	Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 2,492; p = 0,159.</i>			
OG	Sim	N (%)	4 (30,8%)	46 (27,2%)	50 (27,5%)
	Não	N (%)	9 (69,2%)	123 (72,8%)	132 (72,5%)
	Total	N (%)	13 (100%)	169 (100%)	182 (100%)
	Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 0,076; p = 1,000.</i>			
Total	Sim	N (%)	23 (43,4%)	249 (32,3%)	272 (33%)
	Não	N (%)	30 (56,6%)	521 (67,7%)	551 (67%)
	Total	N (%)	53 (100%)	770 (100%)	823 (100%)
	Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 2,741; p = 0,130.</i>			

FONTE: A autora (2022).

- 2.1. Em caso positivo quem era o alvo do ataque? (N = 272)

(continua)

			Editorial	Notícia	Total
FSP	O jornal que publica o jornal ou um profissional vinculado a ele	N (%)	1 (12,5%)	47 (28,8%)	48 (28,1%)
	Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	N (%)	3 (37,5%)	69 (42,3%)	72 (42,1%)
	A imprensa de forma genérica	N (%)	0 (0%)	13 (8%)	13 (7,6%)
	Mais de um dos agentes	N (%)	4 (50%)	34 (20,9%)	38 (22,2%)
	Total	N (%)	8 (100%)	163 (100%)	171 (100%)
	Testes de associação	<i>Teste de Fisher = 3,180; p = 0,338.</i>			
OESP	O jornal que publica o jornal ou um profissional vinculado a ele	N (%)	1 (9,1%)	6 (15%)	7 (13,7%)
		RP	-0,5	0,5	-
	Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa	N (%)	1 (9,1%)	18 (45%)	19 (37,3%)
		RP	-2,2	2,2	-
	A imprensa de forma genérica	N (%)	8 (72,7%)	6 (15%)	14 (27,5%)
		RP	3,8	-3,8	-
	Mais de um dos agentes	N (%)	1 (9,1%)	10 (25%)	11 (21,6%)
		RP	-1,1	1,1	-
	Total	N (%)	11 (100%)	40 (100%)	51 (100%)

(conclusão)

		Editorial	Notícia	Total
<b>OESP</b>	<b>Testes de associação</b>	<i>Teste de Fisher = 12,404; p = 0,003; V de Cramér = 0,537.</i>		
<b>OG</b>	<b>O jornal que publica o jornal ou um profissional vinculado a ele</b>	N (%) 3 (75%)	10 (21,7%)	13 (26%)
	<b>Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa</b>	N (%) 0 (0%)	18 (39,1%)	18 (36%)
	<b>A imprensa de forma genérica</b>	N (%) 0 (0%)	9 (19,6%)	9 (18%)
	<b>Mais de um dos agentes</b>	N (%) 1 (25%)	9 (19,6%)	10 (20%)
	<b>Total</b>	N (%) 4 (100%)	46 (100%)	50 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Teste de Fisher = 5,048; p = 0,083.</i>		
<b>Total</b>	<b>O jornal que publica o jornal ou um profissional vinculado a ele</b>	N (%) 5 (21,7%)	63 (25,3%)	68 (25%)
		RP -0,4	0,4	-
	<b>Outra empresa jornalística ou um profissional vinculado a outra empresa</b>	N (%) 4 (17,4%)	105 (42,2%)	109 (40,1%)
		RP -2,3	2,3	-
	<b>A imprensa de forma genérica</b>	N (%) 8 (34,8%)	28 (11,2%)	36 (13,2%)
		RP 3,2	-3,2	-
	<b>Mais de um dos agentes</b>	N (%) 6 (26,1%)	53 (21,3%)	59 (21,7%)
RP 0,5		-0,5	-	
<b>Total</b>	N (%) 23 (100%)	249 (100%)	272 (100%)	
<b>Testes de associação</b>		<i>Teste de Fisher = 10,856; p = 0,009; V de Cramér = 0,213.</i>		

FONTE: A autora (2022).

## 2.2. A peça identifica quem foi o autor do ataque? (N = 272)

		Editorial	Notícia	Total
<b>FSP</b>	<b>Sim</b>	N (%) 8 (100%)	148 (90,8%)	156 (91,2%)
	<b>Não</b>	N (%) 0 (0%)	15 (9,2%)	15 (8,8%)
	<b>Total</b>	N (%) 8 (100%)	163 (100%)	171 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 0,807; p = 0,620.</i>		
<b>OESP</b>	<b>Sim</b>	N (%) 9 (81,8%)	37 (92,5%)	46 (90,2%)
	<b>Não</b>	N (%) 2 (18,2%)	3 (7,5%)	5 (9,8%)
	<b>Total</b>	N (%) 11 (100%)	40 (100%)	51 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 1,113; p = 0,572.</i>		
<b>OG</b>	<b>Sim</b>	N (%) 4 (100%)	42 (91,3%)	46 (92%)
	<b>Não</b>	N (%) 0 (0%)	4 (8,7%)	4 (8%)
	<b>Total</b>	N (%) 4 (100%)	46 (100%)	50 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 0,378; p = 1,000.</i>		
<b>Total</b>	<b>Sim</b>	N (%) 21 (91,3%)	227 (91,2%)	248 (91,2%)
	<b>Não</b>	N (%) 2 (8,7%)	22 (8,8%)	24 (8,8%)
	<b>Total</b>	N (%) 23 (100%)	249 (100%)	272 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 0,001; p = 1,000.</i>		

FONTE: A autora (2022).

2.2.1. Se a peça identifica o autor do ataque, escreva o nome (Recodificada; N = 248; categorias sem ocorrências foram excluídas)

(continua)

		Editorial	Notícia	Total	
FSP	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	4 (50%)	61 (41,2%)	65 (41,7%)
	Outros políticos brasileiros	N (%)	1 (12,5%)	8 (5,4%)	9 (5,8%)
	Políticos ou governos de outros países	N (%)	1 (12,5%)	25 (16,9%)	26 (16,7%)
	Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar	N (%)	0 (0%)	7 (4,7%)	7 (4,5%)
	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	0 (0%)	14 (9,5%)	14 (9%)
	Outros	N (%)	0 (0%)	16 (10,8%)	16 (10,3%)
	Mais de uma das categorias acima	N (%)	2 (25%)	17 (11,5%)	19 (12,2%)
	Total	N (%)	8 (100%)	148 (100%)	156 (100%)
	Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 3,408; p = 0,718.</i>		
OESP	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	6 (66,7%)	16 (43,2%)	22 (47,8%)
	Outros políticos brasileiros	N (%)	0 (0%)	1 (2,7%)	1 (2,2%)
	Políticos ou governos de outros países	N (%)	2 (22,2%)	6 (16,2%)	8 (17,4%)
	Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar	N (%)	0 (0%)	2 (5,4%)	2 (4,3%)
	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	1 (11,1%)	4 (10,8%)	5 (10,9%)
	Outros	N (%)	0 (0%)	3 (8,1%)	3 (6,5%)
	Mais de uma das categorias acima	N (%)	0 (0%)	5 (13,5%)	5 (10,9%)
	Total	N (%)	9 (100%)	37 (100%)	46 (100%)
	Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 3,032; p = 0,893.</i>		
OG	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	3 (75%)	20 (47,6%)	23 (50%)
	Outros políticos brasileiros	N (%)	1 (25%)	6 (14,3%)	7 (15,2%)
	Políticos ou governos de outros países	N (%)	0 (0%)	2 (4,8%)	2 (4,3%)
	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	0 (0%)	8 (19%)	8 (17,4%)
	Outros	N (%)	0 (0%)	3 (7,1%)	3 (6,5%)
	Mais de uma das categorias acima	N (%)	0 (0%)	3 (7,1%)	3 (6,5%)
	Total	N (%)	4 (100%)	42 (100%)	46 (100%)
	Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 2,409; p = 0,826</i>		

(conclusão)

		Editorial	Notícia	Total	
Total	Jair Bolsonaro, seu governo, membros de seu governo, políticos ligados a ele e/ou apoiadores	N (%)	13 (61,9%)	97 (42,7%)	110 (44,4%)
	Outros políticos brasileiros	N (%)	2 (9,5%)	15 (6,6%)	17 (6,9%)
	Políticos ou governos de outros países	N (%)	3 (14,3%)	33 (14,5%)	36 (14,5%)
	Governos anteriores do Brasil, incluindo a ditadura militar	N (%)	0 (0%)	9 (4%)	9 (3,6%)
	Membros do Judiciário/Justiça/forças de segurança	N (%)	1 (4,8%)	26 (11,5%)	27 (10,9%)
	Outros	N (%)	0 (0%)	22 (9,7%)	22 (8,9%)
	Mais de uma das categorias acima	N (%)	2 (9,5%)	25 (11%)	27 (10,9%)
	Total	N (%)	21 (100%)	227 (100%)	248 (100%)
	Testes de associação		<i>Teste de Fisher = 4,376; p = 0,590.</i>		

FONTE: A autora (2022).

2.3. Apresenta dados, informações ou argumentos que refutam o ataque e/ou desqualifica o autor do ataque? (N = 272)

		Editorial	Notícia	Total	
FSP	Sim	N (%)	6 (75%)	61 (37,4%)	67 (39,2%)
	Não	N (%)	2 (25%)	102 (62,6%)	104 (60,8%)
	Total	N (%)	8 (100%)	163 (100%)	171 (100%)
	Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 4,519; p = 0,058.</i>			
OESP	Sim	N (%)	7 (63,6%)	19 (47,5%)	26 (51%)
	Não	N (%)	4 (36,4%)	21 (52,5%)	25 (49%)
	Total	N (%)	11 (100%)	40 (100%)	51 (100%)
	Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 0,899; p = 0,499.</i>			
OG	Sim	N (%)	3 (75%)	24 (52,2%)	27 (54%)
	Não	N (%)	1 (25%)	22 (47,8%)	23 (46%)
	Total	N (%)	4 (100%)	46 (100%)	50 (100%)
	Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 0,772; p = 0,614.</i>			
Total	Sim	N (%)	16 (69,6%)	104 (41,8%)	120 (44,1%)
		RP	2,6	-2,6	-
	Não	N (%)	7 (30,4%)	145 (58,2%)	152 (55,9%)
		RP	-2,6	2,6	-
	Total	N (%)	23 (100%)	249 (100%)	272 (100%)
Testes de associação	<i>Qui-quadrado de Pearson = 6,599; p = 0,015; V de Cramér = 0,156.</i>				

FONTE: A autora (2022).

## 2.4. Menciona fontes (pessoas ou instituições) que criticam o ataque? (N = 272)

			Editorial	Notícia	Total
FSP	Sim	N (%)	0 (0%)	68 (41,7%)	68 (39,8%)
		RP	-2,4	2,4	-
	Não	N (%)	8 (100%)	95 (58,3%)	103 (60,2%)
		RP	2,4	-2,4	-
	Total	N (%)	8 (100%)	163 (100%)	171 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 5,541; p = 0,022; V de Cramér = 0,180.</i>			
OESP	Sim	N (%)	1 (9,1%)	18 (45%)	19 (37,3%)
		RP	-2,2	2,2	-
	Não	N (%)	10 (90,9%)	22 (55%)	32 (62,7%)
		RP	2,2	-2,2	-
	Total	N (%)	11 (100%)	40 (100%)	51 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 4,759; p = 0,037; V de Cramér = 0,305.</i>			
OG	Sim	N (%)	0 (0%)	30 (65,2%)	30 (60%)
		RP	-2,6	2,6	-
	Não	N (%)	4 (100%)	16 (34,8%)	20 (40%)
		RP	2,6	-2,6	-
	Total	N (%)	4 (100%)	46 (100%)	50 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 6,522; p = 0,021; V de Cramér = 0,361.</i>			
Total	Sim	N (%)	1 (4,3%)	116 (46,6%)	117 (43%)
		RP	-3,9	3,9	-
	Não	N (%)	22 (95,7%)	133 (53,4%)	155 (57%)
		RP	3,9	-3,9	-
	Total	N (%)	23 (100%)	249 (100%)	272 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 15,325; p = 0,000; V de Cramér = 0,237.</i>			

FONTE: A autora (2022).

## 3. Menciona o papel exercido pelo Jornalismo ou pelo jornal para defender a democracia, ou sua importância na democracia? (N = 823)

(continua)

			Editorial	Notícia	Total
FSP	Sim	N (%)	8 (57,1%)	88 (19,4%)	96 (20,6%)
		RP	3,4	-3,4	-
	Não	N (%)	6 (42,9%)	365 (80,6%)	371 (79,4%)
		RP	-3,4	3,4	-
	Total	N (%)	14 (100%)	453 (100%)	467 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 11,830; p = 0,002; V de Cramér = 0,159.</i>			
OESP	Sim	N (%)	17 (65,4%)	40 (27%)	57 (32,8%)
		RP	3,8	-3,8	-
	Não	N (%)	9 (34,6%)	108 (73%)	117 (67,2%)
		RP	-3,8	3,8	-
	Total	N (%)	26 (100%)	148 (100%)	174 (100%)
Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 14,772; p = 0,000; V de Cramér = 0,291.</i>			
OG	Sim	N (%)	6 (46,2%)	40 (23,7%)	46 (25,3%)
	Não	N (%)	7 (53,8%)	129 (76,3%)	136 (74,7%)
	Total	N (%)	13 (100%)	169 (100%)	182 (100%)
	Testes de associação		<i>Qui-quadrado de Pearson = 3,231; p = 0,096.</i>		

(conclusão)

			<b>Editorial</b>	<b>Notícia</b>	<b>Total</b>
<b>Total</b>	<b>Sim</b>	N (%)	31 (58,5%)	168 (21,8%)	199 (24,2%)
		RP	<b>6,0</b>	<b>-6,0</b>	–
	<b>Não</b>	N (%)	22 (41,5%)	602 (78,2%)	624 (75,8%)
		RP	<b>-6,0</b>	<b>6,0</b>	–
	<b>Total</b>	N (%)	53 (100%)	770 (100%)	823 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 36,375; p = 0,000; V de Cramér = 0,210.</i>			

FONTE: A autora (2022).

## 4. Menciona características normativas do Jornalismo? (N = 823)

			<b>Editorial</b>	<b>Notícia</b>	<b>Total</b>
<b>FSP</b>	<b>Sim</b>	N (%)	9 (64,3%)	138 (30,5%)	147 (31,5%)
		RP	<b>2,7</b>	<b>-2,7</b>	–
	<b>Não</b>	N (%)	5 (35,7%)	315 (69,5%)	320 (68,5%)
		RP	<b>-2,7</b>	<b>2,7</b>	–
	<b>Total</b>	N (%)	14 (100%)	453 (100%)	467 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 7,202; p = 0,011; V de Cramér = 0,124.</i>			
<b>OESP</b>	<b>Sim</b>	N (%)	23 (88,5%)	48 (32,4%)	71 (40,8%)
		RP	<b>5,4</b>	<b>-5,4</b>	–
	<b>Não</b>	N (%)	3 (11,5%)	100 (67,6%)	103 (59,2%)
		RP	<b>-5,4</b>	<b>5,4</b>	–
	<b>Total</b>	N (%)	26 (100%)	148 (100%)	174 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 28,742; p = 0,000; V de Cramér = 0,406.</i>			
<b>OG</b>	<b>Sim</b>	N (%)	7 (53,8%)	56 (33,1%)	63 (34,6%)
	<b>Não</b>	N (%)	6 (46,2%)	113 (66,9%)	119 (65,4%)
	<b>Total</b>	N (%)	13 (100%)	169 (100%)	182 (100%)
	<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 2,288; p = 0,225.</i>		
<b>Total</b>	<b>Sim</b>	N (%)	39 (73,6%)	242 (31,4%)	281 (34,1%)
		RP	<b>6,3</b>	<b>-6,3</b>	–
	<b>Não</b>	N (%)	14 (26,4%)	528 (68,6%)	542 (65,9%)
		RP	<b>-6,3</b>	<b>6,3</b>	–
	<b>Total</b>	N (%)	53 (100%)	770 (100%)	823 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 39,191; p = 0,000; V de Cramér = 0,218.</i>			

FONTE: A autora (2022).

## 5. Enfatiza atributos positivos de um jornalista? (N = 823)

(continua)

			<b>Editorial</b>	<b>Notícia</b>	<b>Total</b>
<b>FSP</b>	<b>Sim</b>	N (%)	0 (0%)	94 (20,8%)	94 (20,1%)
	<b>Não</b>	N (%)	14 (100%)	359 (73,2%)	373 (79,9%)
	<b>Total</b>	N (%)	14 (100%)	453 (100%)	467 (100%)
	<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 3,637; p = 0,083.</i>		
<b>OESP</b>	<b>Sim</b>	N (%)	0 (0%)	29 (19,6%)	29 (16,7%)
		RP	<b>-2,5</b>	<b>2,5</b>	–
	<b>Não</b>	N (%)	26 (100%)	119 (80,4%)	145 (83,3%)
		RP	<b>2,5</b>	<b>-2,5</b>	–
	<b>Total</b>	N (%)	26 (100%)	148 (100%)	174 (100%)
<b>Testes de associação</b>		<i>Qui-quadrado de Pearson = 6,114; p = 0,018; V de Cramér = 0,187.</i>			

(conclusão)

			Editorial	Notícia	Total
OG	Sim	N (%)	0 (0%)	26 (15,4%)	26 (14,3%)
	Não	N (%)	13 (100%)	143 (84,6%)	156 (85,7%)
	Total	N (%)	13 (100%)	169 (100%)	182 (100%)
Testes de associação			<i>Qui-quadrado de Pearson = 2,333; p = 0,220.</i>		
Total	Sim	N (%)	0 (0%)	149 (19,4%)	149 (18,1%)
		RP	-3,5	3,5	-
	Não	N (%)	53 (100%)	621 (80,6%)	674 (81,9%)
		RP	3,5	-3,5	-
	Total	N (%)	53 (100%)	770 (100%)	823 (100%)
Testes de associação			<i>Qui-quadrado de Pearson = 12,523; p = 0,001; V de Cramér = 0,123.</i>		

FONTE: A autora (2022).

6. Se você marcou “sim” em uma ou mais variáveis entre 3 e 5, em que parte do texto está (ou estão) esse (ou esses) argumento(s)? (N = 488)

(continua)

			Editorial	Notícia	Total
FSP	Em citação direta ou indireta de fontes	N (%)	0 (0%)	167 (63,7%)	167 (61,2%)
		RP	-4,2	4,2	-
	No texto do próprio repórter/jornal	N (%)	11 (100%)	51 (19,5%)	62 (22,7%)
		RP	6,2	-6,2	-
	O argumento está tanto na fala de fontes quanto no texto do repórter/jornal	N (%)	0 (0%)	44 (16,8%)	44 (16,1%)
RP		-1,5	1,5	-	
Total		N (%)	11 (100%)	262 (100%)	273 (100%)
Testes de associação			<i>Teste de Fisher = 29,497; p = 0,000; V de Cramér = 0,378.</i>		
OESP	Em citação direta ou indireta de fontes	N (%)	1 (4,2%)	55 (59,1%)	56 (47,9%)
		RP	-4,8	4,8	-
	No texto do próprio repórter/jornal	N (%)	18 (75%)	15 (16,1%)	33 (28,2%)
		RP	5,7	-5,7	-
	O argumento está tanto na fala de fontes quanto no texto do repórter/jornal	N (%)	5 (20,8%)	23 (24,7%)	28 (23,9%)
RP		-0,4	0,4	-	
Total		N (%)	24 (100%)	93 (100%)	117 (100%)
Testes de associação			<i>Qui-quadrado de Pearson = 35,607; p = 0,000; V de Cramér = 0,552.</i>		

		(conclusão)			
			<b>Editorial</b>	<b>Notícia</b>	<b>Total</b>
<b>OG</b>	<b>Em citação direta ou indireta de fontes</b>	N (%)	0 (0%)	53 (58,9%)	53 (54,1%)
		RP	-3,2	3,2	–
	<b>No texto do próprio repórter/jornal</b>	N (%)	8 (100%)	24 (26,7%)	32 (32,7%)
		RP	4,2	-4,2	–
	<b>O argumento está tanto na fala de fontes quanto no texto do repórter/jornal</b>	N (%)	0 (0%)	13 (14,4%)	13 (13,3%)
		RP	-1,2	1,2	–
<b>Total</b>		N (%)	8 (100%)	90 (100%)	98 (100%)
<b>Testes de associação</b>			<i>Teste de Fisher = 15,316; p = 0,000; V de Cramér = 0,428.</i>		
<b>Total</b>	<b>Em citação direta ou indireta de fontes</b>	N (%)	1 (2,3%)	275 (61,8%)	276 (56,6%)
		RP	-7,5	7,5	–
	<b>No texto do próprio repórter/jornal</b>	N (%)	37 (86%)	90 (20,2%)	127 (26%)
		RP	9,4	-9,4	–
	<b>O argumento está tanto na fala de fontes quanto no texto do repórter/jornal</b>	N (%)	5 (11,6%)	80 (18%)	85 (17,4%)
		RP	-1,0	1,0	–
<b>Total</b>		N (%)	43 (100%)	445 (100%)	488 (100%)
<b>Testes de associação</b>			<i>Qui-quadrado de Pearson = 90,707; p = 0,000; V de Cramér = 0,431.</i>		

FONTE: A autora (2022).